

PRAIAVERMELHA

Estudos de Política e Teoria Social

PERIÓDICO CIENTÍFICO
DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM SERVIÇO SOCIAL DA UFRJ

**O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL
NO CONTEXTO DO AVANÇO DO ULTRACONSERVADORISMO**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

REITOR Roberto Leher

PRÓ-REITORA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA Leila Rodrigues da Silva

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

DIRETORA Miriam Krenzinger Azambuja

VICE-DIRETORA Elaine Martins Moreira

DIRETORA ADJUNTA DE PÓS-GRADUAÇÃO Mavi Pacheco Rodrigues

REVISTA PRAIA VERMELHA

EDITORA-CHEFE

Andrea Moraes Alves **UFRJ**

EDITORES ASSOCIADOS

Cleusa dos Santos **UFRJ**

Paula Ferreira Poncioni **UFRJ**

EDITORES AD HOC V.29 N.2

Carlos Montaña **UFRJ**

Janete Luzia Leite **UFRJ**

Yolanda Guerra **UFRJ**

EDITORES TÉCNICOS

Fábio Marinho

Jessica Cirrota

REVISÃO

Andréa Garcia Tippi (Português)

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Fábio Marinho

CONSELHO EDITORIAL

Angela Santana do Amaral **UFPE**

Antônio Carlos Mazzeo **USP**

Arthur Trindade Maranhão Costa **UNB**

Christina Vital da Cunha **UFF**

Clarice Ehlers Peixoto **UERJ**

Elenise Faria Scherer **UFAM**

Ivanete Boschetti **UFRJ**

Jean François Yves Deluchey **UFPA**

Leonilde Servolo de Medeiros **UFRRJ**

Marcos César Alvarez **USP**

Maria Cristina Soares Paniago **UFAL**

Maria Helena Rauta Ramos **UFRJ**

Maria das Dores Campos Machado **UFRJ**

Maria de Fátima Cabral Gomes **UFRJ**

Myriam Moraes Lins de Barros **UFRJ**

Ranieri Carli de Oliveira **UFF**

Rodrigo Castelo Branco Santos **UNIRIO**

Rodrigo Guiringuelli de Azevedo **PUCRS**

Salviana de Maria Pastor Santos Sousa **UFMA**

Suely Ferreira Deslandes **FIOCRUZ**

PRAIAVERMELHA

Estudos de Política e Teoria Social

PERIÓDICO CIENTÍFICO
DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM SERVIÇO SOCIAL DA UFRJ

v. 29 n. 2
2019
Rio de Janeiro
ISSN 1414-9184



Escola de Serviço Social - UFRJ
Av. Pasteur, 250/fundos (Praia Vermelha)
CEP 22.290-240 Rio de Janeiro - RJ



praiavermelha.ess.ufrj.br



@revistapraiavermelha



(55) (21) 3938-5386

Revista Praia Vermelha	Rio de Janeiro	v. 29	n. 2	p. 473-808	2019
------------------------	----------------	-------	------	------------	------

A **Revista Praia Vermelha** é uma publicação semestral do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro cujo objetivo é servir como espaço de diálogo entre centros de pesquisa em serviço social e áreas afins, colocando em debate, sobretudo, os temas relativos às políticas sociais, políticas públicas e serviço social.

As opiniões e os conceitos emitidos nos artigos, bem como a exatidão, adequação e procedência das citações e referências, são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a posição do corpo editorial.



CC BY-NC-ND 4.0

http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.pt_BR

Publicação indexada em:

IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

ccn.ibict.br

Base Minerva UFRJ

minerva.ufrj.br

Portal de Periódicos da Universidade Federal do Rio de Janeiro

revistas.ufrj.br

Imagem de capa: laphotopro/Pixabay

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Praia Vermelha: estudos de política e teoria social/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Vol.1, n.1 (1997) – Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Coordenação de Pós-Graduação, 1997-

Semestral
ISSN 1414-9184

1. Serviço Social-Periódicos. 2. Teoria Social-Periódicos. 3. Política- Periódicos I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

CDD 360.5
CDU 36 (05)

479 Apresentação Carlos Montañó, Janete Luzia Leite & Yolanda Guerra

ENSAIOS

485 Histórias horríveis do Serviço Social: cumplicidade e resistência Charles Toniolo (TRADUÇÃO COMENTADA)

ARTIGOS

529 O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL NO ATUAL CONTEXTO ANTIDEMOCRÁTICO BRASILEIRO
Carlos Felipe Nunes Moreira

559 O projeto ético-político do Serviço Social do ciclo petista à escalada da extrema-direita Mossicléia Mendes da Silva

589 Liberdade, ultraconservadorismo e o projeto ético-político: o horizonte para o Serviço Social Alana Andreia Pereira

619 Capitalismo contemporâneo, fascismo y encrucijada del proyecto ético político del Servicio Social
Ricardo Plazas Neisa

639 Crise estrutural do capital, ambiência pós-moderna e seus impactos na formação em Serviço Social
Thiago Dehon de Sousa

671 FORMAÇÃO E TRABALHO PROFISSIONAL: desafios ao projeto ético-político do Serviço Social
Helena Lúcia Augusto Chaves

- 695 **Os espaços de diálogos entre docentes como defesa da formação profissional crítica** Priscila Keiko Cossual Sakurada
- 713 **A PRODUÇÃO TEÓRICA SOBRE O CONSERVADORISMO NO SERVIÇO SOCIAL** Rosana Mirales
- 739 **Apontamentos críticos sobre “As 23 teses pela Reforma do Serviço Social Brasileiro”** Alexandre José dos Santos *et alia*
- 763 **AÇÕES REGRESSIVAS ACIDENTÁRIAS: um novo olhar para uma leitura crítica** Iolani Soares Silva
- 779 **Extensão universitária e movimentos sociais: resistência em defesa do Projeto Ético-Político do Serviço Social** Maria Helena Cariaga & Vanda Micheli Burginski

APRESENTAÇÃO

O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DO AVANÇO DO ULTRACONSERVADORISMO

O Serviço Social brasileiro comemora hoje os *40 anos* do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, realizado em 1979 em São Paulo, mais conhecido como “*Congresso da Virada*”, a partir do qual a nossa profissão, embasada nas lutas sociais para a saída da ditadura, pelas “Diretas Já” e aquelas que representaram os avanços progressistas nos anos 80, concluindo na Constituição de 1988, começa uma guinada da hegemonia conservadora e neoconservadora no Serviço Social até então.

A partir dessa “virada” é que a nossa profissão começa a redefinir seu *Código de Ética* (em 1986 e depois em 1993), a *Lei de Regulamentação da profissão* (em 1993) e finalmente a formação profissional, a partir das *Diretrizes Curriculares* (nas suas principais revisões em 1982 e 1996), num processo que completa hoje pouco mais de 25 anos.

É com tais conquistas profissionais, a esta altura remando contra a corrente neoliberal que se instaura desde o governo Collor de Melo em 1989, que se desenha o que fora chamado de *Projeto Ético-Político* do Serviço Social.

Digladiava-se o Serviço Social e seu Projeto Ético-Político, durante 1990 e 2000, com as hegemônicas tendências conservadoras e neoconservadoras, tanto nas vertentes *neoliberais* e seus desdobramentos econômicos, políticos e ideológicos, impregnando as ações dos governos e do mercado, como nas visões do *irracionalismo pós-moderno*, permeando a sociedade civil.

Contudo, a partir de 2003, no contexto dos governos do PT, o campo do Projeto Ético-Político é impactado por uma certa divisão entre governistas e não governistas, o que levou a alguns intelectuais avaliarem sua hegemonia ameaçada.¹

No entanto, com o Golpe Institucional de Estado de 2016, mediante o Impeachment da presidenta Dilma Rousseff, inicia-se no Brasil um processo que podemos caracterizar de “*ultraconservadorismo*”, ou de reacionarismo, significando a marca dos que “procuram fazer girar para trás a roda da história”.² Processo este que inicia-se com a posse de Michel Temer – vice de Dilma, mas que assume um governo de aparente oposição à sua companheira de chapa e, em muitos aspectos, na contramão do Programa Eleitoral que os elegeram –, e consolida-se com o triunfo eleitoral de Jair Bolsonaro – num processo com o candidato favorito das pesquisas preso e sem poder sequer dar entrevistas ou participar da campanha, a partir de procedimentos no mínimo suspeitos.

Vivemos um momento na história do Brasil muito particular e, em diversos aspectos, inimaginável há apenas alguns meses. A ameaça

1 Ver NETTO, J. P. “A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social”; disponível em: <<http://www.unirio.br/unirio/cchs/ess/Members/altineia.neves/servico-social-e-projetos-de-sociedade/netto-j-p-a-contrucao-do-projeto-etico-politico-do-servico-social/view>>

2 Ver MARX; ENGELS. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo, Cortez, 1998 (p. 17).

e a desqualificação à democracia estão permanentemente na boca de quem hoje detém o poder do Estado e em boa parte da sociedade. Vivemos, a partir de 2016, numa sociedade claramente polarizada e dividida, quase num nível fundamentalista (político e religioso), e claramente invadida e manipulada pelas *fake news*. Presenciamos hoje um contexto de clara ampliação da homofobia, do machismo, do racismo. Hoje, como uma das piores consequências deste processo, o absurdo, a ignorância, o obscurantismo, a mentira ou “*fake news*” (e a chamada “*pós-verdade*”), a negação dos fatos históricos, tornaram-se plausíveis!!! “*Terraplanismo*”, “*criacionismo*”, “*geocentrismo*”, o “*nazismo como um fenômeno de esquerda*”, a “*ditadura de 64 como um ‘movimento’*”, viraram uma *alternativa aceitável* ao conhecimento científico e histórico.

Com claros e brutais retrocessos sobre as leis trabalhistas, sobre a previdência, sobre a proteção do meio ambiente, de indígenas e quilombolas, nas relações exteriores, na soberania nacional, com a perseguição macartista nas universidades e o retrocesso educacional, científico, com a criminalização dos movimentos sociais, o profundo retrocesso na política de segurança pública com a liberação de armas, para falarmos apenas dos exemplos mais graves.

Neste cenário, de profundas e dramáticas regressões, em muitos casos pré-Varguistas, em outros até pré-iluministas, falar de *conservadorismo* e até de *neoconservadorismo* não reflete a profundidade e o extremismo do fenômeno que marca o momento atual e que levou ao Golpe de 2016 e à posse do governo Bolsonaro.

No contexto atual de avanço do “*ultraconservadorismo*” e de extrema polarização social, sustentado por uma política do ódio, parece haver ainda uma significativa fragmentação interna no campo das esquerdas e do movimento operário, em boa medida tomados por uma lógica *identitarista* que parece primar por sobre a centralidade da contradição de *classes*.

O Projeto Ético-Político do Serviço Social, que já vinha “remando contra a corrente” neoliberal, agora enfrenta um desafio diferente, profundamente maior, que ameaça penetrar na sociedade e na pro-

fissão, o desafio do “*ultraconservadorismo*” que tomou conta do cenário contemporâneo brasileiro, num contexto do avanço conservador na América Latina, nos EUA e na Europa.

É neste contexto que o tema do presente volume 28-2 da *Revista Praia Vermelha* se torna central: “*O Projeto Ético-Político do Serviço Social no contexto do avanço do ultraconservadorismo*”.

Assim, procuramos, neste volume, contribuir com a reflexão e o debate sobre os desafios que se põem ao Serviço Social, e ao seu Projeto Ético-Político, no cenário contemporâneo de “*ultraconservadorismo*” que se instala na sociedade e que ameaça invadir a profissão. Um debate incipiente ainda sobre os acontecimentos em pleno desenvolvimento, mas absolutamente necessário para indicar-nos o tamanho dos desafios que teremos que enfrentar.

Certamente, uma profissão como a nossa, com seus acúmulos e amadurecimento político e intelectual de, no mínimo, 40 anos de enfrentamento do conservadorismo, não se intimida com as agruras dos tempos que virão. Esperamos que este volume da *Revista Praia Vermelha* venha a contribuir para a melhor compreensão dos tempos atuais, e para continuarmos no caminho das lutas nos novos tempos que virão.

Rio de Janeiro, junho de 2019.

Carlos Montaña
Janete Luzia Leite
Yolanda Guerra
EDITORES

ENSAIOS

PRAIA VERMELHA

Histórias horríveis do Serviço Social: cumplicidade e resistência

ORIGINAL DE IAIN FERGUSON, VASILIOS IOAKIMIDIS & MICHAEL LAVALETTE

TRADUÇÃO COMENTADA POR

Charles Toniolo

*Professor da Escola de Serviço Social da UFRJ, Mestre em Serviço Social pela UFRJ, e Doutorando em Serviço Social pela PUC/SP.
charlestoniolo@yahoo.com.br*

Revista Praia Vermelha	Rio de Janeiro	v. 29	n. 2	p. 485-527	2019
------------------------	----------------	-------	------	------------	------

O presente texto é a tradução do original em inglês, “*Social Work’s horrible histories: collusion and resistance*”. Trata-se do Capítulo Quatro do livro “*Global Social Work in a political context: radical perspectives*”, publicado em 2018, pela Editora Policy Press, da Universidade de Bristol. A partir de documentação histórica pesquisada em vários países, o texto relata histórias e práticas profissionais de assistentes sociais no século XX durante regimes ditatoriais e/ou colonialistas existentes na Alemanha, Espanha, Grécia, Grã-Bretanha, Canadá, Austrália, África do Sul, pautadas por autoritarismo e com fortes influências do eugenismo. O presente texto em português foi originalmente publicado em redes sociais, em outubro de 2018, e passou por nova revisão para a publicação oficial em revista científica.

* * *

APRESENTAÇÃO DO TRADUTOR: ALERTAS AOS LEITORES DESTA TRADUÇÃO

Que papel cumpre o Serviço Social diante do nazifascismo e outros regimes autoritários? O que podemos aprender com a história?

A tradução deste material acontece em um momento crucial e deveras definitivo na conjuntura política brasileira para as próximas gerações. E foi essa mesma conjuntura que nos provocou a dedicar um período dos estudos sobre o Serviço Social no mundo, a fim de acelerar a tradução para o português e a divulgação no Brasil do presente texto. E é por este objetivo que também incluímos, neste material, imagens retiradas de registros históricos disponíveis *online* que ilustram as situações apresentadas – elas não aparecem no texto original; e sua inclusão, bem como de suas legendas, é de inteira responsabilidade do tradutor.

Para além do trato acadêmico que o tema merece – de estudar com toda a profundidade possível a “cumplicidade” (conforme o título do texto sugere) do Serviço Social com o nazismo alemão, com o fascismo espanhol, com o colonialismo imperialista na África e na Oceania e com regimes autoritários, como o da Grécia, nos anos 1960/70, e até mesmo em algumas democracias como a dos Estados Unidos – entendemos que precisávamos acelerar a divulgação do conteúdo desse capítulo após os resultados do primeiro turno das eleições de 2018 no Brasil, principalmente, mas não apenas, entre assistentes sociais.

As histórias aqui contadas estão documentadas, conforme a bibliografia utilizada pelos autores, registrada ao final do presente texto. E certamente, no Brasil e em muitos outros lugares do mundo, existem muitas histórias como essas que ainda não foram pesquisadas e reveladas. Como todos poderão ver, os horrores aqui narrados sobre o sequestro de crianças, o trabalho escravo, a separação de crianças de suas famílias, são parte integrante da formação social do Brasil, marcada pela dizimação de povos originários e pela cruel escravidão a que outras raças e etnias (indígenas e africanas) foram submetidas. Um país formado na cultura do autoritarismo não passa imune a práticas como essas.

Entretanto, diante dos discursos que se proliferaram e ganharam força no Brasil no último período, não era possível deixar de observar as semelhanças entre eles e aqueles que são narrados neste texto – e que trouxeram consequências diretas para o Serviço Social, como vocês todos terão a oportunidade de ler e ver por si mesmos.

Contudo, acompanhando o cenário político brasileiro, gostaríamos de, *neste exato momento*, chamar a atenção de assistentes sociais, ao ler este texto, para os seguintes aspectos:

- Reparem em possíveis semelhanças do papel cumprido pelas associações profissionais de Serviço Social nos países em regimes autoritários, e recordem-se da já tão narrada história sobre a participação de autoridades ligadas à ditadura em eventos de assistentes sociais no Brasil durante os anos de regime militar;

- Observem também as semelhanças entre a formação profissional dos assistentes sociais sob o regime fascista de Franco e o que aprendemos sobre o surgimento dos primeiros cursos de Serviço Social no Brasil e no restante da América Latina;
- Prestem atenção no que os autores falam sobre os efeitos do discurso da “neutralidade profissional” e os resultados que podem produzir quando uma categoria ou um profissional se recusa a se posicionar diante de uma determinada conjuntura e de um quadro político;
- Observem as consequências políticas e sociais da propagação de um discurso nacionalista, tanto nos regimes alemão e espanhol como nas justificativas das ações dos Impérios britânico e dinamarquês, e comparem isso com muitas das falas hoje crescentes no Brasil;
- Outrora o texto reafirmar que eram os judeus o principal alvo das políticas nazistas, negros (e outras raças diferentes da “ariana”) e homossexuais também eram objeto do discurso eugenista dos alemães. No Brasil, é bastante conhecida a existência do racismo religioso, que afeta sobretudo as religiões afrodescendentes – além dos diários assassinatos da população jovem negra, sem mencionar o fato de ser o país um dos campeões de assassinatos da população LGBT no mundo. Isto em um cenário no qual, até outubro de 2018, a desqualificação desses grupos ainda não havia se constituído como política oficial de educação no Brasil. Ainda...;
- Examinem o foco que o regime fascista dava à construção de um modelo de família ideal e as semelhanças com os discursos sobre a família hoje difundidos por alguns líderes políticos e religiosos no Brasil;
- Também observem, com muita atenção, e em todas as situações narradas no texto, os resultados para pais, mães e crianças quando, por alguma razão, as famílias eram consideradas “desajustadas” ou “impróprias”, fora do modelo estipulado;
- Na parte sobre a Alemanha nazista, atentem-se para o discurso produzido sobre a função da mulher na sociedade. Para além da

- função reprodutora, ocorria a negação do exercício da sexualidade para o seu prazer (independente da orientação sexual, e mais grave ainda quando esse exercício não possuía nenhuma chance reprodutiva); ser mulher era manter um padrão de beleza “ariano”. Não parecem ser coincidência os constantes ataques que as mulheres que recusam esse padrão vêm sofrendo, ao qualificar as feministas como “feias”, “anti-higiênicas” e outros adjetivos que desqualificam sua suposta “feminilidade”;
- E por outro lado, nos regimes de extremo autoritarismo tanto da Alemanha (nazismo) como da Espanha (fascismo franquista) apresentados neste texto, o papel feminino aparece como central. Chamamos a atenção para as relações com um discurso hoje forte no Brasil – após a deposição de uma mulher Presidenta da República – de valorização de uma mulher “bela, recatada e do lar”, ao lado de uma demonização do papel da mulher como chefe de família, ocupando o lugar histórico dos homens, seja por sua ausência na dinâmica familiar ou pelas próprias condições de existência dessas famílias;
 - Tentem perceber as semelhanças existentes entre a classificação de indivíduos e grupos considerados “inadequados” pelo nazismo alemão com os discursos no Brasil hoje proferidos contra nordestinos, população LGBT, adeptos de religiões afrodescendentes, povos originários, indígenas, moradores de favelas e periferias, ativistas de esquerda, feministas, refugiados e defensores de direitos humanos;
 - Observem cuidadosamente os discursos produzidos pelos fascistas espanhóis, com amplo respaldo de instituições religiosas, sobre comunistas, militantes de esquerda e ativistas contra a ditadura de um modo geral – e quais foram suas consequências, sobretudo no campo das políticas para a infância e de saúde mental. Propomos que, a partir da leitura, reflitam sobre o termo “esquerdopata” que foi inventado por um intelectual de direita e vem sendo amplamente utilizado para classificar as pessoas com posicionamentos de esquerda;

- Vejam o tratamento dado aos povos nativos e suas diferentes etnias nos países colonizados na África e na Oceania durante o período imperialista, e analisem os discursos proferidos recentemente sobre populações indígenas e quilombolas no Brasil;
- Atentem-se sobre as políticas de acesso à universidade existentes na África do Sul durante o regime do *apartheid* da segregação racial – o que incluía o curso de Serviço Social – e comparem com as críticas que vêm sofrendo as políticas de cotas raciais e sociais para o acesso às universidades no Brasil;
- Percebam os efeitos, para as políticas de assimilação dos povos nativos, do discurso que valoriza a responsabilidade individual pelo sucesso ou pelo fracasso, tal como ocorria nas colônias;
- Leiam ainda sobre o percurso de milhares de crianças institucionalizadas na Inglaterra a partir da “ética do trabalho e do desenvolvimento” e façam uma comparação com projetos hoje apresentados para instituições de acolhimento institucional ou de socioeducação no Brasil;
- Não deixem de reparar nos argumentos utilizados para justificar as políticas de esterilização em massa de mulheres nos Estados Unidos no século XX, a saber, a maior potência capitalista daqueles anos de auge da Guerra Fria. Mas não esqueçam também os discursos, que já chegaram em sentenças judiciais no Brasil, sobre as famílias de mulheres pobres;
- Lembrem que após mais de 400 anos de colonização europeia e décadas de regime imperial no século XIX, o Brasil viveu duas ditaduras durante o século XX – a ditadura do Estado Novo (1937-1945) e a ditadura civil-militar (1968-1985). E que o Serviço Social brasileiro se legitimou como profissão e viveu um profundo processo de renovação justamente nesses períodos. Assim, pensem que certamente muitas histórias aqui narradas podem ter paralelos com situações vivenciadas pelo Serviço Social no Brasil, ainda não pesquisadas;
- Após ler todo o texto, prestem bastante atenção na conclusão dos autores e construam mediações sobre as reflexões que eles fazem com o cenário brasileiro atual.

Apesar de quisermos chamar a sua atenção dos pontos acima durante a leitura, não deixem de considerar algo central nesse texto: *leiam sobre o papel desempenhado pelas políticas sociais* (de bem-estar, de proteção social) e principalmente *o papel cumprido pelo Serviço Social diante delas* – o texto é recheado de exemplos de “cumplicidade”, mas também de resistência. E reflitam sobre os impactos que os nossos posicionamentos podem ter tanto para a profissão como para as vidas das pessoas com as quais trabalhamos, nossos usuários.

De algum modo, muitas análises feitas pelos autores neste texto já foram feitas pela bibliografia que analisa criticamente a profissão no Brasil. Mas ainda assim, esperamos que o conhecimento de outras histórias da história do Serviço Social, denominadas horríveis, contribua para a reflexão do que está em jogo no Brasil em 2018, e o que está em jogo para os próprios assistentes sociais brasileiros.

Registramos aqui o nosso agradecimento aos autores do texto original, em especial ao assistente social e professor Vasilios Ioakimidis, que no processo de coorientação de nossa pesquisa de Doutorado Sanduíche, mas também atento ao que está acontecendo no Brasil, autorizou esta tradução e sua divulgação no Brasil imediatamente após apresentarmos as razões do porquê queríamos fazer o recorte de um capítulo de seu livro – por sinal, todo ele muito interessante para todos aqueles que querem conhecer o Serviço Social no mundo. Assim, avisamos ao leitor que, sendo fiel ao texto original em inglês, mantivemos aqui as referências feitas pelos autores a capítulos anteriores ou posteriores do livro “*Global Social Work in a political context: radical perspectives*”. Mas a velocidade em que as coisas acontecem na conjuntura brasileira exigiu esse recorte. O mundo olha para o Brasil neste momento, e não é diferente entre assistentes sociais de outros países.

Charles Toniolo

Southend-on-Sea, Reino Unido: outubro de 2018.

INTRODUÇÃO

Reisch e Andrews (2002: 3) descrevem o Serviço Social como uma profissão sofredora de uma amnésia histórica que “*em uma cultura cada vez mais a-histórica, somos ignorantes daqueles elementos do nosso passado que desafiaram o status quo*”. A preocupação de Reisch e Andrews é recuperar exemplos das histórias radicais da profissão nos Estados Unidos. Este é um trabalho necessário, e no Capítulo Cinco¹, exploramos o “movimento de reconceituação”, que foi ativo na América Latina nos anos 1960, como um episódio de Serviço Social radical que foi “escondido” da nossa história².

Neste capítulo, todavia, queremos olhar para um aspecto diferente da história do Serviço Social. Nossa visão é que a cultura a-histórica no Serviço Social que Reisch e Andrews descrevem tem também o efeito de suprimir a discussão do que denominamos “Horríveis histórias” do Serviço Social. A principal corrente que versa sobre as histórias de Serviço Social frequentemente retrata uma profissão bondosa que gradualmente se envolveu e se desenvolveu para o apoio a pessoas que viviam momentos de necessidades, uma profissão inerentemente benevolente que com frequência luta por reconhecimento (para uma crítica desta visão, ver Harris, 2008). No coração de tais abordagens está a crença de que os problemas sociais têm pouco a ver com a maneira como nossas sociedades são organizadas. Por esta razão, explorar histórias sociais ou políticas do Serviço Social não nos daria informações suficientes sobre o “aqui e agora” do funcionamento da profissão. De fato, tal curiosidade poderia até prejudicar a profissão por meio da exumação de aspectos impopulares das atividades passadas da profissão.

1 N. do T. O título do capítulo a que se referem os autores é “Serviço Social como uma práxis para a libertação: o caso da reconceituação latino-americana [Social work as a praxis for liberation: the case of Latin American reconceptualisation]”.

2 N. do T. Observem como essa afirmação revela que ainda carecem de maior circulação internacional experiências históricas de Serviço Social.

Em contraste, neste capítulo e no Capítulo Cinco, argumentamos que o Serviço Social, como uma profissão controversa, tem uma história complexa e dividida: dentro da profissão há exemplos de Serviço Social que são inspiradores; tão bons como aqueles que são, francamente, vergonhosos. É da nossa argumentação que precisamos aprender e celebrar os períodos em que o Serviço Social atingiu grandes proporções e abraçou a luta por um mundo mais e mais justo, quando o Serviço Social estava preparado para “falar a verdade ao poder” e quando a profissão estava claramente alinhada com os interesses dos marginalizados e excluídos. Do mesmo modo, sugerimos que também devemos estar cientes e refletir sobre os períodos em que assistentes sociais se envolveram em práticas que reforçaram a opressão e a exploração no interesse dos poderosos. Esses episódios sombrios enfatizam o que um trabalho social voltado aos interesses dos poderosos pode significar tanto para os assistentes sociais quanto para aqueles que usam nossos serviços. Mostram também que a relutância do Serviço Social em lidar com as injustiças históricas, que afetam tanto a profissão como as pessoas com quem trabalhamos, prejudica potencialmente a profissão.

Começamos esboçando um exemplo que vem da Grécia, onde décadas de tensão política e supressão de direitos civis culminaram numa junta militar de sete anos (1967-74). Muito da resistência contra a ditadura veio de pessoas jovens, em sua maioria estudantes das escolas e universidades. Quando os militares encontraram dificuldade para controlar “os jovens rebeldes” e muitos professores pareciam também estar politicamente de acordo com a questão, a Associação Grega de Assistentes Sociais [Greek Association of Social Workers] (GASW) pareceu disposta a recorrer à assistência do Estado. The GASW iniciou uma campanha de relações públicas e comunicou ao ditador:

Os assistentes sociais ainda não foram utilizados nas escolas. Eles podem desempenhar uma grande função neste contexto. Não só fornecendo diagnóstico precoce de possíveis dificuldades – algo que até os professores podem fazer – mas identificando as razões familiares, sociais, fisiológicas e biológicas de tal morosidade. (GASW, 1968: 2).

O Ministro de Bem-estar da ditadura, em resposta, circulou um memorando intitulado “Providências para assistentes sociais e sua utilização profissional”, aventando que:

O governo grego durante a reforma trabalhista geral em andamento cuidará de todas as demandas existentes do Serviço Social ... Por outro lado, nós realmente apreciamos a contribuição dos assistentes sociais na implementação construtiva de programas sociais ... O ministério de serviços sociais tomará as medidas apropriadas para a vantajosa e coerente organização dos assistentes sociais em comissão. (Ioakimidis, 2011: 515).

A GASW celebrou tal colaboração, tranquilizando o Coronel Papadopoulos, cabeça da junta militar, com a seguinte informação: “*Todos os 600 assistentes sociais atualmente qualificados são capazes de enfrentar e resolver as questões de ajustamento social*” (GASW, 1968). No mesmo ano (1970), a GASW reforçou ao governo que assistentes sociais “*estão cientificamente melhor preparados do que professores para prevenir a turbulência social [nas escolas]*” (Ioakimidis, 2011: 515).

Muitos assistentes sociais contemporâneos achariam tais comunicações cordiais, entre uma cruel ditadura e as agências representativas dos assistentes sociais, difíceis de compreender. A ideia de que assistentes sociais puderam colaborar com os militares a fim de suprimir o ativismo pró-democracia soa mistificadora e definitivamente não se encaixaria com a pressuposta “função bondosa” e a ética kantiana promovida pelo discurso das principais correntes do Serviço Social³.

Alguns podem querer focar na “moralidade fraca” dos profissionais do Serviço Social envolvidos nos eventos que acabamos de descrever e desprezar esses episódios como sendo isolados e raros. Entretanto, as perturbadoras histórias de Serviço Social que discu-

3 N. do T. Elementos de como isso ocorreu no Brasil entre o Serviço Social e a ditadura civil-militar, ver Netto (2004) e CFESS (2009) – conhecidos textos e episódios do Serviço Social brasileiro.

timos neste capítulo não podem ser recusadas como meras peculiaridades históricas, nem podemos delas nos distanciar culpando os assistentes sociais individuais envolvidos, e ao mesmo tempo, absolver a profissão de qualquer responsabilidade. Ao invés disso, sugerimos que, com a intenção de entender esses eventos, levemos em consideração todos aqueles amplos – e frequentemente contraditórios – parâmetros que dão forma à sociedade e influenciam as ações das pessoas, instituições e grupos organizados. Tal processo pode ser difícil e doloroso, mas é também necessário para nos ajudar a responder questões cruciais sobre a natureza contraditória própria da profissão.

É preciso explorar alguns dos mais sombrios capítulos da história do Serviço Social através do prisma político dos períodos históricos particulares dentro dos quais eles ocorreram. Para fins analíticos, categorizamos essas histórias em duas amplas e inter-relacionadas seções. Na primeira seção, exploramos a função do Serviço Social no processo de construção de cima para baixo do tipo ideal de família conforme estabelecido e construído pelas elites dominantes. A segunda seção vai além dos limites da família e explora o envolvimento do Serviço Social em “experimentos” mais amplos da engenharia social com consequências catastróficas para comunidades inteiras.

FILHOS DA NAÇÃO, FILHOS DO IMPÉRIO

Preocupação com a natureza, valores e evolução da instituição da família foram centrais para a história do Serviço Social. Nas sociedades capitalistas, tal preocupação sempre refletiu o desejo do Estado de garantir a perpetuação das famílias da classe trabalhadora como uma unidade disciplinada de produção e consumo. Serviços de bem-estar foram e são instrumentos neste processo.

A dicotomia “proteção e controle” dos Estados de Bem-estar Social, discutida nos capítulos anteriores⁴, não encontra mais com-

4 N. do T. Os títulos dos capítulos anteriores são, respectivamente: “A economia política do Serviço Social [*The political economy of social work*]”;

pleta expressão e potência do que no contexto dos serviços à família, pois embora nos mais avançados Estados capitalistas o sistema de bem-estar tenha sido capaz de prover diversificados níveis de proteção, o elemento de rigoroso controle social dos mais pobres na sociedade sempre esteve presente. No Ocidente, estes casos podem estar ligados, mais notavelmente, com a ascensão de teorias de eugenia e suas preocupações pseudocientíficas com a criação da “raça superior”. No Sul pós-colonial e transnacional, brutais e frequentemente genocidas “políticas para a família” foram primariamente ligadas ao colonialismo e às políticas de assimilação.

Alemanha Nazista

O mais notório exemplo da cumplicidade do Serviço Social está relacionado com a prática de assistentes sociais, jovens e comunitárias, na Alemanha Nazista. Walter Lorenz (2004: 33) sugere que nos anos 1920 e 1930, “*uma vez que emanou na equipe dos serviços sociais mais diretamente sob o controle estatal a posição de neutralidade de valor demonstrou sua cegueira ao mau uso político mais catastrófico na Alemanha de Hitler*”. A política social neste contexto tinha um duplo propósito: de um lado, visava segregar física e socialmente e exterminar aquelas famílias e indivíduos “indignos” de serem cidadãos do Reich (ver próxima seção); de outro lado, focava em educar a família e assegurar que seus membros tivessem um claro entendimento da função diferenciada requerida pelo Estado.

As atribuições esperadas dos homens nesse contexto primeiramente incluíam as funções de ser um provedor, um bom cidadão, e um bom soldado. O papel das mulheres, por outro lado, estava quase exclusivamente determinado pela sua missão como mães. O Estado nazista esperava que as mulheres abandonassem suas carreiras, ti-

vessem vários filhos, cuidassem da família e ajudassem a criar, física e culturalmente, o perfeito “ariano”. Isto foi resumido pela sugestão de Goebbels⁵ de que “*O papel das mulheres é serem bonitas e trazer crianças para o mundo*” (HASTE, 2001: 74).

As políticas de Estado para assegurar a realização bem-sucedida de todos aqueles objetivos foram implementadas através de um sistema de gratificações baseado em créditos generosos e elogios morais. Assistentes sociais e pedagogos sociais foram diretamente envolvidos no processo de monitorar o desenvolvimento das famílias e doutrinar as crianças. Das mulheres jovens era esperado manterem-se saudáveis, ocupar e dedicar suas vidas à infame ideia de “Os 3 K’s – *Kinder, Küche, Kirche* (Crianças, Cozinhar, Igreja)”.

A educação formal e informal das crianças primeiramente focou em como se tornar cidadãos bons e obedientes. Em sua mais sinistra dimensão, o sistema educacional doutrinaava crianças na pseudociência da eugenia, ao mesmo tempo em que as encorajava a se ligar às Organizações da Juventude Nazista e preparar para a inevitabilidade da guerra:

Deveria haver duas ideias educacionais básicas no Estado ideal [de Hitler]. Primeiro, deve haver um incêndio dentro do coração e mentes da juventude do senso de raça. Segundo, a juventude alemã deve ser preparada para a guerra, educada para vitória ou a morte. O objetivo final da educação era moldar cidadãos conscientes da glória do país e ocupados com uma devoção fanática para a causa nacional. (Zentner and Friedmann, 1991: 79).

Parte da educação da juventude alemã, frequentemente facilitada por assistentes sociais e pedagogos sociais, incluía visitas de campo a centros de detenção de pessoas com deficiência. Estas visitas eram usadas como “shows de aberrações” onde a juventude alemã podia testemunhar as “realidades” da hierarquia racial em primei-

“Neoliberalismo, Serviço Social e o Estado: recuo ou reestruturação? [*Neoliberalism, social work and the state: retreat or restructuring?*]”; “A privatização do serviço social e da proteção social [*The privatisation of social work and social care*]”.

5 N. do T. Joseph Goebbels foi Ministro da Propaganda Nazista na Alemanha entre 1933 e 1945.



Propaganda eleitoral nazista – o modelo de família da “raça superior” ariana com a mulher “bela, recatada e do lar.”

Fonte: ograndenews.com.br/colunistas/em-pauta/a-vida-de-uma-simples-mulher-na-alemanha-nazista

ra mão. Autoridades nazistas focavam na “reconstrução” da família ariana, os serviços sociais também se concentravam na remoção de crianças “defeituosas” da comunidade. Johnson e Moorhead (2011) explicam que esta política foi desenvolvida por duas razões: primeiro, como um resultado da política de eugenia social do dia; e, segundo, para enviar uma mensagem à comunidade que o governo nazista estava no controle da vida pública e privada dos cidadãos alemães. Assistentes sociais eram ativamente envolvidos nesses programas e trabalhavam em proximidade com autoridades na identificação de

crianças “indignas” e facilitando seu extermínio (Kunstreich, 2003). Johnson e Moorhead (2011) sugerem que:

Já em 1934, os tribunais de saúde genética foram criados com o único propósito de reforçar as leis e os decretos de saúde nazistas. Documentos desta época revelam que os oficiais da saúde pública, médicos, professores, e assistentes sociais eram também requisitados para informar sobre crianças que fossem consideradas com deficiência ou que tivessem problema emocional.

De acordo com Giles (1992, citado em Johnson e Moorhead, 2011), assistentes sociais e enfermeiros tinham a responsabilidade de apresentar a documentação oficial com as considerações dos indivíduos que eles consideravam inadequados.

Espanha sob Franco⁶

Embora as políticas de criação da família ideal fossem centrais para a missão do Serviço Social na maior parte dos países europeus, foi nos países que experimentaram governo militar que tal missão assumiu o caráter de uma “cruzada” ideológica. De fato em muitos países europeus, a ideia de desenvolver a profissão de Serviço Social foi em si mesma concebida e nutrida pelos regimes militares. Na Espanha, o breve exemplo progressista durante a guerra civil (1936-39) ofereceu às mulheres e crianças um vislumbre de uma sociedade alternativa baseada nos princípios de solidariedade, justiça social e igualdade de gênero. Estes foram os mesmos princípios que o regime militar de Franco, que emergiu vitorioso depois da guerra civil, tentou obliterar. Já em 1937, o regime de Franco reconheceu a importância dos serviços sociais no terreno das ideias. No ganho de “corações e mentes”, políticas para a família e para a proteção da criança eram essenciais.

⁶ N. do T. Francisco Franco, o fascista espanhol que foi chefe do Estado entre 1936 a 1975.

Os serviços sociais espanhóis sob Franco foram inicialmente modelados a partir dos serviços na Alemanha nazista. Eles requereram o trabalho não pago de mulheres, restringiram os direitos políticos das mulheres, foram construídos na base da absoluta disciplina e obediência, e adotaram grotescas noções de purismo racial. Seguir o modelo nazista significava que as mulheres na Espanha de Franco tinham perdido o controle e o domínio sobre seus corpos. As mulheres foram vistas exclusivamente como mães, de quem a primeira missão era conceber, prover “as crianças da nação”. Manter a pureza da raça era de máxima importância.

Na Espanha, diferente de na Alemanha nazista, o conceito e a celebração da “raça” não eram obcecados com a aparência física, mas primeiramente focados na construção de uma entidade nacional cultural, social e política bem definida. Neste caso, não tanto os judeus ou os deficientes eram o inimigo, mas o comunismo e a modernidade. Isto foi resumido na descrição da pureza nacional de Castro Villacañas⁷ (1948):

Nós queremos que nossos amigos, nossos funcionários e nossos noivos sejam espanhóis. Nós queremos que nossas crianças sejam espanholas. Na nossa sagrada Espanha nós só queremos nossas tradições. Se você quer chamar isto de nacionalismo, isto está bem pra mim. Nós não queremos o progresso, o romântico, liberal, capitalista, burguês, judaico, protestante, ateu e o massônico yankee progresso.

De fato, a Igreja católica cumpriu uma função-chave no desenvolvimento dos serviços sociais que estariam totalmente compatíveis com estes princípios. O anticlericalismo da Segunda República foi substituído por anticomunismo e como a mais importante missão da Igreja católica espanhola⁸. Esta nova cruzada do catolicismo es-

7 N. do T. Antônio Castro Villacañas foi membro do Conselho Nacional do Movimento, instituição espanhola que deu sustentação política e ideológica à ditadura franquista.

8 N. do T. No Brasil é bastante conhecido e amplamente divulgado texto de Castro (2000), que revela as fontes católicas desse posicionamento, por meio das Encíclicas Papais.

panhol visou a “a hidra da revolução social e política que floresceu com a república” (González Duro, 2008). Quase todas as escolas de Serviço Social na Espanha do período estavam sob o direto controle da Igreja. O currículo e os processos admissionais asseguravam que as chances de “contaminação política” entre os estudantes de Serviço Social e seus praticantes eram mínimas⁹. O Catolicismo Nacional, incondicionalmente subordinado ao regime fascista, estava diretamente no comando dos serviços sociais e da formação em Serviço Social.

Pelas primeiras décadas da ditadura, aos assistentes sociais – de quem o perfil desejado era aquele das “exemplares senhoras da Caridade” – foram atribuídas funções paternalistas e de orientação assistencial em relação ao auxílio e ao controle moral dos pobres (Sanz Cintora, 2001, citado em Martinez, 2017).

Martinez (2017: 74) sugere que:

A declaração da missão da segunda escola de Serviço Social na Espanha, fundada em Madri no início da ditadura, pode servir para ilustrar a repercussão trazida no campo do Serviço Social sobre o recém-criado regime político. De acordo com a declaração de missão dessa escola, o Serviço Social [assistência social] era “uma área feminina de estudos que objetiva [objetivava] também a preparação de mulheres para servir à sociedade ou uma melhoria de sua educação, com a finalidade de se tornarem boas mães e cristãs.

Além de se concentrar em “ganhar corações e mentes” e moldar a nacionalidade pura do “Novo espanhol”, os serviços de bem-estar sob Franco estiveram ativamente envolvidos em um dos mais sombrios capítulos na história moderna da Espanha. Apesar da repressão que as famílias de esquerda e republicanas enfrentaram após o fim da guerra civil ter sido bem documentada, só recentemente as

9 N. do T. Além do já citado texto de Castro, que discorre sobre essa realidade na América Latina, não é possível não citar aqui o clássico texto de Yamamoto e Carvalho (2005), que demonstra as intrínsecas relações entre Igreja, anticomunismo e o surgimento do Serviço Social no Brasil.

histórias sobre o sequestro e tráfico de bebês começaram a ser discutidas e investigadas abertamente. O “Pacto de Esquecimento” (“*El Pacto del Olvido*”) espanhol, introduzido em 1975 depois da morte de Franco, que proibiu pesquisas e investigações nas atrocidades do regime, não foi suficiente para impedir as centenas de famílias, cujas crianças tinham desaparecido misteriosamente de hospitais e instituições de bem-estar, de exigirem justiça. Durante um período de mais de 30 anos depois da guerra civil, os serviços sociais estavam implicados em um mecanismo ilegal construído por oficiais do Estado e da Igreja que objetivava raptar crianças – em sua maioria de famílias pobres e de esquerda – e oferecer a elas a adoção ilegal a famílias “de mentalidade nacionalista” (BBC, 2011b). No epicentro destas revelações estava a Igreja católica, que, passado um período de metade de um século, serviu como o aliado mais próximo do franquismo. A Igreja católica construiu e controlou um nexos de instituições de bem-estar ideologicamente obedientes ao franquismo, e a própria formação e prática em Serviço Social emergiu como um produto histórico deste período. Gómez e Buendía (2009: 2) sugerem que tal foi o controle da Igreja católica sobre a formação em Serviço Social no período imediato pós-guerra civil, que o principal currículo era dividido em três seções principais, todas diretamente promovendo o moralismo religioso alinhado com a agenda política de Franco:

O currículo consistia de três cursos e cada um deles estava estruturado no treinamento religioso. O primeiro curso, genericamente chamado “Educação Religiosa”, girava em torno de quatro disciplinas: Psicologia Geral, Sociologia Geral, Metodologias do Serviço Social e Práticas do Serviço Social. O segundo curso, também chamado Educação Religiosa, era menos genérico e preocupava-se com a Doutrina Social da Igreja. Enfatizava os temas: Psicologia Genética e Diferenciada, Estrutura Social, Serviço Social Individualizado e Grupal, e as Práticas do Serviço Social. O terceiro e último curso, novamente chamado Educação Religiosa, estabelecia o código moral que ia muito além dos códigos de ética profissional de hoje.

O legado ideológico deste período é reconhecido por Vázquez (1970: 40), que sugere que:

A iniciativa de profissionalizar o Serviço Social começou no setor católico. Conseqüentemente, durante muitos anos, o conteúdo dos programas de estudo, o desenvolvimento das escolas de Serviço Social, e sobretudo, a orientação dada às atividades profissionais têm uma marcante qualidade confessional. Para fazer justiça às suas origens, aqueles que estudaram os serviços sociais espanhóis não podem ignorar a qualidade confessional de suas gêneses.

A noção de Serviço Social como uma reação política aos movimentos sociais não estava sempre direcionada a famílias e a crianças. Na Espanha durante o período de Franco, ativistas eram rotineiramente descritos como doentes mentais e encarcerados em instituições de saúde mental. Um abrangente e recente estudo sobre a patologização do ativismo político revela como toda a concepção psiquiátrica franquista foi construída na noção de degeneração intelectual causada pelas ideias comunistas (González Duro, 2008); reveladoramente, o estudo era intitulado “Os vermelhos não eram loucos”.



Junho de 2018 – Os “esquerdopatas” do período da ditadura fascista espanhola, participando de uma manifestação durante o julgamento dos casos dos bebês sequestrados e enviados para adoção a famílias nacionalistas na era franquista, com a ajuda das instituições e profissionais ligados à Igreja. Fonte: <https://pt.euronews.com/2018/06/26/comecou-julgamento-sobre-bebes-roubados-no-franquismo>

Grécia

Questões similares também foram levantadas na Grécia. Quase 60 anos depois do fim da guerra civil, e embora a sinistra prática de “recolhimento de crianças” (isto é, a remoção de crianças das famílias de esquerda) estar confirmada e documentada, sua extensão e impacto nas milhares de crianças e famílias é ainda considerada uma questão de tabu. Uma pesquisa no Serviço Social grego sugere que a profissão estava tão imersa nas políticas de “recolhimento de crianças” que quase *todos* os profissionais de Serviço Social tinham nos anos 1950, de um jeito ou de outro, se envolvido nas notórias “colônias infantis” (Ioakimidis, 2011).

As crianças das regiões controladas pela esquerda grega foram removidas para essas instituições, que se assemelhavam às casas de correção do século XIX. Elas eram separadas de suas famílias e eram submetidas a lavagens cerebrais e tortura sistemática. Mando Dalianis, em seu incomparável longitudinal estudo que inclui entrevistas com crianças afetadas no período de 30 anos, forneceu evidências da natureza horrorosa daquelas instituições (Mazower e Dalianis, 2000). Como ela explica, nas colônias, a vivência das crianças era um conjunto difícil de atividades destinadas principalmente ao combate ao comunismo, tanto no campo de batalha como nas comunidades locais e apenas secundariamente para responder a algumas necessidades humanitárias imediatas:

As condições nestas vilas de muitas maneiras se assemelhavam à vida na prisão e havia o mesmo senso rígido de uma divisão entre mundos “interno” e “externo”, separados usualmente por muros ou cercas de arame farpado. Elas eram conduzidas em filas quase militares, frequentemente por ex-oficiais, que empregavam punições corporais e faziam as crianças usarem uniformes. Cartas eram censuradas, assim como em uma prisão, e a atmosfera era geralmente hostil. Como em uma prisão, não havia relógios ou calendários, e o dia era regulado pelo toque de um sino. As crianças estavam em mar-

cha em todos os lugares, mesmo nas ocasionais visitas ao mundo externo, ao cinema ou ao parque local. A maior parte dos professores eram indiferentes ou cruéis em suas cobranças, embora houvesse algumas exceções. (Mazower and Dalianis, 2000; 99).

É importante ressaltar que, nestes contextos, o Serviço Social era concebido, desenvolvido e apresentado como uma respeitada “ciência da caridade” em oposição aos princípios de solidariedade inspirados nos movimentos socialistas. De fato, tanto na Espanha (no período anterior às diretrizes republicanas durante a guerra civil) como na Grécia (durante os anos da Resistência Nacional), as sociedades já tinham experimentado curtos, porém prósperos períodos de desenvolvimento alternativo das estruturas sociais e das instituições. Estas alternativas sociais foram baseadas em igualdade de gênero, coletivismo, democracia direta e solidariedade. Em ambos os casos, as mulheres experimentaram um breve período de relativa emancipação e ativo envolvimento político antes de serem forçadas a retornar para o lar e para a família, o que era frequentemente retratado como seu “reino natural”. Neste sentido, o Serviço Social forneceu uma resposta ideológica para as políticas de base da solidariedade social, uma única resposta com os pés postos em ideias nacionalistas e na opressão das mulheres. Estas ideias eram frequentemente lançadas pelas mulheres da aristocracia local. Como Vervenioti (2002: 115) argumenta:

20 mulheres da classe mais alta, da missão chamada Fundo das Senhoras da Rainha, puxavam o cordão das mulheres. Elas, como reprodutoras biológicas e ideológicas, na condição de “operadoras culturais” da nação grega, substituíram o governo nos assuntos internos e externos de forma muito eficaz no empreendimento de “salvar as crianças”... Enquanto as mulheres gregas tinham o *status* legal de menores, as mulheres de direita eram cruciais na definição dos modelos e das pautas específicas do governo grego oficial.



Menino e menina usando os uniformes das “colônias infantis” no período da ditadura militar na Grécia, após terem sido retirados da convivência das suas famílias, consideradas “inadequadas” por serem de esquerda. Atenção para a “postura” delas na foto.

Fonte: <http://metaxas-project.com>

A separação da formação em Serviço Social do setor universitário até 1994 assegurou que o treinamento estivesse unicamente sob a responsabilidade das instituições de caridade ligadas às “Senhoras da Rainha” e a instituições da Igreja. Até a metade dos anos 1960, a vasta maioria dos estagiários do Serviço Social tinham que frequentar pelo menos um campo de estágio ligado a crianças que requeriam “proteção do comunismo e educação nacionalista”. A GASW, desesperada para obter o nível de reconhecimento profissional em nível de igualdade com altos funcionários públicos, foi cúmplice destas práticas ao longo deste período. Durante a ditadura militar de 1967-74, a GASW se esforçou para promover a si mesma como a

principal aliada da junta que poderia efetivamente garantir controle social nos cenários escolares de alunos rebeldes.

Serviço Social colonial e crianças indígenas: Canadá, Austrália e Dinamarca

Enquanto as sombrias histórias do Serviço Social europeu estavam concentradas principalmente com a construção de um espírito nacional, de uma família obediente e racialmente superior, nos países do capitalismo periférico a profissão foi exportada como um instrumento de potência colonial. A Primeira Conferência Internacional de Serviço Social ocorreu em Paris em 1928. O fato de terem comparecido 2500 delegados de 42 países sugere que até a terceira década do século XX, havia mais do que interesse suficiente entre os trabalhadores do bem-estar em “internacionalizar” a profissão. Em um período esmagadoramente definido por contradições internas e externas do colonialismo, o Serviço Social não estava somente influenciado pelas políticas coloniais, mas parecia ser o produto direto de uma era em que “o número de governantes oficialmente chamados, ou considerados pelos diplomatas ocidentais como merecedores do título de ‘imperadores’, estava no seu máximo” (HOBBSAWN, 1987: 56). Como o caráter da colonização no século XIX e início do século XX deslocou de um sistema principalmente “mercantil” para um sistema mais complexo de produção e unificação de mercados, a proeminência de expansão de capital significou que os velhos métodos militares de colonização poderiam ser substituídos com sucesso por meios de unificação de mercado e assimilação cultural.

No contexto de partilha da riqueza e do território mundiais entre um punhado de Estados, estes cálculos tinham um duplo objetivo: de um lado, potências coloniais estavam “unidas” em suas preocupações de garantir seu controle sobre as populações nativas por meio da supressão de sua autodeterminação; de outro lado, estavam presas a um vicioso antagonismo uns contra os outros pela dominação global. Este último provocou duas guerras mundiais e inúmeras

ros conflitos regionais. O primeiro exigiu uma variedade de métodos “suaves” (assimilação, opressão das culturas locais, a reconfiguração das instituições sociais, burocratização e modernização das economias locais) e métodos “duros” (subordinação violenta, segregação, privação de direitos e as políticas de terror). O desenvolvimento do Serviço Social foi invariavelmente visto como um método “suave” para a perpetuação da regra colonial através do controle social e a reconfiguração das instituições socioculturais.

Apesar de a emergência do debate da “indigenização [indigenisation]”¹⁰ nos últimos anos ter gerado alguns argumentos interessantes e desafiado a natureza colonial do Serviço Social, não foi dada muita atenção aos modos utilizados pelos assistentes sociais para desempenharem um papel fundamental nas políticas repressivas de assimilação. Nestes contextos, os serviços sociais ativamente tentaram suprimir as culturas indígenas e estender forçosamente os valores coloniais nas comunidades nativas. Mais uma vez, a instituição da família nuclear passava a ser considerada como o “estandarte de ouro”. Abordagens individualizadas para a proteção da criança também foram usadas como uma medida quantificável do sucesso da assimilação. Inevitavelmente, estas abordagens falharam espetacularmente, e deixaram milhares de famílias nativas na miséria e sofrimento. Não seria um exagero afirmar que estas políticas nunca foram destinadas a serem bem-sucedidas de qualquer maneira. Por definição, o processo de assimilação pré-designava condições que conduziram à alienação, marginalização e estigmatização das populações nativas com o objetivo de justificar mais intervenções estatais draconianas. O infame *Canada Scoobs*¹¹, por exemplo, um metódico processo de separação infantil das famílias nativas, ofe-

10 N. do T. Ações adotadas em países com históricos de colonização, de resgate e valorização da cultura e dos remanescentes dos povos nativos e aborígenes (originários).

11 N. do T. Políticas desenvolvidas no Canadá a partir dos anos 1950, mas com grande força nos anos 1960 – por isso também é conhecido como “Sixties Scoops”. Tratava-se de retirada (ou sequestro) de crianças indígenas de suas comunidades e famílias originais para serem adotadas por outras famílias, algumas passando por instituições (ou nelas permanecendo até a idade adulta).

rece um sóbrio exemplo da drástica assimilação sob o pretexto da proteção social. De acordo com a Comissão de Implementação da Justiça Indígena [*The Aboriginal Justice Implementation Commission*], dentro do período de aproximadamente 20 anos (do início dos anos 1960 ao final dos 1980) o sistema de bem-estar à criança

separou crianças indígenas de suas famílias, comunidades e culturas, e as colocou na sociedade dominante. Os trabalhadores do bem-estar da criança retiravam as crianças de suas famílias e comunidades porque eles consideravam que os melhores lares para as crianças não eram os lares indígenas. O lar ideal inculcaria os valores e estilos de vida com os quais eram familiares aos próprios trabalhadores do bem-estar da criança: branco, lares da classe média branca, bairros de classe média. Comunidades indígenas, bem como pais e famílias indígenas eram consideradas “inadequadas”. Como resultado, somente entre 1971 e 1981, mais de 3400 crianças indígenas foram enviadas para longe a pais adotivos em outras sociedades, e algumas vezes em outros países. (The Aboriginal Justice Implementation Commission, 1999).



“Uma criança está esperando” – anúncio em jornal de crianças disponíveis para adoção, após terem sido retiradas das comunidades indígenas de origem por profissionais dos serviços de bem-estar canadenses, por serem considerados lares impróprios (o “Canada Scoops” ou “Canada Sixties”).

Fonte: <https://www.neogaf.com/threads/canadian-government-to-announce-800-million-settlement-for-sixties-scoop-victims.1443698/>

Da mesma maneira, na Austrália, o Ato de Proteção Indígena 1869 [Aboriginal Protection Act 1869] deu à administração colonial poderes tão extensos sobre as vidas das crianças indígenas que as experimentações comunitárias de assimilação por meio do sistema de proteção à criança se tornaram conhecidas como “gerações roubadas”. A função repressiva dos assistentes sociais australianos foi evidenciada no recente Relatório do Inquérito Nacional sobre a Separação de Crianças Aborígenes Habitantes das Ilhas do Estreito de Torres de Suas Famílias [Report of the National Inquiry into the Separation of Aboriginal and Torres Strait Islander Children from Their Families] (NISATSIC, 1997), que admite o fato de que assistentes sociais rotineiramente usavam alegações infundadas de negligência com o objetivo de retirar crianças de famílias indígenas. O relatório declara que:

As crianças eram ainda retiradas em massa, mas não porque elas estavam na região dos brancos. Havia assistentes sociais que adentravam de casa em casa para olhar armários e coisas assim e diziam que as crianças eram negligenciadas (evidencia Molly Dyer 2019, falando das práticas do Conselho Vitoriano de Bem-estar Indígena [Victorian Aboriginies Welfare Board] nos anos 1950). (NISATSIC, 1997: 28).

Um caso menos conhecido de cumplicidade do Serviço Social com a assimilação colonial ocorreu na Groelândia no início dos anos 1950. Envolveu práticas de bem-estar de organizações de caridade dinamarquesas na tentativa de “modernizar” a Groelândia através da criação de uma nova e reeducada geração exposta aos avanços do estilo de vida dinamarquês. Como parte desse projeto de engenharia social, oficialmente descrito como “experimento”, inúmeras crianças foram forçadamente retiradas de suas comunidades na Groelândia e encaminhadas para famílias adotivas de classe média na Dinamarca. A imprensa dinamarquesa foi rápida em celebrar o sucesso do “experimento”: “O estilo de vida aqui na Dinamarca é tão diferente do que com o qual estas crianças selvagens estão acostumadas, mas suas habilidades para se adaptarem são extraordinárias. Conflitos – causados por suas reações à civilização – acontecem muito raramente” (BBC, 2015b).

CRIANÇAS PERDIDAS ESCOCESAS

Em 2014, o jornal escocês *The Daily Record* reportou uma experiência horrorosa com crianças de uma família nas mãos do sistema de proteção escocês nos anos 1950. George, Jimmy e Tommy Clarck foram levados da casa de suas famílias em Greenock e postos em proteção da autoridade local depois de seus pais terem sido considerados incapazes de cuidar deles. “Embarcados” em uma família de uma remota parte da Escócia, os irmãos – que tinham quatro, seis e nove anos de idade – dizem que pelos anos seguintes, eles dormiram em um galinheiro imundo e eram forçados a roubar comida do cachorro para sobreviverem.

De acordo com a reportagem, os irmãos estavam agora desafiando o sistema a garantir que as chamadas crianças perdidas da Escócia fossem reunidas com seus irmãos. Para George Clarck:

As pessoas estavam chocadas com o filme, *12 Years A Slave* (12 Anos de Escravidão). Mas a Escócia também tem sua própria história vergonhosa de escravidão. Mais de 100.000 crianças foram enviadas de navio, dos abrigos infantis, com destino a Austrália, Nova Zelândia e Canadá, até o final dos anos 1960, para trabalhar em fazendas e fábricas. Houve também crianças como nós, usadas como escravas e mão de obra barata, enviadas pelas autoridades locais por toda a Escócia. (www.daylirecord.com.uk/news/scotitish-news/secret-slaves-scotland-revealed-3300900).

A terrível experiência de muitas destas crianças foi documentada pelo Projeto Ponte Dourada [Golden Bridge Project] (ver: <https://www.irirss.org.uk/resources/multimedia-learning-materials/golden-bridge>) e também no filme *Laranjas e Sol* [Oranges e Sunshines].

“Os filhos do Império” da Grã-Bretanha

A partir da metade do século XIX, autoridades britânicas e um célebre número de instituições de caridade comprometidas com atividades de assistência social foram envolvidas em migração forçada de crianças da Grã-Bretanha para vários países que faziam parte do Império Britânico – especialmente Canadá, Austrália, Nova Zelândia, África do Sul e Zimbábue (então chamada de Rodésia). Inicialmente, a motivação era uma combinação de uma filosofia de “salvação da criança”, especialmente com um importante número de instituições de caridade cristãs (tais como *Barnardo’s*, *Quarriers* e a Associação de Emigração Católica [*Catholic Emigration Association*]) em que a migração foi retratada como uma “oportunidade” de poupar crianças necessitadas dos perigos físicos e morais das recentes expansões das cidades na Grã-Bretanha industrial. Para o corpo dos governantes locais (como os Sindicatos da Lei dos Pobres¹²), a migração era facilitada porque o custo do transporte de crianças dependentes era de longe menor do que o potencial custo dos cuidados que demandavam em instituições para crianças.

Na segunda metade do século XIX, um largo número de crianças foi enviado para o Canadá em um processo frequentemente apelidado de “abdução filantrópica”. As crianças eram quase sempre menores de 11 de anos de idade, embora algumas fossem ainda mais jovens:

As crianças migrantes tinham em sua maioria entre quatro e quatorze anos e eram usualmente rodeadas e acompanhadas por um guardião da Lei dos Pobres ou por um representante da organização que as enviava. Algumas vezes não havia nenhum representante e a palavra “proteção” não vinha ao caso. (Bean e Melville, 1989: 2).

12 N. do T. A Lei dos Pobres inglesa no século XIX e suas relações com o surgimento do Serviço Social na Inglaterra também já foi estudada por autores brasileiros. Ver Martinelli (2003).

Em 1880, 540 crianças foram forçadas a migrar para o Canadá; até 1880, o número subiu para 2104 por ano (Kershaw and Sacks, 2008). “No pico [desta] fase da migração infantil – 1870 a 1925 – pelo menos 25 grandes organizações filantrópicas estavam enviando crianças para o Canadá” (Bean and Melville, 1989: 38). O Canadá permaneceu sendo um importante destino até o final da prática no fim dos anos 1930. Estima-se que 100.000 crianças foram enviadas de navio da Grã-Bretanha para o Canadá entre 1869 e o final dos anos 1930 (Government of Canada, 2016).

As condições asseguradas a essas crianças eram em geral angustiantes. As crianças se mudavam das movimentadas ruas das cidades da Grã-Bretanha e eram colocadas em isoladas fazendas rurais no Canadá, onde tinham que se adaptar intensamente a um clima e a um estilo de vida diferentes. A maioria tinha famílias, mas a migração fazia a separação de suas famílias e das redes de apoio. Elas eram forçadas a trabalhar por longas horas em trabalhos esgotantes, geralmente em condições cruéis e abusivas. Este abuso infantil foi sancionado pelo Estado em grande escala.

Até o começo do século XX (nas cinzas da Guerra dos Boêres¹³), o argumento a favor da migração infantil mudou. Agora *Barnardo’s* descrevia suas crianças migrantes como “Tijolos da Construção do Império” (Kershaw and Sacks, 2008: 9). Com uma população imperial com “bom estoque britânico”, o império poderia afastar futuras rebeliões e insurgências (como aquela então recentemente testemunhada na África do Sul na guerra contra os fazendeiros boêres). Um dos primeiros a adotar esta nova filosofia de migração foi Thomas Sedwick, “um assistente social”, que levou 50 jovens meninos para

13 N. do T. “Boêres” são colonos ou descendentes de colonos holandeses (mas também alemães e dinamarqueses) estabelecidos na África do Sul entre os séculos XVII e XVIII. A Guerra dos Boêres foi um conflito ocorrido na África do Sul, na transição dos séculos XIX para o XX, entre ingleses e holandeses, pelo controle de dominação daquele território. Foi parte dos conflitos de expansão imperialista que resultariam, entre outras coisas, nas duas Grandes Guerras Mundiais no século XX.

a Nova Zelândia em 1910. Uma vez que deixaram a Grã-Bretanha, ele escreveu ao rei: “A primeira leva de rapazes da cidade para as fazendas coloniais roga à Vossa Majestade a expressão de nossa respeitosa e humilde devoção por seu Trono e pessoa em nosso Departamento de Domínio da Nova Zelândia” (citado em Bean and Melville, 1989: 79).

No século XX, o processo de migração infantil estava ligado a filosofias eugenistas. Como disse o Arcebispo de Perth¹⁴ (citado em Humphries, 2011: 12):

Em um tempo em que berços vazios estão lamentavelmente contribuindo para espaços vazios, é necessário procurar as fontes externas do fornecimento. E se nós não abastecermos de nossa própria reserva estamos nos deixando ainda mais expostos à ameaça de milhões de nossas vizinhas raças asiáticas.

As crianças levadas para a Austrália eram averiguadas para se assegurar de que elas tinham boa visão, não tinham pés chatos e uma “disposição saudável” em geral:

A migração infantil para a Austrália... especialmente daquelas de uma sólida reserva anglo-saxã – era encorajada. O vigor físico era importante, e as crianças eram preparadas para viver no sertão dormindo em tendas e aprendendo a nadar. Elas também passavam por uma série de exames médicos... Eles não levaram ninguém que usasse óculos ou que fosse daltônico. (Kershaw and Sacks, 2008: 10).

No final dos anos 1930, a *Fairbridge Society*¹⁵ montou um treinamento em escolas e faculdades na antiga Rodésia do Sul¹⁶ – embora seus primeiros imigrantes não tivessem lá chegado até a Segunda Guerra Mundial. O objetivo inicial foi “Preencher os espaços vazios do Império com crianças selecionadas de uma consistente reserva pro-

14 N. do T. Perth é uma cidade da Austrália Ocidental.

15 N. do T. Trata-se de uma instituição de caridade no Reino Unido criada no início do século XX.

16 N. do T. Nome de uma colônia britânica na África.

veniente das abarrotadas cidades do Reino Unido” (citado em Bean and Melville, 1989: 98). Na Rodésia do Sul, a invenção foi selecionar crianças que poderiam eventualmente se juntar à elite branca local. Para preencher a função designada na estrutura social, as crianças passaram por uma seleção significativa. Eles se encarregaram de testes de QI, aferição de saúde e uma avaliação de antecedentes de sua posição social. As verificações de antecedentes foram realizadas por assistentes sociais treinados – membros da *British Federation of Social Workers* [Federação Britânica de Assistentes Sociais] (Bean and Melville, 1989: 99).

Após a Segunda Guerra Mundial, a Austrália se tornou o destino mais importante para as imigrantes “crianças do Império”. Há uma estimativa de que 10.000 crianças foram enviadas da Grã-Bretanha para a Austrália entre 1945 e 1970 (BBC, 2006). Como Chenery (2011) observa:

Quando o desolador pós-guerra atendeu à chamada da Austrália por “uma boa reserva de brancos britânicos” para edificar sua população, viu-se uma oportunidade de esvaziar instituições lotadas de vítimas inocentes da pobreza, da ilegitimidade e de lares desfeitos. No tráfico infantil que se tornou conhecido como o programa de migração infantil, custava 5 libras por semana para manter uma criança sob cuidados da Grã-Bretanha, mas apenas 10 shillings na Austrália. Para as instituições que levassem as crianças seria pago um subsídio por cada uma delas. Todas as agências de reputação – Barnardo’s, o Exército da Salvação [*Salvation Army*], a Fairbridge Society, o Lar das Crianças Nacionais [*National Children’s Home*], as Igrejas católica e anglicana – pactuaram o envio de crianças para o outro lado do mundo para “uma vida melhor”. Elas eram consideradas uma categoria atrativa de migrantes, de acordo com o relato, em 1945, de um primeiro ministro para afirmar sua presidência, “por causa da maior facilidade em sua assimilação, adaptabilidade, longa vida útil à frente e moradia mais fácil”.



Crianças britânicas separadas de suas famílias desembarcando na Austrália, despachadas por profissionais das instituições de caridade com a anuência do Estado.

Fonte: <http://www.reporter-am.com.br/britanicos-investigam-deportacao-de-milhares-de-menores-carentes-no-seculo-20/>

Era dito às crianças que seus pais estavam mortos – ou que suas mães eram incapazes – mas que elas estavam destinadas a vidas melhores, com camas quentes, estômagos cheios e uma educação apropriada. A realidade foi muito diferente. Como Bean and Melville (1989: 111) observaram, “A história da migração infantil para a Austrália é de muitas maneiras uma história de crueldade, mentiras e fraudes”. Para muitos, também foi um portal para o inferno uma vez que as crianças terminavam em instituições onde abusos físicos e sexuais eram comuns. Aquelas azaradas o suficiente para serem despachadas para os Irmãos Cristãos [*Christian Brothers*] em Bindoon, Tardun e Clontarf¹⁷, por exemplo, eram submetidas a regulares abusos rotineiros (Bean and Melville, 1989; Humphries, 2011). A história das crianças migrantes, enviadas primeiro através do Império, e depois através do Estado democrático [*Commonwealth*], e conduzidas por instituições de caridade para crianças, com a ciência e o conluio das autoridades locais dos departamentos para crianças – permanece como um dos mais vergonhosos episódios na história do Serviço Social na Grã-Bretanha.

17 N. do T. Três localidades australianas.

MARGARET HUMPHREYS E A CONFIANÇA DAS MIGRAÇÕES INFANTIS [CHILD MIGRANTS TRUST]

Em 1986, uma mulher de Adelaide, Austrália, escreveu para Margaret Humphreys (na época, uma assistente social em Nottingham, Inglaterra) afirmando que, aos quatro anos de idade, ela foi enviada para a Austrália, desacompanhada, em um barco da Inglaterra. Ela alegava que essa viagem foi realizada com o total conhecimento das autoridades do Reino Unido.

Humphreys a princípio foi incrédula. Entretanto, depois de realizar algumas pesquisas, ela encontrou a verdadeira história. De fato, Margaret Humphreys logo descobriu que até 150.000 crianças foram deportadas de seus lares infantis na Grã-Bretanha e enviadas para fora, para uma “vida nova”, em diferentes partes do Império. A prática continuou a aumentar até o final dos anos 1960.

A muitas das crianças foi dito que seus pais haviam morrido, apesar de, na maioria das vezes, isto não ser verdade. A muitos dos pais foi dito que seus filhos foram adotados na Grã-Bretanha – de novo, uma ultrajante mentira. Irmãos foram separados, e para numerosas crianças, isso levou a uma vida de horrendos abusos físicos e sexuais em instituições no oeste da Austrália e outros lugares.

Margaret Humphreys implacavelmente fez campanha pelos direitos das crianças migrantes forçadas e suas famílias. Em 1987, ela construiu a Child Migrants Trust – que continua a ter base na Austrália e na Grã-Bretanha.

Apesar de sua “descoberta” sobre as Crianças do Império ter sido em 1986, as crianças e famílias não receberam nenhuma satisfação oficial até 2010. Foi apenas em 2017, mais de 30 anos após a “descoberta” inicial, que o governo britânico montou um inquérito oficial no âmbito do mercado da migração infantil.

SERVIÇO SOCIAL E DARWINISMO SOCIAL

Como discutimos no início da seção, a posição política e profissional do Serviço Social como um agente do Estado implicou à profissão o desenvolvimento e implementação de políticas familiares repressivas apoiadas por teorias “da Nação”, moralismo e assimilação cultural. Entretanto, foi o envolvimento da profissão nas políticas de segregação racial e exclusão que gerou as mais apavorantes e chocantes histórias em Serviço Social. Uma realidade inconveniente foi o namoro da profissão com a eugenia e o darwinismo social. Jones (1983: 46) demonstrou persuasivamente essa proximidade ideológica quando diz o seguinte:

Desenhadas no darwinismo social, as COS [*Charity Organization Societies*¹⁸] insistiam que a posição de alguém na estrutura social e econômica no mundo era em larga medida um reflexo do caráter, aqueles na parte inferior da escala sendo os mais deficientes e desorganizados.

A eugenia foi tão influente no trabalho do Serviço Social no começo do século XX que uma revisão das notas dos trabalhos de casos no Reino Unido indicaria quase que com certeza muitas referências sobre esta pseudociência. Ao lado da dependência ideológica ao Estado, estas teorias deterministas ofertavam ao Serviço Social a ilusão de um *status* científico e uma postura que estaria ausente em comparação a outras profissões.

Apesar do flerte do Serviço Social britânico com as grotescas ideias do Sr. Francis Galton¹⁹, foi na Alemanha nazista onde as teorias eugenistas foram postas de uma forma sistemática e em uma escala industrial. Na Alemanha, a adoção do darwinismo social não foi meramente simbólica nem políticas estatais periféricas. De fato, estas ideias moldaram o núcleo da visão de Hitler. A criação e reprodução da raça ariana não poderia ser alcançada sem uma paralela segregação e eventual extermínio das raças inferiores. A aniquilação

18 N do T. Sociedade da Organização da Caridade. Ver Martinelli (2003).

19 N. do T. Pensador inglês a quem alguns atribuem ser o criador da ideia de “eugenia” no século XIX.

daqueles “indignos” de vida era vista como absoluta e como solução final. Dentro de um período de 10 anos (1934-44), milhões de pessoas com deficiências físicas e intelectuais, minorias eslavas e comunidades ciganas, e homens e mulheres gays [lésbicas] foram subjugados à detenção em massa, ao trabalho forçado, esterilização e extermínio. O cume catastrófico destas políticas foi o Holocausto, que resultou no assassinato de mais de 6 milhões de judeus.

Assistentes sociais estiveram profundamente envolvidos não apenas no avanço das ideias do darwinismo social, mas também ativamente em sua utilização. Eles se enredaram nos processos de diagnóstico das raças inferiores e na facilitação da detenção daqueles considerados “indignos”. Lorenz (2006: 35) explica que:

O sistema contava com todos os profissionais de bem-estar, que incluíam relatos de casos nos quais listavam as histórias familiares de epilepsia e alcoolismo e avaliavam as chances de reabilitação de criminosos ou de crianças com dificuldades de aprendizagem. Aderindo à sua tarefa profissional com o ar da neutralidade de valor e do distanciamento científico, eles não se sentiam responsáveis pelas consequências de suas avaliações.

ESPERANÇA EM FACE DO HORROR

Irena Sendleworá era uma assistente social na Polônia durante a Segunda Guerra Mundial. Ela organizou um pequeno grupo de companheiros para traficar bebês e crianças judias para fora do gueto de Varsóvia entre 1942 e 1943 e colocá-las em famílias polonesas. A equipe de Irena traficava as crianças ocultando-as em ambulâncias, levando-as através dos esgotos ou escondendo-as dentro de malas ou caixas. Os trabalhadores anotavam os nomes das crianças em papéis de cigarros e os selavam em garrafas de vidro, que eram então enterradas. Depois da guerra, as garrafas foram desenterradas e tentativas foram feitas de reunir as crianças com suas famílias – apesar de muitas delas terem deixado de existir nos campos de concentração (Conolly, 2007).

Um notório exemplo similar de ação do Serviço Social e uma colaboração sistemática com um regime de promoção de políticas de segregação racial e de engenharia social é aquele da África do Sul. Políticas racistas definidas nas normas coloniais na África do Sul foram tipificadas e inteiramente operacionalizadas no período do *apartheid* (1948-91). Este foi um complexo, brutal e multifacetado sistema de segregação designado para excluir física, política, social e culturalmente populações não brancas. A segregação racial também previa uma máxima espoliação da mão de obra por meio da consolidação das regras coloniais. Populações não brancas, consideradas como inferiores, eram classificadas em diferentes categorias administrativas de acordo com a cor de suas peles, eram privadas dos direitos civis e políticos, e era autorizado seu acesso somente a serviços precários e segregados de educação, saúde e sociais.

A principal corrente do Serviço Social branco na África do Sul, que aceitou largamente ideologias segregacionistas bem antes de 1948, prontamente adotou e funcionou dentro do contexto de separação racial, culminando com a criação do *apartheid*. A legislação deman-



Regime ditatorial - Nos anos 1960, os homens da foto foram punidos por estarem em uma área destinada a brancos na África do Sul. Embora pareça ser uma cena contemporânea de prisões e instituições de socioeducação no Brasil. Ou mesmo uma abordagem das forças repressivas nas ruas, favelas ou periferias brasileiras. Apartheid, segregação racial como política de Estado.

Fonte: <https://www2.ujf.br/noticias/2018/07/18/8-fotos-para-nao-esquecer-o-apartheid/>

dava que assistentes sociais, particularmente do setor público, proovessem serviços somente para aqueles designados de sua própria raça, ao mesmo tempo em que a formação em Serviço Social também era definida por uma educação universitária diferenciada baseada na raça (Sewpaul, 2013). A análise de Smith (2014: 313) encerra a evolução de tal cumplicidade histórica e indefensável do Serviço Social quando sugere que:

As origens do Serviço Social na África do Sul foram fundadas no seio dos poderes do capitalismo racista, do conflito social e nas relações desiguais de poder – marcadas por ideologias hegemônicas de vários períodos do século XX e mesmo das primeiras origens coloniais e imperialistas. Por meio dos discursos hegemônicos, o Serviço Social geralmente apoiou a manutenção do *status quo* racista e o modo capitalista de produção, com ideologias liberais e individualistas de liberdade de escolha e responsabilidade pessoal.

As práticas repressivas do Serviço Social que foram influenciadas pelos princípios da engenharia social não eram, contudo, restritas a países com regimes militares ou antidemocráticos. O perturbador caso do envolvimento de assistentes sociais dos Estados Unidos em projetos de esterilização foi outro exemplo. O movimento eugenista nos Estados Unidos iniciou oficialmente no final do século XIX, atingiu seu auge nos anos 1920 e 1930, caiu em desgraça durante a Segunda Guerra Mundial, e então fez um retorno nos anos 1950 (Anastas, 2011). Como em um dos casos que examinamos no início, os princípios dos projetos de eugenia estadunidenses estavam indissolúvelmente ligados ao esforço de conceber mecanismos de controle social através da promoção de uma representação de um *tipo ideal* de seus próprios valores e características. Problemas sociais como a pobreza, crime e desemprego eram vistos como “hereditários” em grande parte no seio das classes inferiores e, portanto, tratados através de práticas destinadas a impedir essas classes de “reproduzir”. Embora a impressão de que a esterilização forçada dos pobres nos Estados Unidos tenha sido algo de um passado distante, pesquisas recentes sugerem que em alguns estados (mais notoriamente na Carolina do Norte), esta prática subsistiu bem até os

anos 1970. Na Carolina do Norte, onde os projetos de esterilização foram muito difundidos e, ao contrário de outros estados, não estavam apenas confinados aos parâmetros institucionais, mais de 7600 cidadãos pobres, vulneráveis e de minorias foram permanentemente afetados por esta prática (Boggs, 2004). Evidências sugerem que muitas esterilizações foram recomendadas por assistentes sociais, que baseariam seus “diagnósticos” unicamente em observações do ambiente dos lares ou no rendimento escolar dos pobres:

A Associação Nacional dos Assistentes Sociais dos Estados Unidos [US National Association of Social Workers] recentemente reconheceu “Como os primeiros assistentes sociais pesquisavam e desenvolviam programas para aliviar as doenças sociais americanas, e encorajavam maiores investimentos na rede de segurança social; crenças de longa data sobre a capacidade dos pobres, doenças mentais e outras ‘estranezas’ sociais tingiram uma variedade de políticas governamentais e estabelecimentos médicos” (Anastas, 2011).



Regime democrático, porém autoritário – Nos anos 1970, mulheres negras e pobres dos Estados Unidos da América foram às ruas denunciar as políticas de esterilização forçada a que eram em massa submetidas por políticas do Estado. Desigualdades mesclando gênero, raça e classe social em sociedades capitalistas marcadas historicamente pela escravidão – e não “fábricas de desajustados e criminosos”.

Fonte: <https://operamundi.uol.com.br/noticia/21910/nos-eua-vitimas-de-esterilizacao-forcada-lutam-para-receber-indenizacoes>

CONCLUSÃO

Neste capítulo, tentamos apresentar alguns dos mais perturbadores casos de cumplicidade do Serviço Social. O que sugerimos é que em conjunturas políticas chave, muitas organizações profissionais de Serviço Social (por exemplo, a GAWS na Grécia durante a junta militar ou a Associação Nacional de Assistentes Sociais dos Estados Unidos durante o período McCarthy) estavam mais preocupadas em proteger os interesses e a sobrevivência da profissão à custa de qualquer compromisso abrangente com a justiça social. Frequentemente mascarada sob uma narrativa de positivismo eclético, a ideologia do profissionalismo significou uma despolíticação sistemática do Serviço Social, que o transformou em tarefa de trabalho para processar os pobres, os desfavorecidos, os políticos [militantes] e os opositores dos interesses dos poderosos.

Na maioria dos casos que visitamos, o Serviço Social como uma profissão foi fortemente controlado pelo Estado. Nos casos onde as associações de Serviço Social se associaram ao opressor e onde a formação era regulada pelo Estado (ou pela Igreja), houve muito pouco espaço para que assistentes sociais individuais criassem um movimento viável de resistência. Entretanto, alguns resistiram. Ao se reduzirem as horríveis histórias do Serviço Social a notas de rodapé dos livros didáticos ou justificando-as como meros episódios de julgamento comprometido, ou de moralidade fraca, ofusca-se a contribuição de numerosos assistentes sociais, conhecidos ou não celebrados, que bravamente lutaram por justiça social. As contribuições da assistente social afro-americana Thyra Edwards, que viajou para Barcelona e aderiu às brigadas antifascistas durante a Guerra Civil espanhola, ou a história da profissional judia polonesa Irena Sendlerowa, que salvou aproximadamente 2500 crianças do gueto de Varsóvia entre 1940 e 1943, seriam incompletas se nós não considerarmos o fato que muitos – mas não a maioria – dos nossos colegas contemporâneos se aliaram com as forças fascistas e nazistas da época.



O assistente social Vasilios Ioakimidis, um dos autores do presente texto, Professor da Universidade de Essex / Reino Unido, participando da manifestação no dia 29/09/2018 em Londres. O Serviço Social no mundo preocupado com o Brasil. Fonte: arquivo pessoal, autorizado para utilização

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referências originais do texto²⁰

- Anastas, J. (2011) "Social work and eugenics", National Association of Social Workers. Available at: <http://www.socialworkblog.org/pressroom/2011/11/social-work-and-eugenics/> (accessed 14 June 2016).
- Bean, P. and Mellville, J. (1989). *Lost children of Empire: The untold story of Britain's child migrants*, London: Unwin and Hyman.
- BBC (British Broadcasting Corporation) (2006) "British children deported to Australia", *Inside out*, 6 March. Available at: http://www.bbc.co.uk/insideout/eastmidlands/series9/week_nine.shtml (accessed 21 April 2017).

20 A despeito da larga bibliografia utilizada no livro original em inglês, apenas apresentaremos aqui as referências citadas pelos autores no capítulo que ora apresentamos, mantendo as normas de referenciamento utilizadas no original.

- [bbc.co.uk/insideout/eastmidlands/series9/week_nine.shtml](http://www.bbc.co.uk/insideout/eastmidlands/series9/week_nine.shtml) (accessed 21 April 2017).
- BBC (2011b) "Spain's stolen babies and the families who lived a lie". Available at: <http://www.bbc.co.uk/news/magazine-15335899> (accessed 21 December 2016).
- BBC (2015b) "The children taken from home for a social experiment". Available at: <http://www.bbc.co.uk/news/magazine-33060450> (accessed 11 May 2016).
- Boggs, B. (2014) "For the public good: the shameful history of forced sterilization in the US". Available at: <https://blog.longreads.com/2014e/11/19/for-the-public-good/> (accessed 3 May 2016).
- Castro Villacañas, A. (1948) *La Hora*, 14 May.
- Chenery, S. (2011) "I can still hear the kids' screams", *The Sydney Morning Herald*, 12 June. Available at: <http://www.smh.com.au/national/i-can-still-hear-the-kids-scream-20110611-1fyap.html> (accessed 21 April 2017).
- Collony, K. (2007) "I'm no hero, says woman who saved 2.500 ghetto children", *The Guardian*, 15 March. Available at: <http://www.theguardian.com/world/2007/mar/15/secondworldwar.poland> (accessed 21 December 2016).
- Gómez, M. and Buendía, F. H. (2009) "The development of social work education in Spain", *European Journal of Social Work*, 12(1): 113-17.
- GASW (Greek Association of Social Workers) (1968) "Our profession's development", *Koinokini Ergasia*, 29: 1-8.
- González Duro, E. (2008) *Los psiquiatras de Franco. Los rojos no estaban locos*, Barcelona: Península.
- Government of Canada (2016) "Home children, 1869-1932", Library and Archives Canada. Available at: <http://www.bac-lac.gc.ca/eng/discover/immigration/immigration-records/home-children-1869-1930/Pages/home-children.aspx> (accessed 21 April 2017).
- Harris, J. (2008) "State social work: constructing the present from moments in the past", *British Journal of Social Work*, 38(4): 662-79.

- Haste, C. (2001) *Nazi women: Hitler's seduction of a nation*, London and Oxford: Fourth Estate.
- Hobsbawn, E. (1987) *The age of empire: 1875-1914*, London: George, Wendenfeld and Nicolson.
- Humphries, M. (2011) *Empty cradles*, London: Corgi Books.
- Ioakimidis, V. (2011) "Expanding imperialism, exporting expertise: international social work and the Greek project (1946-1974)", *International Social Work*, 54(4): 505-19.
- Johnson, S. and Moorhead, B. (2011). "Social eugenic practices with children in Hitler's Nazi Germany and the role of social workers: lessons for current practices". *Journal of Social Work Values & Ethics*. Available at: <http://www.Socialworker.com/jswve> (accessed 23 June 2016).
- Jones, C. (1983) *State social work and the working class*, Basingstoke: Macmillan.
- Kershaw, R. and Sacks, J. (2008). *New lives for old: The story of Britain's child migrants*, London: New Archives Press.
- Kunstreich, T. (2003). "Social welfare in Nazi Germany: selection and exclusion", *Journal of Progressive Human Services*, 14(2): 23-52.
- Lorenz, W. (2004) *Towards a European paradigm of social work: studies in the history of modes of social work and social policy in Europe*, Dresden: Technischen Universität.
- Lorenz, W. (2006) *Perspectives on European social work: From the birth of the nation state to the impact of globalisation*, Leverkusen: Barbra Budrich Publishers.
- Martinez, I. (2017) "Human rights and social justice in social work education: a critical realist comparative study of England and Spain", unpublished PhD thesis, Durham University, Durham.
- NISATSIC (National Inquiry into the Separation of Aboriginal and Torres Strait Islander Children from Their Families) (1997) *Bringing them home; report of the National Inquiry into the Separation of Aboriginal and Torres Strait Islander Children from Their Families*, Sydney, Human Rights and Equal Opportunities Commission.
- Reisch, M. and Andrews, J. (2002) *The road not taken: a history*

- of radical social work in United States*, New York, NY: Brunner-Routledge.
- Sewpaul, V. (2013) "Neoliberalism and social work in South Africa", *Critical and Radical Social Work*, 1(1): 15-30.
- The Aboriginal Justice Implementation Commission (1999) "The justice system and Aboriginal people", Government of Manitoba. Available at: http://www.ajic.mob.ca/reports/final_toc.html (accessed 15 May 2016).
- Vázquez, J. M. (1970). *Situación del Servicio Social em España: Estudio Sociológico*, Madrid: Instituto de Sociología Aplicada.
- Vervenioti, T. (2002) "Charity and nationalism: the Greek civil war and the entrance of right wing women into politics", in P. Baccheta and M. Power (eds) *Right wing women: From conservatives to extremists around the world*, London: Routledge.
- Zentner, C. and Friedmann, B. (1991). *The encyclopedia of the Third Reich*, New York, NY: Macmillan.

Referências das Notas do Tradutor²¹

- CASTRO, Manuel Manrique. *História do Serviço Social na América Latina*. 5. ed. rev. Trad. José Paulo Netto e Balkys Villalobos. São Paulo: Cortez, 2000.
- CFESS. *Seminário Nacional – 30 anos do Congresso da Virada (1979-2009)*. Brasília, DF: CFESS, 2009.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 17. ed. São Paulo: Cortez; Lima, Peru: CELATS, 2005.
- MARTINELLI, Maria Lúcia. *Serviço Social: identidade e alienação*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- NETTO, José Paulo. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. 7. ed. São Paulo, Cortez, 2004.

21 As referências a seguir são apresentadas segundo as normas da ABNT.

O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL NO ATUAL CONTEXTO ANTIDEMOCRÁTICO BRASILEIRO

THE ETHICAL-POLITICAL PROJECT OF SOCIAL WORK
IN THE CURRENT BRAZILIAN ANTI-DEMOCRATIC CONTEXT

Carlos Felipe Nunes Moreira

ARTIGOS

SEÇÃO TEMÁTICA

Revista Praia Vermelha	Rio de Janeiro	v. 29	n. 2	p. 529-558	2019
------------------------	----------------	-------	------	------------	------

RESUMO

O texto problematiza a categoria democracia, destacando particularidades nas sociedades capitalistas e sua relação político-econômica. A democracia liberal-burguesa historicamente experimentada no Brasil representa mediação indispensável para a caracterização da questão democrática contemporânea e suas relações com o exercício profissional de assistentes sociais comprometido com o projeto da profissão. A reflexão aponta para a necessidade de reconhecimento da democracia enquanto processo em disputa entre classes sociais, bem como para a defesa de um tipo de democracia incompatível com a ordem capitalista e sintonizada com o projeto atualmente hegemônico do Serviço Social.

PALAVRAS-CHAVE

Democracia. Poder político-econômico. Socialização do poder. Serviço Social. Projeto ético-político profissional.

ABSTRACT

The text problematizes the democracy category, highlighting particularities in capitalist societies and their political and economic relationship. The liberal bourgeois democracy historically experienced in Brazil represents indispensable mediation for the characterization of the contemporary democratic question and its relations with the professional practice of social workers committed to the project of the profession. The reflection points out to the need of the democracy recognition as a process in dispute among social classes, as well as to the defense of a type of democracy incompatible with the capitalist order and lined up with the currently hegemonic project of Social Work.

KEYWORDS

Democracy. Political and economic power. Socialization of power. Social Work. Professional ethical-political project.

Recebido em 29.01.2019

Aprovado em 27.03.2019

**CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE A DIMENSÃO
POLÍTICO-ECONÔMICA DA DEMOCRACIA LIBERAL-BURGUESA**

O enfrentamento aos desafios atualmente postos à classe trabalhadora brasileira e, nesse sentido, à categoria profissional de assistentes sociais, requer atenta análise teórico-crítica de determinados elementos inerentes ao movimento do real. Entre eles, a democracia apresenta-se revestida de centralidade. A compreensão do projeto ético-político do Serviço Social no contexto de inequívoco recuo de liberdades democráticas exige mediações que garantam a indissociabilidade das dimensões política e econômica na análise. Somado a isso, faz-se imprescindível uma interpretação socio-histórica – mesmo que sucinta – da categoria democracia que se coloque como contraponto a posicionamentos idealizadores que, em última instância, corroboram com a mistificação da categoria em tela.

Apesar da concentração social do poder político ser um elemento genérico a todas as formas históricas de supremacia de uma classe social sobre outra(s), no capitalismo há particularidades a serem consideradas. Wood (2011) apresenta alguns dos mecanismos ideológicos utilizados por intelectuais liberais – tais como Mitford, Böckh e Fustel de Coulanges – que construíram a ideia do trabalhador democraticamente livre das sociedades antigas (em especial a grega) como uma *“ralé ociosa” mantida pelo trabalho escravo*. Na avaliação da autora:

Nem mesmo a aparência de ralé ociosa pode ser explicada por uma nova preocupação com os males da escravidão, gerada por uma consciência democrática ampliada na Idade das Revoluções. Pelo contrário, a ralé ociosa nasceu sobretudo das mentes dos antidemocratas reacionários [...]. Nenhum desses escritores desconhecia que os cidadãos atenienses trabalhavam como agricultores ou artesãos. A *questão não era tanto o fato de eles não trabalharem, mas o de eles não trabalharem o suficiente e, acima de tudo, o fato de não servirem*. Sua independência e o lazer de que desfrutavam para poder participar da política foram a causa da condenação da democracia grega (ibidem, p. 169-70, grifo nosso).

Ainda de acordo com Wood, o mito da ralé ociosa na Antiguidade tem conexão tanto com a relação entre senhor e servo, como com a “[...] urgência de uma nova ordem social na qual o trabalho assalariado e sem propriedade se tornava, pela primeira vez na história, o modo dominante de trabalho” (2011, p. 172). Como é sabido, em cada época histórica existem modos de produzir historicamente determinados. E, no capitalismo, o trabalho é elevado a um *status* cultural inédito, no qual a ideologia passa a valorizar o chamado “trabalho duro”, subvertendo ideologicamente inclusive quem são os verdadeiros produtores de valor.

A vinculação dos sujeitos sociais às condições materiais de produção é proporcional à organização da sociedade em pressuposto da produção social (cf. HIRANO, 2001). O imperativo do lucro e da produtividade crescente do trabalho no capitalismo passou a requerer disciplinas de trabalho mais rigorosas, contexto no qual a ideologia burguesa foi determinante para atribuir ao capitalista – e não a quem executa o trabalho – as virtudes laborais pautadas na produtividade. Lógica essa ainda presente na economia moderna hegemônica, na qual a compreensão de “produtores” está relacionada aos capitalistas e não aos trabalhadores. Wood é assertiva ao apontar que:

[...] o trabalhador assalariado sem propriedade só pode desfrutar no capitalismo da liberdade e da igualdade jurídicas, e até mesmo de todos os direitos políticos de um sistema de sufrágio universal, desde que *não retire do capital o seu poder de apropriação*. É aqui que encontramos a maior diferença entre a condição do trabalho na antiga democracia ateniense e no capitalismo moderno (op. cit., p. 173, grifo nosso).

Trata-se de uma evidência histórica o fato de o liberalismo, em boa parte de sua trajetória, ter se apresentado explicitamente como alternativa à democracia. Frações do pensamento dominante – desde o catolicismo ultramontano até os diferentes fascismos – mantiveram-se em oposição aberta à democracia moderna até recentemente. Observa-se uma alteração nesta composição no século XX. O enfraquecimento do fascismo¹ como força atuante no cenário político mundial e a alteração tática da burguesia no enfrentamento aos processos de socialização do poder foram determinações sociopolíticas importantes para esta alteração (COUTINHO, 2009). “A partir dos anos 1930, o liberalismo assumiu a democracia e passou a defendê-la, ainda que não sem antes minimizá-la, empobrecendo suas determinações, concebendo-a de modo claramente redutivo” (id., *ibid.*, p. 15).

Frequentemente a democracia é tida como uma situação estática, desconsiderando o exame das orientações evolutivas reais. Tendo o trabalho como categoria ontológica do ser social, largos estratos da tradição marxista apresentam ângulos interpretativos sobre a questão democrática orientados por um processo teórico *de anulação, de conservação e de elevação a um nível superior*. Neste sentido, o entendimento de democracia referenciado pela tradição crítico-dialética não é uma mera ampliação da democracia liberal-burguesa. Sobre este tema, Lukács afirma que:

Ao contrário, aquela é o oposto desta última. Antes de mais nada porque esta deve ser não a superestrutura idealista do materialismo espontâneo da sociedade civil, mas um fator material que movimenta o próprio mundo social; um fator não mais baseado, porém, nas muitas barreiras naturais [...], mas baseado precisamente no ser ontologicamente social que está sendo constituído. *Por isso, a tarefa da democracia socialista é penetrar realmente na inteira vida material de todos os homens, desde a cotidianidade até as questões decisivas da sociedade; é dar expressão à sua sociabilidade enquanto produto da atividade pessoal de todos os homens* (2008, p. 117, grifo nosso).

Na perspectiva marxiana, a essência humana socialmente livre e emancipada relaciona-se ao processo histórico de superação da

1 Se por um lado é inegável o enfraquecimento do fascismo com a força de outra no cenário político mundial, por outro é inequívoco seu atual revigoreamento em diversas partes do mundo, incluindo países de elevado Índice de Desenvolvimento Humano, como – para citar apenas um exemplo – a Suécia.

ordem social vigente construído na realidade concreta, alavancando as conquistas da classe trabalhadora já alcançadas e elevando-as a outro patamar (cf. MARX; ENGELS, 2007). É em função disso que Marx vai se posicionar a favor da necessidade de se levar a cabo as promessas democráticas da Revolução Francesa de 1789 e afirmar que “a primeira fase da revolução operária é o advento do proletariado como classe dominante, a conquista da democracia” (2004, p. 51). De acordo com Lukács (2008), a abordagem ontológica da democracia requer considerá-la como um processo de democratização político-econômico, ao invés de uma situação inerte. Ou seja, como “concreta força política ordenadora daquela particular formação econômica sobre cujo terreno ela nasce, opera, torna-se problemática e desaparece” (LUKÁCS, *ibidem*, p. 85).

As práticas sociais comprometidas com a emancipação humana – incluindo certamente o trabalho profissional de assistentes sociais quando filiados ao projeto hegemônico do Serviço Social – são, neste sentido, ações políticas intrinsecamente articuladas aos condicionantes da esfera do trabalho e aos movimentos de resistência e de superação de tais condicionantes. Assim sendo, a disputa pela socialização do poder político no conjunto da sociedade e nas suas esferas particulares está invariavelmente condicionada pela concentração do poder econômico.

Destacando a unicidade entre política e produção social – mediada pelas classes sociais –, Lukács (*ibidem*) afirma que a forma política clássica da moderna democracia burguesa emergiu e entrou em funcionamento acolhendo, no plano formal, garantias como liberdade e igualdade. Porém, no fundamento socioeconômico capitalista, essas garantias não só “[...] são respeitadas no intercâmbio baseado nos valores de troca, mas o intercâmbio dos valores de troca é a base produtiva real de toda igualdade e liberdade” (MARX, 195-, s/n).

Seguindo tal concepção teórica, Wood diz que na democracia capitalista moderna, a desigualdade e a exploração socioeconômica coexistem com a liberdade e a igualdade cívicas; na qual o poder do capitalista de se apropriar da mais-valia não depende de privilégios jurí-

dicos ou de condição cívica, mas do fato de os trabalhadores não possuírem os meios de produção (2011, p. 173). Complementa a autora:

A separação da condição cívica da situação de classe nas sociedades capitalistas tem, assim, dois lados: de um, o direito de cidadania não é determinado por posição socioeconômica – e, neste sentido, o capitalismo coexiste com a democracia formal –, de outro, a igualdade cívica não afeta diretamente a desigualdade de classe, e a *democracia formal deixa fundamentalmente intacta a exploração de classe*. [...] A conquista da democracia formal e do sufrágio universal certamente representou um enorme avanço histórico, mas no final o capitalismo ofereceu uma nova solução para o velho problema de governantes e produtores. Já não era mais necessário corporificar a divisão entre privilégio e trabalho numa divisão política entre os governantes apropriadores e os súditos trabalhadores, uma vez que a democracia poderia ser confinada a uma esfera “política” formalmente separada, enquanto a “economia” seguia regras próprias (*ibidem*, p. 173-4, grifo nosso).

Um importante eixo analítico da produção capitalista, revelado por Marx, refere-se às relações sociais e à estruturação desigual do poder entre as classes, tendo o Estado como legitimador fundamental dessa estrutura. A base produtiva em si existe sob aspecto de formas políticas, sociais e jurídicas determinadas pelas formas de propriedade e de dominação, na qual o modo de produção e as suas leis econômicas constituem uma dada forma histórica totalizadora das relações sociais. Apesar de as instituições políticas e jurídicas existirem independentemente das relações de produção, as relações de produção em si tomam a forma de relações jurídicas e políticas particulares.

Dito de outro modo: a concentração social dos meios de produção e a realização da mais-valia são condições postas pelo modo de produção do capital, onde as instituições políticas e jurídicas têm função de apoio aos processos particulares de produção do valor. As reflexões de Wood (2011) e de Poulantzas (1980) – por exemplo – informam que, no capitalismo, o trabalhador é livre para ter sua for-

ça de trabalho explorada, porém “[...] não podendo introduzir-se no processo de trabalho sem comprometimento do proprietário, comprometimento representado juridicamente pelo contrato de compra e venda da força de trabalho” (POULANTZAS, *ibidem*, p. 22). Não há coação política ou jurídica, mas as dimensões políticas e jurídicas legitimam esse tipo de liberdade, tendo o Estado significado indispensável para a garantia dessas relações fundamentadas em uma igualdade formal.

Para Gramsci (2007), *enquanto persistir a desigualdade econômica entre os indivíduos, não haverá possibilidade da existência de uma igualdade política*. E é nas sociedades capitalistas, como comprova Wood (2011), em que há um grau inédito de diferenciação entre o econômico e o político expresso na privatização do poder político aos interesses de somente uma classe; a partir de uma democracia orientada formalmente pelo sufrágio universal que imprime a aparência de que todos dela participam.

Na interpretação leninista, a posição de Engels sobre o processo de edificação de um Estado operário encerra a ideia de que o posterior processo histórico de letargia e definhamento desse semi-Estado é, *pari passu*, o definhamento da democracia, uma vez que “[...] democracia é também Estado e, por conseguinte, desaparecerá quando o Estado desaparecer. Só a Revolução pode ‘abolir’ o Estado burguês. O Estado em geral, isto é, a plena democracia, só pode ‘definhar’” (LENIN, 2017, p. 20). Não se trata aqui, em nenhuma hipótese, de atribuir à democracia qualquer despreço, tendo em vista que a República democrática representa a melhor forma de governo para os trabalhadores sob o regime capitalista (cf. *id.*, *ibid.*).

Trata-se de atribuir à democracia um valor tático e não estratégico. Sendo assim, a elevação do operariado à classe dominante exige a sua supremacia político-econômica a partir da conquista da democracia, mas a democracia em si – enquanto relação social mediada pelo Estado – define e desaparece historicamente ao passo que o Estado e as classes sociais também se extinguem. Democracia, portanto, compreendida como processos de disputa e de socializa-

ção do poder político, articulados intrinsecamente à socialização das forças produtivas (cf. COUTINHO, 1984).

Essa socialização objetivada na participação política impõe a necessidade de socializar os meios e os processos de governar o conjunto da vida social. Considerando que “o valor, através dos atos que o realizam, alcança o desdobramento desse ser em si, sua elevação para o verdadeiro ser-para-si [...]” (LUKÁCS, 2013, p. 90) e que é o valor que impõe a realização da práxis humana, não o inverso (*id.*, *ibid.*), a socialização do poder político aparece como valor da democracia e, conseqüentemente, das práticas sociais de caráter anticapitalista e emancipatório. Neste sentido, faz-se legítimo compreender que é a *socialização do poder político*, então, um valor universal.²

Em síntese: a democracia é condição tanto para a conquista quanto para a consolidação e aprofundamento do socialismo. Fundamentalmente, a relação da democracia socialista com a democracia liberal é uma relação de superação dialética: a primeira elimina, conserva e eleva a um nível superior as conquistas da segunda (COUTINHO, 1984). A democracia socialista pressupõe, “[...] por um lado, a criação de novos institutos políticos que não existem, ou existem apenas embrionariamente, na democracia liberal clássica; e, por outro, a mudança de função de alguns velhos institutos liberais” (*id.*, *ibid.*, p. 25-6).

Após essa brevíssima introdução teórico-histórica acerca da democracia liberal-burguesa, a interpretação do projeto ético-político do Serviço Social no atual contexto antidemocrático político-econômico brasileiro exige, em seguida, a mediação com dadas qualidades da democracia no país e sua caracterização nos dias atuais. Afinal, se

2 Um fato que corrobora tal posição é que Coutinho, na autocrítica que fez sobre seu conhecido ensaio “A democracia como valor universal”, indicou que, se pudesse reescrevê-lo, o denominaria de “A democratização como valor universal”. Cf. BRAZ, Marcelo. A democracia como valor universal: um clássico da esquerda no Brasil. In: _____. (Org.). *Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

economia e política conformam um binômio indivisível mediado centralmente pela categoria trabalho, o fato de o Serviço Social configurar uma profissão “englobada na divisão social-técnica do trabalho” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008, p. 179) impõe o tratamento desse binômio nas análises sobre o exercício profissional e a questão democrática.

PARTICULARIDADES SOCIO-HISTÓRICAS DA CONSTITUIÇÃO DA DEMOCRACIA BRASILEIRA E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

Em função dos limites deste artigo, não há condições de realizar abordagens históricas mais profundas. Uma vez eleita a década de 1980 como principal recorte temporal do texto, algumas mediações, porém, não podem ser descartadas. Neste sentido, determinadas particularidades históricas da conformação da sociedade brasileira constituem chaves analíticas para a compreensão dos conceitos (plenamente funcionais para a compreensão dos dias de hoje): “democracia restrita” e “autocracia burguesa”, trabalhados por Fernandes (2005). Apesar da revolução burguesa nacional representar incontornável marco histórico deste debate, uma observação preliminar se faz necessária: as alterações macrossociais no Brasil do século XX têm profundas conexões com o passado escravocrata brasileiro.

A formação social contemporânea apresenta traços que guardam relações com o período colonial no Brasil, tendo em vista que “a escravidão gerou uma estrutura social vigorosa, produziu instituições duradouras e engendrou mentalidades que persistem de algum modo até nossos dias” (MARTINS, 2005, p. 20). Uma ordem social pré-capitalista orientada política e economicamente pelo mandonismo e por privilégios trouxe marcas permanentes às relações sociais no Brasil e à sua posterior inserção periférica no processo de reprodução ampliada global do capital.

É correto afirmar que a Independência representou a primeira grande revolução social brasileira. Via transição pacífica, bem articulada e segura para as elites. Seu caráter revolucionário reside na cons-

trução de um novo tipo de relações políticas. O que se apresenta como mais caro para o debate sobre a democracia no país são as marcas de uma “revolução passiva” (GRAMSCI, 2000) presentes no movimento independentista: a revolução se realizou através apenas dos setores dominantes, com rearranjos – e não tomada – do poder. Tal como na Itália do *Risorgimento*, a revolução burguesa não seguiu a chamada via clássica que tem como paradigma a Revolução Francesa. Somam-se ainda, no caso brasileiro, traços de um processo característico do prussianismo.

De acordo com Fernandes (2005), no período compreendido entre o fim do Império e o início da República, apenas os germes da dominação burguesa estão presentes no Brasil. Sua efetivação está imbricada a outra revolução passiva, na qual frações da burguesia emergente – ligadas à indústria e à agroexportação – convergem primeiro e prioritariamente para a tomada do poder no âmbito do Estado, unificando-se como classe dominante no plano político antes de converter sua dominação socioeconômica ou de ter criado instituições próprias de poder para a maior promoção de seus intelectuais orgânicos. A análise de Mosca (apud ALIAGA, 2016) é aqui bem adequada: uma classe política, caracterizada como uma minoria que monopoliza o poder político e que goza de seus privilégios, desta maneira tornando a cisão entre uma minoria que governa e a massa de governados uma realidade permanente e incontornável.

A revolução passiva se realizou por uma transição gradual, buscando incorporar múltiplos interesses das elites (compondo por vezes adaptações ambíguas), escassas reivindicações provindas “de baixo” e foi orientada por uma concepção atrofiada de política em Maquiavel (1989): entendida primeiramente como a luta entre os homens por poder e privilégios. Outra resultante dos movimentos de revolução passiva foi o *fortalecimento da sociedade política em detrimento da sociedade civil*, com o qual se sobredetermina o modo de relacionamento entre intelectuais e as classes sociais.

Portanto, estamos diante de uma burguesia dotada de moderado espírito modernizador e que, além do mais, tendia a circunscrever a

modernização ao âmbito empresarial e às condições imediatas da atividade econômica ou do crescimento econômico. Saía desses limites, mas como meio – não como um fim – para demonstrar sua civilidade. Nunca para empolgar os destinos da nação como um todo, para revolucioná-la de alto a baixo [...]. [Somado a isso,] a dominação burguesa se associava a *procedimentos autocráticos, herdados do passado ou improvisados no presente, e era quase neutra para a formação e difusão de procedimentos democráticos alternativos*, que deveriam ser instituídos (na verdade, eles tinham existência legal ou formal, mas eram socialmente inoperantes). (FERNANDES, 2005, p. 242-3, grifo nosso).

O conservadorismo e o autoritarismo intrínsecos ao Estado brasileiro ajudam a compreender por quais motivos o liberalismo não fora incorporado organicamente (tal como na Europa e, em certa medida, nos EUA) pelas elites burguesas brasileiras (cf. FREIRE, 2012). Há aqui elementos preliminares que permitem afirmar que a concentração do poder político revela-se, destacadamente, como importante expressão da questão social brasileira desde a gênese do capitalismo no país. As particularidades dessa concentração se expressam no modo como a democracia e a democratização se realizam historicamente nas relações sociais no plano nacional. Neste sentido, a autocracia burguesa, por tratar-se de um conceito amplo, não está restrita aos períodos de suspensão da democracia formal e das liberdades legais no Brasil.

A autocracia compõe um nexos socio-histórico da formação social brasileira, pós consolidação do poder burguês, estruturante de uma democracia do tipo restrita – herdada do passado e repaginada no presente – bastante impermeável à socialização do poder político. Deste modo, a democracia experimentada no país “[...] faz com que a intolerância tenha raiz e sentido políticos; e que a democracia burguesa [...] seja de fato uma ‘democracia restrita’, aberta e funcional só para os que têm acesso à dominação burguesa” (FERNANDES, 2005, p. 249). A análise de Lukács complementa bem a questão:

O que hoje se costuma chamar de liberdade é o resultado da indiscutível vitória das forças capitalistas. É evidente que, em função das trans-

formações qualitativas sofridas pelo capitalismo desde seus inícios até hoje, também a sua superestrutura política, a liberdade própria da democracia burguesa teve de sofrer algumas mudanças, embora tenha permanecido essencialmente intacta a sua estrutura fundamental, aqui descrita nos termos de Marx. Na verdade, pode-se e deve-se dizer que, no curso deste desenvolvimento, as características fundamentais desta democracia burguesa afirmaram sua natureza, sua vida interior, com clareza e pureza ainda maiores do que fora possível nos períodos revolucionários iniciais, que ainda comportavam muitas ilusões. Por isso, quando hoje falamos da democracia burguesa, da liberdade que nela se realiza, devemos nos basear naqueles conteúdos e formas que caracterizam especificamente o capitalismo atual (2008, p. 94-5).

Os períodos nos quais a autocracia burguesa apresentou seu maior grau de intensidade são didáticos fatos históricos para a compreensão da unidade entre política e economia, tal como entre coerção e consenso. A função econômica do Estado brasileiro durante as ditaduras foi, na maior parte das vezes, o de sustento e fomento à acumulação privada em um cenário de crise do capital, adotando elementos de planejamento e intervenção econômicos com vistas a favorecer, orientar e dinamizar a elevação das taxas de lucro da burguesia nacional e estrangeira.

No plano teórico-metodológico, ditaduras e democracias no capitalismo sustentam-se sobre os *mesmos* determinantes sociais, alterados em intensidades proporcionalmente opostas a depender do avizinhamento de uma hegemonia em situação de crise ou de seu restabelecimento. A classe que concentra o poder político-econômico, ao não mais ser capaz de sustentar o consenso (ativo e passivo) e o seu potencial diretivo, torna-se unicamente classe dominante, detentora da força coercitiva diante do questionamento social das ideologias tradicionais (cf. BIANCHI, 2017).

Na democracia nacional, sendo assim, a supremacia da sociedade política em relação à sociedade civil atribui aos aparelhos repressivos do Estado uma funcionalidade aproximada daquela observada nas ditaduras bonapartistas e, ao mesmo tempo, reduz as possibili-

dades dos aparelhos privados de hegemonia da classe trabalhadora se constituírem como sujeitos coletivos de maior efetividade na disputa pelo poder político e na relação com o Estado, com vista à garantia e ampliação dos direitos sociais e aos interesses da maioria.

A semelhança entre regimes democráticos liberais e ditaduras (especialmente do tipo bonapartista) fica também evidenciada a partir da análise do conceito “bonapartismo *soft*”, de Losurdo (2004), no qual o autor aponta – na democracia contemporânea – as tendências de centralização do poder na esfera do Executivo, de redução dos espaços de participação social na arena política, de fortalecimento à personalização do poder e de aprofundamento do “monopartidarismo competitivo” que compromete a possibilidade de alternância de projetos políticos no poder.

De acordo com Demier (2016), a novidade apresentada nas últimas décadas é que nas democracias representativas já não há representação política alguma de amplas camadas da população, além de não existir mais a possibilidade, pelos caminhos institucionais, de impor limites às exigências do capital. Neste sentido:

[...] regimes democrático-burgueses, nos quais os elementos democráticos mostram-se, logicamente, majoritários, podem, por vezes, conter elementos ditatoriais (residuais ou em fermentação) em proporção inferior àqueles, o que é possível de ser percebido quando observamos democracias liberais que apresentam aspectos como uma exagerada força do Poder Executivo e da burocracia na condução do país, a subordinação do Legislativo e de seus partidos às imposições do Executivo, uma participação quase incontinente das Forças Armadas nos assuntos políticos e severas limitações às atividades sindicais e políticas da classe trabalhadora por meio da repressão policial ou de normatizações restritivas. Temos, nestes casos, *regimes democráticos em que a existência de aspectos ditatoriais*, embora lhes forneça configurações particularmente reacionárias, *não chega a alterar-lhes seu sentido político fundamental* (democrático-burguês). (DEMIER, 2014, p. 169, grifo nosso).

Em um esforço de síntese, é possível afirmar que os processos de socialização do poder político no Brasil estão historicamente marcados por revoluções passivas e mediados por uma democracia restrita às elites, na qual a perspectiva autocrática representa um recurso político ininterrupto na relação do Estado junto às classes trabalhadoras. Desta forma, *a dimensão coercitiva do consenso passivo se sobrepõe ao consenso em si* na democracia nacional³ (cf. MOREIRA, 2018), turvando os limites entre democracia formal e ditadura bonapartista. Um bonapartismo *soft* à brasileira. Fato esse que, se por um lado, pode significar que a força é o requisito basilar da garantia da hegemonia burguesa no país, por outro pode representar que essa hegemonia está, de alguma maneira, constantemente fragilizada.

A década de 1980 é fundamental para a compreensão da sociedade civil no Brasil atual, pois representou um período de particular desenvolvimento no que tange ao surgimento e à (re)organização de aparelhos privados de hegemonia – de ambas as classes: dominante e trabalhadora – a partir de um maior reavivamento das lutas sociais. Isto complexificou os processos de direção e de maturação da hegemonia tradicional em cenário marcado por uma evolução na democratização política e pela ampliação das lutas sociais. Fenômenos esses desenvolvidos em concomitância com uma crise do padrão de acumulação capitalista expressa pela recessão econômica, desemprego e precarização nas condições de reprodução da força de trabalho (cf. DURIGUETTO, 2007).

Em especial nessa década, a restauração da democracia formal configurou o horizonte político-teleológico das lutas sociais em geral

3 Um significativo exemplo concreto e contemporâneo daquilo aqui denominado de “dimensão coercitiva do consenso” é o fato de, entre 2013 e 2018, o total de escolas públicas geridas pela Polícia Militar ter crescido 212%. Cf. CAMPOREZ, Patrik. Número de escolas públicas “militarizadas” no país cresce sob o pretexto de enquadrar os alunos. *Revista Época*. 2018. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/numero-de-escolas-publicas-militarizadas-no-pais-cresce-sob-pretexto-de-enquadrar-os-alunos-22904768>>. Acesso em: 14 dez. 2018.

no país, relegando ao plano da utopia (ou mesmo da descartabilidade em certos momentos) o tema da revolução em um contexto de supervalorização alienada⁴ tanto da democracia liberal, quanto “[...] de uma sociedade civil filantrópica e cosmopolita, para a qual todos colaborariam, sem conflitos de classes sociais” (FONTES, 2006, p. 233-4). Fortemente em desalinho teórico-político com as análises que apontam para o seguinte: “a crise do socialismo real [...] comprova que a superação positiva da ordem do capital reclama a *radical socialização do poder político e socialização da economia*, sem as quais a alternativa comunista é impensável” (NETTO, 2017, p. 44, grifo nosso).

A retomada da democracia formal brasileira e a aprovação de uma nova Constituição com inspirações nas experiências do Estado de bem-estar social coincidem com a fase de ascensão global da hegemonia neoliberal que sustenta, como diagnósticos da crise capitalista, que dotar o Estado de amplas responsabilidades sociais também implica no agravamento da crise fiscal do Estado. E, como informa Anderson (1995), que o poder político de sindicatos e outros aparelhos privados dos trabalhadores é nocivo à retomada do crescimento econômico e das taxas de lucros.

A sobreposição da coerção ao consenso – marca histórica da sociabilidade burguesa brasileira – é reforçada e expandida com a perspectiva neoliberal de manter um Estado atuante em sua capacidade de desorganizar o poder dos sindicatos, ativo no controle da destinação do fundo público e débil na promoção de investimentos na área social. No plano ideológico, por sua vez, o neoliberalismo contrapõe-se explicitamente:

[...] à *cultura democrática e igualitária da época contemporânea*, caracterizada não só pela afirmação da igualdade civil e política para todos, mas também pela busca da redução das desigualdades entre os indivíduos no plano econômico e social, no âmbito de um objetivo mais amplo de libertar a sociedade e seus membros da necessidade e do risco (NUNES, 1991, p. 502, grifo nosso).

4 Alienação utilizada aqui no sentido de não conhecer o todo do processo e não se reconhecer no resultado final deste.

O arcabouço político-ideológico elaborado pela intelectualidade orgânica liberal⁵ traz no seu fundamento “[...] uma argumentação que restaura o mercado como instância mediadora societal elementar e insuperável e uma proposição política que repõe o Estado mínimo como única alternativa e forma para a democracia” (NETTO, 2017, p. 47). Dentro dessa lógica e excetuando os regimes ditatoriais, o *neoliberalismo é, por excelência, o modo de organização político-econômico mais estéril do capital para o êxito das lutas sociais por direitos e ampliação da participação política*.

Em resumidas contas, a proposta neoliberal centra-se na *inteira despolitização das relações sociais* [...]. Ora, é precisamente o conteúdo político desta despolitização que permitiu ao *neoliberalismo converter-se em concepção ideal do pensamento antidemocrático contemporâneo* [...]. A grande burguesia monopolista e a oligarquia financeira, em todas as latitudes, [...] desejam e pretendem, em face da crise contemporânea da ordem do capital, é erradicar mecanismos reguladores que contenham *qualquer componente democrático de controle do capital*. O que desejam e pretendem não é “reduzir a intervenção do Estado”, mas encontrar as condições (hoje só possíveis com o *estreitamento das instituições democráticas*) para direcioná-la segundo seus particulares interesses de classe (id., ibid., p. 50, grifo nosso).

A despolitização da política em prol da economia (cf. LINHARES, 2011) promovida pelo neoliberalismo acentua a tendência histórica de a coerção suplantar o consenso passivo na democracia restrita brasileira e na sua luta de classes, mesmo que para isso – por vezes – a legalidade formal do uso da força seja negligenciada pelo Estado. Como bem afirma Gramsci, “quanto maior é a massa de apolíticos, tanto maior deve ser a contribuição das forças ilegais. Quanto maiores são as forças politicamente organizadas e educadas, tanto mais é preciso ‘resguardar’ o Estado legal etc.” (2007, p. 265).

Nos anos 1990, a programática neoliberal para o enfrentamento da crise capitalista no Brasil foi enfocada numa perspectiva de con-

5 Tais como Hayek, Popper, Friedman e Rawls, entre outros.

quistar o consentimento dos trabalhadores acerca de novos valores que legitimem as mudanças requeridas pelo processo de reestruturação produtiva e de contrarreforma do Estado. Com este objetivo, desqualificou ideologicamente a organização coletiva do operariado e alçou o individualismo à condição de responsável pela garantia de melhorias – imediatistas e particulares – da qualidade do padrão de vida. Na compreensão de Duriguetto (2007), tanto as transformações no âmbito da produção como a ofensiva neoliberal constituem fatores centrais que têm determinado a obstrução das possibilidades de ampliação da democracia brasileira.

A manutenção da ordem previamente estabelecida na condução da política econômica, durante os quatorze anos consecutivos em que o Partido dos Trabalhadores ocupou a presidência do país, ficou evidenciada já no primeiro mandato de Lula da Silva quando, por exemplo, pôs à frente do Banco Central um notório economista⁶ de perspectiva neoliberal e compôs seu Ministério aprofundando a presença de representantes do grande capital⁷. Aqui residem pontuais elementos – que representam importantes frações de uma totalidade – que sustentam a tese da “hegemonia às avessas”, de Oliveira (2010, p. 24): “[...] enquanto as classes dominadas tomam a ‘direção moral’ da sociedade, a dominação burguesa se faz mais descarada”. A condensação das lutas sociais contra, sobretudo, a desigualdade e o pauperismo que historicamente ascenderam o PT ao poder tornou-se, centralmente, uma matéria de gestão de políticas públicas, despolitizando o trato de expressões medulares da questão social, instrumentalizando a pobreza e intervindo como questão administrativa do Estado.

6 Referência a Henrique de Campos Meirelles, executivo da área financeira com trajetória internacional à frente de instituições como BankBoston, Lazard Americas e Lloyd's of London, por exemplo.

7 Como a escolha de Roberto Rodrigues (liderança política no ramo do agronegócio) para a pasta da Agricultura e de Luiz Fernando Furlan (representante do setor de *commodities*) para o Desenvolvimento, por exemplo.

A abrupta alteração no cenário político brasileiro, ocorrida em 2016, mas iniciada com as chamadas “jornadas de junho”⁸, em 2013, tem sido compreendida de maneiras variadas por intelectuais e organizações da classe trabalhadora. Sem dúvida, a conjuntura recente do país permanece exigindo uma análise teórico-política aprofundada. Safatle (2015) define esse período conjuntural como o fim da Nova República, no qual o modelo de governabilidade sintetizado no fim da ditadura – com sua dinâmica de conflitos, suas polaridades e projetos – perdeu sua funcionalidade. “Nesse sentido, de nada adianta alimentar a ilusão de que o Brasil anda lentamente em direção ao ‘aperfeiçoamento democrático’ e à ‘consolidação de suas instituições’” (Safatle, *ibidem*, s/n).

Foge ao escopo deste texto debater a legalidade ou não do processo institucional-parlamentar ocorrido em 2016. Fato este que não contradiz o acordo com as caracterizações que o definem como *golpe*. Contudo, duas dimensões desse contexto são incontornáveis para a reflexão em curso: a) a democracia liberal-burguesa não foi submetida naquele momento a uma desconfiguração em suas estruturas; b) as mudanças operadas estão centralmente mediadas pelas exigências do capital no que tange à contrarreforma do Estado brasileiro.

Uma análise superficial poderia apontar que, após a consumação do movimento de *impeachment* de Dilma Vana Rousseff da presidência da República, a democracia brasileira sofreu um ataque aos seus princípios básicos e deslegitimou a participação popular via sufrágio. Considerando que a aparência de qualquer fenômeno guarda algum grau de relação com a sua essência, tal análise peca pela idealização da democracia na sociedade do capital e por não desvelar as

8 Compreender as “jornadas de junho de 2013” com profundidade é uma tarefa histórica que ainda está em processo de maturação. Sobre o tema há importantes ensaios críticos como, por exemplo, “Os sentidos de junho”, de Ruy Braga (disponível em: < <https://blogdaboitempo.com.br/2015/07/06/os-sentidos-de-junho/> >). Outra opção, cf. VAINER, Carlos et al. *Cidades Rebeldes: passe livre as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013.

raízes do fenômeno.

Destarte, a ideia de “democracia blindada” (DEMIER, 2016) contribui com o aprofundamento do debate ao contextualizar como os países de capitalismo central (e posteriormente os periféricos) organizaram suas estruturas político-democráticas de modo a garantir sua impermeabilidade a reivindicações de caráter popular a favor da contrarrevolução preventiva. Os processos de concentração do poder político que se acirram no Brasil têm fundamento histórico-econômico na crise capitalista da década de 1970 e, na mesma esteira, no esgotamento das experiências de bem-estar social. Deste modo:

[...] se nas democracias liberais europeias do welfare state fordista, importantes demandas dos trabalhadores encontravam, ainda que de forma filtrada e rebaixada, expressão nas políticas públicas levadas a cabo pelos governos – conformando, portanto, uma espécie de “colaboração de classes” assentada em um efetivo pacto social –, não se pode dizer o mesmo dos regimes democrático-liberais do tardo-capitalismo. [...] uma das metas políticas aventadas pelos intelectuais orgânicos das classes dominantes [...] era tornar os regimes democrático-liberais imunes (ou pelo menos não muito suscetíveis) às “exigências populares”. Livrá-los dos “‘excessos’ democráticos, paralisantes da alegada vitalidade do mercado” (id., *ibid.*, s/n).

Para Demier (*ibidem*), as reconfigurações na democracia liberal-burguesa permanecem em curso, destacando e intensificando o caráter de classe dessa democracia. Uma democracia imunizada às reivindicações dos trabalhadores e marcada por forte repressão policial seletiva, assemelhando-se às concepções de democracia para a burguesia dos séculos XVIII e XIX. Neste sentido, as democracias blindadas:

[...] têm seus núcleos políticos decisórios (ministérios, secretarias, parlamentos, tribunais etc.) praticamente impermeáveis às demandas populares. Ademais, *guardando uma autonomia quase absoluta em relação aos processos eleitorais* e, portanto, livres de qualquer tipo (ainda que mínimo) de controle popular, certos organismos do Estado

responsáveis pelas questões consideradas estratégicas (como os bancos centrais, agências reguladoras etc.) tornaram-se monopólios inquestionáveis dos representantes políticos e prepostos comerciais da classe dominante. [...] Livres de incômodos aditamentos social-democráticos, as democracias blindadas se mostram, portanto, como as democracias burguesas *par excellence*. Completamente nua, a democracia burguesa se sente mais à vontade. Na última de suas sete vidas shakespearianas, ela pode até estar sem dentes, sem olhos, sem paladar, sem nada, *mas ainda está. Ainda é*. Parafrazeando Florestan Fernandes, pode-se dizer que o baile burguês continua, só que agora sem máscaras (DEMIER, 2016, grifo nosso).

Há uma relação simétrica entre este atual quadro sociopolítico e as mudanças em curso no âmbito das políticas sociais, determinadas pelas exigências de contrarreforma neoliberal do Estado e de retomada do crescimento das taxas de lucros e de juros. A fase que se iniciou no Brasil, após a saída do Partido dos Trabalhadores do governo federal, elevou a outro estágio a subsunção dos serviços públicos ao neoliberalismo. Além das políticas sociais encontrarem-se significativamente inviabilizadas de sua efetivação ampla e real, o risco iminente é de um desmonte cada vez mais acelerado dessas políticas.

Não há hegemonia sem consenso e – na atual fase de desenvolvimento do capitalismo brasileiro e de sua democracia – não há possibilidade de consenso sem políticas sociais (sobretudo por conta da função ideológica e de controle social desempenhado por elas). Porém, a aparência dessas políticas mistifica sua essência cada vez mais inócua para as respostas imediatas às expressões da questão social.

O *modus operandi* do Estado democrático brasileiro, de suplantar a coerção ao consenso na manutenção da ordem, foi retomado de maneira bastante célere de 2017 em diante, além de permanecer em ascendência constante. O recurso da intervenção federal político-militar, em 2018, no estado do Rio de Janeiro, o recrudescimento da criminalização do ativismo político, a recorrente utilização explicitamente política e seletiva do poder judiciário e o envolvimento

público de representantes do alto escalão das Forças Armadas na vida política do país são exemplos que revelam dada hipertrofia dos aparelhos repressivos do Estado.

Estamos diante de uma complexa e instalada crise de representação tradicional parlamentar que, conseqüentemente, expõe algumas das fragilidades estruturais da democracia liberal. Sob tal determinação, a hegemonia burguesa encontra-se em uma crise não tensionada por lutas sociais revolucionárias, mas principalmente por disputas intraburguesas e, contraditoriamente, através de largos estratos da sociedade civil que legitimam o avanço da coerção como a solução da crise política.

A necessidade de sustento ideológico ao golpe de 2016 requisiu a elaboração no imaginário social – com protagonismo da grande mídia comercial – de um “inimigo comum”. Este foi o Partido dos Trabalhadores. Já definitivamente identificado pelas elites como incapaz de implementar a contrarreforma do Estado nos elevados patamares exigidos, sua participação em esquemas de corrupção foi seletivamente exponenciada e sua imagem associada, de maneira genérica e imprecisa, a um autoritarismo quase ditatorial. Amplos segmentos da população, com o receio de uma nova vitória do PT na corrida presidencial de 2018, aderiu – de modo contraditório – a um projeto de sociedade inequivocamente antidemocrático.

A insurreição do ideário e de práticas de cunho fascista (e mesmo nazista) no país revelam, entre outros, dois pontos: i) os trabalhadores em geral não vislumbram soluções pelas vias institucionais tradicionais para a crise capitalista; ii) a esquerda brasileira não tem consolidado um projeto alternativo de sociedade a ser apresentado neste momento de crise de hegemonia. Deste modo, “[...] a essência da Nova República foi a reversão do potencial de transformação em conservação” (SAFATLE, 2015, s/n).

Nesse caso, as saídas podem ser variadas, mas dificilmente será aquela na contramão do capitalismo. O Estado brasileiro inaugura a mais recente fase da “contrarrevolução preventiva e prolongada brasileira” (FERNANDES, 2005), agora “à quente” (id., ibid.). Neste exato momento histórico em que a fronteira entre a nossa democra-

cia restrita e a ditadura militar apresenta sinais de rompimento, a democracia blindada (DEMIER, 2016) cede terreno para a “democracia dos blindados” (idem, 2018).

DESAFIOS POSTOS AO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL NA ATUALIDADE NACIONAL

Como mostrado, o movimento ideológico que mistifica a unidade entre política e economia mantém seguras as estruturas desiguais de produção social no capitalismo, ao mesmo tempo que dá a aparência de igualdade política e de liberdade social à democracia liberal-burguesa. Tal lógica se expressa para além da abstração, se materializando no padrão das relações sociais e, neste sentido, nos modos como as instituições – dentre elas aquelas que comportam assistentes sociais em seus quadros profissionais – se organizam para estabelecer formalmente canais de participação política e de gestão democrática dos serviços que têm, como limite, as regras da economia.

Pensar o Serviço Social diante do atual contexto antidemocrático no Brasil imprime a necessidade de rigor teórico nas análises do universal ao particular, condicionada aos determinantes gerais e específicos da profissão. Entre eles o fundamental: assistente social é parte da classe trabalhadora e, portanto, é um trabalhador assalariado. A condição de assalariamento impõe limites concretos ao fazer profissional e é nessa tensão inerente à luta de classes, que o assistente social vai se utilizar da sua relativa autonomia para – em sintonia com o projeto hegemônico do Serviço Social – atender mais amplamente os interesses, anseios e reivindicações legítimas e democráticas da classe trabalhadora (e não somente os interesses institucionais *stricto sensu*).

Ao compreender a concentração do poder político como dada expressão da questão social (cf. MOREIRA, 2018), assistentes sociais encontram-se diante do compromisso ético de um “posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, *bem como sua gestão democrática*” (CFESS, 2012, p. 23,

grifo nosso). Mas, em uma democracia historicamente restrita e contemporaneamente blindada, como buscar a garantia da democratização da gestão dos serviços institucionais de forma favorável aos interesses legítimos de seus usuários?

Se a desigualdade econômica é condição essencial da desigualdade política, a socialização do poder na ordem social do capital é um processo em permanente disputa entre as classes sociais. A lógica que precisa ser empregada, então, aos movimentos de radical democratização, seja singular (como no interior das instituições que realizam serviços sociais) ou universal, é aquela que tenha no horizonte teleológico a consumação de relações “substantivamente democráticas” (MÉSZÁROS, 2011; 2017). Ou seja: uma democracia medularmente conflitante com a ordem do capital, mesmo ciente de que tal objetivo é plenamente inalcançável no Estado capitalista e em sua sociedade civil. Nos termos de Mézszáros:

[...] é da maior importância política, tanto na teoria quanto na prática, contrastar nossa concepção do metabolismo social radicalmente diferente do futuro – sem o qual a humanidade não sobreviverá – com as formas existentes. É por isso que uso a expressão “substantivamente democrático” (e, é claro, “democracia substantiva”, cujas características definidoras fundamentais a tornam indissociável da “igualdade substantiva”) em contraste inclusive com a concepção de democracia, que já foi genuinamente liberal e que, sob nenhuma condição, poderia ser substantiva, mesmo que tenha conseguido ser mais ou menos substancial em um sentido político limitado. Nesse sentido limitado, *a política pode ser mais ou menos “substancialmente democrática” sob um regime liberal, mas jamais poderá ser substantivamente democrática*. No caso do contraste feito aqui por mim, não pode haver política “mais ou menos substantivamente democrática” ou “mais ou menos substantivamente igual”. *Ou ela é substantivamente democrática e substantivamente igual ou não é*. Em outras palavras, no último caso ela de modo algum é substantiva. Em contraposição, sob certas condições históricas é perfeitamente legítimo falar de relações políticas/sociais “mais ou menos substancialmente democráticas” ou “mais ou menos substancialmente iguais” (2017, s/n, grifo nosso).

O reconhecimento da democracia enquanto categoria em disputa é pressuposto para a eleição consciente de qual tipo de democracia assistentes sociais colocam-se a favor. O Serviço Social tem a defesa do aprofundamento da democracia como um dos seus principais valores éticos. Porém não qualquer democracia, mas sim aquela compreendida a partir do princípio que a qualifica “enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida” (CFESS, 2012, p. 23). Uma democracia que não mistifique a unidade entre política e economia, assim como compreenda o processo de socialização do poder enquanto movimento dialético de anulação, conservação e superação rumo a um novo estágio elevado.

Destarte, a atuação de assistentes sociais, quando comprometida com o projeto ético-político da profissão, precisa ter como norte o fortalecimento da construção de uma contra-hegemonia cultural radicalmente democrática, voltada a questionar – individual e coletivamente – as formas tradicionais nas quais se sustentam o planejamento, a organização e a execução das políticas sociais. Efetivamente, uma *gestão democrática radical* que constitua “uma ação política [...] orientada por uma dimensão irrealizável na sociedade capitalista, mas que valha de referência teleológica aos processos coletivos de questionamento, alargamento e superação da gestão democrática possível atualmente” (MOREIRA, 2018, p. 226).

Isso, decerto, exige uma sólida formação profissional, o compromisso com qualificação permanente após finalizada a graduação, uma leitura ampla e crítica da realidade social e a compreensão dos limites e possibilidades da atuação profissional. Em suma, requer o compromisso de assistentes sociais com os princípios fundamentais do código de ética pelos quais reconheçam a liberdade como valor ético central; coloquem-se na defesa intransigente dos direitos humanos e adotem a recusa do autoritarismo; defendam o aprofundamento da democracia na perspectiva aqui já exposta; empenhem-se para a eliminação de todas as formas de preconceito; articulem-se à luta geral da classe trabalhadora; comprometam-se com a qualidade dos serviços prestados à população e com o seu próprio aprimoramento intelectual e, sobretudo, tenham como opção

um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero (CFESS, 2012, p. 23-4).

De sobremaneira, um exercício profissional que se constitua em resistência e alternativa à realidade presente. Nesse sentido, as expressões atuais do conservadorismo e do reacionarismo precisam tornar-se matéria-prima da intervenção político-pedagógica de assistentes sociais. Encarar tais expressões como obstáculos para o exercício profissional representa não somente considerar a realidade social como empecilho ao trabalho, mas bem como simboliza o triunfo das forças sociais que se colocam em oposição às conquistas democráticas. Como já apontado, o conservadorismo é traço histórico constitutivo das relações sociais brasileiras. Se há hoje novidades em sua aparência, as raízes e bases de sua essência permanecem inalteradas.

As ações utilizadas contra o fascismo crescente requerem certa atenção teórico-metodológica. Primeiro porque o fascismo não é fruto de um conservadorismo "natural" dos trabalhadores. O conservadorismo e o reacionarismo são substâncias do fascismo, mas este é produto das relações capitalistas em momento de hegemonia burguesa em crise. E segundo, conseqüentemente, seu enfrentamento principal não é contra os próprios trabalhadores. De fato, algum grau de confrontação nessa esfera exige ocorrer. Mas o embate fundamental precisa manter a centralidade da luta de classes. Noutras palavras: a tática maior contra o fascismo insurgente no Brasil precisa ser contra a própria burguesia e seus modos de concentrar o poder político-econômico. Deste modo, tática e estratégia permanecem em sua unicidade anticapitalista.

Não se deve perder de vista que, por outro lado, segmentos progressistas da sociedade civil vêm colocando-se como vanguarda no questionamento aos processos em curso, denunciando a escalada do autoritarismo do Estado e levando às ruas aqueles comprometidos com a defesa das garantias democráticas e com a manutenção dos direitos sociais outrora conquistados pelos trabalhadores.

Articular o exercício profissional a tais processos políticos coletivos – sem cair na armadilha de confundir trabalho com militância

política – é um dos poucos caminhos pelos quais temos, nesse momento, maiores garantias de sucesso. Se é correto afirmar que, outrora, foi através da luta de classes que o projeto ético-político do Serviço Social se forjou, não é, portanto agora, por outro meio pelo qual ele irá se fortalecer. Ou desvigorar. O êxito dessa empreitada não depende, pura e simplesmente, do “otimismo da vontade” (GRAMSCI, 2000). Mas sem o comprometimento individual e coletivo da categoria profissional de assistentes sociais na defesa e, sobretudo, na transformação da atual democracia, o projeto profissional hegemônico – em curto espaço de tempo – poderá sofrer reveses históricos e, talvez, irreparáveis.

Uma vez que largas frações dos trabalhadores são partícipes dos avanços antidemocráticos recentes no país e que assistentes sociais são componentes dessa mesma classe social, é correto inferir que tais avanços também são identificados no seio da própria categoria profissional. As múltiplas disputas entre projetos societários distintos que se operam cotidianamente nas relações sociais em geral vêm se materializando aceleradamente entre assistentes sociais. Não que se trate de algo inédito, mas de um fenômeno adensado nos últimos anos. O pior dos equívocos seria negá-lo. Abordar na esfera do debate moral esse crescente movimento é nivelar-se ao mesmo patamar qualitativo dos seus interlocutores. A disputa interna pela direção ético-política no Serviço Social está posta. E ela é legítima.

Aos assistentes sociais organicamente comprometidos com o atual projeto hegemônico coloca-se a tarefa histórica de defendê-lo através do diálogo crítico-reflexivo entre os pares, sem, porém, abrir mão dos princípios e valores inegociáveis construídos coletivamente no Serviço Social brasileiro ao longo das últimas quatro décadas. Mais do que isso, urge a necessidade de, *através do próprio trabalho profissional*, demonstrar a validade atual do projeto. Somente reafirmando – no discurso e na prática – o caráter anticapitalista do projeto ético-político do Serviço Social e seu compromisso com a emancipação humana é que se efetivará a defesa das conquistas democráticas, dialeticamente *pari passu* com a denúncia de seus limites postos para a maioria e com a construção de uma democracia incompatível com a ordem do capital.

REFERÊNCIAS

- ALIAGA, Luciana. Gramsci e a democracia nos Cadernos do Cárcere: a crítica à teoria das elites. In: Revista Crítica Marxista. n. 42. São Paulo: Unicamp, 2016.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.
- BIANCHI, Alvaro. Minicurso sobre o pensamento de Antonio Gramsci. Emancipa – Educação Popular, 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=zxwzNZtFS7M&t=1988s>>. Acesso em: 11 mar. 2018.
- CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Código de ética do/da assistente social. In: Código de ética do/da assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10ª ed. revista e atualização. Brasília: CFESS, 2012.
- COUTINHO, Carlos Nelson. A democracia como valor universal. In: _____. A democracia como valor universal e outros ensaios. 2. ed. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984. p. 17-50.
- _____. Democracia: um conceito em disputa. In: Socialismo e Liberdade. Ano I. n.0. Rio de Janeiro: Fundação Lauro Campos, 2009. p. 15-22.
- DEMIER, Felipe Abranches. A ditadura bonapartista do grande capital: a questão dos regimes políticos nas interpretações históricas. In: Revista Virtual Outros Tempos, vol. 11, n.17, 2014. p. 166-182. Disponível em: <http://www.outrostempos.uema.br/OJS/index.php/outros_tempos_uema/article/view/333/259>. Acesso em: 03 mar. 2017.
- _____. A democracia blindada. Blog Junho, 2016. Disponível em: <http://blogjunho.com.br/a-democracia-blindada/#_ftnref18>. Acesso em: 31 jan. 2017.
- _____. As eleições do Golpe (ou o Golpe das eleições): da democracia blindada à democracia dos blindados. Esquerda Online, 2018. Disponível em: <<https://esquerdaonline.com.br/2018/10/14/as-eleicoes-do-golpe-ou-o-golpe-das-eleicoes/>>. Acesso em: 18 out. 2018.
- DURIGUETTO, Maria Lúcia. Sociedade civil e democracia: um debate necessário. São Paulo: Cortez, 2007.
- FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Editora Globo, 2005.
- FONTES, Virgínia. A sociedade civil no Brasil contemporâneo: lutas sociais e luta teórica na década de 1980. In: Fundamentos da educação escolar no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.
- FREIRE, Silene de Moraes. Estado, democracia e questão social no Brasil. In: BRAVO, M.I.S.; PEREIRA, P.A. (Org.). Política Social e democracia. 5. ed. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2012.
- GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere. Volume 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- _____. Cadernos do cárcere. Volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- HIRANO, Sedi. Política e economia como formas de dominação: o trabalho intelectual em Marx. Tempo Social; Rev. Sociol. USP: São Paulo, 2001. p. 1-20.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. e CARVALHO, R. de. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil – esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 23 ed. São Paulo, Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 2008.
- LENIN, Vladimir Ilitch Ulianov. O Estado e a revolução. São Paulo: Boitempo, 2017.
- LINHARES, Célia. et al. (Org.). Cotidiano e formação de professores. Manaus: EDUA, 2011.
- LOSURDO, Domenico. Democracia ou Bonapartismo. São Paulo: UNESP, 2004.
- LUKÁCS, Gyorgy. Socialismo e democratização: escritos políticos 1956-1971. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.
- _____. Para uma ontologia do ser social II. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MAQUIAVEL, Nicolau. O Príncipe. São Paulo: Círculo do Livro, 1989.
- MARTINS, José de Souza. Prefácio à quinta edição. In: FERNANDES, F. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Editora Globo, 2005.
- MARX, Karl. Liberdade Popular. Diário oficial do Partido húngaro. [S.l.: s.n., 195-] _____. ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. Trad.: Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2004. (A Obra-Prima de Cada Autor).
- _____. A ideologia alemã. São Paulo: Boitempo, 2007.

- MÉSZÁROS, Istiván. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. Igualdade substantiva e democracia substantiva. Blog Boitempo, 2017. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2017/12/19/meszaros-igualdade-substantiva-e-democracia-substantiva/>>. Acesso em: 06 jan. 2018.
- MOREIRA, Carlos Felipe Nunes. Trabalho, educação e democracia: tendências do debate sobre democratização da política educacional brasileira nos últimos trinta anos. 2018. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.
- NETTO, José Paulo. A crise global e a significação da ofensiva neoliberal. In: BRAZ, Marcelo (Org.). José Paulo Netto: ensaios de um marxista sem repouso. São Paulo: Cortez, 2017.
- NUNES, António José Avelãs. O keynesianismo e a contrarrevolução monetarista. Coimbra: Separata do Boletim de Ciências Económicas da Universidade de Coimbra, 1991.
- OLIVEIRA, Francisco de. Hegemonia às avessas. In: Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira. OLIVEIRA, F. de; BRAGA, R.; RIZEK, C. (Org.). São Paulo: Boitempo, 2010. p. 21-28. (Coleção Estado de Sítio).
- POULANTZAS, Nicos. O Estado, o poder, o socialismo. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- SAFATLE, Vladimir. A Nova República acabou. Carta Capital, 2015. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/revista/841/a-nova-republica-acabou-2242.html>>. Acesso em: 19 out. 2018.
- TROTSKY, Leon. Revolução e contrarrevolução na Alemanha. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- WOOD, Ellen Meiksins. Democracia contra o capitalismo: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2011.

Carlos Felipe Nunes Moreira

Professor da Faculdade de Serviço Social da UERJ e Doutor em Serviço Social pela UERJ.
felipe_pito@yahoo.com.br

O projeto ético-político do Serviço Social do ciclo petista à escalada da extrema-direita

The ethical-political project of Social Work from the PT cycle to the extreme right-wing escalation

Mossicléia Mendes da Silva

Revista Praia Vermelha	Rio de Janeiro	v. 29	n. 2	p. 559-587	2019
------------------------	----------------	-------	------	------------	------

RESUMO

Este trabalho trata do projeto ético-político do Serviço Social, realizando uma reflexão sumária sobre os tensionamentos e desafios enfrentados pela profissão no sentido da sua defesa. Nos limites de um rápido ensaio, são retomados aspectos centrais do projeto ético-político, abordados pontos básicos que caracterizaram o contexto sociopolítico dos governos petistas e as contradições para o Serviço Social. Por fim, delineiam-se problematizações ainda muito iniciais do contexto de avanço do conservadorismo e sua consagração nas eleições presidenciais, ao passo que se coloca em tela o acirramento dos desafios ao projeto ético-político.

PALAVRAS-CHAVE

Projeto ético-político; conjuntura política; conservadorismo.

ABSTRACT

This paper deals with the ethical-political project of Social Work, making a brief reflection on the tensions and challenges faced by the profession in the sense of its defense. Within the limits of a quick essay, central aspects of the ethical-political project are taken up, basic points are identified which characterized the socio-political context of the PT governments and the contradictions for Social Work. Finally, some early context problematizations of the advance of conservatism and its consecration in the presidential elections are outlined, while the challenges on the ethical-political project are presented.

KEYWORDS

Ethical-political project; political conjuncture; conservatism.

Recebido em 16.01.2019

Aprovado em 24.04.2019

INTRODUÇÃO

Este breve ensaio tem por objetivo realizar uma reflexão sobre o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro, seus principais fundamentos e especificidades, problematizando as tensões e possibilidades para seu fortalecimento a partir das forças sociais e políticas em presença na dinâmica da luta de classes do capitalismo dependente brasileiro, com um rápido recorte do ciclo petista e uma iniciação à discussão do avanço da extrema-direita consolidada com a eleição de Jair Bolsonaro.

O trabalho se organiza a partir de três eixos de discussão: no primeiro, são retomados os elementos básicos que dão sentido e direção ao projeto ético-político; em seguida, são problematizados os determinantes político-conjunturais dos governos petistas e as tendências do Serviço Social na direção do projeto profissional; por fim, são feitos alguns apontamentos sobre a conjuntura que se consolida no Brasil com a ofensiva ultraconservadora, consagrada nas urnas com a eleição de um candidato de extrema-direita, ao tempo que se problematiza o agravamento das condições histórico-concretas para defesa do projeto ético-político.

PROJETO ÉTICO-POLÍTICO: REVISITANDO SEUS FUNDAMENTOS

Quando se trata de projetos profissionais, remete-se a determinada construção coletiva realizada por uma categoria profissional, que particulariza a direção social da inserção desta categoria numa dada sociedade.

[...]apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas [...] (NETTO, 2006, p. 144).

Os projetos profissionais são atravessados, influenciados e mediatizados pelos projetos societários e pelos distintos interesses dos quais são portadores. O projeto ético-político assume valores universais e humanistas, cujo horizonte é a emancipação humana. Iamamoto (2009) afirma que, ao adotar esses valores – universais –, a profissão transcende os meros interesses corporativistas. Ainda que defenda as prerrogativas profissionais, “[...] o projeto os ultrapassa, porque é dotado de caráter ético-político” (p.27).

Segundo Teixeira e Braz (2009), os elementos constitutivos desse projeto ganham visibilidade social por meio de determinados componentes construídos pelos(as) próprios(as) assistentes sociais, quais sejam: a produção do conhecimento no interior do Serviço Social; as instâncias político-organizativas da profissão; a dimensão jurídico-política da profissão. Além dessas dimensões, é fundamental destacar, ainda, o exercício profissional, uma vez que o Serviço Social é uma profissão eminentemente interventiva, e, portanto, o cotidiano profissional é uma esfera imprescindível para legitimidade e visibilidade social.

O projeto está sempre determinado por mediações, as mais complexas, balizado por uma das questões fulcrais na sua efetivação: o estatuto assalariado através do qual o (a) assistente social se insere na divisão sociotécnica do trabalho. Deste modo, é vital compreender que entre a ideação desse projeto e sua materialização, o estatuto assalariado é uma mediação indispensável.

Ao assumir como valor ético central a liberdade, referenda categorias a ela inerentes, isto é, a autonomia e plena expansão dos indivíduos sociais, a justiça social, a ampliação da cidadania e da democracia, bem como a luta pela eliminação dos preconceitos, defesa dos direitos humanos, entre outros. Tal posicionamento implica assumir o compromisso profissional de vinculação à construção e à efetivação de outra ordem societária (nas possibilidades e limites profissionais), cujas bases estão fincadas nos interesses da classe trabalhadora.

Fundado na consolidação de uma apropriação densa da crítica marxista da sociabilidade burguesa, o Serviço Social que desponta nos anos 1990 é claramente uma profissão que recusa o conservadorismo, faz uma crítica contundente à sociedade capitalista, vincula-se organicamente aos movimentos sociais, tem ação protagonista na construção das políticas sociais, faz fundamentadas e duras críticas aos governos neoliberais, luta pelos direitos de cidadania, mesmo reconhecendo seus limites no âmbito das contradições que fundamentam o Estado capitalista. Em suma, articula-se na atuação da garantia dos ganhos da emancipação política – que incluem os direitos de cidadania ou direitos sociais, mas aponta como horizonte a possibilidade da plena emancipação humana, o que supõe apoiar a luta dos trabalhadores e a ela articular-se no sentido da própria revolução social.

Como se observa não é exatamente uma posição típica das chamadas profissões liberais. Não é também um projeto profissional favorecido pelo contexto da década de 1990, com a ofensiva neoliberal, o refluxo do movimento dos trabalhadores, a investida sem tréguas do capital financeiro sobre o Estado no sentido de privatização das políticas sociais, restrição de direitos e aprofundamento da lógica dependente do capitalismo Brasileiro, cujos fundamentos estão fincados na superexploração da classe trabalhadora.

Todo contexto de destruição social da ofensiva neoliberal, na década de 1990, sobretudo nos governos de Fernando Henrique Cardoso – apesar das duras perdas impostas aos trabalhadores do setor público e do privado, da ofensiva contra os movimentos sociais e da inobservância de muitos dos dispositivos, constituições, e leis orgânicas recém-aprovadas, como a Lei Orgânica da Assistência Social –, não pôde solapar as bases combativas da categoria profissional, que assumiu papel de destaque na construção e defesa das políticas sociais.

O CICLO PETISTA E AS CONTRADIÇÕES QUE TENSIONARAM O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO

Iniciados os anos 2000, o PT chega à esfera mais alta do executivo brasileiro sobre grande comoção social. Frações majoritárias da classe trabalhadora veem na eleição de Lula um evento histórico e catalisador de um novo tempo para o país. Movimentos sociais, segmentos mais progressistas da sociedade, intelectuais e artistas demonstravam grande euforia na vitória do ex-operário (GARCIA, 2012).

Paradoxalmente, as classes dominantes não apresentavam sinal de desespero com a eleição de Lula, o que era elucidativo da certeza de que dispunham quanto ao fato de que o PT não levaria a cabo nenhum projeto radicalmente reformista para o Brasil. Isto já se insinuava nas próprias alianças compostas pelo PT para garantir a eleição de Lula nas eleições presidenciais de 2002 e pela própria conduta do candidato Lula no pleito eleitoral, sobretudo, com a “Carta ao povo Brasileiro” (BRAZ, 2004).

No decorrer do primeiro mandato do governo Lula, conforme documentado por Mendonsa (2012), há uma ampla inserção de assistentes sociais nas diversas políticas sociais, inclusive com grande relevância no Ministério do Desenvolvimento Social e combate à fome, com destacada importância das intervenções do Serviço Social na constituição da política de assistência social.

Ao longo dos períodos de presidência de Lula se aprofundaram as contradições de um governo de conciliação de classes e a permanência dos principais pilares macroeconômicos da política de estabilidade fiscal com anuência e apoio à hegemonia do capitalismo financeirizado. Nesse contexto, parece ter o Serviço Social ficado numa encruzilhada de complexa resolução. Por um lado, nunca antes a profissão teve tanto acento no âmbito da elaboração de políticas sociais, mormente a política de assistência social – e não por acaso por que esta foi central para a estratégia político-governamental dos governos petistas –, bem como também jamais se verificou uma ampliação tão significativa do número de assistentes sociais requisitado para execução das políticas sociais.

Uma breve retomada dos investimentos nas políticas sociais,¹ o crescimento do emprego formal, a ampliação de número de vagas nas Universidades Federais, bem como a criação de programas de bolsas e cotas para garantia de acesso de jovens pobres e negros à Universidade, o investimento em programas de transferência de renda e um crescimento econômico mais dinâmico davam a tônica de um governo promissor e para alguns, até mesmo progressista. Esse movimento é acompanhado pela criação de novos cursos de Serviço Social no setor público, mas principalmente, no setor privado.

Por outro lado, vê-se ampliar as requisições de aligeiramento e tecnificação da formação em Serviço Social,² expansão de cursos na modalidade de Ensino a Distância, bem como explodem as formas mais precarizadas de inserção profissional para fazer frente, mormente, às demandas da implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Em outra linha, a saúde – objeto de adensamento da terceirização via Organizações Sociais e concessão de gestão como no caso da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) –, política com maior número de assistentes sociais no Brasil, também aprofunda os meios de contratação mais precarizados.

Na Previdência Social, não se pode negar a importância dos concursos para o INSS depois de perdas de quadros funcionais do Serviço Social, o que favoreceu uma pequena recomposição do quadro técnico do Serviço Social no INSS. Movimento que se retraiu no último concurso de 2015, o que se observa na não contratação de assistentes sociais que excederam o número de vagas, mesmo havendo demanda explícita no órgão.

1 Em Tese de Doutorado, Silva (2018) traz análise comparativa dos Orçamentos da Seguridade Social com a Dívida Pública, por exemplo, e constata que essa pequena retomada de investimentos de recursos federais nas políticas sociais foi frágil e inconsistente, haja vista os diversos mecanismos acionados pelo governo visando à retirada de recursos da Seguridade Social para metas de superávit primário.

2 Não exclusivamente para o Serviço Social, mas uma tendência geral das requisições da profissionalização para as necessidades do capital.

Em rápida síntese é possível identificar a encruzilhada para o Serviço Social e seu projeto profissional: ao tempo que se amplia a requisição da profissão, seguida de uma importante divulgação, reconhecimento e legitimação da categoria face à própria dinâmica de expansão das políticas sociais, se coloca no campo denso das contradições a forma incipiente, precarizada, focalizada e restrita como as políticas são desenvolvidas, bem como a direção social de que são objeto e os impactos disso na própria limitação do Serviço Social aos traços mais tecnicistas, burocráticos e assistencialistas de sua atuação.

Teriam sido os governos petistas o momento mais propício ao projeto ético-político do Serviço Social ou teria o Serviço Social caído nas artimanhas da cruzada político-ideológica que assentavam as bases do governo de conciliação de classes, cuja estratégia central para intervenção sobre as expressões da questão social foi o desenvolvimento de uma política social focalizada e seletiva, com forte acento nas estratégias de alívio à pobreza? Não há resposta estanque, mas isso demanda algumas reflexões.

A profissão passou sim por um processo importante de expansão e as pautas dos governos petistas em torno das demandas da classe trabalhadora, ainda que restritas e limitadas, deram bases importantes para que o projeto profissional do Serviço Social mantivesse a direção ético-política de suas entidades profissionais, com algum espraiamento na categoria profissional como um todo, o que não significa sinalizar uma completa efetivação daquele projeto. Até por que, como ideia coletiva este não é um projeto para efetivação prática, mas um processo social, político, cultural e intelectual que norteia o ser profissional do Serviço Social. A luta em torno do projeto ético-político é sempre uma luta por expansão das bases sociais de possibilidades à plena emancipação humana, o que supõe a construção de outra ordem societária e esta não é possibilidade histórica ao Serviço Social, posto que uma atividade histórica do sujeito coletivo que é a classe trabalhadora.

Mas o que se quer evidenciar é justamente a contradição que se coloca num contexto sociopolítico em que a própria classe tra-

balhadora é parcialmente absorvida em um governo que se alinha ao apassivamento dos movimentos sociais e ao aparelhamento de entidades representativas da classe trabalhadora. Por que, se por um lado o Serviço Social tem na luta de classes um fator decisivo para a direção do projeto ético-político, também tem na sua autonomia relativa importantes possibilidades para imprimir direção social emancipatória à sua atuação profissional.

Como coletivo não homogêneo, mas permeado por disputas, o Serviço Social brasileiro passou os governos petistas no cerne de contradições que são próprias da sociedade capitalista, sob o capitalismo dependente brasileiro e a estratégia petista de gestão da crise do capital, e contradições que, resultantes dessas outras, são próprias da categoria profissional.

Nesse sentido, ao tempo que se processou uma intensa ampliação de assistentes sociais atuando nas políticas sociais, o debate e as críticas ao governo petista ganhavam fôlego no Serviço Social à medida que se acentuava a agenda contrarreformista do PT.

Não foram pouco significativos os embates da categoria na avaliação dos governos petistas, sobretudo no que se relacionava à direção dada à política de assistência social. Os ganhos em termos de normatização, legitimidade e institucionalidade, bem como o fato não menos importante do lugar que tal política passou a ocupar no organograma do Governo Federal e, principalmente, o modo como essa construção contou com vanguarda de assistentes sociais, atuando na formulação, implementação e gestão da política em nível nacional, endossavam os argumentos do grupo profissional à frente desse processo de que a política de assistência social havia chegado a um patamar de grande importância no Brasil e que para o Serviço Social isso teria sido decisivo. Não há como contestar os avanços alcançados no campo da assistência social, mas uma espécie de superdimensionamento desses ganhos minimizava as dificuldades e os limites concretos da direção social dada à assistência social nesse período. Ao tempo que importantes trabalhos apontavam para o desmonte da seguridade social (MOTA, 2008; RODRIGUES, 2011;

BEHRING, 2013; SALVADOR, 2017, entre outros), demonstrando sua corrosão via desfinanciamento, focalização das políticas sociais e a centralidade da política de assistência social.

Também estudos importantes como o de Boschetti, Teixeira e Salvador (2013) apontavam uma dinâmica orçamentária que a despeito de ampliar os recursos na política de assistência social, canalizava fração majoritária desses recursos para os programas assistenciais de transferência de renda, ao passo que o SUAS padecia de infraestrutura precária e difíceis condições de trabalho para os profissionais, com pífia qualidade dos serviços socioassistenciais.

Adensou-se o debate sobre a tese da “assistencialização da seguridade social”. Mota (2011) indicava que estavam em processo a privatização da saúde e previdência social e a construção da lógica do cidadão-consumidor, assim como a centralidade da Assistência Social e nesta direção, “[...] As políticas de seguridade social brasileira longe de formarem um amplo e articulado mecanismo de proteção, adquiriram a perversa posição de conformarem uma unidade contraditória [...]” (MOTA, 2008, p. 133).

Sposati (2011), em direção analítica contrária, defendia os ganhos da política de assistência social e combatia enfaticamente a ideia de assistencialização. Ao denominar a precarização da política de assistência social como assistencialização, defendia Sposati, se termina por atribuir um caráter negativo à área, dissemina-se a ideia de que precarização é natural da assistência social e inerente a ela. “Sob esse modo de ver, a presença da Política de Assistência Social seria nefasta à sociedade brasileira e, até mesmo, às políticas sociais em geral e, especificamente, à seguridade social” (p.35).

O que se colocava como mais grave nesse processo que estava na base daquela encruzilhada a que se aludiu, é que o movimento em torno da centralidade e expansão da assistência social e a importância do Serviço Social nesse processo provocavam inflexões importantes do ponto de vista da diferenciação entre a profissão e a política social. Este talvez tenha sido um dos grandes enredos nos quais o Serviço Social pelejou: diferenciar a expansão da assistência social da possibilidade concreta de solidificar o projeto ético-político.

Essa contradição latente atravessa a primeira década dos anos 2000 e gira em torno dos riscos reais de transformação da assistência social em um fetiche, um “mito” e de assimilar seus frágeis avanços como um avanço do próprio Serviço Social.

Não se pode negligenciar, no entanto, que também a pauta das minorias, a agenda em torno das demandas de grupos historicamente oprimidos como mulheres, negros, população LGBT ganharam campo mais amplo para disputa e, mesmo com as limitações de um governo de conciliação de classes de inclinação moderada à esquerda, pleitearam e angariaram algumas de suas reivindicações. A despeito do processo de criminalização da pobreza e do aumento do encarceramento, pautas elementares às democracias liberais clássicas ganharam alguma ressonância numa sociedade extremamente conservadora como a brasileira, ou em outros termos, a “democracia blindada” permitia uma série de direitos civis e democráticos e uma gama de liberdades consensuais para manutenção do regime (DEMIER, 2018).

Em suma, o período que comportou os mandatos de Lula até início do segundo governo Dilma, mesmo face às contradições já sinalizadas e aos claros limites da agenda política assumida pelo PT, acoplava uma série de determinações mais ou menos favoráveis a uma disputa possível para hegemonia do projeto ético-político do Serviço Social; na medida em que suportava uma movimentação ativista em prol dos direitos e liberdades liberais clássicas, fazendo anuência a pautas progressistas e até mesmo assimilando no aparato estatal medidas para enfrentar alguns desafios das demandas das chamadas minorias. Assim, o ciclo petista galvanizava possibilidades democráticas de livre oposição das camadas políticas mais à esquerda ao seu projeto burguês de gestão da crise do capital no capitalismo dependente brasileiro, o que parece ter sido muito importante para manter viva a disputa em torno do projeto ético-político do Serviço Social.

O agravamento da crise capitalista implica sempre duras ofensivas contra a força de trabalho em favor da recomposição do capital. O projeto político-econômico encabeçado pelo PT permitia alguma

acomodação com as demandas da classe trabalhadora, sobretudo sua fração mais empobrecida – expondo seus limites tangentes. Tal projeto começou a mostrar esgarçamento a partir das jornadas de junho de 2013 e assumiu expressão radicalizada na disputa acirrada das eleições presidenciais em 2014, resultando na vitória de Dilma para seu segundo mandato.

A pauta central dos debates girava em torno de impetrar as contrarreformas para fazer frente à crise econômica mundial ou manter os “avanços sociais recentes”, com prioridades para a política social. Com a defesa desta última plataforma, Dilma chegou à presidência com uma margem mínima de maioria, um oponente inconformado e uma direita raivosa, sedenta por embargar o exercício do mandato legítimo da presidenta. A intensa pressão política e econômica colocava o governo Dilma na iminência do colapso, quando a presidenta começou a fazer uma brusca rotação à “centro-direita”, passando a aplicar justamente o conjunto de medidas de arrocho fiscal e a consequentemente contrariar o compromisso firmado em campanha.

Desta feita, aqueles “pacotes de maldades” que já se colocavam como ameaça real à classe trabalhadora brasileira para 2015, “independentemente de quem vencesse as eleições”, acabaram sendo de “interesse do próprio PT e dos setores econômicos que sustentavam o poder [...]”, a fim de aproveitar a conjuntura de forte instabilidade para aprovar “várias medidas de interesse do capital e do governo, sem que a classe trabalhadora se rebelasse e conseguisse barrar os ajustes” (QUEIROZ, 2016, p. 536).

Enfim, procedeu-se à cartilha neoliberal de primeira linha, impactando sobre direitos da classe trabalhadora, programas e políticas sociais e sob as condições de vida da classe média. Entre 2015 e 2016 tendências fortemente contrarreformistas foram empregadas pelo governo Dilma e seu *Staff* técnico,³ de clara direção liberal conservadora ao mais afinado gosto do mercado financeiro em um contexto de iminente caos político.

3 Note-se, por exemplo, a nomeação de Joaquim Levy, exímio seguidor das orientações neoliberais da Escola de Chicago, para Ministro da Fazenda.

DO IMPEACHMENT À VITÓRIA ELEITORAL DA EXTREMA-DIREITA: ALGUNS ELEMENTOS INICIAIS PARA PENSAR SOBRE OS DESAFIOS AO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO

A irrupção de escândalos de corrupção e uma investida sem trégua da direita e extrema direita contra o PT tornavam o contexto do segundo governo Dilma insustentável. Neste ínterim, estavam postas condições históricas favoráveis à expansão do mais aberrante veio conservador da sociedade brasileira, que capitaneado pela ala política mais interessada na queda de Dilma – inclusive sua base aliada, o PMDB, sob batuta de Michel Temer –, tornou-se uma das molas propulsoras do *impeachment*.

A despeito de divergências jurídicas quanto à condução e ao mérito do processo – corretamente qualificado como golpe de estado institucional, dada a inexistência da qualificação definitiva do crime de responsabilidade, constitucionalmente punível com o *impeachment* – acionado em meio ao maior escândalo de corrupção generalizada já registrado na história do país – envolvendo os mais altos escalões dos principais partidos políticos, altos dirigentes de estatais e vários executivos de empreiteiras e grandes empresas privadas – o efeito social e político dele foi uma espécie de reprodução, à brasileira, da ascensão do conservadorismo na conjuntura internacional (SOUZA, 2016, p. 273-274).

Assegurada pela mais alta cúpula do grande capital e pelos grupos de mídia massificadora, essa investida conservadora consolidou o *impeachment* de Dilma Rousseff da Presidência da República. A chegada de Temer ao Planalto Central, conjugado com um Parlamento expressivamente conservador e majoritariamente denunciado nos processos de investigação sobre corrupção, marca a ascensão de uma ofensiva ultraliberal de largas proporções. Sob a falácia do combate à corrupção, da necessidade de ajuste das contas públicas e do enfrentamento à crise econômica, o governo Temer passa a implementar uma série de medidas, cujo impacto social tem se mostrado desastroso.

Esse contexto da ascensão do conservadorismo e da escalada da extrema-direita⁴ ganha ampla envergadura. Mota (2017) assinala que

na segunda década do século XXI, o aprofundamento da crise do capital, a queda tendencial da taxa de lucros e a hipertrofia do capital financeiro fornecem o lastro para emergir, ressignificada, “a cultura da crise” – uma cultura política levada a efeito pela burguesia e seus intelectuais, referenciada nas diretrizes neoliberais, robustecida pela desqualificação genérica da esquerda, pelo fenômeno da corrupção espetacularizado midiaticamente e pelo conservadorismo moral da direita, ampliando as estratégias materiais e ideológicas necessárias à formação do consenso das classes subalternas (MOTA, 2017, p. 41).

Desde as manifestações massificadas contra o governo Dilma já em 2015, ficavam evidentes as bases conservadoras e reacionárias que conseguiram capitalizar a insatisfação de camadas importantes da sociedade brasileira, com destaque para as camadas médias, mas também com impacto importante sobre frações da classe trabalhadora. O caráter violento dessa guinada conservadora apelava para:

pedidos de retorno e saudações ao regime civil-empresarial-militar instaurado em 1964, agressões físicas e verbais e perseguições a militantes petistas ou de esquerda, discurso anticomunista, ufanista, nacionalista e elitista, além das posições manifestas em caráter religioso e contrário às reivindicações do movimento feminista, LGBT - lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros, e de negros (SOUZA, 2016, p. 276).

O governo de Michel Temer aglutinou uma série de medidas severas para classe trabalhadora ao tempo que as forças políticas mais

4 Na esteira de tendências internacionais que marcam a expansão da extrema-direita nos países europeus desde 2010, desde os abertamente fascistas até os mais “moderados”. Também a eleição de Donald Trump para presidente dos Estados Unidos, joga água nesse moinho de ultraconservadorismo de direita e em sua consolidação frente a importantes países capitalistas.

reacionárias junto a determinados segmentos da elite jurídica do país – com anuência do STF – consolidava o cerco político-jurídico em torno de Lula para impedir sua candidatura ao pleito presidencial, culminando na sua prisão.⁵ Por outro lado ganhava envergadura a candidatura de Jair Bolsonaro, expoente exímio do projeto da extrema-esquerda brasileira. A burguesia conservadora do capitalismo dependente brasileiro, historicamente antidemocrática e pouco permeável aos interesses populares, na sanha de acelerar a recomposição do capital nessas latitudes, sem nem mais comportar as tímidas melhorias que os governos petistas ofereciam aos trabalhadores em troca do consenso social democrático, acabava por assimilar a pauta ultraconservadora de Jair Bolsonaro e seus congêneres, posto que seu representante original – o candidato Geraldo Alckmin do PSDB – não deslanchava na campanha presidencial.

Assentado num discurso conservador de extrema-direita, sedimentado sob a estratégia de disseminação de ideias e falas de efeitos nas redes sociais e apoiado pelas forças mais conservadoras da sociedade brasileira – com destaque para as igrejas evangélicas e segmentos da igreja católica – Bolsonaro angariava cada vez mais apoio do eleitorado, sobretudo em função do ódio ao PT sob a falácia do combate à corrupção e à violência. Para completar, o candidato

5 A prisão de Lula é parte de um processo de recrudescimento antipopular da democracia blindada brasileira, no qual seus traços bonapartistas, togados e fardados, se intensificam gradativamente. Necessitando de agudas contrarreformas e de uma austeridade sem precedentes, o grande capital, uma vez assestado o Golpe do impeachment, não se dispôs mais a tolerar o pacto, ou melhor, a concertação social que, com relativo êxito – para o capital – vigorara por quase toda a duração dos governos petistas. Partido da concertação social por excelência, o Partido dos Trabalhadores, e seu líder máximo, Lula, tiveram de ser retirados celesmente do jogo político, e todos os meios necessários para isso, legais ou ilegais, foram devidamente usados. Depois do Golpe, as amarras constitucionais foram rompidas, os pudores democráticos foram dispensados e para a burguesia tudo parece então ser possível. O seu desejo anda solto, e seu flerte com o fascismo já não é só virtual (DEMIER, 2018. Não paginado).

do PSL foi vítima de um ataque violento – talvez um tanto mal explicado – o qual parece ter acalorado e arrebatado ainda mais “mentes e corações” em torno de sua candidatura.

O discurso tosco e violento do candidato saltava à vista, bem como o viés ideológico conservador e reacionário da face mais acirrada da extrema-direita no Brasil, paradoxalmente assentado na falácia do candidato de que somente sua eleição ofereceria ao país a possibilidade de se libertar da ideologia marxista e do “politicamente correto”. O combate ao chamado “marxismo cultural”, a “ideologia de gênero”, a liberação do porte de armas, a diminuição da maioridade penal, a revisão da demarcação das terras indígenas, o combate aos avanços da “ditadura LGBT”, bem como a constituição de outra via de relações internacionais livre das amarras ideológicas endossavam o discurso político do candidato, majoritariamente disseminado por suas redes sociais, já que não compareceu a maioria dos debates, inclusive no segundo turno, ao tempo que conferia entrevistas exclusivas a algumas emissoras de televisão.

A escalada absurda do ódio e da violência assentou as bases de uma eleição que teve até mortes por brigas partidárias e sedimentou os alicerces de uma extrema polarização política.

No rastro de radicalização do conservadorismo, evidenciam-se ações concretas de expressão do ódio e da intolerância a tudo o que se contrapõe aos pilares desse pensamento. São evocadas intransigentemente a autoridade, a hierarquia, a ordem, a repressão e a disciplina, em nome da família, da tradição e da igreja. Nesse clima, intensificam-se os ataques a direitos conquistados, ameaçam-se os pilares da democracia, ataca-se tudo o que é visto e entendido como risco à ordem e harmonia social. Assim, gays, lésbicas, negros/as, transgêneros, religiões de matriz africana, comunistas, socialistas, presos/as, pobres, mulheres, entre outros/as, são vistos/as como ameaças a serem exterminadas com repressão, violência e disciplina. Instaura-se a defesa do justicamento com as próprias mãos, evoca-se a punição e o sofrimento (CARDOSO, 2016, p. 103).

A guerra declarada à esquerda, aos movimentos sociais e a toda pauta minimamente progressista se assenta num total irracionalismo, que aliado ao improvisado e ao despreparo do candidato vem dando as rédeas de uma agenda que promete esmagar toda forma de oposição. A esquerda saiu das eleições com uma duríssima derrota e com profundas clivagens que se mostram difíceis de ser, senão superadas, ao menos acomodadas⁶ para construção de uma oposição mais sólida e uma agenda antifascista.⁷ Bolsonaro e sua trupe conservadora conseguiram capitular o ódio ao PT como mecanismo de combate a toda esquerda ou quaisquer grupos sociais e políticos que não sejam de direita.

Evidentemente, resgatam um velho ressentimento contra o intelectualismo, identificado na classe artística, nos estudantes de universidade pública e, sobretudo, no ativismo LGBT, vistos como vencedores da guerra pelos melhores postos do capitalismo contemporâneo e, portanto, adversários a serem abatidos. Então, o significado político não pode ser minimizado, pois não se trata apenas de uma derrota eleitoral, mas a consagração eleitoral de uma vitória social. A esquerda, nos últimos anos, acreditou que a política se resumia à gestão da precariedade, enquanto a economia permitia. A direita, por sua vez, fez dela novamente guerra social, apelando aos afetos mais recalçados da sociedade brasileira, que reagiu violentamente escolhendo a autodefesa de seus valores conservadores (COSTA, 2018. Não paginado).

6 Pode-se citar, por exemplo, a dificuldade de articulação encontrada pelo deputado Federal Marcelo Freixo para articular sua candidatura para presidência da Câmara.

7 Não será aqui tratado do debate – ainda em construção – da compreensão do governo Bolsonaro como um governo fascista. De todo modo, o artigo de ATILIO A. BORON (2019), intitulado: “Caracterizar o governo Bolsonaro como “fascista” é um erro grave”, parece, neste momento trazer algumas elucidações importantes. O artigo está disponível no link: <https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/analise/54496/atilio-boron-caracterizar-o-governo-de-jair-bolsonaro-como-fascista-e-um-erro-grave>

Ao chegar à presidência da república, o governo Bolsonaro começa a consolidar sua agenda nefasta para as demandas populares e o caráter ultraconservador de sua plataforma de governo, robustecido na sua explícita vinculação à Igreja,⁸ sobretudo à evangélica, se manifestando a favor das opções mais bizarras e obscuras para compor o alto escalão do governo federal. As bases deste escalão vão desde as militares, passando por lideranças evangélicas, até as ultra e neoliberais.

Em poucos dias de governo, já há um saldo perverso e preocupante de assalto a direitos e extinção de pastas de trabalho importantes, como o ataque à população indígena e quilombola com a transferência da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) para a pasta do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos; a mudança de responsabilidade pelo mapeamento, delimitação e demarcação das terras para o Ministério da Agricultura; a retirada das ações destinadas à garantia de direitos de gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e demais grupos LGBTs; a assunção de comando da política de Direitos Humanos pela Ministra Damarens; a exoneração de trabalhadores em função da identificação de opções político-ideológicas desses contrárias ao governo; a nomeação de seis participantes das tropas brasileiras na invasão do Haiti, baseada na linha da militarização promovida pelo *bolsonarismo*; a reestruturação do Ministério da Justiça, outorgando novas atribuições ao ex-Juiz Federal Sérgio Moro, como o extinto Ministério do Trabalho que agora também passa a ser caso de justiça; a divulgação do Decreto que facilita a posse de arma de fogo; o avanço para viabilizar a reforma da previdência⁹ e a privatização de empresas estatais; entre outras ações.

Uma das grandes frentes do “combate ideológico” do governo Bolsonaro parece se localizar no Ministério da Educação, conside-

8 O Estado brasileiro, que nunca foi efetivamente laico e que sempre flertou com o fundamentalismo cristão, ascende a um novo e perigoso patamar antidemocrático que mescla valores religiosos com militarismo.

9 Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2019/01/12/ataques-aos-direitos-recuos-e-confusoes-palacianas-marcam-primeiros-dez-dias-do-governo-bolsonaro/>

rado reduto das ideias do tacanho ultradireitista Olavo de Carvalho, expressas na alocação de pelo menos três de seus “discípulos”: Ricardo Vélez, titular da Pasta, e os seguidores Carlos Nadalim e Murilo Resende que ocupam, respectivamente, a Secretaria Especial da Alfabetização e a Direção da Avaliação da Educação Básica do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). De acordo com Jucá (2019), através dos três declarados “*olavistas* ou *olavetes*”, as ideias e direção teórico-políticas do ultradireitista devem influenciar a política educacional da alfabetização à Universidade, política esta que, *grosso modo*, faz jus à defesa da “escola sem partido”, além de promover o combate à chamada “dogmatização marxista” da Universidade pública, incentivar a sua privatização, o cerceamento da liberdade e autonomia pedagógica, bem como expressamente intencionar a mudança dos meios de eleição dos reitores.¹⁰

As medidas são tomadas em meio à “cortina de fumaça” da “batalha ideológica” que é a “ponta de lança da estratégia de Bolsonaro” (ALESSI, 2019. Sem paginação). Enquanto a ministra Damarens dispara a questão da demarcação de cores como padrão para definição de gênero, na propalada frase “meninas vestem rosa e meninos vestem azul”, Bolsonaro enceta providências e ações de cunho mais profundo e danoso, talvez irreversíveis, que concorrem para a dizimação de direitos e expropriações de toda espécie. Conforme atesta o antropólogo Piero Leirner, em entrevista ao *El País*, a estratégia simbólica de Bolsonaro também pode estar atrelada a outra, que é mais complexa, significando mais um prolongamento das táticas de campanha. Trata-se de mais “uma dessas cortinas de fumaça que força uma polarização com setores ‘identitaristas’ e toda uma sorte de agentes, sejam políticos, blogs, imprensa, e ‘famosos’”, o que teria dois objetivos principais:

Em primeiro lugar oblitera todas as ações, que estão sendo realizadas a toque de caixa na colonização de setores estratégicos, como

10 O Ministro da Educação quer mapear ideologia de reitores das Universidades. Disponível em: <https://www.bahianoticias.com.br/noticia/231235-ministro-da-educacao-quer-mapear-ideologia-de-reitores-de-universidades-diz-coluna.html>

energia, tecnologia, educação, geopolítica e relações exteriores, meio ambiente e bem-estar da população, que definem pontos críticos de soberania. Em segundo lugar continua dando combustível para a população que se galvanizou em torno dessas pautas comportamentais (LEIRNER, 2019. Não paginado).

Conforme atesta Barroco (2015), a hegemonia do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro depende do fortalecimento e do alargamento dos avanços e conquistas democráticas tanto da categoria quanto da base social que orienta a direção política da intervenção dos(as) assistentes sociais, quais sejam: “as forças sociais que lutam pela emancipação articuladas aos trabalhadores e às lutas sociais” (BARROCO, 2015, p.630).

Não restam dúvidas de que essas condições não estão postas no contexto atual e essa onda ultraconservadora pode insuflar tendências históricas de base conservadora do Serviço Social que são remanescentes e encontram-se latentes num ambiente favorável às suas manifestações mais obscuras. Já durante a campanha eleitoral não foram poucas as manifestações de assistentes sociais e estudantes de graduação em Serviço Social demonstrando apoio e declarando votos para o candidato do PSL, bem como surgiram grupos nas redes sociais reclamando a retomada dos valores cristãos para atuação profissional, assim como “a libertação dos cursos de graduação” dos “dogmas do marxismo”.

Ora, o projeto ético-político, se não é resultado exclusivo do processo de ruptura com o conservadorismo, sem dúvida tem suas bases assentadas nele. Contestar a base conservadora significou questionar substancialmente os fundamentos da profissão, processo que não se realizou sem crises, dilemas, equívocos e tampouco ocorreu de forma progressiva/linear e homogênea, passivamente. A afirmação desse projeto crítico perpassa pela correlação de forças que marca uma profissão em sua pluralidade. Sua hegemonia não se consolida de forma imediata; pelo contrário, é mediatizada pelas condições objetivas em que se realiza e pelas subjetivas que determinam a autoimagem da profissão.

A ofensiva ultraconservadora do atual governo e as forças socio-políticas que lhes dão sustentação concorrem para o espraiamento de tendências conservadoras no âmbito da profissão, que colocarão tensões mais densas e desafios ainda mais tangentes ao Serviço Social. Além do que já foi aludido, basta retomar rapidamente alguns dos princípios que endossam o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro, expressos no Código de Ética Profissional de 1993 (BRASIL, 2012), deixando patente a lógica colidente e dramática dos tempos que se consolidam.

O primeiro princípio, por exemplo, engloba o reconhecimento da liberdade como valor ético central do projeto ético-político e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais. Este reconhecimento é a expressão evidente de toda base teórica, filosófica e política da profissão do Serviço Social: tem como horizonte a emancipação humana, o que pressupõe a plena expansão dos indivíduos sociais.

Além de uma concepção mais ampla de indivíduo, esse princípio reconhece a liberdade como categoria ontológica do ser social, a qual permite o pleno desenvolvimento do gênero humano. Ela não se restringe, mas pelo contrário, se diferencia radicalmente da liberdade formal inscrita nos limites da emancipação política, possibilitada pela perspectiva dos direitos na sociedade burguesa. De modo radicalmente oposto àquela liberdade meramente individualista, a liberdade “da propriedade privada”, aquela baseada na premissa de que “o seu direito acaba quando começa o do outro”.

Se a liberdade – pensada sob os fundamentos da ontologia do ser social – já é colidente com a lógica da sociabilidade capitalista, é ainda mais cerceada e claramente atacada quando até mesmo a oposição política, a existência da esquerda e dos movimentos sociais passíveis de acomodação em regimes democráticos liberais são colocadas como inimigos diretos do governo.

Neste sentido, o projeto ético-político é golpeado no seu núcleo central – não que isto não fosse possível nos governos anteriores, mas o atual contexto dramatiza e dá contornos de uma clara perseguição político-ideológica e, inclusive, criminalizante. Quando o campo social

das forças políticas tem um Estado cuja hegemonia e controle está sob um grupo dominante reacionário e conservador, como é este de extrema-direita, as liberdades fundamentais já estão solapadas e, portanto, a liberdade concreta para plena expansão dos sujeitos sociais fica com espaço limitadíssimo até mesmo para a disputa da direção social da sociedade. O Serviço Social precisará cada vez mais aglutinar forças junto aos movimentos sociais e ganhar – pela pedagogia da emancipação – cada um dos usuários com os quais atua diretamente. Requerer-se-á um árduo e profundo trabalho de base – não no sentido da militância exatamente, posto tratar-se de intervenção profissional, mas justamente pelo significado político de tal intervenção. Mais do que nunca será vital realizar esse trabalho pedagógico e mobilizador com os indivíduos e grupos que demandam atendimento.

Também no princípio: “Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo” (BRASIL, 2012, p.23) as questões são nodais. Tal princípio congrega duas séries de questões intimamente articuladas: 1) a recusa ao histórico autoritarismo do Estado brasileiro e das classes dominantes, sobretudo àquelas experiências desencadeadas pelo período ditatorial; observe-se que esse princípio foi construído na recém-democratizada sociedade brasileira, mas hoje ele recebe novos determinantes no cenário em que pairam sobre o Estado brasileiro os mecanismos de um governo que aponta não apenas para o aprofundamento da direção coercitiva/punitiva da ação estatal, mas encaminha ações e estratégias de cunho fascista; e 2) a defesa da efetivação dos direitos inerentes ao ser humano na sua condição de dignidade a contrapelo da intensa degradação das condições de vida da classe trabalhadora. Este se constitui outro ponto em que os embates serão ferrenhos para o Serviço Social, haja vista a implacável luta das atuais forças dominantes em desqualificar os direitos humanos, banalizar suas questões elementares, bem como aviltar aqueles que se colocam na perspectiva de sua defesa.

O terceiro princípio traz: a “Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhado-

ras” (BRASIL, 2012, p.23). Este princípio reúne algumas polêmicas, sobretudo no tocante ao limite da cidadania no marco da sociabilidade burguesa. No cerne do debate, está a questão posta desde a crítica radical de Marx à cidadania democrática moderna: o limitado nível da emancipação política e a necessidade pujante da emancipação humana como única forma de plena expansão dos indivíduos sociais.

No famoso texto “Sobre a questão judaica”, Marx (2010) desenvolve essa discussão sobre os fundamentos restritos que embasam a Declaração Universal dos Direitos do Homem. No texto, suas indicações sobre emancipação política e emancipação humana são preciosas para compreendermos os limites da primeira e a necessidade da segunda. Entretanto, assumir a emancipação humana como horizonte do projeto profissional do Serviço Social não pode implicar em abrir mão dos direitos civis, políticos e sociais conquistados por intensas e históricas lutas da classe trabalhadora.

É, pois, no sentido de que é necessário manter e aprofundar os direitos de cidadania, como patamar estratégico de atendimento a demandas materiais imediatas dos trabalhadores e como mediação da luta por outra sociabilidade que o referido princípio é ratificado no Código de Ética de 1993 (BRASIL, 2012). A cidadania entendida como campo de contradição, espaço de lutas e correlação de forças, estratégia sempre mais necessária na medida em que a busca descontrolada do capital por altas taxas de lucro tem implicado na retração e destruição de direitos.

No atual contexto, a luta pelos valores da chamada emancipação política se torna imperiosa, face ao ataque desferido às liberdades civis e políticas fundamentais, bem como as ações que impactam diretamente na retirada de direitos e na retração das políticas sociais que garantem esses direitos, como a Emenda Constitucional Nº 95 (BRASIL, 2016). Não se trata de perder de vista o horizonte da emancipação humana, mas a compreensão de que, mais do que nunca, os ganhos civilizatórios da tradição liberal burguesa clássica e os ganhos em função das lutas dos trabalhadores pela ampliação de direitos são mediações imprescindíveis para enfrentamento dessa conjuntura. Nunca foi tão vital aprofundar as lutas nessas trincheiras.

Os desafios também passam pela necessidade de qualificar os conselheiros dos conselhos de direitos, adensar a participação da categoria em espaços como Conselhos municipais, estaduais e federais, bem como nas conferências das diversas políticas sociais. Aprofundar estudos sobre o Orçamento das políticas sociais, publicando não somente junto à categoria, mas aos usuários, movimentos sociais e outras categorias profissionais os seus resultados e a necessidade de pressão para canalização de recursos para as demandas das políticas sociais.

Outro princípio aponta para o “Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças” (BRASIL, 2012, p. 23). O enfrentamento ao preconceito e o respeito à diversidade é uma questão totalmente inovadora em uma profissão cuja origem conservadora, inclusive de base confessional, teve como marca decisiva, em seus antigos Códigos de Ética – com exceção do Código de 1986 –, o moralismo cristão e o conservadorismo, alicerçado pela formação social brasileira extremamente moralista e assombrosamente intolerante com as formas sociais diversas dos seus padrões societários, assim como o racismo estrutural que marca as relações sociais no país. Este princípio é fundamental, entre outros aspectos, pelo fato de o trabalho cotidiano do (a) assistente social ser realizado em larga medida com grupos sociais discriminados.

Barroco (2015) assinala que, ao explicitar essa temática em um dos Princípios Fundamentais, o Código de Ética de 1993 (BRASIL, 2012), o Serviço Social faz um importante avanço em termos de superação daquele moralismo referido, além de enfrentar o “dogmatismo, ao defender a tolerância, concebida como respeito à diversidade” (BARROCO, 2015, p.205).

Certamente aqui a empreitada do Serviço Social não será menos ferrenha. A profissão tem grande acúmulo teórico-político nesta direção com importantes produções, pesquisas e campanhas do CEFESS e dos CRESSs, que visam combater toda forma de preconceito e discriminação, inclusive com publicação de material informativo e edu-

cação. Também a categoria tem se articulado aos grupos que lutam em prol dessas agendas e engrossado os movimentos e ações desses segmentos. Ainda neste campo pode-se elencar o impulso dado ao debate sobre a questão étnico-racial no próprio Serviço Social e na sociedade brasileira de um modo geral.

Parece que nesse contexto, o princípio que defende a “Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual” (BRASIL, 2012, p. 24) ganha contornos ainda mais tensionados.

Um Código de Ética de base crítica e progressista não poderia imputar ao corpo profissional a “obrigatoriedade”, o arbítrio no que diz respeito à concepção, base teórico-filosófica e política do projeto profissional. Por isso, a defesa do pluralismo vem plasmar os demais valores emancipatórios defendidos. Aspecto relevante em relação a este princípio é o que tange à identificação de pluralismo com ecletismo. A este respeito, Forti (2010, p. 151) faz uma importante observação: “pluralismo – expressão destacada no presente princípio – não significa ‘ecletismo’, ou seja, a aceitação da junção sem critério de diferentes vertentes teórico-filosóficas, ou ‘neutralidade’: a ideia da equivalência de expressões teórico-filosóficas diversas.”

Hoje, porém, não apenas o ecletismo é uma possível “degeneração teórico-política”, visto que expressões abertamente conservadoras despontam sem pudores. É preciso referir aqui as manifestações mais abertas de adesão ao conservadorismo e a direção social impressa pela direita mais conservadora, que vem se processando desde as últimas eleições presidenciais, com claras menções de oposição ao projeto ético-político, citadas anteriormente. Como afirma o princípio, o pluralismo comporta as manifestações democráticas, mas quando estas se afinam a discursos e práticas moralistas, psicologizantes e apelos aos fundamentos da fé cristã para pautar a intervenção profissional e ações de cunho autoritarista, preconceituoso e que atentam contra o direito, a diversidade e a autonomia dos sujeitos com que trabalham os(as) assistentes sociais, elas devem e precisam ser combatidas. Isto exigirá a articulação ainda

mais afinada dos CRESSs com os profissionais, no sentido de identificação de discursos e práticas que firmam o Código de Ética e a Lei de Regulamentação da profissão, de modo a bloquear tais ações. Também as entidades da categoria precisarão desenvolver estratégias para articulação com estudantes e profissionais formados em cursos EaD, de modo a angariar mais forças em prol do projeto ético-político, uma vez que é possível que a crítica – séria e necessária – à expansão dessa modalidade de ensino venha gerando celeuma com os sujeitos envolvidos nesses espaços e, por vezes, uma certa estranheza ao próprio debate do referido projeto, ou recusa deste.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão realizada neste trabalho não tem nenhuma pretensão de saudosismo do ciclo petista e, menos ainda, de prospecção dos movimentos que vêm pela frente. Tão somente foram feitas reflexões de situações concretas, já analisadas pelo Serviço Social, no sentido de encaminhar a análise das tendências que vêm se apresentando e de circunstâncias que consolidam.

Assim, a compreensão dos limites deste breve ensaio é tangente, posto que a complexa conjuntura que está posta é atravessada pelas contradições intensificadas da luta de classes e concorre para intensa dinamização dos acontecimentos. Muita água ainda será lançada no moinho da ofensiva conservadora e da construção da resistência.

Diante de tudo que é tão incerto, é muito certo que afirmar o projeto ético-político e se manter firme na sua defesa será mais necessário do que nunca. Se um dia esteve em questão sua hegemonia, hoje está em pauta a necessidade de enfrentar os ataques frontais de que será objeto.

REFERÊNCIAS

ALESSI, G. *Batalha ideológica é a ponta de lança da estratégia de Bolsonaro*. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/04/politica/1546619303_381027.html. Acesso em: 08/01/2019.

- BARROCO, L. Não passarão: Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. In: *Serv. Soc. Soc.* [online]. 2015, n. 124, p. 623-636, out./dez.
- BOSCHETTI, I.; TEIXEIRA, S. O; SALVADOR, E. A assistência social após 20 anos de LOAS: fim da travessia do deserto?. In: *Anais do 14º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*. São Paulo, 2013.
- BEHRING, E. França e Brasil: realidades distintas da proteção social, entrelaçadas no fluxo da história. *Serv. Soc. Soc.* [online]. 2013, n.113, pp.7-52.
- BRASIL. Código de Ética do/a Assistente Social. Lei de regulamentação da profissão. 10º ed. Revisada e atualizada. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.
- BRASIL. Emenda Constitucional Nº 95. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília, 2016.
- BRAZ, M. O governo Lula e o projeto ético-político do Serviço Social. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, Cortez, n.78, p.48-68, jul. 2004.
- CARDOSO, P. F. G. O projeto ético-político em tempos de radicalização do conservadorismo: resistência e intransigência na luta por emancipação. *Revista Emancipa: o cotidiano em debate*, São Paulo: Revista do Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo (CRESS 9ª região), n. 1, maio 2016.
- COSTA, H. *A extrema direita, antes de ganhar o parlamento, ganhou corações e mentes e espalhou sua mensagem para todos os cantos do país*. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/584203-a-gestao-da-precariedade-versus-o-apelo-aos-afetos-dos-recalcados-entrevista-especial-com-henrique-costa>. Acesso em: 16/11/2018.
- DEMIER, F. *As eleições do Golpe (ou o Golpe das eleições): da democracia blindada à democracia dos blindados*. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2018/10/14/as-eleicoes-do>

- golpe-ou-o-golpe-das-eleicoes/. Acesso em: 16/12/2018.
- FORTI, V. *Ética, Crime e loucura: Reflexões sobre a dimensão ética no trabalho profissional*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.
- GARCIA, C. *PT: de oposição à sustentação da ordem*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Achiamé, 2012.
- _____. O Serviço Social na cena contemporânea. *Especialização à Distância para Assistentes Sociais. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS; CEAD/UNB, 2009.
- JUCÁ, Beatriz. Os tentáculos de Olavo de Carvalho sobre 57 milhões de estudantes brasileiros. In: *El País – Brasil*. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/10/politica/1547145578_294383.html. Acesso em: 16/01/2019.
- LEIRNER, Piero. In: *El País – Brasil*. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/04/politica/1546619303_381027.html. Acesso em: 14/01/2019.
- MARX, Karl. *Sobre a questão judaica*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.
- MOTA, A. E. A centralidade da assistência social na Seguridade Social brasileira nos anos 2000. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). *O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- _____. 80 anos do Serviço Social brasileiro: conquistas históricas e desafios na atual conjuntura. In: *Serv. Soc. Soc* [online]. 2017, n. 128, p. 39-53, jan./abr.
- _____. Assistência Social em Debate: Direito ou Assistencialização? Balanço Crítico do SUAS e o Trabalho do/a Assistente Social. In: *Conselho Federal de Serviço Social. Seminário Nacional “O trabalho do/a Assistente Social no SUAS”*: Brasília: CFESS, 2011.
- MENDONSA, D. (2012). Gênese da política de assistência social do governo Lula. *Tese de Doutorado*. Programa de Pós-graduação em Sociologia/Universidade de São Paulo.
- NETTO, J. P. A construção do Serviço Social. In: *Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional*. Ana Elizabete Mota et al. (Orgs.). São Paulo: Ministério da Saúde, 2006. p. 141-160.
- QUEIROZ, P. P. (2016). *Neodesenvolvimentismo e contrarrevolução no Brasil (2003 - 2016): crítica à economia política do campo democrático-popular*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Serviço Social/Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- RODRIGUES, M. P. Balanço Crítico do SUAS e o Trabalho do/a Assistente Social. In: Conselho Federal de Serviço Social. Seminário Nacional “O trabalho do/a Assistente Social no SUAS”. Brasília: CFESS, 2011, p. 96-107.
- SALVADOR, E. O desmonte do financiamento da seguridade social em contexto de ajuste fiscal. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*, n. 130, p. 426-446, São Paulo: Cortez, set./dez. 2017.
- SILVA, M. M. (2018). *Desenvolvimento capitalista e assistência social no Brasil: a encruzilhada da modernização com o Plano Brasil sem Miséria, 2011-2016*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Serviço Social /Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- SOUZA, J. (2016). *Tendências ideológicas do conservadorismo*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Serviço Social/ Universidade Federal de Pernambuco.
- SPOSATI, A. Assistência Social em Debate: Direito ou Assistencialização? Balanço Crítico do SUAS e o Trabalho do/a Assistente Social. In: Conselho Federal de Serviço Social. Seminário Nacional “O trabalho do/a Assistente Social no SUAS.” Brasília: CFESS, 2011.
- TEIXEIRA, J.; BRAZ, M. O projeto ético-político do Serviço Social. *Especialização à Distância para Assistentes Sociais. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS; CEAD/UNB, 2009.

Mossicléia Mendes da Silva

Professora de Serviço Social na UFRJ e Doutora em Serviço Social pela UERJ.

mossi_c@yahoo.com.br

PRAIAVERMELHA

Liberdade, ultraconservadorismo e o projeto ético-político: o horizonte para o Serviço Social

Freedom, ultraconservatism and the ethical-political project:
the horizon for Social Work

Alana Andreia Pereira

Revista Praia Vermelha	Rio de Janeiro	v. 29	n. 2	p. 589-617	2019
------------------------	----------------	-------	------	------------	------

RESUMO

Este ensaio teórico trata de aspectos da legitimação da liberdade individual, da racionalidade burguesa e do neoliberalismo que apresentam um ethos moral dominante como único, compreendendo a ordem capitalista como o ápice das sociedades. O presente texto está fundamentado na ontologia do ser social por tratar da liberdade entendendo os sujeitos como seres sociais, sendo esta liberdade algo participado por todos. Perpassa-se por uma análise da conjuntura ultraconservadora e finaliza-se com contribuições para a construção da resistência às investidas ultraconservadoras, tendo o projeto ético-político no horizonte.

PALAVRAS-CHAVE

Liberdade. Racionalidade Burguesa. Neoliberalismo. Ultraconservadorismo. Projeto Ético-Político.

ABSTRACT

This theoretical essay deals with aspects of the legitimacy of individual freedom, bourgeois rationality and neoliberalism that present a dominant moral ethos as unique, understanding the capitalist order as the apex of societies. It is based on the ontology of social being because it deals with freedom by understanding the subjects as a social being, and freedom as something shared by all. It goes through an analysis of the ultraconservative conjuncture, ending with contributions to the construction of resistance against the ultraconservative attacks, envisioning the ethical-political project on the horizon.

KEYWORDS

Freedom. Bourgeois Rationality. Neoliberalism. Ultraconservatism. Ethical-Political Project.

Recebido em 29.01.2019

Aprovado em 27.03.2019

INTRODUÇÃO

Com o intuito de contribuir para com os debates que permeiam a questão dos direitos humanos, das lutas sociais nos limites e pela superação da sociedade de classes capitalista, este trabalho se propõe a trazer a temática da liberdade e da proposta de direitos existente na sociedade burguesa de forma crítica, dialogando com a conjuntura atual e procurando contribuir com o debate sobre os desafios na construção de resistência e unidade nas lutas sociais.

Nessa esteira, o reconhecimento do lugar do Serviço Social como categoria profissional partícipe da “classe-que-vive-do-trabalho” (ANTUNES, 2009, p.101) faz-se extremamente relevante, por esta estar inserida na divisão sociotécnica do trabalho, suscetível às mesmas condições de precarização que assolam a classe trabalhadora, resguardando relativa autonomia (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014) como *locus* de construção de resistência, momento em que a importância do projeto ético-político e de sua materialização no cotidiano profissional se explicita como horizonte primordial.

A máxima da sociedade individualista: “[...] a liberdade de um acaba onde começa a do outro” (BARROCO, 2010, p. 159) é comumente utilizada na defesa da liberdade em nossa sociedade, sendo esta naturalizada e pouco analisada em sua essência.

Essa naturalização ocorre via legitimação ideológica, cujo fundo mais frequentemente encontrado é a racionalidade burguesa (GUERRA, 2011), alinhada ao ideário neoliberal que se constrói sob a égide de todo um aparato que se apresenta na cotidianidade por faces cristalizadas, ou seja, na esfera do imediato esse ideário tem sido eleito como melhor projeto societário a ser implantado. Sobre isso, Perry Anderson alertava na década de 90, quando analisou que se trata de uma ideologia mundializada, que é defendida por “[...] um corpo coerente, autoconsciente, militante, lucidamente decidido a transformar todo o mundo à sua imagem, em sua ambição estrutural e sua extensão internacional” (ANDERSON, 2010, p. 22).

A ideologia, em termos *lukácsianos*, para ser assim considerada, deve possuir um pôr teleológico, sendo assim, exige uma finalidade,

para tanto é necessário conhecer a realidade que pretende transformar e ser capaz de transformá-la (LUKÁCS, 2013). Tais questões remetem a buscar pela gênese das ideias neoliberais, pelo liberalismo clássico para que posteriormente se possam estabelecer mediações com o neoliberalismo que propaga elementos liberais, mas que se reinventa e se adapta para ser propagado mundialmente como projeto hegemônico.

Interessa aqui recorrer a argumentos fundantes de Locke acerca da relação entre a propriedade privada e a liberdade, com o intuito de romper com as limitações da liberdade postas pelo ideário feudal. O autor defende que o indivíduo é proprietário de tudo o que seu trabalho viesse a produzir; nesse sentido, a ideia de produzir excedente e comercializá-lo seria totalmente plausível, uma vez que não estaria lesando ninguém (LOCKE, 1994). A partir desses entendimentos é que Locke passa a se preocupar com a garantia das propriedades privadas e, para tanto, passa a defender a liberdade econômica, outorgando ao Estado a função de zelar pela segurança das propriedades por meio de leis e de instituições.

Ocorre que essa noção, a princípio focada numa relação social econômica, se expressa nas relações sociais entre os indivíduos, dando vazão à noção de liberdade individual, que defende que a liberdade do primeiro não deve ultrapassar o limite em que a do segundo começa, o que culmina no individualismo exacerbado, um dos maiores desafios para toda e qualquer construção coletiva, como também, um desafio para a concretização do projeto ético-político do Serviço Social.

Ao adotar-se esta máxima, cai-se num reducionismo acerca da liberdade. Como se fosse possível delimitar a liberdade como se faz com terrenos: colocando muros e cercas para separar a liberdade de um sujeito e de outro. Essa forma societal capitalista que se reivindica “civilizada”, da qual emana essa ideologia, tem conduzido a sociedade ao individualismo exacerbado, bem como à violência, à barbárie e a defesas de projetos ultraconservadores.

A liberdade a partir do pensamento marxista, pela ontologia do ser social, orientará a crítica a esses elementos, permitindo entender a

liberdade como constitutiva do humano-genérico. Ou seja, parte-se do princípio de que o outro não é um empecilho, e sim, que é possível uma convivência em que não haja a “minha” liberdade ou a “sua” liberdade, mas, a “nossa” liberdade.

A partir desse esforço teórico, faz-se uma análise da conjuntura brasileira, perpassando alguns dos principais acontecimentos que foram cruciais para a vitória do projeto ultraconservador nas eleições presidenciais de 2018.

Por fim, busca-se fazer uma contribuição para o rompimento com visões imobilistas e fatalistas que podem assolar a profissão, trazendo a defesa da formação profissional permanente para se articular a viabilidade da materialização do projeto ético-político, bem como a constituição da práxis profissional, formas essas que podem fortalecer a categoria junto aos movimentos sociais por lutas sociais de resistência contra investidas ultraconservadoras e pela garantia de políticas estruturantes, também por uma sociedade mais justa e igualitária.

AS DEFESAS DO CONCEITO DE “LIBERDADE RESTRITA”: UMA PERSPECTIVA CRÍTICA

As expressões ideológicas da liberdade individual podem ser identificadas em todas as esferas da vida, incluindo as mais sensíveis, como a arte por meio de poemas na aparência singelos. Esse é o caso de *A verdadeira liberdade*, de Fernando Pessoa (CAMPOS, 1993), que, ao que parece, traz com belas palavras uma visão angustiante da liberdade. Nota-se que, pelo poema, para ser livre, o indivíduo deve negar tudo o que a humanidade construiu historicamente e isolar-se, para que, assim, ele possa deleitar-se novamente sobre as riquezas que a natureza proporciona.

Nesse sentido, “o outro” aparece como uma barreira a ser transposta, sendo possível, a partir desse transpor, chegar a desfrutar de sua liberdade. Em outros termos, a solidão seria o único caminho que o libertaria para acessar essas riquezas.

Por esse poema pode-se exemplificar como, em determinadas análises, a capacidade humana de valorar esvaziaria a liberdade, ao

passo que a consciência de determinados valores conduziria a intencionalidades, tornando inviável o pensar sem interesses prévios. Ou seja, o pensamento já seria influenciado por convicções, o que acaba por cercear a imaginação, sempre adiando a liberdade do pensar.

Esse pensamento angustiante não é nada além da expressão de uma das faces do individualismo, que enviesa capacidades humanas construídas socialmente em aspectos deletérios, já que para ele estas se apresentam como num plano objetivo em detrimento do subjetivo, culminando na defesa de que o estado natural das coisas proporcionaria a realização das vontades individuais.

Não obstante, o ser ético é construído a partir da transformação das coisas, a significação e ressignificação das coisas, numa construção permeada pelo objetivo/subjetivo, visto que no plano ontológico estes estão atrelados, não podendo se apresentar descolados (LUKÁCS, 2013).

No poema *Privatizado*, Bertolt Brecht¹ permite vislumbrar que, com o individualismo e com a ideia de que o outro é um empecilho, acaba-se tirando o foco do que realmente ocorre com o pensamento de alguém e com suas capacidades a serem desenvolvidas livremente uns com os outros.

A privatização, onde tudo é de posse de alguém, podendo ser vendido e comprado, ou seja, comercializado, é a reificação que se manifesta e que se apresenta no imediato como algo que lhe traz segurança de que o outro não poderá se apoderar do que não é dele, numa visão deturpada do público. Essa crença vai tomando dimensões cada vez maiores, gerando uma sensação de que o tempo diminuiu, mas o tempo continua o mesmo: as pessoas é que não conseguem mais se organizar para fazer aquilo que a elas agrada. Essas questões levadas ao extremo incidirão diretamente no pensamento do poema de Fernando Pessoa (CAMPOS, 1993).

1 Cultura brasileira. *Antologia poética de Bertolt Brecht*. Privatizado. Disponível em: <https://www.culturabrasil.org/brecht_antologia_poetica.htm#priva>. Acesso em: 15 mai. 2015.

Nesse sentido, é importante esclarecer em nível teórico como se justifica a ideologia da racionalidade burguesa que surge e se propaga atrelada a princípio ao liberalismo e, mais recentemente, ao neoliberalismo.

A ordem sociometabólica capitalista tem por base concreta a propriedade privada, como a base objetiva da racionalidade burguesa, isto é, uma ideologia que contribui para justificar o que existe concretamente, sendo a propriedade privada a garantia da reprodução social que permite o crescimento e a manutenção da ordem de produção capitalista. Enfatiza-se essa questão para dizer que sem essa base objetiva - a propriedade privada - não haveria sustentação para que essa ideia fosse naturalizada (MÉSZÁROS, 2011).

A ordem de produção capitalista funda-se numa garantia de posse, primeiramente de terras, depois de meios de produção, meios para a compra destes meios de produção, da força de trabalho de trabalhadores que tem absorvida a força de trabalho como mercadoria, bem como do produto final e da maior parcela da riqueza socialmente produzida, apropriada por parte de alguns poucos em detrimento de uma maioria (MARX; ENGELS, 2009).

Quando se fala de racionalidade, a primeira ideia que ocorre é pensar no sentido da definição de razão como aquilo que é lógico e no seu oposto, isto é, aquilo que é irracional. Nestas definições encontram-se categorias de análise repletas de valores e interesses que se apresentam de modo genérico como algo binário, “ou é ou não é”.

O termo “razão” propõe inúmeros questionamentos, uma vez que essa palavra remete cada um a buscar suas formas de pensar e suas referências para estabelecer um processo cognoscente. Por isso, ainda que brevemente, ater-se-á aqui a alguns esclarecimentos.

A razão é defendida por diversos autores como a melhor forma de orientação para o processo de pensar. As discussões da era moderna tiveram o racionalismo como uma forma indispensável, podendo os pensadores ser divididos entre os que tendiam ao racionalismo metafísico e outras linhas direcionadas ao racionalismo gnosiológico (MORA, 1978).

Algumas abordagens entendem razão como forma de distinguir o humano dos demais animais; outras tomam a razão por fundamento, explicando o porquê de as coisas serem como se apresentam; outras ainda defendem a razão como uma inteligência universal que se manifesta no humano por um modo de ser racional (MORA, 1978).

Feitas essas ressalvas, para a fundamentação deste trabalho, cabe direcionar o debate para o entendimento da racionalidade que embasa os posicionamentos presentes neste artigo. Orienta-se aqui pela “razão dialética” (GUERRA, 2011), sendo assim, as presentes leituras de realidade estão atreladas ao conhecimento objetivo-subjetivo, de forma histórica e socialmente determinada. Segundo Guerra:

A “racionalidade”, enquanto uma propriedade da razão, vincula-se às formas de concebê-la; por isso, tem na razão o seu fundamento de determinação, que é a expressão da própria realidade. A racionalidade dada pela razão dialética é a síntese de procedimentos ativos e intelectivos e torna-se um adjetivo da razão que desaliena, desmistifica, nega o dado na sua aparência e é capaz de engendrar ações que ultrapassem a dimensão manipulatória e instrumental (GUERRA, 2011, p. 44).

Na contramão da defesa do ultrapassar da aparência fenomênica para atingir o concreto pensado, a racionalidade burguesa não zela por um conhecimento aprofundado da sociedade, já que interessa garantir um arcabouço que fundamente a forma sociometabólica burguesa, de modo a controlar e perpetuar a sua forma de pensar.

O positivismo é uma das tradições que podem nortear o discurso que dá origem a esse posicionamento, esta que se propõe a analisar a funcionalidade da sociedade, suas estruturas, para que, a partir disso, seja possível controlá-la por meio de reformas, visando a corrigir problemas que surgem nas relações sociais. Desta feita, ocorre a naturalização e disseminação do discurso hegemônico que contribui para a manutenção da ordem do modo de produção capitalista.

Essa forma de pensar é uma das que orientam a racionalidade burguesa, que mais precisamente surge em meados do século XIX, em outros termos, a partir de um período de transição, em que a bur-

guesia deixa suas vestes revolucionárias e se envolve em um conservadorismo, justificado pela supressão do modelo absolutista-feudal, que lhe permite assumir uma posição de dominação pela proposição de uma nova forma de divisão social do trabalho (GUERRA, 2011).

Oportunamente, Coutinho (2010) esclarece que o fim do regime servil – composto por homens livres e servos da gleba –, e o fim da produção individual, artesanal e autárquica são o limiar para a transformação dos servos em trabalhadores livres – para vender sua força de trabalho aos que podem e necessitam comprá-la para a produção –, já a produção passa por um desenvolvimento industrial que vai ser permeado por uma organização no interior de fábricas e com a integração das áreas de produção.

Chama-se atenção aqui para a passagem de servo a trabalhador livre, que serve à consolidação ideológica da qual se está tratando, que vai dar vazão à propagação no senso comum de que a ordem capitalista é o único meio e, provavelmente o último, capaz de possibilitar a todos a liberdade, que será alcançada a partir do desenvolvimento das capacidades individuais de cada um – defesa essa proposta por Hayek (2010) como fundamento quando faz uma crítica ao socialismo.

A classe trabalhadora aparece então, como herdeira dos preceitos revolucionários abandonados pela burguesia, tais como os ideais de luta por igualdade, fraternidade e liberdade que foram os princípios da Revolução Francesa. Essa transição desemboca na oposição entre burguesia e classe trabalhadora, sendo que esta última passa a ser atingida desenfreadamente pela racionalidade burguesa, sob o pretexto de legitimação de sua ideologia em todas as esferas para a manutenção de seu poder, ou seja, a classe dominante passa a utilizar de meios para a propagação de seus interesses, sob o escopo de constituir e visar um interesse universal.

Essa ideologia da burguesia prevê valores próprios de sua condição que compõem uma ética burguesa (COUTINHO, 2010). Esta ética perpassa pela reificação do ser social e pelos valores da classe dominante que culminam na recusa do ser social objetivo como ser ético emancipado.

Na sociedade de classes, já não é possível uma unidade em torno de valores e necessidades comuns a todos os membros da sociedade, embora as classes dominantes busquem a integração da sua orientação moral e a abstração das diferenças reais que – brotando dos interesses socioeconômicos – perpassam pelos valores e modos de ser. Nesse contexto, tendo em vista a existência de valores heterogêneos, a possibilidade de transgressão, por parte dos indivíduos, das normas morais e dos costumes dominantes e a presença de códigos morais alternativos, a moral se revela como *exigência de subordinação dos indivíduos singulares* – de suas necessidades, desejos, paixões, necessidades singulares – às *exigências de integração social à moral dominante* (BARROCO, 2010, p. 61, *grifos da autora*).

Ao passo que o sistema normativo vai se complexificando, não é possível falar de apenas uma moral. Embora a necessidade de legitimação da classe dominante a faça buscar a transposição de seus valores para a classe trabalhadora, visando certa aparência homogeneizada, ainda assim a classe trabalhadora oferece resistências coletivas mesmo que na contemporaneidade estas se apresentem, na cena brasileira, fragilizadas e fragmentadas. Essa relação contraditória entre as classes só pode ser explicada a partir do entendimento das categorias trabalho e alienação.

A alienação é o recurso de que se serve a classe dominante para a legitimação de sua ideologia. Para compreender essa relação é preciso entender que o trabalho é categoria central para os indivíduos, sendo assim, a relação social de produção contraditória entre classe trabalhadora e classe dominante é determinante. Na ordem sociometabólica do capital, o trabalho é alienado a partir da divisão social do trabalho que consiste na exploração da força de trabalho daqueles que seriam os despossuídos, restando-lhes somente essa via para sua sobrevivência. Tal necessidade de venda da força de trabalho para garantir o custeio de necessidades imediatas, como comer, beber e vestir-se, faz com que o trabalhador não seja mais livre; o trabalho lhe é alheio, alienado, explorado (MARX, 2010). Analogamente

a essa ideia infere-se que o trabalho deixa de ser livre, não sendo mais uma forma de se objetivar aquilo que foi produzido, passando a significar um fardo. Nas palavras de Marx (2010, p. 83): “[...] tão logo inexista coerção física ou outra qualquer, foge-se do trabalho como de uma peste”.

A expressão dessa alienação não repercutirá somente na relação social de produção, como também em todas as outras esferas da vida, tangenciando a forma de sociabilidade, repercutindo nas relações sociais familiares, relações sociais de sexo, reproduzindo essa noção de fragmentação da realidade, momento em que os níveis de consciência crítica tornam-se cada vez mais distantes de serem atingidos.

Para compreender tal análise é preciso se aprofundar mais um pouco, recorrendo ao surgimento do pensamento liberal em oposição ao sistema absolutista feudal. Locke é a expressão do liberalismo que se insurge pelo fim dos privilégios do absolutismo feudal, baseado no direito natural que outorga a todos o direito de satisfazer suas vontades individuais numa realidade de sistema de trabalho livre.

Locke (1994) infere que todos os homens são iguais em estado de natureza, pois possuem uma razão que lhes permite agir e exercer sua liberdade de acordo com suas vontades; refere que o homem é proprietário de tudo o que for fruto de seu trabalho, considerando que a partir do trabalho cria-se propriedade; também afirma que o homem deveria consumir aquilo que havia sido apropriado antes que se deteriorasse, ou, ainda, que poderia apropriar-se de um território desde que respeitasse as necessidades de terra de seus vizinhos. Destarte, o autor não defende a propriedade ilimitada.

A propriedade nos termos de Locke (1994) será ampliada em maior ou menor medida de acordo com os níveis de empenho aplicado pelos indivíduos em suas propriedades. A desigualdade, em contrapartida, seria originária das diversas formas de se fazer uso da razão, da liberdade e do trabalho.

Partindo desses elementos, pode-se compreender como alguns moralismos são justificados nessa forma de sociabilidade, visto que

o postulado *lockeano* pode muito bem fundamentar as visões que culpabilizam o indivíduo por sua condição, tendo em vista que pelo direito natural, todos partiriam das mesmas condições para desenvolverem suas capacidades e propriedades.

Na contemporaneidade tem-se a retomada do liberalismo com alterações e adaptações, sendo essa perspectiva nomeada como neoliberalismo, pois o Estado já não era mais o mesmo dos tempos John Locke – século XVII, de pré-Revolução Industrial. Tais diretrizes ganham espaço na década de 70 nos países de capitalismo central, e na década de 90 no Brasil, a partir do entendimento de que o Estado de Bem-Estar Social estaria em falência.

Neste artigo concentrar-se-á em algumas defesas que Friedrich August Von Hayek, um dos maiores estudiosos e defensores do neoliberalismo, faz deste ideário. Ao tratar de sua tese acerca do que seria *O caminho para a servidão* (HAYEK, 2010), o autor trata da tensão entre a noção de segurança e liberdade existente na sociedade capitalista. Critica a defesa socialista de que a liberdade só seria possível a partir da garantia da segurança econômica, afirmando que esta garantia instigaria o não trabalho por aqueles que de fato não teriam a capacidade de se desenvolver numa livre concorrência, gerando a dependência de uns sobre outros.

Hayek (2010) afirma, entre outros argumentos, que a competição é a única via para se desvencilhar de desestímulos ao trabalho, pois, por meio da competitividade, os indivíduos são instigados a desenvolver suas capacidades, cabendo o desenvolvimento do livre-arbítrio que só seria proporcionado pelo mercado. Reforça sua crítica, dizendo ainda que a igualdade econômica seria um meio de castração da liberdade individual, pois nessas condições os sujeitos deixariam de desenvolver suas capacidades a partir de uma imposição, pela igualdade de condição, de restringir a manifestação das escolhas e até mesmo da vontade de escolher.

Nesse sentido, a liberdade individual abre caminhos tanto para o reconhecimento das necessidades individuais, quanto para o individualismo. Por este último enquadramento, o outro é tido como barreira, convergindo também perfeitamente com o ideário neolibe-

ral e a racionalidade burguesa. A partir da delimitação da liberdade esboçada pela frase “[...] a liberdade de um acaba onde começa a do outro” (BARROCO, 2010, p. 159), é feita também uma delimitação do espaço que seria “meu” por posse, assim como se defende a delimitação de que “eu” tenho posse sobre “mim” – vale esclarecer que no presente texto se critica a ideia de posse de tudo e não de direito ao corpo.

Sendo assim, é “proibido” transpor essas barreiras, mas é “permitido” ultrapassar o outro numa escala de concorrência em que um deve provar ser melhor que o outro para merecer a segurança econômica e, a partir disso, fazer uso de sua liberdade individual. Notavelmente essa relação se dará em detrimento da liberdade individual do outro, questão essa naturalizada por essa visão que defende a meritocracia; em última instância, a proposta é que o indivíduo se realize plenamente no plano do “eu”.

Os valores morais referidos balizam as falas meritocráticas de que alguém adquiriu algum bem por ter se “esforçado muito”, ou até jargões de que “o trabalho enobrece o homem”, portanto, aqueles que não trabalham fora do âmbito doméstico, formal ou informalmente são indignos, não são pessoas merecedoras de “um lugar ao sol”. Esta sustentação também dá margem para olhar para o outro como o “rival”, pressupondo a existência do inimigo, o qual deve ser suprimido em suas capacidades, para que não possa se desenvolver e “me” superar. Nos termos de Hayek,

A segurança econômica, assim como a espúria “liberdade econômica”, e com mais justiça, é muitas vezes apresentada como condição indispensável da autêntica liberdade. Em certo sentido isso é ao mesmo tempo verdadeiro e importante. É raro encontrar independência de espírito ou força de caráter entre aqueles que não confiam na sua capacidade de abrir caminho pelo próprio esforço. Todavia, a ideia de segurança econômica não é menos vaga e ambígua do que a maioria dos outros conceitos nesse campo; e por isso, a aprovação geral à reivindicação de segurança pode tornar-se um perigo para a liberdade (HAYEK, 2010, p. 127).

Ainda segundo ele, a segurança que é benéfica aos homens, é aquela sob a qual o Estado provê mínimos de subsistência e a continuidade do que instiga o indivíduo (concorrência do mercado), ou seja, cabe a intervenção desde que seja para estímulo ao trabalho. Jamais o Estado deve interferir em prejuízo da livre concorrência e causar o ócio. Ou ainda, é possível dizer que para os neoliberais, a segurança ampliada gera a dependência do outro e a maximização das capacidades individuais só é atingida pela insegurança positiva que o mercado traz. Afinal, para Hayek:

Urge reaprendermos a encarar o fato de que a liberdade tem o seu preço e de que, como indivíduos, devemos estar prontos a fazer grandes sacrifícios materiais a fim de conservá-la. Para tanto, faz-se *mister* readquirir a convicção em que se tem baseado o regime de liberdade nos países anglo-saxônios, e que Benjamin Franklin expressou numa frase aplicável a todos nós como indivíduos não menos que como nações: “aqueles que se dispõem a renunciar à liberdade essencial em troca de uma pequena segurança temporária não merecem liberdade nem segurança” (HAYEK, 2010, p. 137).

Essa liberdade individual claramente aparece sob o uso da racionalidade burguesa com o escopo da manutenção, visando certo interesse universal que de fato, na ordem sociometabólica burguesa, torna-se impossibilitado e mera falácia legitimadora.

A partir dessa breve análise, pode-se notar o quão dúbio é o modo de pensar da racionalidade burguesa como expressão da moral dominante, que indica, como se viu, que as pessoas são seres individuais com posse de si. Para isso deveriam ter asseguradas posses de tudo o que viessem a desejar, objetos e até indivíduos reificados e fetichizados, de forma que tudo pudesse ter um preço.

Para além dessa moral dominante, dentro da contradição da ordem sociometabólica do capital é possível existirem outras. Trabalhar-se-á agora sob o viés de uma visão contra-hegemônica, abordada pela ontologia do ser social.

A ONTOLOGIA DO SER SOCIAL E A LIBERDADE

No poema *De que serve a bondade*², Bertolt Brecht traz um belíssimo questionamento acerca dessa forma de entender o individualismo. Como seres sociais que vivem em sociedade e que dificilmente viveriam numa total solidão, participar dessa ideia de liberdade restrita acaba não fazendo muito sentido quando o outro não participa, sendo que essa expropriação gera revoltas, promove a violência nas relações sociais como um todo, culminando na barbárie. Ademais, no modo de produção capitalista, aquele que consegue manifestar seus desejos por sua liberdade individual jamais deixará de ser atingido pelas expressões da questão social, surgindo, a partir disso, a ideia de “segurança restrita”, que criminaliza as expressões da questão social. Sob este cenário, escoia pelo ralo a liberdade individual de qualquer um que a “possua”.

Em outros termos, essa breve explanação buscou explicitar o movimento contraditório da liberdade individual restritiva, como queira chamá-la, pois só é possível pensar a liberdade como constitutiva do humano-genérico, livre de análises com o foco na propriedade, ou seja, quando se pensa na liberdade para a sociedade como um todo, que em sua totalidade participaria igualmente da riqueza socialmente produzida, com o fim da propriedade privada, que levaria ao rompimento com determinados preceitos ideológicos da racionalidade burguesa. Tais aspectos seriam possíveis apenas em outra ordem sociometabólica, como a libertação da mulher.

Indubitavelmente, lembra-se que o trabalho é a categoria central na vida dos indivíduos, sendo a liberdade resultante da atividade humana. Oportunamente, infere-se junto à Barroco que a liberdade

_____ Não consiste na consciência da liberdade ou das escolhas, mas na existência de alternativas e na possibilidade concreta de escolha en-

2 Cultura brasileira. *Antologia poética de Bertolt Brecht*. De que serve a bondade. Disponível em: <https://www.culturabrasil.org/brecht_antologia_poetica.htm#De%20Que%20Serve%20A%20Bondade>. Acesso em: 15 mai. 2015.

tre elas. Assim, a liberdade não é apenas um valor ou um estado de perfeição absoluta, mas uma capacidade historicamente desenvolvida e inseparável da atividade que a objetiva (BARROCO, 2010, p.26).

A liberdade só é possível a partir da capacidade também humana de valorar as coisas, de acordo com a importância que o objeto vai assumir dentro da sociedade.

No modo capitalista de produção, segundo Barroco (2010), essa capacidade é capitulada e utilizada em um modo inverso, pois esta era um meio de proteção e reprodução importante para a sociedade saber a utilidade de cada coisa e dar valor a ela. Num percurso inverso se deixa de valorar a partir das necessidades do ser social e passa-se a valorar pensando nas necessidades produtivas.

Barroco (2010) fala da coisificação das relações humanas, lembrança essa que remete diretamente à maior exploração que persiste em sociedade. Esta relação se materializa no âmbito familiar a partir do qual a mulher é a expressão da primeira forma de propriedade privada quando atingida pela opressão daquele que deveria ser seu companheiro, mas se autointitula dono.

Ressalta-se que as opressões presentes na relação social de sexo são anteriores ao capitalismo, mas que nesta sociedade de classes essa violência mediada pela posse do outro se intensifica, na medida em que a mulher é tida não só como posse, coisificada, mas fetichizada como mercadoria e alvo de diversas investidas mercadológicas, como o uso da imagem feminina de forma sexista e misógina em comerciais de produtos voltados para o público masculino machista.

Segundo Marx e Engels,

Com a divisão do trabalho, na qual estão dadas todas essas contradições, e a qual por sua vez se assenta na divisão natural do trabalho na família e na separação da sociedade em famílias individuais e opostas umas às outras, está ao mesmo tempo dada também a repartição, e precisamente a repartição *desigual*, tanto quantitativa quanto qualitativa, do trabalho e dos seus produtos e, portanto, a

propriedade, [17] a qual tem o seu embrião, a sua primeira forma, na família, na qual a mulher e os filhos são os escravos do homem. A escravatura latente na família, se bem que ainda muito rudimentar, é a primeira propriedade, que de resto já aqui corresponde perfeitamente à definição dos modernos economistas, segundo a qual ela é o dispor de força de trabalho [*Arbeitskraft*] alheia (MARX; ENGELS, 2009, p. 47).

As expressões desse processo descrito por Marx e Engels exemplificam com maior vivacidade os aspectos ideológicos que constituem o *ethos* da moral dominante. Como visto no texto, nessa ideologia, que é de apenas uma classe e que notoriamente representa apenas os interesses daqueles que são partícipes dessa classe social, tem-se o uso da alienação como instrumento de legitimação para atingir a universalização.

Portanto, por mais que os valores sejam originários dessa classe social, as classes subalternas adotam essa ideologia como condição de participação da vida social, sendo esta visão introjetada no senso comum, naturalizada (BARROCO, 2010). A partir disso, surgem os preconceitos e discriminações que colocam trabalhadores contra trabalhadores. Dizeres como o de que o “trabalho enobrece o homem”, que vão ser altamente influenciados então pela racionalidade burguesa e as diretrizes neoliberais que instigam a competição.

Em contraposição, tem-se o caráter ideológico da tradição marxista, que já de pronto pressupõe a necessidade de se pensar em outro projeto societário, o que originou a ideia do socialismo que a princípio é pensado com fortes marcas utópicas, mas que com Marx ganha cientificidade, dando amplitude e visibilidade à possibilidade revolucionária.

Entretanto, para se alcançar esse entendimento é preciso fazer uso da perspectiva de totalidade, pois a cotidianidade tende a turvar as lentes dos indivíduos pela moral dominante, sendo de suma importância construir mediações a partir da práxis com vistas a garantir suspensões da cotidianidade.

Em face ao exposto, quando se pensa em liberdade se deve pensá-la num nível de consciência elevado ao humano-genérico, ou seja, como ser social. Vive-se em sociedade e precisa-se construir estratégias para atingir essa liberdade em totalidade, que factualmente será possível apenas sob outro projeto societário.

TECENDO ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES: A PRIORIDADE DA MATERIALIZAÇÃO DO PEP PARA O SERVIÇO SOCIAL NO CENÁRIO DO ULTRACONSERVADORISMO BRASILEIRO

O Serviço Social advém de uma tradição conservadora, visando à manutenção, vigilância e reprodução da ordem. Essa categoria profissional surge no Brasil para responder às necessidades socio-históricas na década de 30. Esses aspectos assombram a profissão até a contemporaneidade, mesmo com o movimento de reconceituação que ocorreu na década de 60 na América Latina, mas que no Brasil teve maior incidência na década de 70, culminando no rompimento com a tradição conservadora em fins da década de 70, e sendo o Congresso da Virada um marco histórico dessa construção crítica da categoria.

A partir desse movimento de intenção de ruptura, foi possível uma construção coletiva comprometida com a transformação social, momento em que a categoria passa a se entender como classe trabalhadora e defensora das causas desta classe, fortemente influenciado pela aproximação à teoria social crítica.

Os Códigos de Ética profissionais do Serviço Social dão materialidade a uma trajetória socio-histórica da profissão. Conjunturas que devem ser estudadas, sendo os códigos compreendidos a partir dos elementos teóricos, éticos e políticos que norteavam a profissão em dada época.

O Código de Ética de 1993³ é a expressão do alinhamento dos assistentes sociais ao projeto societário contra-hegemônico na defesa

3 CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Código de Ética do/a Assistente Social, Lei 8662/1993. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2015.

de uma sociedade mais justa e igualitária, por meio de um posicionamento contrário às investidas do grande capital que se apresenta na contemporaneidade orientado por um projeto neoliberal.

O projeto ético-político visa nortear a atuação profissional na construção de estratégias que possibilitem avanços rumo à sua materialização, que só é possível em outra ordem societária. Vale ressaltar a atualidade desses documentos diante da realidade que se vivencia.

Nesse sentido, elucida-se que o assistente social é um profissional demandado por seu saber profissional, ou ainda por sua dimensão técnico-operativa, uma vez que esta é a dimensão que torna a atuação profissional mais reconhecida, embora essa esfera não se materialize sem a realização da práxis que surge em concomitância com a dimensão teórico-metodológica, investigativa e ético-política (GUERRA, 2012). Analogamente a essa ideia, infere-se junto à Guerra que:

Estando em sistemático processo de totalização, as dimensões que conformam a profissão não são formas fixas, tampouco podem ser consideradas de maneira autônoma, ao contrário, são instâncias interatuantes, ainda que possa haver, em situações determinadas, na realização de determinada competência e/ou atribuição profissional, o predomínio de uma sobre a outra (GUERRA, 2012, p.39).

A perspectiva predominante da dimensão técnico-operativa traz à tona questionamentos deturpados de que “na teoria a prática é outra”, bem como a questão de que “o projeto ético-político não pode se materializar”. Chega-se, com isso, a um dos pontos centrais desta discussão para tentar contribuir com o debate, dizendo que estes posicionamentos nada mais são do que fruto do aparato ideológico que já foi contextualizado acima. Ao fazerem essas afirmativas, esses profissionais demonstram passar por determinada sensação de falta de objetividade no discurso, a partir disso, os mesmos passam a exigir a construção de instrumentais que demonstrem como esse aparato ideológico contra-hegemônico pode se dar na atuação cotidiana.

As posturas fatalistas dos profissionais têm revelado certa angústia que assola também a sociedade brasileira, fazendo com que se aprofunde a análise de conjuntura para que no eterno “ir e vir” se possa contribuir para com o desvelar dos fenômenos.

A conjuntura brasileira nos últimos anos tem esboçado desafios cada vez maiores para os assistentes sociais que atualmente têm que lidar com as estratégias da ascensão do ultraconservadorismo. No entanto, guardadas algumas ressalvas, não é de hoje que o alerta está sendo soado. Vive-se um contexto de exacerbação da liberdade individual em prejuízo da liberdade pensada pela perspectiva da ontologia do ser social, que culmina em posicionamentos neoconservadores e mais atualmente ultraconservadores propagados como “verdades universais” e *Fake News*. Barroco chamou atenção para esses elementos a fim de alertar acerca do neoconservadorismo, ao dizer que:

O neoconservadorismo busca legitimação pela repressão dos trabalhadores ou pela criminalização dos movimentos sociais, da pobreza e da militarização da vida cotidiana. Essas formas de repressão implicam violência contra o outro, e todas são mediadas moralmente, em diferentes graus, na medida em que se objetiva a negação do outro: quando o outro é discriminado lhe é negado o direito de existir como tal ou de existir com as suas diferenças (BARROCO, 2011, p.209).

A autora faz essa leitura em um momento em que os governos do PT já haviam completado dois ciclos com o presidente Lula, o que expressa que nem mesmo em governos mais progressistas que o atual, o Brasil de Bolsonaro em 2019, deixou-se de vivenciar uma democracia burguesa que se restringe aos limites da emancipação política por garantias jurídicas, sem a efetivação dos direitos, dos acessos e da liberdade.

Faz-se *mister* neste momento, ainda que brevemente, se ater a uma análise da conjuntura brasileira para esboçar como os argumentos até aqui trabalhados se explicitam na contemporaneidade no plano prático econômico, político e social.

Antunes (2018) remete aos anos 70, momento em que a profunda crise estrutural do grande capital assolou a todos, sendo o neoliberalismo e a reestruturação produtiva uma medida globalizada sob a chefia do capital financeiro. Antunes alerta que não se trata somente

de capital fictício em expansão, mas da fusão entre capital industrial e bancário. O autor infere que esse processo gerou

[...] uma ampliação descomunal de novas (e velhas) modalidades de (super) exploração do trabalho, *desigualmente* impostas e *globalmente combinadas* pela nova divisão internacional do trabalho na era dos impérios. Para tanto, foi preciso que a *contrarrevolução burguesa de amplitude global* exercitasse sua outra finalidade precípua, qual seja a de tentar destruir a medula da classe trabalhadora, seus laços de solidariedade e consciência de classe, procurando recompor sua nova dominação em todas as esferas da vida societal (ANTUNES, 2018, 266).

Nesse sentido, as teorias formuladas por Hayek e outros começam a tomar forma na realidade brasileira de capitalismo dependente, alavancando a lógica das finanças e devastando a classe trabalhadora pela precarização das formas de contratação e o próprio entendimento do trabalhador sobre sua condição e de sua relação com o mundo do trabalho.

Antunes (2018) mostra que no mundo do trabalho surge até mesmo um vocabulário empresarial e formas renovadas de trabalho escravo e deterioração das condições dos imigrantes no Brasil, bem como o voluntariado.

Tais elementos foram inseridos junto à lógica empresarial da “responsabilidade social”, aparentando que a questão ambiental finalmente estaria na agenda do dia. No entanto, a empresa Vale e a anglo-australiana BHP Biliton⁴ têm mostrado que esses termos não passam de falácias, visto que a mineradora Vale está envolvida em dois grandes acidentes criminosos de rupturas de barragens. Deve ser lembrado o desastre na região de Mariana (MG) em 2015 com

4 Aqui se faz referência à empresa Vale e à anglo-australiana BHP Biliton por estas serem as donas da Samarco, mineradora responsável pelo rompimento da Barragem de Fundão em Bento Rodrigues, distrito da cidade de Mariana. Para mais informações acesse: <<http://especiais.g1.globo.com/minas-gerais/2015/desastre-ambiental-em-mariana/a-vida-apos-a-lama/>>. Acesso em: 06 abr. 2019.

a ruptura da Barragem do Fundão que acumulava lama, bem como o fato de a história se repetir em 2019 com outra destruição criminosa que fez Brumadinho⁵ (MG) ser tomada em lama, causando o desaparecimento e a morte de diversas pessoas, acidente também de responsabilidade da mineradora Vale.

Nessa esteira de acontecimentos, tem-se um governo interino, Temer (2016-2018), responsável por uma contrarrevolução que devastou o trabalho no Brasil. Mas essas investidas não surgiram a esmo. Elas fazem parte do projeto imperialista de dominação e perpetuação das formas de superexploração da força de trabalho e transferência de valor como intercâmbio desigual nos termos de Rui Mauro Marini (1973) – um dos principais teóricos da Teoria Marxista da Dependência –, formas essas que correspondem à realidade latino-americana de países da periferia do capital, que mais uma vez têm seus governos tomados por fantoches do grande capital.

O neoliberalismo vem se perpetuando e se reinventando quando necessário para efetivar o seu domínio e uma das formas, implantadas no Brasil, é o social-liberalismo. Antunes (2018) recorre ao exemplo de Tony Blair que lançou mão da “terceira via” de Anthony Giddens para ganhar as eleições, processo esse em que Blair promove não apenas a mudança do nome do partido de *Labor Party* (Partido Trabalhista) para *New Labor*, como também retira dos programas do partido a cláusula 4, que trata da luta pela “propriedade dos meios de produção”, e qualquer menção ao socialismo, colocando a competição e o empreendedorismo no lugar.

Tal “projeto moderno” teria o foco de inserir o Reino Unido na cena do capitalismo contemporâneo, acirrando a flexibilização e desregulamentação do mercado de trabalho inglês, reformas essas iniciadas pela era Thatcher.

Tony Blair de fato teria terminado a erosão neoliberal a partir do momento em que propôs medidas de modernização do *Welfare State*

5 Para mais informações acesse: <<http://www.esquerdadiario.com.br/URGENTE-Mais-um-rompimento-de-barragem-da-Vale-destroi-Brumadinho-MG>>. Acesso em: 06 abr. 2019.

que na verdade destruíram os direitos trabalhistas, previdenciários e de saúde (ANTUNES, 2018).

No Brasil, o neoliberalismo chega com Collor e FHC, com investidas mais alarmantes na década de 90, com desregulamentações do trabalho, privatizações, aumento da concentração da renda, expansão de lucro e ganhos dos grandes impérios capitalistas.

De acordo com Antunes (2018), os governos de Lula e Dilma teriam sido exitosos em aderir ao social-liberalismo, por terem implantado um projeto muito mais conciliador, visto que suas ações chegaram até a ampliar os ganhos do grande capital, mas também beneficiaram a classe trabalhadora “mais vulnerabilizada”, ao promover o Programa Bolsa Família, além da valorização do salário mínimo.

Lula e o chamado *lulismo* perpetuam dois governos sem realizar nenhuma investida por mudanças nos rumos das estruturas da desigualdade social brasileira, sendo que os níveis mais agudos de miséria foram diminuídos de forma parcial. O programa Bolsa Família surge num momento de perda da base apoiadora de Lula, que ao atender as diretrizes do grande capital faz com que a classe trabalhadora empregada perca o posto que ilusoriamente lhe havia sido outorgado de *nova classe média*, sendo assim, o programa surge para ampliar os apoios, fortalecendo a aliança com a população em miserabilidade por meio de transferências de renda ínfimas (ANTUNES, 2018).

No primeiro governo de Dilma, pôde-se acompanhar que a expectativa de Lula de continuar com amplos poderes não se efetivou, pois a presidenta não tardou em dar sua forma política burocrática às medidas que lhe couberam. Ademais, a presidenta manteve as propostas já orquestradas por Lula intensificando investimentos na construção civil, entre outros setores.

As rebeliões⁶ de 2013 marcaram o Brasil, mostrando que a população estava atenta e sentindo no cotidiano as medidas dos governos. Ainda assim, mesmo sob grande pressão de uma forte oposição

6 Antunes (2018) usa o termo rebeliões para demarcar a sua análise das manifestações de 2013.

tanto da população como dos setores dominantes, em 2014 Dilma consegue se reeleger prometendo não realizar o ajuste fiscal e a reforma nas regras do seguro-desemprego, além de outros aspectos que constavam no programa de seu adversário. Assim que ela se elege, organiza seus ministros e inicia as reformas que havia abominado (ANTUNES, 2018).

O golpe ainda assim foi realizado, posto que o grande capital não está mais disposto a conciliações, sendo necessário um novo fantoche, alguém que de fato execute sem ressalvas o seu projeto. Essa forma de golpe teria sido orquestrada por um novo formato, segundo Antunes (2018) trata-se de um golpe parlamentar, que busca judicializar a política e vice-versa, levando ao *impeachment* de Dilma por uma condenação de um crime que reconhecidamente ela não cometeu.

A era Temer inicia uma onda de destruição dos direitos dos trabalhadores, ataques como o PLC 30/2015 que promoveu a terceirização das funções fim, bem como a Reforma Trabalhista, PLC 38/2017. Todo esse cenário foi construindo, a passos largos, certo levante nacional contra o *lulismo* e o PT, ainda que algumas ações tenham sido encabeçadas por Temer e o PMDB e que casos de corrupção, como o Mensalão no governo Lula e a Lava jato no governo Dilma, tenham sido apenas expressões das estratégias corruptivas utilizadas pela direita.

Desde as rebeliões de 2013 as expressões do ultraconservadorismo têm se intensificado. Obviamente, elas nunca deixaram de existir, mas desde esse período tais posicionamentos reacionários, preconceituosos e até criminosos têm sido defendidos em alto e bom som, sem a mínima preocupação jurídica ou sensibilidade social. Esses fatos disseminaram uma cultura do ódio em que militares e adoradores da ditadura civil militar de 64 a 85 foram se fortalecendo, ganhando espaço até que, em 2018, Jair Bolsonaro, de forma assustadora e esmagadora, ganha as eleições presidenciais.

Esse termo está sendo cunhado para destacar o ganho da cena política por grupos de extrema-direita. Entretanto, deve-se enfatizar que a vitória de Bolsonaro e, por trás dele, todo um aparato de extrema-direita ultraconservador são uma estratégia do que já se conhece

como neoliberalismo, que agora necessita realizar seus cortes na carne dos trabalhadores brasileiros, promovendo a agudização do que foi protagonizado por Temer.

A conjuntura exige alguns delineamentos, pois não se trata somente de um momento de ajustes econômicos na periferia do capital, mas de uma crise global de contrarrevolução burguesa neoliberal, logo, os ajustes de austeridade tendem a ser agravados como com o Projeto de Contrarreforma da Previdência, cuja defesa tem sido dizer que pretendem acabar com os privilégios⁷.

Teóricos como Iasi⁸ e Antunes⁹ têm avaliado esse cenário dizendo que o fascismo chega ao Brasil num momento em que gerações que viveram as lutas contra a ditadura civil militar pós-64, não poderiam imaginar, mas que ocorre justamente pela crença na democracia burguesa, que se reivindica como civilizada, mas que cada vez mais tem revelado sua verdadeira face violenta.

Nesse contexto é que se insere o profissional de Serviço Social, sendo que a análise de conjuntura é um suporte essencial para a atuação crítica orientada pelo projeto ético-político do Serviço Social. Os tempos estão difíceis e o horizonte em que alvorece a saída pela esquerda unificada parece distante, mas é lembrado que a categoria profissional desde a década de 80 vem buscando fortalecimento junto aos movimentos sociais, encampando lutas por justiça social. Nesse bojo a materialização do projeto ético-político é prioridade para a profissão.

7 Guedes: reforma é para reduzir desigualdades e eliminar privilégios. Por "Estadão". Conteúdo em 20 fev. 2019 às 18h.29. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/economia/guedes-reforma-e-para-reduzir-desigualdades-e-eliminar-privilegios/>>. Acesso em: 07 abr. 2019.

8 IASI, M. O fascismo e os "homens bons". Blog da Boitempo, 16 out. 2018. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2018/10/16/o-fascismo-e-os-homens-bons/>>. Acesso em: 07 abr. 2019.

9 Para mais informações vide: "Antunes: 'Fascismo e ditadura são ameaças reais no Brasil hoje'". Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=T95NA-dk2RKU&t=216s>>. Acesso em: 07 abr. 2019.

Barroco (2010) responde brilhantemente a essa questão quando, utilizando a conceituação da cotidianidade de Heller, conclui que, para uma atuação contra-hegemônica, é preciso grandes esforços a fim de se atingir determinados níveis de consciência que permitam tornar o indivíduo um ser completo, com uma existência completa mesmo na cotidianidade. Isso, quando pensado para a atuação profissional, remete diretamente à necessidade da formação profissional continuada pois, sem esta, fatalmente ocorrerá o distanciamento do profissional desses entendimentos e, em contrapartida, a aproximação do mesmo ao senso comum que está presente em todos os outros espaços com grande força.

O grande desafio encontrado hoje nos debates da profissão gira em torno da formação profissional, tanto na graduação, base importantíssima, quanto na pós-graduação, que será indispensável para a ampliação dos horizontes dos profissionais e para o esclarecimento de diversos questionamentos, culminando na necessidade de contribuição para com a implementação do PEP, bem como de outros desafios encontrados no fazer profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises tecidas aqui buscam afastar-se de um viés culpabilizador dos profissionais, quer-se apenas elucidar que existe de fato uma forte postura imobilista, que faz com que estes profissionais coloquem para si inúmeras barreiras para a formação permanente e a busca pelo fortalecimento enquanto sujeitos nas lutas coletivas. Ressalva-se aqui a precarização da categoria no mercado de trabalho, bem como aspectos do âmbito pessoal, mas é necessário o entendimento de que essas questões precisam ser pensadas e ultrapassadas via estratégias coletivas, não sendo possível cair no imobilismo e, com isso atuar numa inércia infinita e inconteste, sem se propor a nada, uma vez que o “nada” tem sido preenchido por essas investidas ultraconservadoras e deturpadoras da realidade, chegando até mesmo a intensificar a perseguição aos marxistas e ao próprio Serviço Social, por utilizar em seu embasamento teórico textos de Antônio Gramsci e Karl Marx.

Retomando a questão da liberdade, como profissionais que intervem na vida cotidiana e nas relações sociais dos indivíduos, bem como sujeitos históricos partícipes dessa realidade, pode-se contribuir para com a desmistificação da liberdade individual em contexto de individualismo e barbárie. As ações com intencionalidade transformadora podem parecer pequenas, mas possibilitam abrir espaços de questionamento para que os sujeitos possam, de fato, pensar sobre este tema e trabalhar em seus níveis de consciência, pois a partir do rompimento com a alienação que estimula essa visão, várias outras questões serão suscitadas e também desveladas.

Essa contribuição não pretende dar respostas e receitas, porque as respostas virão do coletivo e não individualmente, sendo assim o desafio está na construção de unidade em prol da resistência. Vale ressaltar que não se está aqui colocando para a profissão uma tarefa de revolução, mas sim o compromisso e o desafio de contribuir com a construção do conteúdo revolucionário no cotidiano profissional.

Para além disso, enquanto categoria profissional, é preciso se inclinar menos a pesquisas e atuações que contribuam apenas com o reformismo. Ou seja, tem que se dar atenção às questões concernentes à emancipação política, desde que estrategicamente se esteja vislumbrando atingir a emancipação humana. Evidente está que esta última não é uma tarefa para uma profissão, mas deve ser vista como algo possível (NETTO, 2010). Portanto, deve ser feito um empenho para proposições reformistas, lutas mais imediatas, tendo sempre, como pano de fundo, o entendimento de que essas proposições devem estar direcionadas como estratégias e que a reforma nunca bastará. Estes são os preceitos do projeto ético-político e é dessa forma que os assistentes sociais podem contribuir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (Org.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. 10ª reimpressão, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010, p. 09-23.
- ANTUNES, R. L.C. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação*

- e a negação do trabalho. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2009.
- _____. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BARROCO, M.L.S. *Ética: fundamentos socio-históricos*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- _____. Barbárie e Neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. *Revista Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 106, p. 205-218, abr./jun. 2011.
- BRECHT, E. B. F. *De que serve a bondade*. Disponível em: <[http://www.culturabrasil.org/brechtantologia.htm#De Que Serve A Bondade](http://www.culturabrasil.org/brechtantologia.htm#De_Que_Serve_A_Bondade)> Acesso em: 30 dez. 2018.
- _____. *Privatizado*. Disponível em: <http://www.culturabrasil.org/brecht_antologia_poetica.htm#priva> Acesso em: 30 dez. 2018.
- CAMPOS, A. A verdadeira Liberdade. In: CAMPOS, A. *Livros de versos Fernando Pessoa*. Lisboa: Estampa, 1993. Disponível em: <<http://arquivopessoa.net/textos/3349>>. Acesso em: 15 mai. 2015.
- CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Código de Ética do/a Assistente Social, Lei 8662/1993. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2015.
- COUTINHO, C.N. *O estruturalismo e a miséria da razão*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- GUERRA, Y. *A Instrumentalidade do Serviço Social*. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- _____. A Dimensão Técnico-operativa do Exercício Profissional. In: SANTOS, C.M. dos. BACKX, S. GUERRA, Y. *A Dimensão Técnico-Operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2012, p.39-68.
- HAYEK, F.A. *O caminho da servidão*. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.
- IAMAMOTO, M.V.; CARVALHO, R. de. *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 41ª ed. São Paulo: Cortez, 2014.

- LOCKE, J. *Segundo tratado sobre o governo civil: ensaio sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social*. [recurso eletrônico] 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARINI, R. M. Dialética da dependência. 1973. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marini/1973/mes/dialetica.htm>> Acesso em: nov. 2018.
- MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria de transição*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MORA, J. F. Dicionário de filosofia. Tradução de António José Massano e Manuel Palmeirim. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1978.
- NETTO, J.P. Prefácio. In: MOTA, A.E. (Org.) *O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

Alana Andreia Pereira

Assistente Social do Dep. de Educação Infantil da Prefeitura de Jaguariúna/SP e Mestre em Serviço Social pela PUC/SP
alana.aap@gmail.com

**Capitalismo contemporáneo,
fascismo y encrucijada del
proyecto ético político del
Servicio Social**

Ricardo Plazas Neisa

RESUMO

A portas de entrar a la tercera década del siglo XXI el desarrollo del modo de producción capitalista evidencia su agotamiento; al no encontrar territorios y espacios en el cual reproducirse, expresando el verdadero rostro de la acumulación capitalista: el de la barbarie y la depredación. El re-acomodamiento del escenario político latinoamericano al costado más reaccionario de la burguesía, coloca desafíos y retos para el proyecto ético-político del Servicio Social en Brasil - y los intentos de construcción en la región-, en un escenario de repliegue de la clase trabajadora.

PALAVRAS-CHAVE

Fascismo. Capitalismo Contemporáneo. Proyecto Ético-Político. Trabajo Social.

ABSTRACT

As we enter the third decade of the 21st century, the development of the capitalist mode of production evidences its exhaustion; by not finding territories and spaces in which to reproduce, expressing the true face of capitalist accumulation: that of barbarism and predation. The re-accommodation of the Latin American political scene to the more reactionary side of the bourgeoisie places challenges for the ethical-political project of the Social Service in Brazil - and the attempts to build in the region - in a scenario of retreat of the working class.

KEYWORDS

Fascism. Contemporary Capitalism. Ethical-Political Project. Social Work.

Recebido em 14.01.2019

Aprovado em 22.05.2019

INTRODUCCIÓN

El desarrollo del modo de producción capitalista tiene como elemento sustancial a su existencia la violencia y la barbarie, como instrumentos que viabilicen la acumulación de capital a través de la explotación del trabajo como sustento material de la riqueza socialmente producida. Recordemos como Marx (1977) señala el carácter sanguinario del capital desde su génesis: “el capital viene al mundo chorreando sangre y lodo por todos los poros, desde los pies a la cabeza” (p. 646). Con el transcurso de casi cinco siglos de dominación y generalización de la producción capitalista, se constata que la acumulación de capital sin violencia no puede ser, y como en su forma más desenvuelta, la de los monopolios, crea el monstruo del fascismo.

Las experiencias italiana y alemana de la primera mitad del siglo XX, marcaron la primera expresión de fascismo en un momento histórico en que los monopolios, representados en los Estados-nación, se disputaban los mercados y el comando del planeta. Estas primeras expresiones, localizadas y dotadas de particularidades propias de su desarrollo, son el punto de partida para la generalización del fascismo en múltiples formas durante la maduración monopolista del capital, que en tiempos de hipertrofia del capital financiero y límites territoriales para la reproducción del capital, empiezan a visibilizarse con mayor nitidez expresiones de fascismo y barbarie como una tendencia.

En América Latina particularmente se vivencia, finalizando la segunda década del siglo XXI, una ola reaccionaria y fascista en cuanto a las intenciones continentales que las burguesías nacionales, comandadas por los Estados Unidos, tienen para destruir los procesos de gobiernos progresistas aún existentes o los legados dejados por estos -a pesar de los límites-, arremetiendo contra toda expresión de emancipación política conquistada dentro de las márgenes del capital: derechos de la comunidad LGBTI¹, afrodescendientes, pueblos originarios, mujeres, y contra los movimientos revolucionarios, enfatizando el odio al comunismo.

1 La sigla LGBTI refiere a Lesbianas, Gays, Bisexuales, Tran e Intersexuales,

La reconfiguración geopolítica del continente coloca a la ultraderecha en una posición favorable para el afianzamiento del ideario neoliberal de recorte social y apertura de espacios para la reproducción del capital, ofensiva que se despliega con la mayor brutalidad, propia de la contención que sufrió el capital transnacional durante los periodos en que gobiernos progresistas dieron prevalencia a políticas de proyección social. No sólo por la posibilidad de encontrar espacios en los cuales el capital se puede desplegar con mayor libertad, sino porque la crisis permanente -presente desde el 2008- presiona con un eminente colapso societario que agudiza la lucha clases, colocando con mayor vigencia la frase pronunciada por Rosa Luxemburgo: Socialismo o Barbarie.

Esa configuración histórica coloca para el Servicio Social una disyuntiva entre las condiciones socio-históricas que lo configuran como una profesión anclada a la división del trabajo y al papel ideológico que cumple en la sociabilidad burguesa, y la construcción de un proyecto profesional que traza un horizonte de lucha en el marco de la emancipación política, en un claro posicionamiento a favor de la clase trabajadora.

Siendo el caso brasileño la experiencia más nítida de un proyecto ético-político profesional del Servicio Social, se ve amenazado por la retomada reaccionaria-fascista representada en el ascenso del gobierno Bolsonaro, que pone en el tablero de ajedrez el ataque directo a la libertad de cátedra y la insinuación de exterminio físico de quien exprese alguna relación con el marxismo y el comunismo, con un claro tinte de odio a quien sea afrodescendiente, indígena, homosexual o mujer.

Los riesgos al proyecto profesional están condicionados no sólo a la capacidad de cohesión y unidad propias de la categoría profesional, sino al avance o repliegue que tenga la clase trabajadora. La defensa de los derechos está limitada a la capacidad de articulación de la profesión con las fuerzas sociales representantes de la clase trabajadora en su heterogeneidad para enfrentar la arremetida fascista. Esta condición exógena y endógena propia de las dinámicas

sociales, configura un entramado complejo en diferentes niveles de trabajo por parte de la categoría profesional como parte de la re-afirmación de los principios ético y políticos del proyecto profesional y societario, así como de la capacidad para afrontar la arremetida de los sectores conservadores en la profesión y las contrarreformas que afectan las políticas sociales.

EL FASCISMO COMO TENDENCIA EN EL DESARROLLO DEL MODO DE PRODUCCIÓN CAPITALISTA: AMÉRICA LATINA Y EL AVANCE REACCIONARIO

Para las interpretaciones que consideran que el fascismo es un acontecimiento histórico único e irrepetible al de Alemania e Italia en la primera mitad del siglo xx, se reducen a un encuadramiento concreto de un fenómeno que expresa determinaciones más abarcadoras, ligadas directamente al desarrollo monopolista del modo de producción capitalista y su tendencia a la crisis; en cuanto no encuentra espacios de reproducción y acrecientan la real cara de barbarie en la que se sustenta la producción de riqueza en la sociabilidad burguesa.

El acenso fascista en Italia y Alemania en cabeza de Mussolini y de Hitler correspondió al encuadramiento de los monopolios después de la disputa por repartir los mercados en la Primera Guerra Mundial, y una respuesta a la crisis económica desatada desde 1929, que dieron sustento material para que el capital expresara su auténtica forma de ser: la de la barbarie y la depredación. El fascismo fue la expresión de madurez del capital para asumir la contrarrevolución ante el avance del movimiento obrero en Europa -fortalecido por la existencia de Unión de Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)- y también la salida a la crisis económica con el control absoluto de la clase trabajadora vía represión militar.

El fascismo se convierte desde su aparición en un mecanismo moderno para defender los intereses de la burguesía monopolista ante la crisis, la lucha de clases y la competencia en el proceso de centralización y concentración de capital. Éste se hace congénito al

desarrollo del capital en su fase madura: imperialista y monopolista, y que se manifiesta de maneras diversas según las formaciones económico-sociales y de desenvolvimiento histórico de las relaciones sociales bajo el comando de capital.²

Finalizada la Segunda Guerra Mundial y con un reparto del mundo entre los monopolios, comandados por los Estados Unidos -única nación que no se vio afectada materialmente en sus territorios por la guerra- se vivenció un crecimiento exponencial de la tasa de ganancia, lo que Mandel (1980) va denominar como onda larga expansiva, y que va tener existencia hasta finales de la década del sesenta del siglo XX, cuando empezó un acelerado proceso de caída de la tasa de ganancia, tendencia que hasta la fecha, segunda década del siglo XXI, no ha conseguido revertirse.

Es precisamente con la tendencial caída de la tasa de ganancia y la imposibilidad de encontrar territorios o espacios en el cual reproducirse el capital, que aparecen con fuerza corrientes de inspiración fascista como respuesta a la crisis económica de los años 1970, un movimiento obrero fortalecido por las diversas experiencias del *Welfare State* en Europa y la existencia aún del proyecto socialista de la URSS.

En América Latina se manifestó de manera precoz con la dictadura de Pinochet en Chile de 1973, con el cual se derrocó al gobierno electo democráticamente del socialista Salvador Allende, se exterminó al movimiento obrero y se implementaron medidas bajo la programática neoliberal en beneficio del capital monopolista. A pesar de no ser la experiencia “auténtica” de fascismo propio de los años 20 y 30 del siglo XX, si expresa la tendencia del capital a actuar con la mayor barbarie ante cualquier manifestación de transformación social.

Después de la revolución cubana de 1959, América Latina va a ser objeto de la intervención de los Estados Unidos bajo la política macartista de financiamiento y apoyo militar a los gobiernos afines para la eliminación de cualquier expresión de subversión. Pueden

recordarse las dictaduras en el Cono Sur, el asesoramiento “gringo” en la formación de escuadrones paramilitares y parapoliciales en Centro y Sur América. Lo que se termina gestando en los territorios desde el Rio Grande hasta la Patagonia, es una cultura proclive a expresiones fascistas que se van naturalizando y tomando forma en la cotidianidad, que en determinado momento de crisis pueden ser utilizadas por segmentos de la burguesía para, bajo el manto democrático, efectuar políticas fascistas que no implique de manera directa la barbarie de los fascismos europeos de los años 1920 y 1930; un aprendizaje de la burguesía monopolista.

[...] há uma longa tradição de fascismo potencial na América Latina. Quando o fascismo aparece como realidade histórica, ele já encontra dentro da ordem constitucional e legal, sancionado pelos “costumes” e pelas “leis”, um quase-fascismo operando como força social (e, portanto, como uma força política indireta). Esse quase-fascismo se ocultava por trás da monopolização do poder (em geral) e da monopolização do poder político estatal (em particular), pelas minorias possuidoras, privilegiadas e dirigentes. E foi ele que barrou as tentativas mais definidas de absorver o fascismo diferenciado, organizado e específico, porque o tornava um fator de reforço ou meramente suplementar. Muitos observadores puseram em relevo a peculiaridade do *presidencialismo* em países da América Latina, que faz do “Senhor Presidente” um ditador despótico, com traços mandonistas e autoritários próprios. Aqui, não seria demais lembrar outros aspectos do mesmo contexto que têm significação análoga. O nível extremo de centralização dos processos de tomada de decisões, a preponderância fatal do executivo e a vigência na prática de uma “ditadura legal” (ou legitimamente apenas pela minoria que compõe a sociedade civil) alimentam uma enorme facilidade de usar o aparato normal da *democracia burguesa* como se ele fosse um Estado de exceção ou de passar-se rapidamente, através de “leis de emergência” para o estado de sítio, a ditadura redentora e o Estado de exceção caracterizado como tal [...] (FERNANDES, 1981, p. 27-28).

2 Ver Konder. L. (1977) y Fernandes. F. (1981)

Pero el fascismo además de expresarse en matices particulares según la formación económico-social, se generaliza a nivel mundial con la hipertrofia del capital financiero, la consolidación de una burguesía oligárquica mundial y la acelerada concentración y centralización de capital producida por el desarrollo de las fuerzas productivas durante las últimas décadas del siglo XX. A esto se debe sumar, con importancia, la desaparición de la experiencia socialista soviética en los años 1990, lo cual posibilitó un despliegue ideológico y cultural que asentaba al capital como la única forma de sociedad, y desató un apetito voraz por los territorios donde la URSS existía, permitiendo reproducir el capital en estos nuevos mercados.³

Si a inicios del siglo XX el fascismo tuvo origen en expresiones particulares en la disputa entre monopolios que tenían asiento en el Estado-nación, a inicios del siglo XXI el fascismo está generalizado y enraizado en la sociabilidad burguesa, y toma formas según las necesidades que el capital tiene para salir de las crisis y conseguir continuar el proceso de acumulación. Señalar en la contemporaneidad, que un gobierno reaccionario no es fascista por no expresar *strictu sensu* el fascismo de inicios del siglo XX, es caer en un anacronismo que impide identificar para la clase trabajadora el cariz fascista del enemigo, y desarticula el potencial de la herencia antifascista en los movimientos, partidos y organizaciones de los trabajadores.

Particularmente el análisis realizado por el profesor Atilio Borón (2019) sobre el gobierno de Bolsonaro y el fascismo, termina siendo un abordaje sociológico de gran erudición, pero encasillando el análisis marxista del fascismo a una experiencia concreta y situada históricamente a inicios del siglo XX, que al contrastar con el entrante régimen reaccionario en Brasil concluye que no existe fascismo en el gobierno Bolsonaro, y que utilizar la categoría fascismo sería un error para entender el contexto actual y para la acción de los trabajadores.

3 Vale la pena ver el análisis que hace Harvey (2003) y Petras (2009) sobre la barbarie, brutalidad y violencia que desató la burguesía internacional sobre los territorios de la desaparecida URSS. Enfatizando la xenofobia, racismo, misoginia y comercialización-esclavitud sexual de mujeres, etc.

Lamentablemente, más que un aporte teórico para trazar rutas de acción, termina confundiendo y desconociendo el potencial antifascista de los trabajadores que identifican en la presencia militarista, xenófoba, racista, misógina y anticomunista del gobierno Bolsonaro una expresión fascista que debe ser confrontada en la unidad de todos los sectores de la clase trabajadora.

Desde la perspectiva del materialismo histórico al fascismo no lo definen personalidades ni grupos. Es una forma excepcional del Estado capitalista, con características absolutamente únicas e irrepetibles. Irrumpió cuando su modo ideal de dominación, la democracia burguesa, se enfrentó a una gravísima crisis en el período transcurrido entre la Primera y la Segunda Guerra mundiales. Por eso decimos que es una "categoría histórica" y que ya no podrá reproducirse porque las condiciones que hicieron posible su surgimiento han desaparecido para siempre (Ibidem).

Es imposible que una experiencia concreta como los fascismos de los años 1920 y 1930 en Italia y Alemania se repitan bajo un molde exacto, como un tipo ideal de lo que debe ser el fascismo. Muy por el contrario, el marxismo da los elementos teóricos para identificar que el fascismo es una tendencia que se desarrolla junto al capitalismo monopolista maduro, que se manifiesta de múltiples formas, en las cuales se encuentran elementos de las primeras expresiones fascistas pero bajo nuevas determinaciones que lo hacen un fenómeno de mayor complejidad, pero que termina siendo del mismo cariz de barbarie que el modo de producción capitalista necesita para seguir existiendo, y que sin ningún temor conceptual se debe identificar como fascismo, y luchar contra el mismo, con el mismo ahínco y valor que el Ejército Rojo, las Brigadas Internacionalistas y el movimiento revolucionario en cada territorio donde el fascismo se ha expresado.

Cabe señalar que las ideas expuestas por Borón (2018) son parte del debate y aportan en cuanto a reabrir la amplia discusión sobre el fascismo, tan importante para analizar el contexto socio-cultural y económico-político del capitalismo contemporáneo. Como indica Konder (1977):

Essa batalha continua, e provavelmente continuará ainda por muitos anos. Ela faz parte do confronto teórico geral que se realiza em torno de todos os temas “quentes” das ciências sociais.

O fascismo é, com toda certeza, um desses temas. É, aliás, um tema tão “quente” que costuma provocar queimaduras (p. 4).

Pero más allá de indicar la amplitud del debate sobre el fascismo dentro de las ciencias sociales y en el marxismo, es necesario identificar los elementos que delinean el fascismo contemporáneo como una tendencia en el desarrollo capitalista y que no se reducen a una experiencia en concreto, sino que tienen desdoblamientos históricos.

Una de ellas es la asimilación de las ideas o tradiciones culturales del movimiento revolucionario con el objetivo de vaciar de contenido éstas y deslegitimarlo, a la par que se le endilga las atrocidades fascistas en un juego de manipulación de la conciencia, creando el ambiente para que se proyecte de manera inversa la realidad, fortaleciendo la ideología como forma de conciencia invertida, propia de la alienación del relacionamiento social burgués.

Este principio es altamente desarrollado por la burguesía colombiana que, en el marco del conflicto armado, con apoyo de los Estados Unidos, va crea una matriz para endilgar a los movimientos revolucionarios las prácticas paramilitares y mercenarias realizadas por el Estado, creando una atmósfera de odio visceral contra la izquierda, y a la par presentar el proyecto societario neoliberal bajo el manto del “Estado comunitario”, la democratización y la protección de los derechos humanos.

No es casual mencionar el caso colombiano en estas líneas, ya que este territorio va a ser el laboratorio de los Estado Unidos para exportar el modelo de acción de la burguesía reaccionaria a toda la región. Debe recordarse la presencia del expresidente Álvaro Uribe Vélez (2002 – 2010) en territorio chileno dando cátedra de cómo enfrentar la “amenaza terrorista de los Mapuches”, o la relación de la oligarquía colombiana con España y E.E.U.U en los intentos de derrocamiento de los presidentes Hugo Chávez (1999-2013) y Nicolas

Maduro (2013-) en Venezuela; desde incursiones paramilitares hasta el sabotaje económico y mediático.

La utilización de mecanismos en los que se vacía de contenido pueden evidenciarse también en el marketing de Bolsonaro decretando sus primeras políticas en contra de los trabajadores, como la utilización de un esfero Big para firmar los decretos, pero enalteciendo ese pequeño detalle para proyectar una imagen de austeridad y cercanía a las masas, a la par que se proyecta en los gobiernos de Lula da Silva (2003-2011) y Dila Rousseff (2011-2016) el “despilfarro” y el “enriquecimiento” personal, dando la idea de que toda la izquierda personifica la corrupción.

Otro elemento en el que se expresa el fascismo es la adjudicación a un principio sagrado. En el caso italiano de inicios del siglo XX, la patria constituyó ese eje sagrado capaz de concentrar el irracionalismo propio del relativismo absoluto (KONDER, 1977) hacia acciones desde las mismas masas obreras contra de sí mismas. Uno de los casos más recientes es la campaña electoral de Bolsonaro que proclamaba: “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. La relación entre patria y religión va a caracterizar ese principio sagrado en el que se ha empezado a derramar sangre de todo aquel que sea diferente.

Las dos últimas características del fascismo que se van gestando en el curso de la avanzada reaccionaria en Latino América, son las retóricas agresivas como sustento para encubrir la falta de contenido y atacar a sectores sociales específicos: comunidades LGBTI, afrodescendientes, pueblos originarios, mujeres, comunistas, etc. Y la manipulación del cotidiano por medio de los medios de comunicación que juegan el mismo papel de acondicionamiento de los mecanismos comandados por Goebbels en la Alemania nazi.

Cabe señalar que estas características no se dan de manera autónoma, éstas en la realidad esta intrínsecamente entrelazados. Así, las retóricas agresivas son respaldadas y protegidas por los medios, que ante cualquier respuesta inteligente que desmantele la demagogia, desvían la atención o intervienen deslegitimando a quien se atreva a contradecir la “verborrea” manipuladora.

Estas expresiones de fascismo toman configuración histórica en el ascenso de movimiento progresistas en Latino América, que desde finales del siglo XX y las primeras dos décadas del siglo XXI revitalizaron la lucha de los trabajadores en el continente – con sus límites, frenaron la búsqueda incesante del capital por encontrar territorios donde reproducirse. No es por acaso que después de la crisis económica del 2008, y de la cual aún no se recupera el capital, se despliega con mayor fuerza la reacción contra los procesos progresistas en países como Argentina, Chile, Brasil, Bolivia, Ecuador, Nicaragua y principalmente contra Venezuela.

La recomposición geopolítica del continente deja un claro panorama de avance reaccionario que bajo el manto democrático se posicionan en los gobiernos donde antes se erigían procesos progresistas, véase a Macri en Argentina (2015-), Bolsonaro en Brasil (2019-), Lenin Moreno en Ecuador (2017-), Piñera en Chile (2010-2014 y 2018-), etc. No obstante, puede ser un indicador que donde más fácil se realizó la transición fue en los procesos menos radicales o de un progresismo “tibio”. Aún se mantienen en resistencia Bolivia y Venezuela, a ésta última se le ha cercado militarmente, económicamente y mediáticamente, principalmente desde Colombia y Brasil, quienes azuzan con una intervención militar dirigida desde el Comando Sur de los E.E.U.U.

En el tablero de ajedrez que juegan los “gringos”, las fichas claves para retomar el control del “patio trasero” se juegan en el control de gobiernos reaccionarios que expresan con mayor despliegue la tendencia fascista del capital, como el de Iván Duque en Colombia (2018-) y Bolsonaro en Brasil⁴, que al interior de cada país

4 En los dos países confluye una relación entre Iglesias evangelistas, fuerzas armadas, medios de comunicación masivos y sectores conservadores reaccionarios que a partir de la manipulación y el vaciamiento de contenidos, en un fuerte irracionalismo y relativismo que convoca a retomar el estudio realizado por Lukács (1959) en *Asalto a la razón: la trayectoria del irracionalismo desde Schelling hasta Hitler*, para analizar el contexto contemporáneo.

se implementa e implementará una política de exterminio a cualquier forma de oposición y de intervencionismo bélico a Venezuela.

A pesar de que el fascismo se disfraza con la institucionalidad de la democracia burguesa, éste termina siendo, como lo definió el XIII pleno de la Internacional Comunistas: “uma ditadura terrorista aberta dos elementos mais reacionários, mais chauvinistas, mais imperialistas do capital financeiro.” (TOGLIATTI, 1978, p. 1).

PROYECTO ÉTICO-POLÍTICO DEL SERVICIO SOCIAL EN TIEMPOS DE FASCISMO

La capacidad del Servicio Social para construir un proyecto profesional ético-político plural y con una clara hegemonía de inspiración emancipatoria, no se ubica, únicamente, en el marco de la misma profesión; las dinámicas internas toman autonomía parcial en cuanto un desarrollo histórico particular que se inscribe en las contradicciones de la sociedad burguesa. La correlación de fuerzas entre las clases sociales determina en un grado mayor o menor la posibilidad de auge, fortalecimiento o debilitamiento del proyecto ético-político del Servicio Social.

En un escenario político en que la clase trabajadora esta replegada y el despliegue de la burguesía consigue dominar todos los espacios de la vida social, la organización profesional tenderá a ser hegemonizada por corrientes conservadoras que ajustan el ejercicio profesional a los dictámenes del capital. Pero en contextos históricos de transformación social dentro de los límites de la emancipación política, se abrirán procesos de transición que pueden generar rupturas con los bloques hegemónicos en la profesión, siendo que en el marco del ascenso de la clase trabajadora, por reformas democráticas, el colectivo profesional tenga la capacidad para enrutar, en un ejercicio de autocritica, un debate amplio sobre el significado social del Servicio Social en determinada configuración socio-histórica.

Entender el surgimiento del proyecto ético-político del Servicio Social parte por analizar la coyuntura histórica y los procesos que

de ésta se despliegan política, cultural económica y socialmente. Por esta razón la experiencia de construcción del proyecto ético-político del Servicio Social en Brasil no puede ser asumido como un manual o receta para otros países, pero que sí abre un debate en Latinoamérica, configurando para cada país un análisis socio-histórico de las posibilidades, límites y avances en la construcción de proyectos ético-políticos profesionales según cada configuración económico-social.

Así, la experiencia brasileña como expresión particular, marca elementos de potencialidades y límites del Servicio Social en el marco de una sociedad dividida en clases sociales. Demarca tendencias del desarrollo de la profesión como producto del desenvolvimiento capitalista, que, a pesar de las particularidades territoriales, se expresa universalmente en cuanto tiene un significado social concreto. Independiente de la diversidad que pueda adquirir, dependiendo del contexto socio-histórico, la relación de fuerza entre la clase trabajadora y la burguesía, determinará el avance o retroceso en la construcción de un proyecto ético-político del Servicio Social de cariz emancipador.

O projeto do Serviço Social brasileiro é historicamente datado, fruto e expressão de um amplo movimento de lutas pela democratização da sociedade e do Estado no País, com forte presença das lutas operárias que impulsionaram a crise da ditadura do grande capital. Foi no contexto de ascensão dos movimentos das classes sociais, das lutas em torno da elaboração e aprovação da Carta Constitucional de 1988 e pela defesa do Estado de Direito, que a categoria dos assistentes sociais foi sendo socialmente questionada pela prática política de diferentes segmentos da sociedade civil e não ficou a reboque desses acontecimentos. É no quadro dessas profundas modificações por que passo a sociedade brasileira, que se explica o florescimento de um processo de lutas democráticas, cuja visibilidade no cenário político só se dá no último quartel da década de 70. Tal processo condiciona, fundamentalmente, o horizonte de preocupações emergentes no âmbito do Serviço Social brasileiro, exigindo novas respostas profissionais (IAMAMOTO, 2015, p. 223).

Para el caso brasileiro, el contexto de surgimiento del proyecto profesional toma fuerza en el debate interno de crítica al conservadurismo profesional y las implicaciones del ejercicio profesional bajo la orientación teórico-metodológica de perspectivas funcionalista, positivista y filantrópico-asistencialistas que reproducían de manera “natural” la situación de desigualdad social propia de la sociabilidad burguesa. Pero sólo con el avance de fuerzas democráticas y revolucionarias de la clase trabajadora contra la dictadura militar, los sectores profesionales comprometidos con la lucha democrática consiguieron encausar el debate profesional con los problemas societarios del Brasil, articulando el movimiento histórico de la sociedad en su conjunto con la investigación y trabajo científico del Servicio Social, consolidando en el proyecto ético-político de la profesión una hegemonía democrática y plural con claros principios emancipatorios.

Este proceso no se dio de manera ideal o abstracta de las condiciones materiales del Servicio Social, se dio en el marco del debate con tendencia mesiánica gestada en el movimiento de reconceptualización, las cuales son superadas, y se analiza la profesión en la división socio-técnica del trabajo y su carácter asalariado, los límites que esto genera para el ejercicio profesional en determinada implementación de políticas sociales, y los acumulados culturales, técnico-operativos, teórico-metodológicos y ético-políticos que convergen en el Servicio Social.

Trilhar da análise da profissão ao seu efetivo exercício supõe articular projeto de profissão e trabalho assalariado; ou o exercício da profissão nas condições sociais concretas de sua realização mediada pelo estatuto assalariado e por projeções coletivas profissionais integradas ao horizonte coletivo das classes trabalhadoras na luta pela conquista e ampliação de direitos como estratégia contra-hegemônica (Ibidem, p. 230).

La proyección profesional se orientó a la consolidación de la organización del Servicio Social que se tradujo en el sistema “CFESS/ CRESS, a ABEPS, a ENESSO, os sindicatos e as demais associações de assistentes sociais” (NETTO, 1999, p. 4). Proceso organizativo que

viabilizó concentrar las fuerzas movilizadas por los asistentes sociales más allá del marco inmediato del ejercicio profesional individual a un nivel de discusión societaria en el marco de las políticas sociales.

También se generó procesos de cualificación profesional en pregrados y posgrados con énfasis en la investigación social como elemento transversal para analizar la realidad e intervenir en la misma, acorde a las dinámicas institucionales, orientación de las políticas sociales y necesidades de los usuarios, etc. A su vez, en la reglamentación vía Ley de la profesión (Ley 8.662 de 1993) y en la creación de un Código de Ética (1993) que nordea el ejercicio profesional en el marco de la emancipación política y los valores universales de la democracia, se construye una articulación entre movimiento sociales y el Servicio Social.

Sin embargo, con la ofensiva neoliberal intensificada desde los años noventa del siglo XX, las contrarreformas implementadas contra la clase trabajadora, en el desmonte de derechos sociales históricamente conquistados por los trabajadores, la anexión del fondo público a los circuitos del capital financiero y las políticas de austeridad configuran un escenario que amenaza, junto al avance de los sectores conservadores del Servicio Social, con que el proyecto ético político de cariz emancipador, el cual puede perder su orientación transformadora y girar hacia el conservadurismo y regresividad asistencialista (NETTO, 2017).

É verdade que, em 1999, se prenunciávamos as dificuldades de condução do “projeto”, jogávamos no otimismo. Hoje, porém, as ameaças apenas anunciadas em 1999 adquirem uma densidade que põe em crise a implementação do “projeto ético-político”. Então, o seu enfrentamento supõe mais vontade política organizada e menos ilusões otimistas (NETTO, 2017a, p. 313).

Esa voluntad política organizada debe enfrentar la arremetida de sectores conservadores que fortalecidos por el avance del fascismo en América Latina buscan eliminar cualquier vestigio de resistencia. La categoría profesional tendrá como reto la articulación con los

segmentos de la clase trabajadora – en su heterogeneidad- organizados y demás fuerzas sociales democráticas para enfrentar la arremetida reaccionaria, que tiene como objetivo desmembrar las conquistas de los trabajadores y abrir espacios para la reproducción de capital en un momento histórico en el que se reducen los espacios para escapar de una crisis terminal del modo de producción capitalista.

Las disputas en el campo de la política social deben ser un eje estratégico para la confrontación con los procesos de focalización y asistencialismo que precarizan los servicios sociales, vaciando el contenido de derechos sociales y transfiriendo los recursos públicos para la acumulación de capital vía pago de la deuda pública a los circuitos financieros internacionales. La lucha se enraíza en la defensa de los intereses de los trabajadores que se ven afectados en la usurpación de los tributos captados por el Estado a los salarios de éstos.

El afianzamiento de valores neoliberales y fascistas toman fuerza en la medida que la crisis se agudiza y los medios masivos de comunicación juegan su papel en la asimilación del ideario burgués de individualidad, competencia, discriminación y aniquilación de sectores que se interpongan al “objetivo supremo de acumular”. La profesión en su concepción ética y política de emancipación queda a merced, en un contexto de asenso fascista, a la incorporación de este tipo de valores y principios que configura en la práctica la eliminación de los derechos universales y la democracia, en cuanto los sectores que hegemonizan el proyecto ético político no consigan cerrar filas y actuar en unidad para preservar el ideario emancipatorio.

La arremetida a los centros de enseñanza superior en Servicio Social en pregrado y posgrado, en el que se les pueda considerar como “escuela con partido”⁵, y no sea la fuente conservadora de neutralidad apropiada para la pasividad que necesita el capital, coloca un primer reto a enfrentar. Las luchas por la libertad de cátedra, la libre expresión y el pensamiento crítico serán banderas que

5 Eslogan de la política desplegada por el gobierno Bolsonaro para estigmatizar y reprimir el pensamiento crítico y proponer una “escuela sem partido”.

la categoría profesional deberá salir a pelear contra la mercantilización de la educación y el adoctrinamiento del pensamiento único que quiere imponer el fascismo.

En cuanto la clase trabajadora se encuentre replegada, las posibilidades de que un proyecto ético-político profesional del Servicio Social de cariz emancipador consiga mantenerse en pie, es difícil, su fortaleza radica en la capacidad del conjunto de la clase trabajadora por ganar espacios para la democracia y transición al socialismo, como forma de sociabilidad superadora de la explotación del modo de producción capitalista. No obstante, ante el repliegue de la clase trabajadora por la ofensiva fascista desatada en los últimos años, las acciones de lucha y resistencia deben ser el objetivo de las proyecciones inmediatas de la categoría profesional organizada, a pesar del panorama desfavorable.

[...] Numa palavra: mesmo que não estejam “maduras” as condições para a transição socialista, é o conjunto de lutas que a tenham como escopo que pode bloquear e reverter a dinâmica que hoje compele o movimento do capital a rumar para a barbárie (NETTO, 2012, p. 92).

Por último, cabe señalar que, en los peores momentos de la historia para la humanidad, ésta a sabido encontrar el camino para salir avante ante la barbarie. La herencia antifascista cultivada por la clase trabajadora internacional durante el transcurso del siglo XX, son fuerzas que debe encauzar el horizonte de la lucha contemporánea de la clase trabajadora contra la barbarie generalizada del modo de producción capitalista.

CONCLUSIONES

El panorama de ascenso del fascismo con la crisis del capital contemporáneo coloca para el Servicio Social y la construcción de un proyecto ético-político profesional, una situación de riesgo y amenaza. El despliegue en el plano militar configura un escenario complejo para quienes asumen una perspectiva crítica de la realidad, la elimi-

nación física de los sectores que se oponen a los intereses del capital monopolista mundial ha sido una práctica continua y acentuada con el ascenso de expresiones fascistas ante procesos precedentes de reforma o cambio social.

El plano ideológico será un amplio campo de disputa en el que los profesionales orientados por el proyecto ético-político profesional del Servicio Social de cariz emancipador, deberán asumir un claro papel de intelectuales orgánicos en la lucha cultural por los valores y principios del humanismo, la razón crítica y la democracia, como sustentos para confrontar el irracionalismo y el relativismo absoluto gestados en un ambiente de barbarie y depredación.

Los profesionales comprometidos con el proyecto ético-político profesional de inspiración emancipadora deberán asumir la lucha, no sólo en el plano de la emancipación política; limite de la organización profesional, sino en la lucha por la emancipación humana como fundamento ético y político para la superación real de la “cuestión social” y las secuelas que ésta genera, para ello deberán superar (*Aufhebung*) los límites profesionales y actuar en las organizaciones de la clase trabajadora.

REFERENCIAS

- BORÓN, A. Bolsonaro y el fascismo. 02 ene. 2018. Disponible en: <http://www.atilioboron.com.ar/2019/01/bolsonaro-y-el-fascismo.html> Acceso el 03-01-19.
- FERNANDES, F. Notas sobre o fascismo na América Latina. In Poder e contrapoder na América Latina. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.
- HARVEY, D. El nuevo imperialismo. Traducción de Juan Mari Madariaga. Madrid: Ediciones Akal. 2003.
- IAMAMOTO, M. Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social, 9. Ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- KONDER, L. Introdução ao fascismo. Rio de Janeiro: Edições do Graal, 1977.
- MANDEL, E. El capitalismo tardío. Segunda edición. Ediciones Era, 1980.

- LUKÁCS, G. Asalto a la razón: la trayectoria del irracionalismo desde Schelling hasta Hitler. Traductor: Wenceslao Roces, México: Fondo de Cultura Económica, 1959.
- MARX, K. El Capital: crítica de la economía política, Tomo I, traducción de Wenceslao Roces, Bogotá: Fondo de Cultura Económica, 1977.
- NETTO, J. P. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. Em Revista Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional, 1999. Disponible en: http://www.ssrede.pro.br/wp-content/uploads/2017/07/projeto_etico_politico-j-p-netto_.pdf Acceso el 03-01-19.
- _____. Crise do socialismo e ofensiva neoliberal. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2012. (Coleção questões da nossa época; v. 44).
- _____. Assistencialismo e regressividade profissional no Serviço Social. In Marcelo Braz (Org). José Paulo Netto: Ensaio de um marxista sem repouso. São Paulo: Cortez, 2017.
- _____. O projeto ético-político do Serviço Social: das ameaças à crise. In Marcelo Braz (Org). José Paulo Netto: Ensaio de um marxista sem repouso. São Paulo: Cortez, 2017a.
- PETRAS, J. Economía política del imperialismo contemporáneo. Madrid: Maia ediciones, 2009.
- TOGLIATTI, P. Lições sobre o fascismo. Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

Ricardo Plazas Neisa

Docente del Programa de Trabajo Social de la Universidad Central de Colombia. Master en Servicio Social de la Universidad Federal de Río de Janeiro.

rikrdo1009@hotmail.com

Crise estrutural do capital, ambiência pós-moderna e seus impactos na formação em Serviço Social

Structural crisis of capital, postmodern environment
and its impacts on Social Work training

Thiago Dehon de Sousa

Revista Praia Vermelha	Rio de Janeiro	v. 29	n. 2	p. 639-670	2019
------------------------	----------------	-------	------	------------	------

RESUMO

Este artigo busca situar a crise estrutural do capital e sua relação com a ambiência pós-moderna. Este processo indica a necessidade de reificação da educação, e o objetivo deste texto é analisar como tais temas impactam na formação em Serviço Social, nos desafios de manter a hegemonia do projeto ético-político e a referência das diretrizes curriculares da ABEPSS. O método utilizado é a leitura estrutural, que consiste na análise dialética da realidade e sua reconstrução como expressão mental de assuntos reais-materiais, ontológicos, tendo a categoria da totalidade como referência metodológica.

PALAVRAS-CHAVE

Crise estrutural. Ambiência pós-moderna. Formação em Serviço Social.

ABSTRACT

This article seeks to situate the structural crisis of capital and its relation to the postmodern environment. This process indicates the need for reification of education, and the goal of this text is to analyze how such themes impact on Social Work training, and on the challenges of maintaining the hegemony of the ethical-political project and the curricular guidelines of ABEPSS. The used method is the structural reading, which consists of the dialectical analysis of reality and the reconstruction of it as a mental expression of real-material, ontological subjects, having the category of totality as a method reference.

KEYWORDS

Structural crisis. Postmodern environment. Social Work training.

Recebido em 14.01.2019

Aprovado em 29.04.2019

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo situar a crise estrutural do capital, sua relação com a chamada “ambiência pós-moderna” e seus desdobramentos na educação, com recorte para a formação em Serviço Social, e, principalmente, os desafios para a formação crítico-dialética. Para melhor compreender a relação entre os temas, fez-se um resgate teórico das interpretações de István Mészáros e estabeleceu-se um diálogo com José Paulo Netto, que analisa os anos de 1960 sob a ótica de reificação, expressa primeiramente em correntes culturais e, posteriormente, vindo a atingir toda esfera da vida social. Esse movimento de reificação¹ tem como objetivo buscar alternativas e resposta à crise estrutural do capital², na luta pela retomada da taxa de lucro numa época em que o capital se defronta, pela primeira vez, com seus limites absolutos, dado o modo destrutivo que o

1 Aqui se trabalha o conceito de reificação a partir das considerações de Netto (1981), onde: “a atividade prática positiva, que é manifestação de vida (Lebensäusserung), e a atividade prática negativa, que é alienação de vida (Lebenstäusserung); fazendo-o, ele distingue nitidamente - e contra Hegel - objetivação de alienação: a objetivação é a forma necessária do ser genérico no mundo enquanto ser prático e social, o homem só se mantém como tal pelas suas objetivações, pelo conjunto das suas ações, pela sua atividade prática, enfim; já a alienação é uma forma específica e condicionada de objetivação. O trabalho que constitui aquela atividade prática negativa é um trabalho unidimensional: reduz-se à dimensão da lucratividade, produção de valores de troca, mercadorias. E não só produz mercadorias em geral: produzindo-as, produz-se a si mesmo e ao produtor como mercadorias. Trata-se de uma forma histórica do trabalho – o trabalho alienado (NETTO, 1981 p.46 e 47). E mais adiante: “Por isto mesmo, as formulações sobre a problemática do fetichismo apresentam determinações histórico-econômicas que falecem no trato da alienação: referem-se a um fenômeno peculiar e agarram a sua especificidade – não é mais a alienação do homem moderno, abstratamente contraposto ao homem da polis grega; o que elas denotam é a expressão característica da alienação típica engendrada pelo capitalismo, a reificação” (NETTO, 1981, p. 61).

2 De acordo com a formulação de Mészáros (2002), vive-se sob uma crise estrutural do capital cuja marca é a destruição produtiva e o desperdício de recursos naturais e humanos. O capital é forçado a promover a destruição direta de riqueza acumulada; a livrar-se do excesso de capital superproduzido; a excluir do

sistema se relaciona com a natureza e os meios finitos de produção.

Os impactos desses temas na educação são o aprofundamento da mercantilização (via cursos privados), precarização (nas universidades públicas e privadas) e perseguição ao pensamento crítico-dialético (como, por exemplo, pelo projeto Escola Sem Partido), com vistas a retomar o controle ideológico, gerar meios de produção (tecnologias) com menores custos possíveis e colocar as universidades e a produção de conhecimento a serviço do capital. As consequências na formação em Serviço Social são catastróficas. Coloca em xeque o Código de Ética e o Projeto Ético-Político, onde se inserem as diretrizes curriculares, além de tensionar a hegemonia do pensamento crítico no interior da profissão, visando formar não mais um profissional que interprete a sociedade sob a égide da categoria totalidade (e seus fundamentos ontológicos), mas sim aquele *útil e funcional* à atual fase de acumulação do sistema do capital. A partir do signo da *funcionalidade*, o papel do Serviço Social e da atuação profissional é o de reinserção dos indivíduos e administração de políticas sociais ultrafocalizadas e recortadas, sem fazer qualquer elo, referência, questionamento ou entendimento das relações sociais, da produção de riqueza ou da exploração entre as classes sociais, fundamento base da desigualdade social.

CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL, ESTADO E EDUCAÇÃO – SITUANDO O DEBATE

De acordo com Mészáros (2002), o capital é um modo de controle que tem na propriedade privada sua expressão, mas não necessariamente se origina nela. Trata-se de uma relação social fundada

círculo de consumo as massas desprivilegiadas; a ejetar um número crescente de pessoas do processo de trabalho; a acelerar a velocidade da circulação dentro do próprio círculo de consumo, auxiliada pela obsolescência planejada e pelo desperdício através da satisfação de apetites artificiais; a atacar os direitos e a proteção social dos trabalhadores; e a servir-se de meios autoritários para impor a qualquer custo as condições da autorreprodução destrutiva, uma vez que não pode mais contar com a legitimidade do passado (PANIAGO, 2015, p. 20).

a partir do trabalho assalariado, que ontologicamente subordina o trabalho ao capital para gerar valor. O sistema do capital tem como base, necessariamente, a separação entre os meios de produção e seus produtores, e é intrinsecamente guiado pela acumulação e norteado para a expansão. Se até o começo dos anos de 1960, a partir da interpretação de Marx (2013), atualizada por Mandel (1985), as crises do capital eram cíclicas e alternavam-se entre longas ondas de acumulação e recessão, é nessa década que o sistema do capital se depara com seus limites últimos e tem a necessidade de se expandir para todas as esferas da vida social e do globo terrestre. Sendo ontologicamente norteado para expansão, não há outra saída a não ser sua invasão em todos os espaços possíveis, a partir de sua dimensão trans-histórica, o que lhe permite a realização de ajustes estratégicos através de suas personificações políticas, entre elas os Estados-nações.

Sua dominação sob o trabalho é então analisada como uma característica ontológica e determinante. É uma condição absoluta para sua autorreprodução, onde fica evidenciada sua lógica autorreferente. É nesta relação que o sistema do capital consegue, a partir de formas mutáveis, afirmar sua dominação frente ao trabalho, devido a seus imperativos enquanto sistema. A objetividade-fim do trabalho é subordinada à sua lógica de (re)produção, sendo assim o trabalho alienado transforma o verdadeiro produtor das mercadorias em mero meio para a valorização do valor. Nesta lógica de produção, o capitalista fica com a responsabilidade administrativa, de modo que consiga as condições mais favoráveis possíveis para que o capital siga seu curso de expansão e acumulação.

Ou seja, é um sistema vazio de sujeitos, mas que ao mesmo tempo é determinantemente dependente dos trabalhadores e do trabalho alienado³. As personificações do capital (que vão desde os capita-

3 Isso permite chegar a uma primeira conclusão: se é possível considerar o trabalho como um momento fundante da sociabilidade humana, como ponto de partida do processo de seu processo de humanização, também é verdade que na sociedade capitalista, o trabalho torna-se assalariado, assumindo a forma de

listas administrando seus negócios, até os Estados-nações e seus agentes reguladores internacionais) em nada conseguem alterar as necessidades de acumulação e expansão do sistema do capital, restando apenas o papel de administrá-lo dentro dos limites possíveis. Se antes de se firmar como sistema sociometabólico⁴, o capital necessitou da acumulação primitiva (MARX, 2013), tão logo quando se torna capital tem a possibilidade de se autorreferenciar em sua circularidade – “D - M - D”, ou, dinheiro - mercadoria – dinheiro, acrescido de mais valor, donde parte vai para o reinvestimento, pagamento da força de trabalho e compra de novos meios de produção, e parte fica como lucro ao capitalista, não mais exigindo nenhum tipo de acumulação *a priori*. É este sistema que possibilita sua extensão em nível global, até se deparar com os limites geográficos de expansão, uma das causas da crise estrutural.

trabalho alienado, fetichizado e abstrato. Ou seja, ao mesmo tempo em que ele é imprescindível para o capital, ele é um elemento central de sujeição, subordinação, estranhamento e reificação. O trabalho se converte em mero meio de subsistência, tornando-se uma mercadoria especial, a força de trabalho, cuja finalidade precípua é valorizar o capital (ANTUNES, 2010, p. 11).

4 Os elementos constitutivos do sistema do capital (como o capital monetário e mercantil, bem como a originária e esporádica produção de mercadorias) remontam a milhares de anos na história. Entretanto, durante a maior parte desse tempo, eles permaneceram como partes subordinadas de sistemas específicos de controle do metabolismo social que prevaleceram historicamente em seu tempo, incluindo os modos de produção e distribuição escravista e feudal. Somente nos últimos séculos, sob a forma do capitalismo burguês, pôde o capital garantir sua dominação como um “sistema social” global. (...) Dessa forma, desvinculando seus antigos componentes orgânicos dos elos dos sistemas orgânicos precedentes e demolindo as barreiras que impediam o desenvolvimento de alguns novos componentes vitais, o capital, como um sistema orgânico global, garante sua dominação, nos últimos três séculos, como produção generalizada de mercadorias. Através da redução e degradação dos seres humanos ao status de meros “custos de produção” como “força de trabalho necessária”, o capital pode tratar o trabalho vivo homogêneo como nada mais do que uma “mercadoria comercializável”, da mesma forma que qualquer outra, sujeitando-a às determinações desumanizadas da compulsão econômica (MÉSZÁROS, 2015, p. 1 e 2, grifos nossos).

Para além disso, em tempos de crise estrutural (mas não somente nestes), o capital se vê obrigado a realizar inovações tecnológicas dos meios de produção, para conseguir produzir mais em menos tempo e com o menor custo possível. Esse sistema de inovação tecnológica faz com que muitas vezes o trabalho exercido por um grupo de trabalhadores seja substituído por uma máquina e apenas poucos trabalhadores para realizar suas operações. Essa substituição de trabalho vivo por trabalho morto (MARX, 2013) gera necessariamente desemprego, além de criar uma massa de reserva sem poder aquisitivo, o que de certa forma também prejudica o sistema do capital. Fica claro que o sociometabolismo do capital enquanto sistema orgânico é recheado de características anárquicas e irracionais, que o leva a passos lentos para sua própria destruição - ou, segundo Mézáros (2002), revolução ou barbárie.

Se em algum período histórico inicial do sistema do capital, sua característica ontológica de expansão trouxe algum marco civilizatório e aumento da capacidade de produção, com o passar dos anos ele se depara com as consequências devastadoras de sua lógica de autorreferenciação na produção de mercadorias tanto pela forma de se relacionar com a natureza quanto pelas contradições sociais que engendra. Ao mesmo tempo em que se mostra incontrolável, o capital também demonstra precisar cada vez mais de uma melhor e mais sofisticada administração para que o sistema não entre em colapso. Essa racionalidade exigida pelo capital foi motivo de estudo por seus apologetas, gerando as mais diversas teorias possíveis, com destaque para Adam Smith e as teorias liberais, que acreditavam que a desregulamentação do capital frente ao Estado traria algum tipo de equidade social.

Ora, pois, o que se vê na verdade é o aprofundamento da dependência entre capital e suas personificações político-administrativas, com destaque para as funções exigidas do Estado. É principalmente a partir do Estado que o capital consegue realizar seus movimentos de deslocamento das contradições, de estabelecer políticas diferentes em diferentes partes do globo, de acordo com as possibilidades

históricas de cada região. A partir da mediação do conflito entre as classes sociais, ora os trabalhadores historicamente se encontram em posição ofensiva, com consciência de classe avançada, ora em posição defensiva, com recuo de lutas e avanço das pautas do capital. É papel do Estado gerenciar e administrar estes conflitos, com uso de consenso e coerções, e nesta relação fica evidenciada a importância do direito e da lei como defensora da propriedade privada e da liberdade de compra e venda de mercadorias – entre elas a força de trabalho.

Cabe também aos Estados a regulamentação e administração das tendências e contratendências presentes no sistema do capital. Se num primeiro momento histórico, a concorrência era o motor expansivo do capital, em seguida se inicia a era dos monopólios e fusões de empresas, criando uma rede multinacional, sempre de acordo com as necessidades do capital em suas especificidades históricas. Essa relação de tendências e contratendências apenas reforça a característica anárquica e irracional do sistema do capital, de acordo com suas necessidades reais-objetivas. Segundo Mészáros (2002), na fase de crise estrutural a tendência é a criação de megamonopólios internacionais.

Para se legitimar sob o solo de crise estrutural, o sistema do capital precisa evidentemente inovar em suas formas de dominação, e é exatamente neste ponto que há algum diálogo com as transformações no plano cultural acontecidas durante a década de 1960. O ambiente de crise traz consigo deslegitimação do poder regulador deste sociometabolismo. A produção capitalista deixa de trazer consigo a característica de marco civilizatório e passa somente a destruir a natureza e aprofundar a exploração do trabalho como modo de recuperação econômica. Torna-se difícil manter o domínio ideológico sobre os trabalhadores com base na positividade produtiva. O argumento do uso da razão positivista – a partir da teoria das Luzes – como modelo para alcançar equidade social – visivelmente falhou.

Os apologetas do Estado, de Max Weber a Hayek, conforme cita Mészáros (2002), dizem que o sistema do capital repousa sobre “complexidades insuperáveis”. Eles trabalham com este conceito por-

que, como defensores da ordem burguesa que são, não podem assumir o fato de que o sistema do capital é incontável e contraditório nas suas mais profundas raízes. O discurso pós-moderno nutre-se da necessidade ainda maior de controle social devido à crise estrutural no que tange à reatualização das práticas de domínio. O surgimento da mídia de massas, as críticas românticas ao capital – que, em última instância, intensificam a crença na possibilidade de reformá-lo –, a descrença na humanidade apresentada pelas correntes existencialistas (de Sartre a Nietzsche) e as sugestões de desuso das metanarrativas (que buscavam através do uso da razão explicar a vida humana em suas complexas relações e a possibilidade de emancipação) questionam todo conhecimento produzido durante a idade moderna, e, conseqüentemente, as possibilidades de superação propostas (como por exemplo, a de emancipação humana que está presente em MARX, 2005; 2010).

O que se tem na verdade nessa fase do sistema do capital é a necessidade de reificação de todo o complexo da vida social, e a educação nessa etapa de acumulação é peça essencial. O questionamento do uso da razão (tanto a positivista quanto a possibilidade de emancipação humana em Marx) ocupa lugar central nos discursos pós-modernos que expressam intencionalidades bem objetivas. Trata-se de fundamentar, em teorias desconexas com a realidade, as transformações requeridas pelo capital e pelo mundo do trabalho na tentativa de recuperar a taxa de lucro. A educação é aqui peça chave pois passa a ser entendida não mais como reflexiva e com objetivos humanistas, mas sim como algo que deve ser *útil e funcional*, e seus resultados não mais devem conter reflexões que busquem de alguma maneira pensar sobre os problemas da humanidade, com cunho totalizante e bases ontológicas, mas apenas trazer alguma inovação técnica e/ou tecnológica que faça algo ser produzido com menor custo e tempo. A reificação da educação cumpre papel chave na disseminação dessa nova ideologia sob o signo da *performance*.

O capital não aceita medidas restritivas que vão contra sua ontologia – de necessidade expansionista – pois é exatamente a expansão que possibilita a ele postergar seus problemas e contradições ine-

rentes ao seu modo de ser. Como ele não pode enfrentar e resolver suas contradições, usa dos remédios e ajustes, não cabendo outra ação fora desta lógica. Neste sentido, o capital sob a expressão política do Estado, “nacionaliza” empresas em crise e transfere para ele (o Estado), a função de remediar e ajustar o que lhe é necessário para a retomada dos lucros e, da mesma maneira, privatiza áreas em que os resultados financeiros são positivos⁵.

Desde o começo dos anos 1990, principalmente a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso, passando pelos dois mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva até chegar a Dilma Rousseff (e posteriormente ao golpe institucional, Temer), se pode perceber que as ações governamentais na área da educação dialogam e atendem diretamente aos interesses do mercado (LIMA, 2012). Há uma tendência dentro da agenda neoliberal⁶ de privatização de certos setores públicos em detrimento da abertura de novos mercados e nichos de valorização do valor, que vão desde saúde, transporte, seguridade social e também a educação como uma das principais maneiras de retomada da taxa de lucro, visto que a possibilidade de expansão geográfica se encontra praticamente esgotada.

Nessa perspectiva, a educação, como qualquer outra área de interesse do capital que seja passível desse movimento, passa a ser

5 Considera-se aqui uma interpretação do papel do Estado a partir dos estudos de Mészáros (2015), onde o autor interpreta o Estado como personificação política e complemento administrativo do sistema do capital, que de alguma maneira tenta dar coesão nacional e internacional ao sistema do capital devido a suas características ontologicamente anárquicas, guiadas para a expansão e acumulação.

6 Inicie-se com as origens do que se pode definir como neoliberalismo enquanto fenômeno distinto do simples liberalismo clássico, do século passado. O neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Seu texto de origem é *O Caminho da Servidão*, de Friedrich Hayek, escrito já em 1944. Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciada como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política (ANDERSON, 1995, p. 9)

também uma rota de fuga da crise na busca pela retomada da taxa de lucro, atendendo aos interesses dos grandes monopólios do setor (como a Kroton, grande monopólio do ensino superior). Além disso, é necessário questionar o tipo de educação e conhecimento buscados, produzidos e elaborados dentro desses centros universitários (seja público, privado, modalidade presencial ou a distância), com áreas de pesquisas vinculadas a empresas, acompanhando uma reestruturação completa do setor produtivo na busca pela retomada de crescimento do valor, pautada no desenvolvimento científico tecnológico (TONET, 2013), e a substituição de trabalho vivo por trabalho morto como forma de barateamento da produção.

As políticas adotadas pelo Estado brasileiro no que diz respeito à temática vêm sempre de acordo com as sugestões e recomendações de atuação ditadas por organismos internacionais de personificação política do capital como Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização Mundial do Comércio (OMC) e a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). De acordo com Leher,

O pressuposto, aqui explicitado, é: todos aqueles que fizerem as escolhas educacionais corretas terão possibilidades ilimitadas. Em suma, os indivíduos (e países) que priorizarem corretamente a educação terão um futuro radioso pela frente, comprovando, deste modo, a validade das bases do sistema. O capitalismo atual é justo com aqueles que souberem se qualificar corretamente. Basta não insistir nas prioridades erradas. Não adianta gastar com o ensino superior e a pesquisa, pois, conforme a tese das *vantagens comparativas*, os países em desenvolvimento devem perseguir nichos de mercado onde seja possível vender mercadorias de baixo valor agregado. No caso de necessidade de tecnologia, esta pode ser *facilmente* comprada nos países centrais (LEHER, 1998, p.130).

Para se ter uma dimensão dos valores movimentados por esse mercado, só em ações na bolsa de valores a Kroton (maior monopólio educacional presente no Brasil hoje) movimentou no último ano (novembro/2017 - novembro/2018) um montante de quase 30 bi-

lhões de reais (R\$29.667.475.086). A Estácio, outra grande rede de ensino privado, movimentou um montante de quase 25 bilhões de reais (R\$24.184.304.338)⁷. Isso somente com a compra/venda de papéis, sem contar o lucro oriundo da venda de sua principal mercadoria: a educação. Para além disso, ainda é necessário considerar os valores gastos pelo governo federal em tecnologia para que o ensino à distância se torne viável, o que também pode ser analisado como uma medida de deslocamento de contradições, necessária e útil ao sistema do capital.

Este breve debate tem como objetivo evidenciar as ações a partir do Estado dentro da crise estrutural do capital e o papel central que a educação superior tem nessa fase monopolista e ultra neoliberal do capitalismo maduro. Adiante, será apresentado o diálogo que há entre as teorias pós-modernas e o papel da educação, mais especificadamente a educação superior e a produção de conhecimento. As propostas que a partir daí serão expostas dialogam diretamente com a necessidade da retomada do crescimento da taxa de lucro e são, assim, bem recebidas pelos capitalistas, pois atendem, em certa medida, aos seus interesses. Esse processo de mercantilização/privatização é reforçado desde o ponto em que há todo um questionamento sobre o conhecimento produzido na era moderna e uma discussão sobre a utilidade do conhecimento, que deve ser voltada ao progresso tecnológico.

AMBIÊNCIA PÓS-MODERNA

A análise de José Paulo Netto se faz necessária a partir daqui para se compreender um pouco melhor a ambiência pós moderna e sua relação com temas como o mundo do trabalho, ideologia e as correntes que inspiraram o discurso pós-moderno, com vistas a dar base necessária para que no próximo item se consiga compreen-

7 Dados disponíveis em: <https://www.infomoney.com.br/mercados/ferramentas/historico-de-cotacoes/krot3> e <https://www.infomoney.com.br/mercados/ferramentas/historico-de-cotacoes/estc3> respectivamente. Acesso em: 13/11/18.

der o impacto do pós-modernismo na formação em Serviço Social. No chamado capitalismo maduro-tardio (NETTO, 2010), tem-se um diálogo entre racionalismo formal e irracionalismo, cumprindo assim a necessária função ideológico-burguesa na sociedade sob comando do capital. De acordo com Netto, os efeitos explosivos de maio de 1968⁸ têm impactos significativos no pensamento estruturalista, pois é a partir desta revolta que o pensamento ganha diálogo com a academia, na luta pela quebra das estruturas conservadoras. Ele (NETTO, 2010, p.252) aponta 3 elementos que marcam o pensamento estruturalista; 1: o deslocamento de Hegel em favor de Nietzsche (e Heidegger); 2: a dissolução da ideia de verdade; e 3: uma historização categorial que cancela toda referência ao universal.

Se entre os estruturalistas ainda existiam alguns com tendências anticapitalistas (mesmo que não marxistas), entre os pós-estruturalistas ocorre o regresso à defesa da liberdade enquanto liberdade individual burguesa baseada na compra e venda de mercadorias contra o que consideram “totalitarismo” das experiências do socialismo real (URSS), juntamente com toda elaboração teórica marxiana e marxista. Observa-se a partir de NETTO (2010) que em Zeigtgeis (Nietzsche), tem-se um novo espírito do tempo, que ganha sua formulação mais conhecida a partir da obra de Lyotard (*A Condição Pós-Moderna*), assumindo o primeiro plano na cultura do Ocidente capitalista (2009). As consequências são percebidas em várias esferas do saber na sociedade que vão desde a cultura, estética, política e educação.

8 “Conforme acentua Callinicos, 1968 não significou apenas a barricada de estudantes franceses. Constituíram-no também a onda de greves na Grã-Bretanha e a derrubada do conservador Edward Heath do governo; a revolução portuguesa em 1974 e 1975; os duros conflitos trabalhistas que acompanharam a agonia do regime franquista em 1975 e 1976; a pior crise doméstica vivida pelos Estados Unidos da América, na segunda metade dos anos 1960, impulsionada pelo movimento contra a guerra do Vietnã, a revolta dos guetos negros e o levante de estudantes e os ecos dessa época sentidos em outras partes do mundo – como o cordobazo na Argentina, a explosão de trabalhadores e estudantes na Austrália e a greve geral em Quebec em 1972” (Rodrigues, op. cit., p.36 apud Netto, 2010, p.280 e 281).

Consideradas na sua inclusividade, tais mudanças operam, sem quaisquer dúvidas, uma inteira reconfiguração da ordem do capital, sem eliminar (antes, recolocando-as em novos patamares e aprofundando-as) as suas contradições elementares e sua dinâmica essencialmente exploradora; a reconfiguração então implementada e ainda em curso veio e vem exponenciando, no nível econômico, a sua tendência a concentrar polarizadamente riqueza e pauperismo, no nível social a barbarizar a interação humana, no nível político a acentuar a antidemocracia e, em relação ao meio ambiente, a sua destrutividade – características do capitalismo contemporâneo, emergente a partir de meados dos anos 1970, que a retórica da “globalização” oculta e mistifica (NETTO, 2010, p.257).

Tais realocações, movimentos e transformações na sociedade tinham como interesse responder às várias problemáticas apresentadas pelo sistema do capital que no fim dos anos 1960 se deparava pela primeira vez na história com seus limites últimos⁹. Maio de 1968, sob a forte revolta dos estudantes franceses (e posteriormente a adesão dos trabalhadores, numa enorme greve geral contra o governo e as más condições de vida), é um marco da manifestação da sociedade contra um sistema (do capital) que se mostrava ineficiente para resolver as expressões da questão social.

Nesse momento se vê em toda a Europa uma tentativa de “desideologizar” as representações trabalhistas (como sindicatos, por exemplo), como forma de desarticular a luta dos trabalhadores, juntamente com o surgimento de uma nova ideologia burguesa – o neo-

9 Claro que não se trata aqui de dizer que o capitalismo não tinha (ou tem) capacidade de se reinventar dentro do leque de possibilidades ideológicas, econômicas e políticas e seus movimentos de deslocamento das contradições. É apenas uma maneira de evidenciar que a crise na qual o sistema do capital se encontra a partir deste período não mais é cíclica e sim estrutural, pois, atinge esferas que colocam o todo da vida humana e a natureza em risco de eliminação. Sendo assim, se depara com seus limites últimos, mas sem cair num determinismo histórico ou possível fim do capitalismo (embora se caminhe para a barbárie, o caminho é a passos lentos e dolorosos).

liberalismo – que tem como objetivo a retomada do crescimento da taxa de lucro. A principal característica dessa época é a revolução científica, tecnológica e informacional, trazendo novas tecnologias para a produção, tendo como consequência a reestruturação produtiva. A relação entre todos esses fatores faz com que as pessoas se deparem com um mundo em que tramita o processo de restauração do capital enquanto grande potência mundial e controladora, agora em novos limites e marcos, num movimento de reificação não só da cultura, mas de certa forma de todas as esferas de (re)produção da vida social que ainda não tinham sido invadidas pela lógica do capital.

Netto destaca ainda que mesmo com substanciais transformações, o capital em crise estrutural ainda continua a seguir a sua lógica de reprodução das relações sociais pautada na exploração do trabalho e sendo, nas análises de Mészáros (2002), ontologicamente incontrolável. A forma como se gera valor ainda é (e no capitalismo sempre será) a partir da extração de mais-valia, o proletariado *urbano-industrial* (NETTO, 2010), por mais que tenha sido alvo de desarticulação e até perdido alguns postos de trabalho para algum tipo de nova tecnologia, continua tendo papel central na reprodução do valor. Se certo protagonismo nas lutas revolucionárias não mais parte de uma massa de trabalhadores, não será esta apatia capaz de eliminar o conceito de classes. É necessário interpretar certos recuos dentro de uma lógica mais totalizante das relações de força entre as classes sociais e relacioná-los com os limites de cada momento histórico.

No discurso pós-moderno, o peso dado ao simbólico e à linguagem detém o primeiro plano no que diz respeito a métodos de análise da sociedade, e o econômico está longe de ter primazia nesses jogos linguísticos. Tem-se como consequência o surgimento de categorias pós-modernas que não têm qualquer respaldo na sociedade, como a ideia de sociedade “pós-industrial”, ou as menções ao fim do trabalho a partir do desenvolvimento da tecnologia¹⁰.

10 Aqui se podem citar os trabalhos do professor Ricardo Antunes (1995), que estão mais do que bem fundamentados no que diz respeito a negar o fim do trabalho e compreender as morfologias no mundo do trabalho a partir das transfor-

Ao se analisarem os fatos de 1968 em diante, o que se vê a partir da interpretação crítico-dialética é um movimento de recuperação do sistema do capital, que causa profundas transformações sociais, e ganha forte hegemonia entre os intelectuais das academias, de certa forma fomentada pela indústria da mídia de massas sob o domínio dos grandes capitais e com severo impacto na vida social. Daí surgem certas características que marcam essa nova sociabilidade, fundada na atomização (redução a fragmentos menores, dissolução) da vida social; na efemeridade da vida e das relações humanas nas metrópoles; na tendência ao particularismo e individualismo na vida social; na manipulação do cotidiano e na redução das experiências ao nível da aparência; na invasão da simbologia e da interpretação a partir dos signos, dissociados de seus referentes interpretativos que os conectam com o todo da vida; e na compressão do espaço-tempo¹¹.

Todas as características destrutivas do capitalismo são creditadas pelos pós-modernos não às relações sociais de produção, mas sim, num movimento de culpabilização, à razão moderna. As teorias pós-modernas, de acordo com Netto (2010), se colocam, então, num patamar ideológico que serve como verniz para o capitalismo tardo-burguês. Não se trata de um pensamento mentiroso, mas sim de um que se apoia em uma falsa consciência, que não tem capacidade de reconhecimento histórico nem de seu condicionalismo histórico-social, mas que não deixa de ser consciência (ainda que falsa), pois permite aos homens e mulheres moverem-se na sua vida cotidiana. A propósito, Netto ainda diz:

mações e necessidades do mundo do capital em tempos de invasão tecnológica, fruto do pós-modernismo e ambiência pós-moderna.

11 Muito como resultado da invasão da tecnologia ao cotidiano, onde se está sempre ligado e conectado, podendo-se interagir e trabalhar – dependendo da função exercida – a partir de qualquer lugar. As consequências em nível de adoecimento mental, estresse, depressão, ansiedade são significativas e características comum do atual “homem da metrópole”, adaptado a este padrão de vida necessário para gerar valor em forma de acumulação.

Ideologia que é, o pós-modernismo *funciona* como ideologia: incide no comportamento e na vida práticos daqueles que a internalizam. Ela é uma (e não a única) ideologia específica da ordem do capital na quadra histórica em que este se mundializa e tem hipertrofiadas as suas dimensões especulativo-financeiras que, dado o marco institucional da sua dominação, apresentam-no imediatamente como fluido e volátil – atributos que se transferem ao complexo societário que ele matriza. Ao tomar acriticamente o espelhamento que opera deste complexo como a sua expressão, fática e simbólica, o pós-modernismo se instaura – *nolens volens* - como ideologia *funcional* à sociedade tardo-burguesa, com todas as consequências societárias aí implicadas (NETTO, 2010, p.267 grifos do autor).

Pode-se concluir então que a ideologia pós-moderna é um processo que inicia não no capitalismo tardo-burguês, mas a partir de vários diálogos e linhas já presentes e de referências anteriores, e que tem como marco os chamados “longos anos 60”, com ênfase para os acontecidos em maio de 1968, onde encontra possibilidades teóricas e ideopolíticas que caracterizam o que Netto (2010) classifica como um retorno à direita. Netto ainda destaca a negação do pensamento *hegeliano* em detrimento do *nietzschiano* – com destaque também para Heidegger – como um dos principais pilares para a matriz pós-moderna, assim como a dissolução do conceito de verdade frente ao discurso e os jogos de linguagem, onde a verdade é relativizada independentemente da vida material. Para além disso, há o que se pode chamar de um certo bloqueio da universalização – que se expressa na teoria pós-moderna a partir de certa particularização do todo (atomização, diluição).

O traço geral do pensamento pós-moderno para Netto é então uma *completa recusa de uma verdadeira ontologia do ser social, que só pode se sustentar a partir da compreensão do trabalho como fundante do ser social* (2010, p. 268). Se o pensamento pós-moderno é antiontológico em essência, a sua crítica só pode se originar de uma teoria que valorize o primado ontológico do trabalho e compreenda as amarras e alienações do trabalho a partir do mundo do capital.

Os impactos disso no mundo da educação são essenciais a fim de se compreender e analisar as dificuldades e desafios para a formação profissional em Serviço Social nos dias de hoje. As movimentações e novas estratégias do capital influenciadas por essa ambiência pós-moderna e guiadas pela necessidade de recuperação da taxa de lucro levam a mercantilização do ensino como um todo dentro do processo de reificação de várias áreas durante o período dos anos de 1960. Como forma de mediar melhor este debate, faz-se necessário então explicitar a relação entre o pós-moderno e a educação, com foco para as suas proposições sobre o papel das universidades e do ensino.

PÓS-MODERNISMO E EDUCAÇÃO

Depois de situar a ambiência pós-moderna e evidenciar suas características, será estabelecido então o diálogo entre o discurso pós-moderno e sua utilidade enquanto ideologia dominante em tempos de crise estrutural do capital, além de serem observados seus reflexos na educação, com enfoque nas universidades, sob a égide do neoliberalismo e a influência de pensadores pós-modernos como Lyotard e Vattimo. A percepção da razão enquanto virtude emancipatória (que tem seus fundamentos em Kant), está diretamente vinculada com a Teoria Social de Marx.

Se no pensamento marxiano tem-se uma preocupação em identificar os limites da razão formal-abstrata e os interesses da razão vinculados à reprodução do capital, os pensadores ditos “pós-modernos” fazem a crítica da razão como um todo. Há uma clara desvalorização da racionalidade moderna e seus grandes temas de preocupação - *o progresso, a ciência, a revolução, a felicidade, a verdade* (ZAIDAN, 1989, p. 15), - através do culto de seu par categorial antagônico, o irracionalismo. Nele vê-se a valorização do imediato, do particular, do fragmentário, do efêmero, do microscópico, do sensual, do corpóreo, do prazer. Nessa ambiência pós-moderna, o que prevalece é a negação das metanarrativas que buscam explicar o todo da vida moderna, as causas primeiras e seu sentido na história. Trata-se de um

movimento que busca *refundar o conceito de razão em novas bases. Buscar outro paradigma para a racionalidade, depurado de enunciados ideológicos e irracionais* (ZAIDAN, 1989, p. 16).

No Brasil, o surgimento dessas ideias e conceitos coincidem com o fim do regime militar, num processo de modernização monopolista, dentro da lógica de reprodução mundial do capital. Surge uma sofisticada e moderna indústria cultural, que aprofunda o grau de dependência cultural e ideológica no país em relação à Europa e EUA (ibidem). Essa nova historiografia brasileira se expressa em dissertações de mestrado e doutorado, que, segundo Zaidan, usam como fonte o pensamento de Michel Foucault, com foco em grupos identitários, estudos totalmente descolados da realidade objetiva, de forma fragmentada, solta. Esses estudos inflam um espírito de revolta “anarquista” contra o império de uma razão tecnocrática, normatizadora, disciplinar (ibidem).

No pensamento pós-moderno, a partir principalmente de Lyotard e Vattimo, há então uma tentativa de deslegitimação das metanarrativas e da ontologia do ser social em favor das curtas narrativas e da ontologia fraca (ou da atualidade), conceito desenvolvido por Vattimo, numa espécie de sociologização da filosofia, onde o ser social e seus pressupostos ontológicos não são históricos, mas sim mutáveis a todo momento, de acordo com o presente, e não mais baseando-se nas referências fundantes e históricas do ser social. Segundo as palavras de Vattimo:

Ontologia da atualidade', [...], significa aqui um discurso que busca esclarecer que coisa o ser significa na situação presente. Estamos todos conscientes da dificuldade e dos perigos que comportam o assunto de falar do 'ser', ou da 'situação presente' [...], este último termo persistiu mais obscuro e problemático de que aquele mesmo do 'ser'. (VATTIMO, 2003, p. 84 *apud* MARINHO, 2008, p.132).

Nessa nova roupagem, o ser não é mais passível de ser compreendido por esquemas conceituais marcados pela categoria totalidade, e se transforma em algo efêmero, referenciado naquilo que se aceita como verdade neste momento, a partir dos significados e

significantes estabelecidos por cada um. Além de tais proposições tentarem desarticular o todo do pensamento marxiano e marxista, ainda servem como verniz ideológico, aliado ao neoliberalismo, para causar profundas transformações na educação, tanto no quadro mundial como no nacional. As reformas no ensino superior, fortemente influenciadas por essa ambiência pós-moderna, nos moldes de um país terceiro-mundista, seguem à risca a recomendação dos órgãos internacionais de legitimação política e ideológica do capital, com preocupação última da retomada do crescimento da taxa de lucro. Segundo Marinho:

Em Lyotard, observaremos o papel da universidade como produtora da satisfação das necessidades do funcionamento do sistema capitalista, pois ensino e pesquisa devem seguir o critério da eficiência. Em Vattimo, refletiremos se a libertação das diferenças através da mídia e a proposta do ideal hermenêutico para a educação expressam interesses condizentes com o processo de mundialização do capital (MARINHO, 2008, p.172 e 173).

E ainda:

Se há uma deslegitimação da universidade como instituição sustentadora das 'metanarrativas' é por que essas também sofrem um processo de deslegitimação. A universidade na cultura pós-moderna, tanto perde sua função de legitimação especulativa quanto sua função de legitimação emancipatória das Luzes. A verdade universal científica pretendida pelo projeto da Modernidade é posta em xeque pela afirmação da inexistência de prova sobre a verdade e sobre a justiça que visava alcançar. Dessa forma, "o resultado desta divisão da razão em cognitiva ou teórica, de um lado, e prática, do outro, tem por efeito atacar a legitimidade do discurso da ciência, [...], revelando que é um jogo de linguagem dotado de regras próprias [...], porém sem nenhuma vocação para regulamentar o jogo prático [...]. Ele é assim posto em paridade com os outros" (Ibid., 72). Portanto, essa deslegitimação do saber moderno emancipatório acompanha a deslegitimação da universidade como locus de produção da verdade. A universidade não faz mais sábios, afirma Lyotard, e sim cientistas, e a filosofia especulativa

ou humanista perdeu sua função de legitimação a favor dos jogos de linguagem (MARINHO, 2008, p.180 e 181, grifos da autora).

Entre as reformas citadas no ensino superior, destaca-se, de acordo com Carvalho (2010), a aprovação do PNE – Plano Nacional de Educação - (lei n. 10.172, de 9/1/2001), onde há um veto por parte de FHC no que diz respeito às partes que previam alargamento no investimento para a educação pública. Deve-se aqui também destacar a aprovação da Medida Provisória n. 1.827/99, que institui o FIES - Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior. O FIES nada mais é que dinheiro público injetado nas instituições privadas de ensino.

Na gestão Lula cita-se inicialmente o Decreto n. 5.205, de 14/9/2004, que regulamenta as chamadas parcerias público/privadas entre as universidades federais e as "fundações de apoio" - setores empresariais que agem e interferem na produção de conhecimento voltado às necessidades particulares de suas empresas. Além desta, há a Medida Provisória n. 213, de 10/09/2004, que diz respeito à criação do Programa Universidade para todos (ou ProUni), que viria a se tornar lei em 2005 (Lei n. 11.096). O ProUni tem como objetivo a concessão de bolsas em universidades particulares para alunos da rede pública de ensino ou da rede privada desde que o curso seja em regime de bolsa integral (com algumas condicionais, como renda). Em troca, é dada a essas instituições alguma isenção de imposto que corresponda ao seu gasto para com aquele aluno. Mais uma vez o Estado segue a cartilha do Banco Mundial, pois o ProUni nada mais é que uma parceria público/privado.

Cabe aqui mencionar ainda a Lei de Inovação Tecnológica, n. 10.973/2004. Conforme Lima (2012), esta lei "autoriza a incubação de empresas nas instituições de ensino superior públicas e a utilização, pelo setor privado, de infraestrutura, equipamentos e recursos humanos das IES públicas" (LIMA, 2012, pg. 174). Em 2007 é lançado o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), com o intuito de fomentar a economia e o desenvolvimento nacional. Entre as ações do PAC, estava previsto um projeto na área da educação, o PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação), que devia ser regido

de acordo com a Lei de Parcerias Público/Privadas. É nesse contexto, dentro das ações do PDE, que o governo cria o REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades, através do Decreto n. 6.096 de 24/04/2007.

Já no governo Dilma destaca-se a lei federal n. 12.513/11 que institui o PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego). Trata-se de um programa direcionado a jovens trabalhadores para a formação de um proletariado técnico que atenda aos requisitos do mercado de trabalho nacional. Enquanto isso, o ensino superior vai cada vez mais para as mãos do mercado. O último censo da educação superior realizado pelo MEC no ano de 2017 mostra que a rede privada teve mais de 70% das matrículas realizadas no último ano (o estudo conta todas as matrículas, seja de curso presencial ou a distância, bacharelado, licenciatura ou tecnológico).

Nessa nova lógica de universidade, aparece como critério científico a eficiência e o baixo custo, onde o saber não busca mais encontrar uma verdade universal ou pensar a respeito de objetivos futuros universais de emancipação, mas sim ter algum respaldo útil no aqui e no agora, baseado em novas técnicas e novas tecnologias oriundas da revolução tecnológica trazida principalmente a partir dos anos 1960. A ênfase, de acordo com Lyotard (2009), é apenas uma: o critério do desempenho partindo de sua capacidade produtiva. Ora, pois, se mais uma vez forem analisadas as transformações causadas a partir desses eventos, vê-se que este movimento na verdade acompanha a reestruturação produtiva do capital, e funda um novo tipo de conhecimento não reflexivo, utilitarista e profissionalizante para atender às necessidades do mercado dentro do aprofundamento da divisão sociotécnica do trabalho.

Fica evidente a interlocução entre “crise estrutural do capital”, “ambiência pós-moderna”, “neoliberalismo” e “ideologia”. Um exemplo de assimilação e aplicação prática dessas transformações é a invasão da modalidade de ensino EAD (educação à distância) em quase todas as esferas de educação. A modalidade surge com o objetivo aparente de levar “conhecimento” a lugares “inacessíveis”, mas no decorrer da história são vistas múltiplas intencionalidades:

o Estado brasileiro cumprindo seu papel político/econômico e agindo como ente comprador de tecnologia (deslocamento das contradições via investimento do Estado), além de usar um material didático limitado, com uma visão de mundo e história acríticos e lineares, seguindo a linha “desideologizante” dos acontecimentos, mas na verdade reforçando a ideologia dominante, coloca os fatos históricos como evolução e apaga os conflitos e a luta de classes.

De acordo com Chauí (2003), a partir do momento em que a universidade é uma instituição social, sua relação com o Estado é intrínseca, e a mesma só pode se manter com cunho republicano e democrático a partir do momento em que o Estado também preze por essas mesmas características. A universidade seria então *mais do que determinada pela estrutura da sociedade e do Estado, seria um reflexo deles* (ibidem). É na autonomia que a universidade encontra possibilidade de dialogar e se relacionar com o conjunto de contradições presentes na sociedade, dividindo-se entre os favoráveis ao *status quo* e os que almejam a emancipação, no debate de ideias e pensamentos.

É alarmante o ataque sofrido pelas universidades públicas brasileiras no sentido de alinhá-las às necessidades reprodutivas do capital sob a influência da ambiência pós-moderna, da invasão tecnológica e do pensamento acrítico. A lógica fragmentada do capitalismo dito “globalizado” e a dispersão espacial e temporal do trabalho, juntamente com a necessidade de desarticular uma das principais referências do pensamento crítico e que interpreta a sociedade a partir da luta de classes (no caso, a Teoria Social de Marx), são elementos que nos ajudam a entender as transformações realizadas pelo Estado brasileiro no que diz respeito à educação nos últimos 30 anos. Ainda segundo Chauí, a universidade hoje se vê afogada na gerência por contratos de gestão, índices de produtividade, estratégias e eficácias organizacionais, pelo particular, e pelo conhecimento efêmero.

E O SERVIÇO SOCIAL? – (IN)CONCLUSÕES E TENSÕES

Pois bem, se a formação em serviço social for pensada a partir das diretrizes curriculares da ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e

Pesquisa em Serviço Social) frente ao cenário apresentado no decorrer deste artigo, os desafios são inúmeros. O capital a partir de sua crise estrutural, situada na mesma época do surgimento do discurso pós-moderno, tem na educação uma de suas possibilidades de deslocamento das contradições com vistas a dar sobrevida ao sociometabolismo vigente. A reificação da educação sob a égide do pensamento neoliberal e pós-moderno tem como objetivo produzir conhecimento teórico/prático que seja de alguma forma *útil e funcional* ao sistema do capital, no seu caminho de valorização do valor e recuperação da taxa de lucro. A educação no viés pós-moderno busca formar trabalhadores capacitados para atuarem no mercado de trabalho, criar tecnologias que acelerem a valorização do valor e legitimar a ideologia do capital através da tentativa de deslegitimação das metanarrativas e da inserção de conceitos na formação, que de alguma forma desarticule o pensamento crítico e inclua no lugar os pressupostos úteis ao capital, tais como o pensamento pragmático, o utilitarismo, a funcionalidade, a efemeridade e a “desideologização”.

Os impactos disso na formação em Serviço Social se dão por uma mistura heterogênea na tentativa de resgatar tendências conservadoras que vão desde reatualização do conservadorismo *que recupera os componentes mais estratificados da herança conservadora historicamente presente na profissão* (NETTO, 2005, 157), até elementos pós-modernos. Essas tendências dialogam entre si, numa tentativa de formar assistentes sociais com o perfil exigido pelo mercado de trabalho. O profissional requisitado não mais precisa ter capacidade de analisar as expressões da questão social que lhe são imediatamente apresentadas em seu campo de trabalho a partir da perspectiva crítica e do conceito de totalidade, mas apenas responder efemeramente às demandas institucionais, utilizando-se de políticas sociais ultrafocalizadas na extrema pobreza.

Pode-se averiguar que tais propostas que desarticulam o pensamento crítico – desde a sugestão de desuso das metanarrativas e da interpretação da sociedade a partir da ontologia do ser social, tendo a totalidade como referência metodológica – incidem indiretamente

na formação em Serviço Social, dialogam com as perspectivas neoconservadoras¹² e contribuem na reatualização de práticas que desconsideram o contexto histórico e tratam o usuário em sua simples imediaticidade. Nada mais satisfatório para o capitalismo em crise do que um profissional acrítico, que usa das ferramentas de trabalho – como as políticas sociais – de modo tecnicista e pragmático, administrando quantidades e recortando demandas. Tais práticas só podem resultar numa reprodução de valores liberais úteis e funcionais à manutenção do sistema do capital, de individualismo e meritocracia, quando pressupõem que se a pessoa chegou ao ponto de precisar de alguma inserção em políticas sociais é porque fatalmente fez escolhas individuais erradas e a culpa pela sua posição social é única e exclusivamente dela mesma.

Em efeito cascata essas ações interiorizam, tanto nos assistentes sociais quanto nos usuários, a ideologia necessária à manutenção do *status quo*, retiram o substrato ontológico de interpretação da realidade a partir do trabalho – e no sistema do capital, sob o signo do trabalho alienado – e mais uma vez dialogam direta e indiretamente com as sugestões de interpretação da realidade a partir das curtas narrativas e das propostas presentes no discurso pós-moderno, que se alinham e dialogam diretamente com o neoliberalismo.

12 O conservadorismo, então, moderniza-se também no âmbito do Serviço Social, realimenta as velhas teses, travestindo-as de novas, de atuais, de mais realistas, mais próximas e “concretas” para a “prática profissional” dos assistentes sociais. Faz isto, claro, renovando-se, reatualizando-se, sem alterar sua estrutura interna. São reeditadas, então, na era da pós-modernidade e da chamada “crise dos paradigmas” nas Ciências Humanas e Sociais (certamente úteis no atual estágio de acumulação do capital), velhas receitas comprometidas com velhos conceitos requeitados e com “novas e certas soluções”. Isso, no campo particular do Serviço Social, tem se expressado em diversas tendências teórico-metodológicas em curso (claramente ou não), retomando e reacomodando, simultaneamente, traços novos com o passado profissional (NETTO, 1996). Tais tendências têm se manifestado ora de forma mais organizada, ora de maneira mais dispersa e isolada, seja no campo da produção do conhecimento, seja no âmbito mais diretamente vinculado à gestão social e ao trabalho profissional (SILVA, 2015, p. 113 e 114).

O movimento de reconceituação teórico que se origina no início dos anos 1960 e chega à elaboração do código de ética de 1986, sua revisão em 1993, a elaboração das diretrizes curriculares e o diálogo em torno do projeto ético-político têm sua hegemonia colocada à prova. Se dentro das instituições de representação profissional como o conjunto CFESS/CRESS (Conselho Federal de Serviço Social e Conselho Regional de Serviço Social), a ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) e a ENESSO (Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social), o pensamento crítico ainda é hegemônico, pode-se afirmar sem nenhum receio que no todo do conjunto da profissão e de seus profissionais, o neconservadorismo tem ganhado força, e muito disto em consequência da proposital desqualificação da formação, principalmente a partir das instituições privadas e dos cursos de modalidade EAD¹³.

As reformas realizadas pelo Estado brasileiro na educação nos últimos 30 anos reforçam o modelo privatista e produtivista exigido pelos órgãos de controle político do capital como o Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional. Se durante os anos de 1980, o Partido dos Trabalhadores era um forte aliado do Serviço Social – e de certa forma essa relação dialética contribuiu em algum grau no caminho de amadurecimento teórico dos assistentes sociais (NETTO, 2004) –, ao assumir a presidência da República um representante do PT (e governar de 2002 até 2015, quando houve o golpe institucional), as ações tomadas pelo governo petista em nada rompem

13 No ano de 2017, segundo dados do INEP, houve 60.767 matrículas em cursos de Serviço Social presenciais, sendo destas 43.020 em universidades privadas, enquanto o número de matrículas em cursos EAD foi de 92.781, sendo seu total na rede privada. Os dados são alarmantes e reforçam nossa preocupação relativa ao aumento de cursos da rede privada, tanto quanto da modalidade EAD. As ações do governo federal sempre estiveram em perfeita sintonia para o aprofundamento deste quadro, o que reforça nossa visão do papel do Estado como personificação política do capital. O atual ministro da educação, Ricardo Vélez, em entrevista concedida no dia 28/01/2019, disse que a universidade pública deve ficar reservada a uma pequena elite intelectual. Ou seja, a perspectiva para os próximos anos é de piora significativa deste mesmo quadro. O governo Bolsonaro se prontifica abertamente a fazer as mediações entre mercado de trabalho e formação acadêmica.

com a lógica neoliberal influenciada pela ambiência pós-moderna, tendo como modelo e perfil as ações realizadas por seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso.

É um enorme desafio pensar sobre as diretrizes curriculares frente a esses processos históricos realizados a partir do Estado que buscam desconstruir a produção de conhecimento crítico e com viés humanista. As diretrizes curriculares em seu quadro de Competências e Habilidades têm como exigência geral:

viabilizar uma capacitação teórico-metodológica e ético-política como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-operativas, com vistas à compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento socio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade (ABEPSS, 2002, p.1).

Desvelar as “*possibilidades de ação contidas na realidade*” requer necessariamente a interpretação do ser social e da realidade a partir de sua ontologia e perspectiva de totalidade. Não coincidentemente, o discurso pós-moderno tenta deslegitimá-las enquanto categorias analíticas. Os núcleos formativos presentes nas diretrizes curriculares reforçam a necessidade do uso destas categorias analíticas enquanto requisitos teórico-metodológicos necessários à ação profissional:

núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, que compreende um conjunto de fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos para conhecer o ser social; *núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira*, que remete à compreensão das características históricas particulares que presidem a sua formação e desenvolvimento urbano e rural, em suas diversidades regionais e locais; *núcleo de fundamentos do trabalho profissional*, que compreende os elementos constitutivos do Serviço Social como uma especialização do trabalho: sua trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica, os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento e a administração em Serviço Social e o estágio supervisionado (ABEPSS, 2002, p. 2, grifos nossos).

Como garantir a formação qualificada, que tem como pressuposto compreender “*um conjunto de fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos para conhecer o ser social*” a partir da invasão pragmática e utilitarista, presentes principalmente em universidades particulares, tanto na modalidade presencial como em EAD? A educação sob o viés pós-moderno e neoliberal tem como objetivo prático o que Mészáros (2005) chama de internalização da ideologia do capital.

Muitos são os desafios postos à nossa frente. Neste campo heterogêneo chamado “pós-modernismo” há um emaranhado de questões que se colocam como desafios a ser enfrentados pelo serviço social crítico, que busca interpretar o mundo e as relações sociais a partir da determinação ontológica do ser social e da categoria trabalho. Se a hegemonia crítica já se via desafiada desde o fim da década de 90 do século XX, a tendência é de aprofundamento desta disputa, tanto no campo teórico – principalmente a partir do sincretismo presente na profissão –, quanto na luta frente à precarização da educação como um todo e ao ganho de visibilidade de correntes neoconservadores que outrora não se apresentavam de tal modo.

Na parte de produção teórica, também ocorre um certo tipo de invasão pós-moderna, num diálogo com matrizes (neo)conservadoras, que buscam recuperar práticas conservadoras, descartando algum tipo de interpretação crítica com centralidade no trabalho. A interpretação da sociedade a partir dos signos do poder e dos discursos identitários dialoga diretamente com as propostas de interpretação pós-modernas, que de alguma forma tentam desarticular a interpretação do mundo a partir do trabalho e da ontologia do ser social. Esse debate se apresenta no campo teórico da profissão de maneira sincrética, com tendências à mistura de metodologias que em seu todo se chocam e negam-se em algum momento, tendo como principal caminho a utilização de Foucault e os pós-foucaultianos, como a Teoria *Queer*.

Claro que não se trata aqui de negar a importância da luta do movimento negro, LGBTT, feminista, entre outros, mas sim de enfatizar a necessidade de articular essas lutas com um recorte de classe, de compreender que a exploração a partir da cor, raça, sexo, etnia e orientação sexual tem como fim último a valorização do valor e re-

produção do sociometabolismo do capital. Os diversos preconceitos atendem em última instância às necessidades do capital de existirem sujeitos passíveis de ser superexplorados, e de que a superação dessas questões só pode acontecer junto à superação da sociabilidade burguesa e das classes sociais. Um caminho de luta possível e dialético, que trilha o diálogo da luta identitária junto à luta de classes é a campanha do conjunto CFESS/CRESS 2019, intitulada “Na defesa dos direitos sociais, a gente combate o racismo”, onde a exploração da população negra é interpretada a partir da centralidade do trabalho, apresentando-se essa comprovadamente como a maior parcela usuária das políticas sociais. Tal dado nos remete ao fato de que a referida população (o que também serve para os LGBTTs e mulheres) ocupa os cargos mais insalubres e passíveis de superexploração na lógica de produção capitalista.

Apenas o aprofundamento da discussão e do debate acerca do projeto ético-político e o reforço da relevância de se seguirem à risca as diretrizes curriculares, além da necessária produção e pesquisa teórico/prática em relação aos desafios do Serviço Social e da educação, podem de fato manter a categoria profissional no caminho trilhado até então, com um largo e fundamental diálogo com os movimentos sociais e com os modelos não formais de educação, para que o rigor teórico exigido não se transforme num emaranhado de teorias que em última instância apenas reforçam a lógica mercantil da educação, indispensável ao sustento do sociometabolismo do capital.

REFERÊNCIAS

- ABEPPS. Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social. Resolução n. 15, de 13 de março de 2002. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_diretrizes_cursos.pdf>. Acesso em: 01/01/2019.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ANTUNES, Ricardo. Trabalho uno ou omni: a dialética entre o trabalho concreto e o trabalho abstrato. Argumentum, Vitória, v.2, n.2, p

- 09-15, jul./dez.2010.
- _____. Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo, Cortez/Unicamp, 1995.
- BRASIL. Lei de Inovação Tecnológica (Lei n. 10.973/2004). Brasília, DF: Congresso Nacional. Atos do Poder Legislativo, DOU, n. 232 de 03.12.2004.
- _____. Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 10/1/2001, p.1. Disponível em <http://www.diariooficial.hpg.com.br/plano_nac_educacao.htm>. Acesso em: 09/01/2019.
- _____. Lei N. 12.513, de 26 de outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Brasília, DF., Diário Oficial da União, 27.10.2011.
- _____. Decreto N. 5.205, de 14 de setembro de 2004. Regulamenta a Lei n. 8.958, de 20 de dezembro de 1994, que dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2004/decreto-5205-14-setembro-2004-534051-norma-pe.html>>. Acesso em: 09/01/2019.
- _____. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Brasília: Casa Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 09/01/2019.
- _____. Ministério da Educação. Medida provisória No 1.827-1, DE 24 DE JUNHO DE 1999. Reeditada e revogada pela MPV n. 1.865-2. Dispões sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/Antigas/1827-1.htm>. Acesso em: 09/01/2019.
- _____. Projeto de Lei N. 59, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade Para Todos – PROUNI. 2005. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2005/lei-11096-13-janeiro-2005-535381-normapl.html>>. Acesso em: 09/01/2019.
- CARVALHO, Elaci Costa Ferreira. (2010). *A Privatização/Mercantilização da Educação Superior Brasileira no Contexto do Sistema do Capital e da sua Crise Estrutural*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/Universidade Federal de Alagoas.
- CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. In: 26ª Reunião Anual da ANPEd, 2003. Poços de Caldas, MG, 5 de outubro de 2003. Conferência na sessão de abertura. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf>>. Acesso em: 01/01/2019.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse Estatística da Educação Superior 2017. Brasília: INEP, 2018. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 09/01/2019.
- JAMESON, Frederic. Periodizando os Anos 60. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). Pós-Modernismo e Política. Rio de Janeiro: Rocco, 1991. p. 81-126.
- LEHER, Roberto. A Ideologia da Globalização na Política de Formação Profissional Brasileira. Revista Trabalho e Educação, n.4. Belo Horizonte, ago/dez. 1998.
- LIMA, Marcelo. A educação profissional no governo Dilma: Pronatec, PNE e DCNEMs. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, p.495 – 513. Porto Alegre, 2012.
- LYOTARD, Jean-François. A Condição Pós-Moderna. 12ª ed., Rio de Janeiro: José Olympo, 2009.
- MANDEL, Ernest. O Capitalismo Tardio. 2ª ed., São Paulo: Nova Cultura, 1985.
- MARINHO, Cristiane Maria. (2008). *Pensamento Pós-Moderno e Educação na Crise Estrutural do Capital*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação/Universidade Federal do Ceará.
- MARX, Karl. O Capital. 2ª ed., São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl. Sobre a Questão Judaica. 1ª ed., São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, Karl. Manifesto Comunista. 4ª ed., São Paulo: Boitempo, 2005.
- MÉSZÁROS, István. A Montanha Que Devemos Conquistar: reflexões acerca do Estado. 1ª ed., São Paulo: Boitempo, 2015.

- MÉSZÁROS, István. Para Além do Capital: Rumo a uma teoria da transição. 1ª ed., São Paulo: Boitempo, 2002.
- MÉSZÁROS, István. A Educação Para Além do Capital. 1ª ed., São Paulo: Boitempo, 2005.
- NETTO, José Paulo. Posfácio. In COUTINHO, Carlos Nelson. O Estruturalismo e a Miséria da Razão. 2ª ed., São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- _____. A conjuntura brasileira: o Serviço Social posto à prova. In: Revista Serviço Social e Sociedade n.79. São Paulo: Editora Cortez, 2004.
- _____. Ditadura e Serviço social. Uma Análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 8ª ed., São Paulo: Editora Cortez, 2005.
- _____. Capitalismo e Reificação. 1ª ed., São Paulo: Livraria e Editora Ciências Humanas, 1981.
- _____. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez Editora, n. 50, abr. 1996.
- PANIAGO, Maria Cristina. Ciência, Tecnologia e Crise Estrutural. Disponível em: <http://cristinapaniago.com/yahoo_site_admin/assets/docs/Ciencia_Tecnologia_e_Crise_Estrutural.185210041.pdf>. Acesso em: 27/03/2019.
- SILVA, José Fernando Siqueira. Crise do capital, neoconservadorismo e serviço social no Brasil: apontamentos para o debate. Revista em Pauta, v. 13, n. 35, Rio de Janeiro, 2015.
- TONET, Ivo. Universidade Pública: O Sentido da Nossa Luta. In: Educação contra o capital. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.
- Z Aidan, Michel Filho. A Crise da Razão Histórica. 1ª ed., Campinas: Papirus Editora, 1989.

Thiago Dehon de Sousa

Assistente Social. É Mestre em Serviço Social pela UFRJ.
thiagodehon@hotmail.com

FORMAÇÃO E TRABALHO PROFISSIONAL: desafios ao projeto ético-político do Serviço Social

**TRAINING AND PROFESSIONAL WORK:
challenges to the ethical-political project of Social Work**

Helena Lúcia Augusto Chaves

Revista Praia Vermelha	Rio de Janeiro	v. 29	n. 2	p. 671-693	2019
------------------------	----------------	-------	------	------------	------

RESUMO

Esta discussão trata do tema da ética na formação e no trabalho profissional do Serviço Social. A abordagem enfoca reflexões teórico-metodológicas sobre moral, ética e profissão, destacando os principais paradigmas clássicos do pensamento social e a análise sociológica sobre as profissões. O argumento considera a dimensão normativa da ética e a organização profissional, destacando a ética profissional e o projeto ético-político do Serviço Social. Visa elucidar a importância dessa discussão na sociedade contemporânea, marcada pela mercantilização das relações sociais e pelos apelos pragmáticos e mercantilistas às profissões.

PALAVRAS-CHAVE

Formação; Trabalho Profissional; Ética; Serviço Social; Projeto Ético-Político.

ABSTRACT

This discussion deals with ethical issues in the training and professional social work practice. The approach focuses on theoretical and methodological reflections on morality, ethics and profession, focusing on the main classical paradigms of social thought and sociological analysis of the professions. The argument considers the ethics normative dimension and professional organization, highlighting the professional ethics and the ethical-political project of Social Work. It aims to elucidate the importance of this discussion in contemporary society, marked by the commodification of social relations and the pragmatic and the mercantilist appeals to the professions.

KEYWORDS

Training; Professional Work; Ethics; Social Work; Ethical-Political Project.

Recebido em 29.01.2019

Aprovado em 11.04.2019

INTRODUÇÃO

A presente discussão sobre formação e trabalho profissional, enfocando reflexões teórico-metodológicas sobre moral, ética, profissão e projeto ético-político do Serviço Social, é de fundamental importância no contexto histórico atual, marcado pela profunda crise estrutural do capitalismo, pelo pensamento obscurantista, pelo avanço do ultraconservadorismo, pelo retrocesso nas conquistas humanitárias, pela expropriação dos direitos sociais e pela consequente interferência em todos os aspectos da produção e reprodução social. Esta contextualidade também afeta profundamente as profissões, suscitando reflexão e ação coletiva e radical para enfrentar os desafios deste tempo sombrio, que desqualifica o saber, as profissões e os profissionais, e para construir estratégias de resistências e seguir avançando no conhecimento profissional e nas conquistas civilizatórias da humanidade.

De acordo com Bastos, Yamamoto e Rodrigues (2013), as profissões possuem um núcleo estruturante de conhecimentos, tecnologias, instrumentos, ferramentas, métodos, procedimentos e práticas, que são construídos pelos campos científicos e são utilizados pelos profissionais, pessoas socialmente reconhecidas, com formação adequada e competentes para exercer a profissão. Assim sendo, o processo de formação profissional envolve a apreensão de um corpo de conhecimentos científicos e tecnologias dele decorrentes para lidar com problemas específicos postos pela sociedade. Este conjunto de competências e habilidades também envolve dimensões que são consideradas prerrogativas do exercício profissional e que podem ser sintetizadas no compromisso ético e social. A relação com a ciência, com a sociedade nas diversas formas e níveis em que ela se concretiza e com os pares constitui o tripé de um eixo fundamental para o exercício de qualquer profissão. O sentido social das profissões coloca em questionamento o posicionamento profissional diante das demandas e das necessidades sociais. Por isso a discussão da moral e da ética estão presentes no conhecimento sobre o fazer profissional.

A moral, objeto de discussão da ética, é um fenômeno histórico e suas formas de ser, que estão implicadas na regulamentação de normas e valores, inserem-se na vida social a partir dos padrões comportamentais desenvolvidos de acordo com a sociabilidade constituída. Esta, por sua vez, apresenta demandas concretas à reflexão da moral, desencadeando posteriores proposições jurídicas. Nesse processo, onde moral, costumes, valores e hábitos se entrelaçam aos mecanismos de regulação social, a abordagem desse tema necessariamente se vincula a consideração do contexto histórico e das determinações históricas que delinham a sociabilidade implicada na discussão.

No entanto, embora a moral vigente e instituída na sociedade capitalista seja direcionada para a manutenção do status quo estabelecido no âmbito dessa sociabilidade, contraditoriamente possui um potencial contestador dessa ordem social, na medida em que se torna pauta da reflexão ética na discussão dos processos emancipatórios e nas suas respectivas lutas.

O ser e o fazer profissional também se imbuem dessa concretude dialética no processo de transformação dos objetos de suas práticas e dos contextos, nos quais se inserem. Desta forma, o estudo da ética na formação e no trabalho profissional suscita a compreensão de aspectos conceituais, formativos, interventivos, organizativos e sociais, os quais se constituem objeto de reflexão neste texto, organizado em três tópicos. No primeiro, o enfoque é dado na questão da moral no âmbito do debate sociológico sobre as profissões. A discussão dos principais paradigmas da teoria social sobre esse tema é contemplada na abordagem. O segundo item trata da dimensão normativa da ética e da organização profissional. E o terceiro item enfoca a ética profissional e o projeto ético-político do Serviço Social.

QUESTÃO DA MORAL NO DEBATE SOCIOLOGICO SOBRE AS PROFISSÕES

O debate sobre a moral está presente no pensamento social e compõe discussão obrigatória no estudo das profissões. Dos paradigmas clássicos ao debate sociológico sobre as profissões é possível destacar entendimentos e questões, que se tornam essenciais para

compreensão das profissões na sua contingência histórica.

A questão da moral perpassa a história da humanidade e suas experiências de sociabilidade, constituindo-se em instrumento de regulação social e embasando o campo da reflexão ética. De acordo com as concepções neotomistas e positivistas, o enfrentamento da questão social deveria ser feito pela ótica da moral, visão esta identificada como conservadora, pois legitima o Estado burguês e suprime a luta de classes da compreensão desses processos sociais. No entanto, a emergência do proletariado no cenário político, na segunda metade do séc. XIX, na Europa Ocidental, desencadeia as reivindicações pelos direitos trabalhistas e sociais, pautados na luta de classes, período em que se configura a denominada questão social. Desta forma, o objetivo de tratar a questão social com um conteúdo moral e um tratamento moralizante é combater o movimento operário e conservar a ordem social vigente. Para fazer frente à crise política do séc. XIX, por exemplo, Comte propôs um programa que visava atingir a família operária, pois segundo ele:

[...] o povo está naturalmente disposto a desejar que a vã e tempestuosa discussão dos direitos seja enfim substituída por uma fecunda e salutar apreciação dos deveres (...) se o povo está agora, e deve permanecer a partir desse momento, indiferente à posse direta do poder político, nunca pode renunciar à sua indispensável participação no poder moral (COMTE, 1993, p. 115).

Esse pensamento de Comte está fazendo eco na conjuntura em curso, ressignificando o sentido da moral e fundamentando os interesses do capitalismo rentista e sua busca desenfreada pelo lucro, alimentado pelo fundamentalismo religioso, pelo falso moralismo apregoado e pelos apelos fatalistas a um futuro sombrio, mesmo que as evidências comprovem que tenebroso será o futuro da humanidade se permanecer em rota de ascensão à barbárie, como está sendo conduzido pelo poder político estabelecido.

Segundo o paradigma durkheimiano, a sociedade é um todo orgânico que se mantém a partir da moral que congrega as pessoas. A moral é uma realidade *sui generis*; a convivência com outros obriga a

elaboração de regras; um grupo não é apenas uma realidade moral, mas é uma fonte de vida *sui generis*. Neste sentido, as mudanças são processadas a partir da cultura. Para Durkheim (1999), a evolução das formas de conhecimento é o fundamento da formação do sistema profissional, o que torna a discussão das profissões algo inerente à formação social ou algo “natural”, como afirma Barbosa (1993, p. 37).

Para Weber (1999), profissão é uma peculiar especificação, especialização e coordenação que mostra os serviços prestados por uma pessoa para a sociedade. Ele analisa o processo de desencantamento do mundo, a partir do processo de racionalização e conhecimento do mundo desvinculado da religião e da igreja. Mas, são os valores que condicionam os modos de ação. O processo de racionalização e a legitimidade do poder demandam impessoalidade e mérito. A mudança é explicada por lutas de poder.

Segundo Barbosa (2003), a abordagem weberiana na Sociologia das Profissões marca a passagem do estudo do papel apropriado de cada profissão (modelo funcionalista) à análise da profissionalização como fenômeno pertencente à dimensão da desigualdade social, como relação de poder, para a qual o conceito de “status” é essencial. Poder, mercado e monopólio são categorias centrais na abordagem de inspiração weberiana.

No paradigma marxiano, caracterizado por uma abordagem macrosociológica, a mudança se faz pelas transformações no e do modo de produção. Nesta perspectiva, ao fazer a crítica da economia política, a moral é evidenciada como um componente de análise dos processos sociais. Por isso Marx afirma que o “*ideal moral*” da economia política é o trabalhador levar “*à caixa econômica uma parte do seu salário*” e fazer dessa “*ideia favorita*” uma “*arte servil*”, na qual a moral da economia política na promessa de satisfazer as necessidades “*é o ganho, o trabalho e a poupança, a sobriedade.*” Por outro lado, “*a economia política da moral é a riqueza de boa consciência, de virtude, etc.*” Portanto, a moral é um elemento de análise crucial na compreensão do modo de produção capitalista, o qual é objeto de estudo nesse paradigma, conforme explicitado na passagem que diz: “*a economia política, apesar de sua aparência mundana e praze-*

rosa, é uma verdadeira ciência moral, a mais moral das ciências.”, que tem como dogma fundamental “*a auto-renúncia, a renúncia à vida e ao carecimento humano.*” (MARX, 1991, p.178). Em pensamento conclusivo, o autor afirma que:

[...] a oposição entre economia política e moral é só uma aparência, e assim sendo, não há oposição alguma. A economia política apenas expressa ao seu modo as leis morais (MARX, 1991, p. 179).

Por isso a crítica da economia política é tão fundamental e radical no pensamento marxiano. Porque a moral que cinde o modo capitalista de produção plasma a sociabilidade do capital, na qual a humanidade é reificada em função do mercado e da salvaguarda da ordem vigente. Os ideais emancipatórios e revolucionários da perspectiva marxiana apontam para a construção de outra sociabilidade e de uma moral social direcionada aos interesses da coletividade e não do capital e dos seus detentores.

No debate sociológico sobre as profissões, a moral constitui-se elemento fundamental de análise, presente desde o pensamento de Carr-Saunders (1937), primeiro autor que escreveu sobre profissões até Sarfatti-Larson (1979), cuja reflexão é considerada um marco no estudo das profissões, por ser a primeira abordagem, que vincula a profissão à questão do mercado, relacionando-a com o processo histórico e disputando fronteiras na divisão social do trabalho.

Na primeira corrente no estudo das profissões, inscrita na tradição funcionalista, representada por Carr-Saunders (1937), Parsons (1967), Merton (1970) e seguidores, a discussão da moral é destacada, quer seja em normatização específica dada pelo código de ética, quer seja pelo entendimento da moral como uma necessidade a ser incorporada pelo indivíduo, visando a sua integração social, sendo necessária, portanto a intervenção do Estado no processo de regulação social.

Sarfatti-Larson (1979) enfoca três características no estudo das profissões, entre as quais destaca a dimensão normativa, paralela à dimensão cognitiva e a organizacional ou institucional. Alguns autores não consideram a dimensão normativa como um ponto de

destaque importante, como faz Barbosa (2003), que omite a dimensão normativa quando separa os estudos nesta tradição, pela ênfase dada à dimensão cognitiva, aqui situando Freidson (1988; 1996; 1998) e Sarfatti-Larson (1979); ou dimensão organizacional/institucional do processo de profissionalização, onde cita Starr (1982). A justificativa para essa afirmação é que em todos os autores estão presentes os elementos tanto da dimensão cognitiva como institucional. Porém, essa omissão da dimensão normativa não implica em seu desaparecimento, visto que se constitui em uma dimensão inerente às demais, pois tanto a dimensão cognitiva como a institucional é permeada pela dimensão normativa, que consolida a profissão de acordo com a demanda, suscitada pelos padrões de sociabilidade vigente. Ou seja, tanto a racionalidade, onde se inscreve a dimensão cognitiva, como as instituições, onde se situa o enfoque organizacional são permeadas por padrões culturais, dados pela moral, onde se localiza a dimensão normativa.

A DIMENSÃO NORMATIVA DA ÉTICA E A ORGANIZAÇÃO PROFISSIONAL

A dimensão normativa é tão intrínseca a ética, que até hoje permanece a exigência de códigos de ética para regulamentar o exercício das chamadas profissões liberais. É aqui onde se situa o controle feito pelo Estado na organização das profissões.

[...] nas profissões liberais, [...] o controle autônomo não é suficiente, exigindo intervenção do Poder Público, em decorrência de sua natureza pública. Esta se dá por meio de uma norma escrita que autoriza a um órgão [...], a formalização, institucionalização, imposição e fiscalização de preceitos de conduta profissional. A moral concreta adquire a forma de lei escrita, abstrata, instituída pela lei profissional. Adquire então natureza oficial, com seu cumprimento assegurado pelo Poder Público. Essa forma legal é o código de ética, que busca ou deve buscar a unificação nacional da conduta dos profissionais, segundo o interesse público ou coletivo (SIMÕES, 2008, p. 509).

O Estado, aqui entendido não como conceito universal, mas como forma de ordenamento político e de organização do poder historicamente determinada, indica a condição social e política do país e diz respeito à esfera da vida humana organizada. Neste sentido, realiza a regulação social também na área específica da moral do trabalho. Daí resulta, por exemplo, a emissão de lei normativa das profissões liberais, que intervém em determinada atividade, regulamentando-a e instituindo órgãos e conselhos para defender a autonomia profissional e fiscalizar o exercício da profissão. A mediação estatal, nesse caso, visa consolidar a relação entre profissão e sociedade; ou entre exercício profissional e demanda social na garantia do interesse público, comum à coletividade. O exercício profissional, portanto, é incompatível com ações arbitrárias e de interesse pessoal.

Dessa forma, o posicionamento profissional ao conduzir as intervenções é um elemento fundamental, que se torna condição para o exercício profissional, permitindo situar a intervenção no âmbito dos preceitos apreendidos na formação, evitando casuísmos e apropriação indevida da expertise profissional. Também contribui para distinguir práticas, que desconsideram o saber profissional. Esse posicionamento profissional possibilita perceber o objeto de intervenção de forma reflexiva, considerando os vários aspectos envolvidos no problema, posicionando a favor de quem a ação profissional está direcionada e levando em conta a necessidade social da intervenção. Esse aspecto também torna possível a realização de práticas colaborativas, construtivas, inovadoras, retroalimentadoras do campo da ciência específica e direcionadas a buscar soluções que tragam benefícios sociais. O referido posicionamento deve ser um ponto de partida da ação. Ou seja, é necessário estar ciente que a ação profissional desencadeia consequências e que deve visar o bem comum.

Nesse âmbito destaca-se a relevância da Ética, etimologicamente derivada do grego *ethos*, que se refere ao comportamento e cujo objeto de estudo é o valor do comportamento humano. A Ética investiga a conduta humana, para responder as questões práticas referentes ao que se deve fazer, à como se deve ser e à como se deve agir.

As normas morais são questões éticas colocadas e respondidas em nível pessoal, a partir de regras de conduta baseadas na consciência moral, capazes de entender a coletividade através dos costumes e das tradições. Estas são diferentes das normas jurídicas, as quais são questões éticas colocadas pela sociedade e respondidas pelo Estado. Ou seja, são regras sociais de conduta baseadas no poder do Estado e caracterizadas pela coercibilidade.

Desde a primeira concepção ética, o Hedonismo, que discutia sobre o bem e o mal, passando pelo formalismo Kantiano, para o qual a fonte do dever é a razão humana e o bem é o cumprimento puro e simples do dever, até a compreensão da ética na sua dimensão subjetiva e objetiva, os valores morais refletem o estágio em que o homem se encontra no processo civilizatório. Para a ética subjetiva, os valores são: o gosto pessoal e o padrão social vigente, portanto, o sistema de valores não é universal. Para a ética objetiva é possível a validade de um conjunto de valores para a coletividade.

Nesse sentido, de acordo com Barroco (1996), a moral faz parte de uma necessidade prática de convívio social desde as sociedades primitivas, enquanto que a reflexão teórica sobre ela só surge com os gregos no interior do conhecimento filosófico. Esse conhecimento deu origem à ética como disciplina filosófica ou teoria sobre a moral, cabendo a ela as seguintes indagações: “o que é o bem? O que é a virtude? Qual é o significado dos valores? Quais são os fundamentos da liberdade, da justiça?”

Dessa forma, a prática moral é uma resposta às necessidades sociais que podem existir sem que se reflita teoricamente sobre ela, assim o conteúdo da reflexão ética é a própria realidade moral. Como diz Barroco (2001), “as normas e deveres não são instituídos pela teoria, mas por necessidades práticas.” Nestes termos a teoria refere-se ao entendimento desse processo, indagando sobre o seu significado e voltando à prática para contribuir com sua transformação.

Em relação às dimensões do ser social, os indivíduos têm uma dimensão singular que é voltada para o eu. No dizer de Heller (1978, p. 20), “as necessidades humanas tornam-se conscientes no indiví-

duo, sempre sob a forma do eu. O eu tem fome, sente dores (físicas ou psíquicas); no eu nascem os afetos e as paixões.” Nessa dimensão, própria da vida cotidiana, o indivíduo responde à sobrevivência, assimila hábitos, reproduz costumes, valores e normas de acordo com a sociedade à qual se vincula, sem, no entanto, ter consciência como ser universal, um ser humano genérico, porque as normas e deveres morais são incorporados mecanicamente, de forma repetitiva, espontânea. Esta repetição não pode ser chamada de práxis. A reflexão teórica e a práxis implicam uma consciência genérica, uma atitude que eleve o indivíduo para além do seu eu, possibilitando uma ação consciente das alternativas, com autonomia, com liberdade. Portanto, a ética é parte constitutiva de todas as formas de práxis, porque estas são atividades onde o indivíduo transcende a sua singularidade e eleva-se à sua universalidade.

Na Ética contemporânea incluem-se as doutrinas atuais e as que, surgidas no Séc. XIX, continuam exercendo influências hoje. No plano filosófico, apresentam-se como reação ao formalismo, ao racionalismo abstrato kantiano e ao racionalismo absoluto de Hegel. Uma tentativa de salvar o concreto em face do formal. Resgatar o homem real de sua abstração. Neste sentido, há uma reação contra o formalismo e o universalismo abstrato, o racionalismo absoluto, a fundamentação transcendente (metafísica) da ética e por outro lado, uma aceitação do homem concreto, enquanto indivíduo (KIERKEGAARD) e do homem social (MARX), a partir do reconhecimento do irracional no comportamento humano à procura da origem da ética no próprio homem. Segundo Vázquez (1982), o princípio formal básico da Ética é “a igualdade universal e a co-responsabilidade solidária de todos os seres racionais.” Para esse autor, “a ética estuda uma forma de comportamento humano que os homens julgam valioso e, além disso, obrigatório e inescapável.” (VÁZQUEZ, 1982, p. 12). Em se tratando de ética profissional, a ética não deve ser estudada apenas como objeto da ciência, cujo objeto de estudo é definido pela ciência da moral, mas, também e, principalmente, como disciplina normativa, como código de conduta no exercício profissional.

O código de ética profissional, como controle legalmente constituído pelo Estado para regulamentar a ação profissional, também apresenta uma característica peculiar quando realiza a separação entre campo do conhecimento formal (dimensão cognitiva) e do exercício profissional (dimensões normativas e organizacionais). Ao mesmo tempo em que se fundamenta no conhecimento formal específico do campo de atuação profissional possui uma autonomia em relação a este, pois se refere a outro aspecto da realidade profissional, que não se situa no âmbito da formação, mas do trabalho profissional.

Esta prerrogativa confere ao código a legitimidade para regular o profissional no processo de profissionalização e, neste sentido, induz o profissional ao compromisso com a sociedade, direcionando a ação profissional e transformando-a em um referencial para a sociedade.

O compromisso profissional com a sociedade é um norteador importante da ação profissional, que indica o foco da intervenção. Segundo Freire (1987), esse compromisso define o polo para o qual a ação se orienta e envolve a decisão lúcida e profunda de quem o assume. Nas palavras do autor “*não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão.*” (FREIRE, 1987, p.78). Dessa forma, um ato ou ação se define como compromisso quando há um engajamento com a realidade, uma preocupação em transformá-la e a condição para isso é a capacidade de agir e refletir. Além disso, há uma relação estreita entre os campos profissionais e a sociedade em que se inserem. Tais campos nascem e desenvolvem-se a partir de demandas historicamente constituídas na sociedade e, em contrapartida, contribuem, em níveis distintos, para moldá-las. O trabalho profissional não ocorre em um vácuo social. Pelo contrário, esteja onde estiver, o profissional irá se deparar com uma realidade social complexa, multifacetada, repleta de conflitos e contradições, que se manifestam por meio de desigualdades e processos de exclusão. Estas questões exigem a postura de reflexão crítica contínua sobre as práticas e suas relações no âmbito da comunidade científica e profissional, da qual fazem parte.

Dessa forma, o objetivo profissional consiste em tornar de conhecimento público e coletivo o saber adquirido pelo esforço individual.

Os profissionais se preparam para exercer atribuições específicas para a coletividade, para interagir com outros profissionais, com leigos e com recursos tecnológicos, tendo assim um ganho pessoal e profissional significativo. Ou seja, o exercício profissional projeta o indivíduo na coletividade e deste modo não há espaço para o isolamento, para apropriações do saber no nível pessoal, até porque as descobertas são frutos de transformações do que já existe, principalmente, no estágio de evolução em que se encontra o conhecimento.

Portanto, o desenvolvimento de atividades inseridas no universo de abrangência e compreensão da prática profissional é que se constituirá na efetivação da especificidade de atuação da profissão. Por isso o instrumental técnico-operativo se modifica a cada período de mudanças sociais intensas, pois embora o objeto da profissão seja o mesmo e os objetivos a serem atingidos correspondam com a evolução histórica da profissão enquanto tal, as formas de atuação na realidade e o conjunto de técnicas de domínio da profissão mudam a partir das demandas sociais, das descobertas científicas e tecnológicas e das transformações sociais de cada contexto histórico e social.

A atuação profissional envolve outros indivíduos e interfere, direta ou indiretamente, na vida social. Nestes termos, de forma genérica, não há profissões mais nobres que outras. Há especificidades profissionais que não se pode comparar em grau de inferioridade ou superioridade. Segundo Abott (1988), uma profissão não existe sem a outra, havendo um sistema de profissões.

Portanto, o que se verifica é que um mesmo problema pode necessitar da intervenção de diferentes profissionais, que em muitos casos faz-se de forma articulada no mesmo espaço ocupacional, como nos trabalhos onde estão envolvidas equipes multiprofissionais e interdisciplinares. Nestes casos, há que sincronizar as ações para obtenção de maior êxito. Por isso, nos trabalhos de prestação de serviços há uma ação integrada, porque se fundam numa inter-relação pessoal intensa, constituindo-se, segundo Merhy (2004), em um processo de “*intersecção partilhada.*” Ou seja, no processo de trabalho na saúde, por exemplo, há um compartilhamento entre trabalhadores da saúde e usuários, sendo estes coparticipantes do pro-

cesso de trabalho, na medida em que fornecem informações sobre seu estado de saúde e cumprem as recomendações terapêuticas.

Considerando que este movimento envolve vários atores sociais e uma complexidade própria da dinâmica da vida em sociedade e do constante embate pelo devir, entende-se que o trabalho profissional não se esgota em si mesmo, nem se modifica naturalmente, acompanhando o processo histórico no qual está envolvido. Por isso que as formas de atuação vão sendo modificadas de variados modos nos diferentes espaços de intervenção profissional. Há atuações que se desenvolvem com desempenho satisfatório e atingem metas estabelecidas. É preciso desenvolver estratégias exitosas e realizar práticas que permitam a obtenção dos resultados esperados. Não há fórmulas prontas para desenvolver a ação profissional, mas há um conjunto de componentes indispensáveis ao exercício profissional.

Inicialmente, é preciso ter princípios claros e posições definidas. Sem um posicionamento ético-político não se consegue ancorar os fundamentos teórico-metodológicos, imprescindíveis a um bom desempenho profissional. Depois é necessário combinar esses fundamentos e esse posicionamento com um instrumental técnico-operativo compatível, capaz de extrair resultados da intervenção. A prática não deve ser desenvolvida sem que o profissional tenha clareza dos objetivos a serem atingidos e das ações que permitirão a execução das metas propostas. Quando se tem clareza disso, a intervenção tende a ser bem sucedida, possibilitando o reconhecimento da profissão. Do contrário, a prática profissional é desenvolvida mecanicamente, sem reflexão sobre a sua importância, utilizando-se de técnicas que não correspondem à demanda posta e, portanto, prescindíveis no espaço profissional; ou até mesmo descartáveis. Descobrir a forma mais eficaz de realizar a prática profissional não é uma façanha que se encerra nela mesma, pois implica um constante repensar e refazer a prática. O exercício profissional se constitui como uma práxis, na qual interagem outros atores sociais, no mesmo espaço de intervenção profissional e no âmbito mais amplo de inserção social. Portanto não é uma tarefa fácil, nem tampouco algo que se aprende exclusivamente na universidade.

O aprendizado pós-formatura é uma característica comum às diversas profissões das diversas áreas, pois o exercício profissional se constrói na ação interventiva. A antecipação teórica permite o direcionamento da prática; as ponderações a partir do conhecimento das práticas anteriores; a escolha e utilização do instrumental técnico-operativo e de material adequado; a elucidação dos desafios a serem enfrentados; o cotejamento de informações nas decisões a serem tomadas; enfim, compõe parte integrante do exercício profissional em toda sua dimensão. Ressalte-se que é apenas parte do processo e como tal só se completa na prática.

[...] a teoria emerge da prática e a ela retorna. A natureza se revela a nós pela prática, pela experiência; e tão-somente pela prática é que a dominamos de modo efetivo. A prática, portanto, é um momento de toda teoria: momento primeiro e último, imediato inicial e retorno ao imediato. E, vice-versa, a teoria é um momento da prática desenvolvida, daquela que supera a simples satisfação dos carecimentos imediatos (LEFEBVRE, 1983, p. 235).

Portanto, teoria e prática se imbricam dialeticamente e existem nesta relação de interdependência e complementaridade em qualquer área do conhecimento. Saber discernir cada coisa é utilizar-se do aproveitamento inteligente do conhecimento teórico e prático acumulado. Isto é fundamental, para que não se incorra em desgastes desnecessários, que muitas vezes transformam-se em dilemas insolúveis e crescentes, fugindo ao controle do profissional e criando situações que dificultam a execução das atividades e o bom relacionamento entre as partes envolvidas. Para que haja maior aproveitamento das perspectivas de trabalho com outros profissionais e a colaboração de demais interlocutores é imprescindível existir espaços e momentos constantes de reflexão coletiva do fazer profissional.

Nesse sentido, a profissão se projeta para além de suas especificidades e só então a mudança cultural será processada de fato, pois o conceito que se tem de uma prática profissional não é algo endógeno à profissão, a qual só adquire consistência quando passa a ser entendida, respeitada e valorizada pela coletividade que com-

põe o universo da inserção profissional. Esta valorização também passa pela credibilidade adquirida pela profissão quando se torna indispensável à dinâmica institucional e/ou processual em que se desenvolve.

A ÉTICA PROFISSIONAL E O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL

Na história do Serviço Social, a ética profissional, a partir de 1968, aproximou-se do movimento político, fundamentado nas interpretações das ideias de Gramsci e Althusser, influenciando a postura do Assistente Social e fazendo-o entender-se como o próprio “*intelectual orgânico*” (GRAMSCI, 1982) em luta contra os “*aparelhos ideológicos do Estado*” (ALTHUSSER, 1883), simplificando assim, a questão ética, que de forma imediata passou a ser expressão dos interesses de classe. Essa posição conduzia à luta contra a prática institucional e à negação dos espaços constituídos de intervenção profissional da categoria. Um dos aspectos positivos dessa dinâmica foi a ampliação do campo de atuação profissional e o aprofundamento da reflexão acerca do compromisso social da profissão em foco.

O rompimento com a visão de que a moral é neutra, que não expressa os interesses de classes e que não há uma moral comum a todos os homens, efetivou-se em 1993 com o entendimento contido no código de ética em vigor. Sob esse novo ângulo a ética e os valores ascenderam ao nível do humano-genérico trazendo, assim, um redirecionamento da prática da/o Assistente Social. É por isso, que o código de ética profissional da/o Assistente Social é entendido no contexto de um projeto societário e define-se como projeto ético-político. Segundo Netto,

Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas

de sua realização com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas (entre estas, também e destacadamente com o Estado, ao qual coube, historicamente, o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais). (NETTO, 1999, p. 95).

É nesse projeto profissional e com essa consciência profissional que devem ser conduzidos o processo formativo e a prática do Serviço Social. As dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política (GUERRA, 2007) compõem a formação e o exercício profissional. Estão imbricadas nesse processo e não se dissociam umas das outras, se expressam concomitante e mutuamente, mesmo quando uma dessas faces tridimensionais se evidencia na prática em execução. Embora se constituam em formas diversas, constituem uma indissociabilidade entre si.

Dessa forma, a “*compreensão da ética*” compõe um dos princípios que perpassa a formação, constante no Código de Ética em vigor, parâmetro normativo para a ação profissional. O projeto da categoria se esboça como projeto ético-político e desenha a trajetória da profissão, definindo seu posicionamento, professado e assumido na formação e no exercício profissional. Este projeto se configura nos documentos estruturantes do Serviço Social, embora transcenda a materialidade desses instrumentos de formalização da profissão no âmbito regulatório, constituídos pela Lei de Regulamentação da profissão (Lei nº 8.662/93), pelo Código de Ética Profissional (1993) e pelas Diretrizes Curriculares/ABEPSS (1996).

O compromisso ético-político da prática profissional tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central. A liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. A dimensão ético-política é um atributo da prática, visto que a ação é que pode ser configurada ou não de forma ética. O compromisso ético-político significa a concordância voluntária a determinados padrões de

conduta considerados adequados pelo coletivo. Isso implica, como conduta prévia, uma identificação e compartilhamento de valores e referenciais teórico-metodológicos com um coletivo profissional e uma adesão aos preceitos éticos presentes no código de ética da profissão. Essa adesão deve estar associada à prática profissional correspondente. Afinal, a defesa dos princípios e valores éticos da liberdade, autonomia, emancipação, dignidade, igualdade, humanidade, equidade, justiça social, cidadania, direitos humanos, direitos sociais, democracia; ou a recusa e combate à opressão, à violência, à discriminação, ao preconceito, são consensos construídos socialmente, referendados pelo coletivo profissional e consolidados no campo do saber correspondente. Daí a necessidade de vinculação a esse coletivo profissional, que é disperso e diverso, mas desenvolve ações baseadas nas normas e orientadas por uma direção social da profissão. A centralidade que o mundo dos negócios e das empresas ocupa na vida social contemporânea impõe que reflexões sobre a ética sejam incentivadas como condição para a criação de um mundo social propiciador de práticas e relações no trabalho eticamente saudáveis.

Portanto, a construção de um projeto profissional não é algo definido apenas pela racionalidade ou no âmbito do pensamento, mas também e, principalmente, na ação. Assim sendo, as reflexões contidas neste texto possibilitam o entendimento da Ética não como um conceito filosófico distante da realidade concreta, mas como uma das dimensões específicas da ação profissional, objetivada, transformada e consolidada a partir das demandas e respostas éticas construídas em função das necessidades sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muito há a ser feito nesse contexto de distorção que perpassa o mundo midiático e real. Distorção dos fatos, dos valores, da noção de humanidade, dos conceitos, da moral, dos preceitos, da razão, dos sentidos, dos conhecimentos, da ciência, das profissões. O culto

à mediocridade, ao fundamentalismo, ao desrespeito pela condição humana, que coloniza o poder político e cultural chega a um estágio de escárnio e indignação. O que fazer? Assim como Brumadinho-MG (2019), a sociedade está imersa em lamaçal de rejeito e excrecência, derramados no rastro de destruição proporcionado pela prática predatória do capitalismo em curso. Como sair desse lamaçal de irresponsabilidade, desfaçatez, cinismo, boçalidade, exploração, extorsão e desrespeito, que representa a moral capitalista, em sua busca insaciável do lucro e da apropriação privada da riqueza socialmente produzida? Como resistir a essa enxurrada de contrassensos e de retrocessos, que invadem a nossa existência? Como fazer frente a desautorização dos saberes, que são patrimônio dos nossos campos de conhecimento? Com certeza o esforço será redobrado e a afirmação e reafirmação dos princípios e valores da humanidade serão um imperativo.

Essa discussão é oportuna nesse contexto, visto que a ética vincula-se aos diversos aspectos da vida social e configura-se como um campo de reflexão fecundo na compreensão da totalidade social. Considerando o posicionamento que embasa as ações como uma de suas dimensões, pode-se afirmar que está presente nas várias formas de práxis, as quais são passíveis de compreensão por esse enfoque analítico. Neste sentido, possui um valioso potencial explicativo sobre a realidade. Pois a vida cotidiana não se define na sucessão temporal de aurora e ocaso, numa rotina cronometrada, que parece não ter interferências, nem fim. Mas é uma sucessão de ações e práticas, que realizadas em determinado espaço temporal, constituem a história de uma dada sociedade. No entanto, embora a ética seja fundamental e esteja presente em todas as formas de práxis social, não pode resumir todos os aspectos da vida social porque não é o único componente de compreensão e de atuação em determinada realidade. É um dos elementos que pode ser compreendido a partir de suas particularidades, entre estas a relação entre ética e moral. A moral como prática dos indivíduos em sua singularidade e a ética como reflexão teórica e como ação livre voltada ao humano

genérico, o gênero humano, ao qual pertencemos. Já a reflexão ética, como outra particularidade em destaque para a compreensão da ética, possibilita a crítica da moral dominante pelo desvendamento de seus significados socio-históricos.

A norma é legitimada na vida coletiva e passa a ser fruto de de-liberação individual, quando se adquire consciência crítica do seu significado, se conhecem as alternativas e se têm condições sociais para intervir na sua elaboração e/ ou transformação. Essa adesão consciente à norma supõe a autonomia diante das escolhas morais e sua realização objetiva supõe a unidade entre a ética e a política, o que se faz no campo dos conflitos, na prática cotidiana e, portanto, demanda um posicionamento de valor.

No nível da prática profissional não existem ações pessoais, mas ação profissional, de responsabilidade coletiva e pública, implicando em compromisso social da categoria, que é representada pelas suas entidades e pelo código de ética. É por isso que compõe o debate da ética profissional uma reflexão sobre a responsabilidade da ação profissional, reconhecendo a moral profissional como de domínio público, determinando punições aos profissionais que descumprem os preceitos dos seus respectivos códigos e afrontam a moral social. A discussão da ética caracteriza-se pela possibilidade de fundamentar o enfrentamento das determinações do mercado, no sentido de surgir como um contraponto à mercantilização irracional da ciência, da tecnologia, do saber, através principalmente da apropriação mercantil da prática profissional especializada.

Portanto, é necessário o entendimento da questão ética como essencial à discussão das profissões, não apenas no que se refere aos aspectos reguladores e punitivos dos respectivos códigos de ética profissional, mas no seu potencial para suscitar a reflexão sobre o padrão civilizatório, que a humanidade quer construir para si. "*Não é na resignação, mas na rebeldia em face das injustiças que nos afirmaremos.*" (FREIRE, 1996, p. 87). Haveremos de fazer resistência, antes que seja ceifada nossa existência!

REFERÊNCIAS

- ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social: com base no currículo mínimo aprovado em assembleia geral extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf. Acesso em: 20 jan. 2019.
- ABOTT, A. *The system of professions: an essay of the division of expert labor*. Chicago: Chicago University Press, 1988.
- ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos de Estado*, Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- BARBOSA, M. L. *A sociologia das profissões: em torno da legitimidade de um objeto*, Rio de Janeiro, 1993.
- BARBOSA, M. L. de O. As profissões no Brasil e sua sociologia. Dados: Revista das Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 46, n. 3, p.593-607, 2003. Disponível em: <goo.gl/XNVPfn>. Acesso em: 20 set. 2014.
- BARROCO, M. L. S. *Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos*, São Paulo, Cortez, 2001.
- _____. Bases Filosóficas para uma Reflexão sobre Ética e Serviço Social. In: BONETTI, D. A. et al (orgs). *Serviço Social e Ética: convite a uma nova práxis*. São Paulo, Cortez, 1996.
- BASTOS, A. V. B.; YAMAMOTO, O. H. e RODRIGUES, A. C. de A. Compromisso social e ético: desafios para a atuação em Psicologia Organizacional e do Trabalho In: BORGES, L. O. e MOURÃO, L. (Orgs). *O Trabalho e as Organizações: atuações a partir da Psicologia*. São Paulo: Artmed, 2013.
- BRASIL. Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10ª ed. rev. e atualizada. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 20 jan. 2019.

CARR-SAUNDERS, A M. e WILSON, PA, In: SELIGMAN, Erwin (ed) *Encyclopedia of the Social Sciences*. New York: MacMillan, v.11, 1937.

COMTE, A. “Catecismo positivista”. In: *Comte - Durkheim*. Coleção “Os Pensadores”. São Paulo, Abril, 1993.

DURKHEIM, É. *Da divisão social do trabalho*, 2ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FREIDSON, E. *Professional Powers: a study of the institutionalization of formal knowledge*. Chicago: Chicago University Press. 1988.

_____. *O renascimento do profissionalismo*. São Paulo, Edusp, 1998.

_____. Para uma análise comparada das profissões: a institucionalização do discurso e do conhecimento formal. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, 1996.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 17ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 5ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GUERRA, Y. A Instrumentalidade do Serviço Social. 5ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*, 4ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

HELLER, A. *La teoría de las necesidades en Marx*. Barcelona, Ediciones 62, 1978.

LEFEBVRE, H. *Lógica formal/lógica dialética*, 3ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos – Terceiro Manuscrito*. In: Marx. Coleção “Os Pensadores”, 5ª ed., São Paulo: Nova Cultural, 1991.

MERTON, R. *Sociologia: teoria e estrutura*. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

MERHY, E. E. O Ato de Cuidar: a Alma dos Serviços de Saúde. In: Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. Ver – SUS Brasil: cadernos de textos. Série B. Textos

Básicos de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2004, p.108-137.

NETTO, J. P. “A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea”. In: *Capacitação em Serviço Social e política social: crise contemporânea, questão social e Serviço Social*, módulo 1. Brasília: CEAD/UnB- CFESS-ABEPSS, 1999.

PARSONS, Talcott. *Ensayos de teoría sociológica*. Buenos Aires: Paidós, 1967.

SARFATTI-LARSON, M. S. *The rise of professionalism: a sociological analysis*. Berkeley, Londres: University of California Press, 1979.

SIMÕES, C. *Curso de Direito do Serviço Social*. 2ª ed. rev. e atualizada. São Paulo: Cortez, 2008.

STARR, P. *The Social Transformation of American Medicine*. New York, Basic Books, Inc, Publishers. 1982.

VÁZQUEZ, A. S. *Ética*. 5ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982.

_____. *Entre a realidade e a utopia: ensaios sobre política, moral e socialismo*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2001.

WEBER, M. *Economia e Sociedade*, v.2, Brasília: UNB, 1999.

Helena Lúcia Augusto Chaves

Professora da Graduação e da Pós-Graduação em Serviço Social da UFPE e Doutora em Sociologia pela UFPE.
helena.chaves@gmail.com

Os espaços de diálogos entre docentes como defesa da formação profissional crítica

The areas of dialogue between teachers
as a defense of critical professional training

Priscila Keiko Cossual Sakurada

RESUMO

Considerando que as reconfigurações capitalistas irão impor obstáculos ao projeto de formação profissional crítico, buscou-se neste artigo apresentar os resultados da pesquisa desta autora sobre o campo da formação profissional, a partir dos relatos das docentes dos cursos de graduação do Rio de Janeiro. Para tal, realizou-se uma revisão bibliográfica sobre as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, seguida dos elementos pontuados pelas docentes. Entre os elementos identificados, observou-se que no cotidiano docente os professores não têm dialogado sobre suas propostas pedagógicas de formação profissional.

PALAVRAS-CHAVE

Serviço Social. Formação Profissional. Diretrizes Curriculares.

ABSTRACT

Considering that the capitalist reconfigurations will impose obstacles to the project of critical professional training, this article intends to present the results of the author's research on the field of professional training, based on the reports of professors of the undergraduate courses in Rio de Janeiro. For this purpose, a bibliographic review was carried out on the ABEPSS Curriculum Guidelines, followed by the elements pointed out by professors. Among the identified elements, it was observed that in the daily teaching professors have not been dialoguing on their pedagogical proposals of professional training.

KEYWORDS

Social Work. Professional Training. Curriculum Guidelines.

Recebido em 29.01.2019

Aprovado em 29.04.2019

INTRODUÇÃO

A partir da pesquisa realizada no doutorado, propõe-se neste artigo apresentar uma parte dos resultados obtidos, buscando contribuir com o debate da formação profissional do Serviço Social.

Entendendo que as reconfigurações capitalistas atuais impõem diversos obstáculos para a defesa e expressão da proposta de profissão contida no Projeto Ético-Político, foram recuperados os elementos centrais que irão contribuir para a construção das Diretrizes Curriculares propostas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), bem como as reconfigurações do capitalismo contemporâneo.

Em seguida, apresentou-se parte dos resultados alcançados na pesquisa, que contou com a participação de assistentes sociais docentes que estão responsáveis por ministrar disciplinas na graduação do Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional.

Com base nas respostas obtidas pelas assistentes sociais, pôde-se identificar que os determinantes do modo de produção e reprodução capitalistas se fazem presentes nos mais diferenciados níveis, sendo que, para este artigo, o foco é a problemática da redução dos espaços de diálogos entre os docentes na formação profissional.

Nas considerações finais propõem-se algumas reflexões sobre a importância desses espaços coletivos de diálogos.

A PROPOSTA DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL CRÍTICA DO SERVIÇO SOCIAL

Em 2019, as Diretrizes Curriculares propostas pela ABEPSS completarão 23 anos, desde a apresentação da sua proposta de formação profissional do Serviço Social.

Acompanhando todo o processo de amadurecimento profissional, as Diretrizes da ABEPSS propostas em 1996 expressam o reconhecimento do Serviço Social enquanto uma categoria profissional requisitada nas relações sociais capitalistas em sua fase madura na

divisão social e técnica do trabalho, no que tange ao enfrentamento das expressões da Questão Social (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009; NETTO, 2006; NETTO, 2011).

Ainda que na década de 1990 tenha ocorrido a incorporação da proposta de formação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, foi somente a partir do ano de 2001, com a aprovação das novas diretrizes para os cursos de Serviço Social pelo Ministério da Educação (MEC), que passou a vigorar uma nova proposta para a formação profissional. Como já abordado por Iamamoto (2011), as novas Diretrizes aprovadas pelo MEC são distintas daquelas construídas por parte da categoria via oficinas da ABEPSS no período de 1993-1996 e encaminhadas pela equipe técnica.

Apesar dos embates entre exigência legal-jurídica e defesa de um projeto de profissão, que se articulam com os princípios do Código de Ética de 1993 e a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662/1993), a categoria ao longo dos anos 2000 conseguiu, especialmente nas Unidades de Formação Acadêmica (UFA's), garantir a expressão das Diretrizes da ABEPSS em seus Projetos Político-Pedagógicos dos cursos de Serviço Social.

Com efeito, o que se viu foram formações profissionais que traziam para dentro do processo político-pedagógico a necessidade de garantir, não apenas uma formação capaz de responder às necessidades do mercado de trabalho, mas uma formação humanística e crítica que se vinculasse à defesa de um ensino superior pautado na articulação entre ensino, pesquisa e extensão, colocando-se como um lugar capaz de propiciar a formação de sujeitos profissionais comprometidos com a defesa de um projeto de sociedade radicalmente diferente do posto, superando o viés imediatista de uma intervenção minimalista, focalizada no atendimento de demandas imediatas e fragmentadas.

Assim, a proposta de formação profissional que passou a ser desenvolvida no Serviço Social, orientada pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, colocava como necessário que se articulassem e incorporassem os princípios norteadores do projeto profissional – deno-

minado Projeto Ético-Político -, de forma a garantir que o fundamento ontológico-social do trabalho na produção e reprodução do ser social enquanto humano-genérico, propiciasse o entendimento das determinações sociais do surgimento e trabalho do assistente social, o que significaria também, criar e recriar valores éticos, morais e políticos quanto ao papel interventivo da profissão na realidade social (IAMAMOTO, 2011; ORTIZ, 2007).

Isso exigiu daqueles sujeitos que ocupavam os espaços de formação se debruçar sobre os clássicos da economia-política, da filosofia, da antropologia, da psicologia, das ciências sociais, da formação social brasileira, bem como as produções teóricas (com destaque as marxistas), sobre a interpretação histórica e teórico-metodológica do Serviço Social nas relações sociais capitalistas monopolistas (NETTO, 2005).

Havia uma necessidade fundamental de garantir, ao novo corpo de profissionais que se formariam, o entendimento de que o Serviço Social não se constituía como evolução da caridade/filantropia, muito menos se tratava de um trabalho desinteressado e neutro. Mas que se tratava de uma profissão com formação especializada, inscrita na divisão social e técnica do trabalho, sendo o seu trabalho permeado por escolhas éticas e políticas circunscritas nas contradições entre as demandas e requisições sociais das classes nas respostas do Estado às expressões da Questão Social na dinâmica das relações sociais (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009; IAMAMOTO, 2011).

Cabe destacar também que este amadurecimento teve como contributo o surgimento de cursos de Pós-Graduação na área de Serviço Social a partir da década de 1970 em diante (NETTO, 2005), que, diretamente, propiciou a produção de novas pesquisas, em especial no campo das políticas sociais setoriais de saúde, assistência e previdência, estudos sobre as relações sociais de classes no Brasil, trabalho e formação profissional, mundialização do capitalismo, entre outras temáticas.

Esse amadurecimento, que ocorre atravessado pelas novas determinações de classes que são colocadas para o Serviço Social

enquanto profissão, irá sofrer diversos ataques em decorrência das reconfigurações que o capitalismo assumirá no país já na década de 1990 com a tríade ideologia neoliberal, acumulação flexível e reestruturação do mundo do trabalho (HARVEY, 2012; IAMAMOTO, 2011).

No âmbito da formação profissional brasileira, essa tríade se fez acompanhada de uma contrarreforma do Estado (BEHRING, 2008) que, juntamente com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, possibilitou a ampliação de instituições privadas de educação superior sob modalidades de ensino distintas do ensino presencial e organização administrativa universitária, rompendo com a lógica do tripé ensino, pesquisa e extensão.

Ademais, as contrarreformas operadas nas universidades públicas se fizeram a partir do modelo de gerenciamento baseado na lógica do produtivismo, redução de recursos humanos, polivalência, multitarefas, captação de recursos por meio de parcerias públicas x privadas, operacionalizando o avanço do projeto de educação capitalista que coloca, neste nível de educação, a função de servir aos interesses privados da burguesia na preparação de mão de obra (e produção de um exército industrial de reserva qualificado), bem como o redirecionamento das produções científicas, a partir de seus financiamentos (ANTUNES; PINTO, 2017; LIMA, 2007; PEREIRA, 2007).

Contudo, cabe destacar que, na contramão desse projeto, também se têm experimentado resistências a este projeto de educação por diversos segmentos que compõem a comunidade acadêmica, com destaque para o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), Federação de Sindicatos dos Trabalhadores em Universidades Brasileiras (FASUBRA), Assembleia Nacional de Estudantes Livres (ANEL), Central Sindical Popular (CSP-Conlutas), Sindicato Nacional de Servidores Federais da Educação Básica (SINASEFE), e oposição de esquerda da União Nacional de Estudantes (UNE).

Ao longo destes últimos anos, essas entidades têm realizado diversas ações de denúncias e enfrentamento sobre o direcionamento dos recursos públicos para o atendimento dos interesses do merca-

do privado de educação, cortes financeiros para a manutenção das universidades públicas, ataques à autonomia universitária, privatizações internas operadas via parceria público-privada, e, mais recentemente, o congelamento dos recursos públicos destinados às políticas sociais com a Emenda Constitucional nº 95 (BRASIL, 2016), que instituiu um novo Regime Fiscal, congelando por 20 anos as despesas do Governo Federal.

Na esfera do Serviço Social, os anos 2000 foram marcados também pela organização das entidades da categoria na defesa de uma formação profissional de qualidade. Em associação com as pautas mais gerais das entidades em defesa da educação pública, a ABEPSS, juntamente com o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS's) e Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), tem realizado diversas ações de enfrentamento ao desmonte do ensino presencial e da universidade. As lutas travadas no campo da formação profissional têm se direcionado na unidade entre profissão e realidade, articulando ensino, pesquisa e extensão, a partir de um rigor teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, com destaque para a dimensão investigativa e interventiva como forma de fomentar a efetivação de um trabalho profissional capaz de sustentar o Projeto Ético-Político (ABESS/CEDEPSS, 1997; SANTOS, 2006; ORTIZ, 2007).

Assim, considerando essa realidade, identifica-se a necessidade de entender como os elementos estruturantes do modo de produção e reprodução capitalista atravessam a formação profissional do Serviço Social, uma vez que o cotidiano do trabalho docente nas Unidades de Formação Acadêmicas (UFA's) ajuda a entender quais são os desafios e disputas que essa realidade coloca para a defesa do projeto profissional crítico.

APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Conforme já mencionado, a década de 1990 representou para o Serviço Social um avanço na expressão do Projeto Ético-Político, que,

articulado às experiências organizativas da categoria nas diversas esferas da participação político-social, colocava como necessidade que a profissão assumisse o seu compromisso com a defesa dos direitos e luta da classe trabalhadora. Contudo, foi também a partir daquela década que a classe trabalhadora brasileira passou a sentir os primeiros ataques aos seus direitos duramente conquistados e que, em certa medida, haviam sido assegurados na Constituição Federal de 1988.

Fundamentalmente, esses ataques, que prosseguiram nos anos 2000 em diante, irão reatualizar velhas práticas direcionadas às frações subalternas da classe trabalhadora, operando, agora, sob uma lógica combinada de privatização das funções públicas do Estado com o estabelecimento do controle sobre as expressões da Questão Social via responsabilização pontual e fragmentada do setor denominado sociedade civil, subvertendo direitos sociais em serviços sociais.

No campo da cultura e educação, o que se observa com as contrarreformas do Estado (BEHRING, 2008) são políticas pautadas em uma lógica mercantil de consumismo, reforço da meritocracia, imediatismo e subjetivação individual que, por consequência, propiciarão a redução da importância dos espaços coletivos de diálogo, crítica, pluralismo, bem como a supressão da necessidade de mediar o real concreto com os conhecimentos já acumulados pelo homem no campo da Ciência.

Assim, partindo do real concreto, foi realizada uma pesquisa que buscou identificar de que maneira as determinações estruturais e conjunturais do capitalismo contemporâneo incidiam no campo da formação profissional do Serviço Social.

Utilizando-se do método investigativo dialético marxista, foi efetuada uma revisão bibliográfica sobre o campo das relações sociais, com destaque para a articulação entre educação e categoria trabalho, as características principais da educação superior no Brasil e a construção do projeto de formação profissional em voga, junto de uma pesquisa com as assistentes sociais docentes do Rio de Janeiro que estão responsáveis por ministrar disciplinas do Núcleo de

Fundamentação do Trabalho Profissional (NFTP) na graduação, a partir do que está proposto nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996.

A escolha pelas assistentes sociais docentes responsáveis por ministrar disciplinas do NFTP se deu em razão de se considerar este o Núcleo que irá abordar as particularidades do trabalho do assistente social em detrimento das outras profissões. O objetivo da pesquisa consistia em identificar, conforme realidade das assistentes sociais docentes, quais eram as dificuldades encontradas no processo formativo da graduação sobre o conteúdo do Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional. Isso porque, o que se tem observado é que há uma dificuldade por parte dos estudantes de Serviço Social em determinar o que é o Serviço Social.

Para realizar essa tarefa, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) da Universidade Federal do Rio de Janeiro e, após sua posterior aprovação, deu-se início às participações na pesquisa.

Visando identificar quais eram os elementos estruturais e conjunturais do modo de produção e reprodução capitalistas que incidiam no processo formativo do Serviço Social, foram convidadas por e-mail 103 assistentes sociais docentes do Rio de Janeiro de 8 UFA's presenciais, para responderem um questionário on-line na Plataforma Google Formulários, que ficou disponível para acesso durante 4 (quatro) meses. A fim de realizar este convite, buscaram-se nos sites das UFA's as docentes responsáveis pelos conteúdos do NFTP e também se solicitou aos departamentos dos cursos a listagem com contato de e-mail das docentes.

O questionário possuía 63 perguntas, entre abertas e fechadas, que pretendiam, por meio das respostas das assistentes sociais docentes, identificar os influxos do projeto de educação capitalista na formação profissional e no trabalho docente em Serviço Social, de maneira que se pudesse verificar quais eram as dificuldades encontradas em desdobrar os componentes curriculares das Diretrizes da ABEPSS, garantindo, assim, uma formação profissional pautada no perfil profissional defendido no Projeto Ético-Político.

Cabe destacar que em nenhum momento foi solicitada a identificação nominal da participante e nem da UFA. Para analisar se as diferentes realidades de trabalhos profissionais influenciavam diretamente, foi solicitada apenas a identificação do vínculo profissional. Tendo como objetivo identificar qual a realidade da formação profissional a partir do NFTP, não era de interesse fazer quaisquer distinções entre Instituição Pública ou Privada, ao contrário, buscou-se, inclusive, identificar quais eram os pontos de convergências dos influxos do projeto de educação capitalista que se expressavam no campo da formação profissional dos cursos de graduação do Serviço Social presencial.

Após o prazo de coleta de pesquisa, alcançou-se o retorno de 45 assistentes sociais docentes, garantindo uma porcentagem de 43,7% de participantes. Ainda que num primeiro momento o número de retorno tenha sido abaixo de 50%, as respostas obtidas apontaram elementos que já haviam sido identificados em pesquisa realizada pela ABEPSS em 2008 (ABEPSS, 2008) enquanto elementos recorrentes na formação profissional do Serviço Social, bem como foram identificados novos elementos que estão articulados com a reprodução ideológica contemporânea.

Considerando o limite estrutural deste artigo, focar-se-á em um elemento que, ao longo da pesquisa se destacou, a respeito da maneira como é desenvolvido o processo formativo nas Unidades de Formação Acadêmica do Serviço Social. Assim, como escolha metodológica, apresentar-se-á inicialmente qual é o perfil das participantes da pesquisa, seguido do elemento que se considerou importante para pensar a defesa do projeto profissional.

A partir dos dados coletados obteve-se o seguinte perfil de participantes: 75,6% do gênero feminino, 24,4% do gênero masculino, 22,2% de docentes na faixa etária de 56 a 65 anos, 26,7% de 46 a 55 anos, 44,4% de 36 a 45 anos e 6,7% de 26 a 35 anos.

No que tange ao tempo de docência no Serviço Social, 20% informaram possuir mais de 20 anos, 51,1% possuem de 11 a 20 anos, 13,3% de 8 a 10 anos, 11,1% de 4 a 7 anos e 4,4% de 1 a 3 anos.

Das 45 docentes que hoje desenvolvem atividades acadêmicas

na graduação, 36 informaram que possuem título de doutora, sendo 18 com titulação na área do Serviço Social. Todas informaram possuir mestrado, sendo 27 formadas na área de Serviço Social. As IES em que se pós-graduaram em Serviço Social são Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ).

Em se tratando de vínculo empregatício, 51,1% das docentes possuem vínculo estatutário federal, seguido de 24,4% de estatutário estadual, 20% em regime de trabalho via CLT e 4,4% em Contrato por Tempo Determinado. Quanto à carga horária de trabalho, 84,4% destas profissionais informaram possuir carga horária semanal de 40 horas, seguido de 8,9% com carga horária de 20 horas, 4,4% com carga horária menor que 12h e 2,2% com carga horária de 30 horas. Das 45 participantes, 93,3% informaram dispor de tempo para preparar aula e 6,7% informaram que não possuem esse recurso.

A respeito do desenvolvimento do processo formativo, especialmente sobre a articulação entre os três núcleos de fundamentação propostos pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, foi mencionado pelas participantes que há uma dificuldade em realizar essa articulação, seja nos espaços coletivos das UFA's, seja por iniciativas entre os profissionais.

Nas perguntas direcionadas ao desenvolvimento do Projeto Político-Pedagógico do Curso, observou-se uma tendência de que o momento de discussões sobre a proposta de formação profissional e desenvolvimento pedagógico estão restritos às reuniões do Núcleo Docente Estruturante (NDE), Colegiado de Cursos e Plenárias Departamentais, sendo mínima a existência da proposta pedagógica que será aplicada pelos docentes que compõem os três núcleos de fundamentos, por docentes responsáveis pelo NFTP e daqueles que estão incumbidos de ministrar disciplinas para o mesmo período acadêmico.

Apesar de 68,9% afirmarem que existem discussões sobre o desenvolvimento pedagógico nas suas UFA's, no que concerne o desenvolvimento das atividades acadêmicas, quando se consideraram

as outras respostas fornecidas, percebeu-se que há um desconhecimento sobre o que o outro docente produz, como desenvolve as atividades acadêmicas e se a atividade docente desempenhada está articulada com o Projeto Político-Pedagógico do curso.

Esses elementos foram expressos por falas como da Docente 39: “Dependerá da perspectiva do professor que leciona a disciplina”, e da Docente 23: “poderia ser melhor concretizada, com maior ‘conversa’ entre as disciplinas e docentes”.

Essa dificuldade em concretizar espaços realmente coletivos, irá também se somar às concepções distintas de autonomia docente. A partir das respostas obtidas das docentes, percebeu-se que há interpretações diversas para o que se considera autonomia docente. Se por um lado, houve docentes que pontuaram que a autonomia docente, assim como em qualquer outro espaço de trabalho, é sempre relativa, devendo ser respeitadas as ementas e o direcionamento político-pedagógico do curso, houve aquelas que destacaram a autonomia como uma conquista individual em decorrência dos anos de trabalho, restrita à relação professor-aluno.

Conforme pontuado pela Docente 35, existe uma resistência de “alguns professores em achar que sua autonomia acadêmica é sinônimo de não ser questionado na sua dinâmica de trabalho acadêmico”. Este tipo de concepção, conforme Docente 41, exige a necessidade de “construir estratégias que coletivizem a responsabilidade pela formação profissional. Não é possível confundir autonomia com o fato de cada professor fazer o que quiser”.

Sabe-se que a autonomia de qualquer trabalhador é sempre relativa, especialmente se for levado em conta que se trata de uma relação de venda da força de trabalho a partir de demandas específicas do empregador. Ao mesmo tempo, é relativa porque é no exercício profissional que os sujeitos realizam as escolhas dos instrumentos, técnicas e teorias que irão embasar a direção ético-política de sua intervenção.

Desta feita, a autonomia relativa, ao mesmo tempo em que possibilita ao trabalhador conferir uma identidade profissional, implica

também no reconhecimento de sua responsabilidade na atividade desempenhada. Ou seja, não se trata apenas da liberdade em como desenvolver o trabalho, mas sob quais perspectivas teórico-metodológicas e ético-políticas será conduzido. Isso significa mais do que fazer e como fazer, se trata também do por que fazer e para que fazer, pois,

Se, por um lado, pode-se pensar que cada professor contribui mais com a formação do aluno ao adotar interlocutores por ele conhecidos, por outro, se cada um ficar restrito a essa possibilidade, o conteúdo da disciplina pode ser desvirtuado e o curso, em alguma medida, pode perder a sua unidade (TAVARES, 2008, p. 81).

Nas respostas destacadas, pôde-se observar a presença de uma autonomia distorcida, que tende a desvincular a atividade desempenhada em sala de aula de questões mais abrangentes como a proposta pedagógica do curso e a relação formação e atuação profissional enquanto expressão de um projeto de profissão. Acredita-se, em certa medida, que a autonomia distorcida esteja vinculada à reprodução da cátedra que confere certo grau de elitização e divisão do trabalho, contribuindo, desta forma, para reforçar, ideologicamente, os interesses das frações dominantes e seu projeto de educação, ao passo que distancia a universidade da sociedade.

A partir dos estudos produzidos por Coutinho (2010), observa-se que os influxos da reprodução capitalista têm colocado para a formação profissional uma racionalidade burocrática que submete a compreensão do real por meio de uma simples formalidade, como se a realidade concreta da educação fosse algo pré-estabelecido e que limitasse o sujeito de criar alternativas para modificá-la (COUTINHO, 2010).

Somado a isso, não há como falar do processo formativo sem levar em consideração como se constitui a divisão do trabalho no capitalismo, que, por meio da pragmática de especialização fragmentada, tem conduzido a conhecimentos que não se socializam (ANTUNES; PINTO, 2017).

Esta questão afeta diretamente o processo de formação profissional, uma vez que não é possível precisar como as atividades são

desenvolvidas no cotidiano. Isto porque, apesar de 68,9% afirmarem que existem discussões sobre o processo pedagógico nas suas UFA's, no que concerne ao desenvolvimento das atividades acadêmicas, o que foi observado na pesquisa é que esses espaços não têm propiciado, de forma satisfatória, construções pedagógicas capazes de articular os momentos de idealização das propostas com a sua implementação no cotidiano do período letivo.

Destaca-se esse elemento, pois conforme relatado pelas docentes, há também a ocorrência de mudanças significativas no perfil discente, que tem apresentado dificuldades em período anterior ao ingresso no ensino superior. Sabe-se que estas dificuldades estão diretamente relacionadas com o conjunto de medidas adotadas nas políticas educacionais ao longo dos anos, pautado em um ensino desinteressado no conhecimento das propriedades do mundo real, seu domínio e em como se processa a reprodução da totalidade social.

Mas se por um lado existe o desafio de como lidar com esse novo perfil discente, que é expressão e fruto da sociabilidade burguesa contemporânea, há também os influxos desta sociabilidade presentes no trabalho docente. A incidência da reprodução ideológica de fragmentar, individualizar e desarticular a totalidade aparece no cotidiano docente quando os espaços que deveriam se constituir como momentos de construções coletivas, acabam se reduzindo a espaços administrativo-burocráticos de decisões.

É claro que não há como desconsiderar que a transferência de atribuições antes de competência de um servidor técnico-administrativo, a partir do não acompanhamento do crescimento dos cursos ou substituição de pessoal em decorrência de aposentadoria, impôs aos docentes uma sobrecarga de trabalho. Acrescenta-se a isto, a lógica produtivista das agências de fomento de pesquisas, que também são responsáveis pelo credenciamento dos programas de pós-graduação, e que, cada vez mais, direcionam os recursos das pesquisas e notas dos Programas sob a lógica individualista a partir do volume quantitativo de publicações, pesquisas, e orientações concluídas de cada docente.

Contudo, caso o considerado seja a defesa de um projeto profissional pautado na luta mais geral da classe trabalhadora, que expressa uma direção ético-política radicalmente diferente do projeto capitalista, há que se ater também a quais são as ações cotidianas que se propõem nos espaços de formação para garantir a sua expressão.

A proposta curricular das Diretrizes da ABEPSS versa sobre conteúdos que precisam se condensar em uma unidade dialética, em níveis diferenciados de abstração, garantindo que os diferentes conteúdos permitam conhecer a realidade, as demandas postas ao Serviço Social e como intervir. Portanto, exige mais do que domínio do conteúdo e dos componentes curriculares, exige a sua implementação em processo mediado. Isto porque a dinâmica da vida social interfere diretamente, tanto na apreensão do conteúdo, quanto nas escolhas materiais, ideológicas e éticas que irão expressar o trabalho profissional.

A partir dos dados apresentados, o que foi possível captar do cotidiano da formação profissional é que tem ocorrido um esvaziamento de momentos coletivos entre os docentes de troca de experiências e discussão sobre a processualidade e unidade dos núcleos para o desenvolvimento da formação profissional, ainda que existam, como destacados pelas docentes, os espaços das Plenárias, Colegiados e NDE.

É necessário que esses espaços, para além de atender às demandas administrativo-burocráticas, se coloquem também como ambientes de socialização de práticas pedagógicas, experiências de sala de aula, construção coletiva de conteúdos das disciplinas, expressando a lógica de complementariedade e interdependência dos núcleos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do conjunto de respostas fornecidas pelas docentes do NFTP, é possível identificar que há uma baixa interlocução entre os docentes sobre como se processam os conteúdos dos Projetos Político-Pedagógicos nas disciplinas.

O fato de os docentes não dialogarem sobre as propostas pedagógicas, os conteúdos que estão ministrados e como eles se arti-

culam às demais disciplinas e seus conteúdos, em parte explica as dificuldades que têm sido observadas, por parte dos estudantes de Serviço Social, em “decifrar o significado das demandas e captar a necessidade que subjaz ao exercício profissional na e sobre a realidade contraditória, nas suas determinações macroscópicas e microscópicas” (GUERRA, 2011).

É necessário retomar os espaços coletivos ou neles avançar dentro das Unidades de Formação, o que proporcionará uma articulação mais concreta entre a atividade desempenhada pelo docente na disciplina com a proposta de formação pedagógica do curso, gerando assim, um aumento no diálogo entre os docentes e permitindo, inclusive, que as disputas da direção da formação profissional sejam realizadas no âmbito coletivo.

Pois do contrário, a proposta contida no Projeto Político-Pedagógico pode vir a tornar-se mera abstração, gerando lacunas que dificultem a unidade entre os três núcleos, e, em última instância, na inviabilidade de garantir a defesa do perfil profissional crítico.

Assim, como recomendação, indica-se que os sujeitos inseridos nos espaços de formação profissional retomem o debate da lógica curricular das Diretrizes da ABEPSS, se apropriem das pesquisas produzidas sobre o perfil dos estudantes do ensino superior do Brasil, que sejam criados ou fortalecidos os espaços acadêmicos de discussão e decisão coletiva contínuas de forma horizontal e vertical com a participação dos estudantes, aprofundem o debate sobre autonomia didático-pedagógica do docente e garantam a integração entre a graduação e pós-graduação enquanto constitutivas da proposta de formação profissional.

REFERÊNCIAS

- ABEPSS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Relatório final da pesquisa avaliativa da implementação das diretrizes curriculares do curso de Serviço Social. São Luís: ABEPSS, 2008.
- ABESS/CEDEPSS. “Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social.” Cadernos ABESS (Cortez), nº 7, p. 58-76, 1997.
- ANTUNES, Ricardo, e Geraldo Augusto PINTO. A Fábrica da Educação: da especialização taylorista à flexibilização toyotista. São Paulo: Cortez Editora, 2017.
- BEHRING, Elaine. Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2008.
- BRASIL, Câmara dos Deputados. Emenda Constitucional nº 95, de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências, Brasília: Câmara dos Deputados, 2016.
- BRASIL, Presidência da República. Lei 8.662, de 07 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências, Brasília: Planalto, 1993.
- CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. Resolução CFESS nº 273, de 13 de março de 1993, Brasília: CFESS, 1993.
- COUTINHO, Carlos Nelson. O Estruturalismo e a Miséria da Razão. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- GUERRA, Yolanda Demetrio. A Instrumentalidade do Serviço Social. São Paulo: Cortez Editora, 2011.
- HARVEY, David. Condição Pós-Moderna. São Paulo: Edições Loyola, 2012.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2011.
- _____; CARVALHO, Raul de. Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 2009.
- LIMA, Kátia. Contra-reforma na educação superior: de FHC a Lula. São Paulo: Xamã, 2007.
- NETTO, José Paulo. “A construção do projeto ético-político do Serviço Social.” In: MOTA, Ana Elizabete et al. (Org.). Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006. p.1-22.

- _____. Capitalismo Monopolista e Serviço Social. São Paulo: Cortez Editora, 2011.
- _____. Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 2005.
- ORTIZ, Fátima da Silva Grave. (2007). *O Serviço Social e sua imagem: avanços e continuidade de um processo em construção*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/ Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- PEREIRA, Larissa Dahmer. (2007). *Política Educacional Brasileira e Serviço Social: do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- SANTOS, Claudia Mônica dos. (2006). *Os instrumentos e técnicas: mitos e dilemas na formação profissional do assistente social no Brasil*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- TAVARES, Maria Augusta. "Questão Social e Serviço Social." In: Relatório Final da Pesquisa Avaliativa da Implementação das Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social, por Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social ABEPSS. São Luís: ABEPSS, 2008, p. 68-90.

Priscila Keiko Cossual Sakurada

Professora Assistente na Escola de Serviço Social da UFF e Doutora em Serviço Social pela UFRJ.

keikooo@gmail.com

A PRODUÇÃO TEÓRICA SOBRE O CONSERVADORISMO NO SERVIÇO SOCIAL

THE THEORETICAL PRODUCTION
ON CONSERVATISM IN SOCIAL WORK

Rosana Mirales

Revista Praia Vermelha	Rio de Janeiro	v. 29	n. 2	p. 713-738	2019
------------------------	----------------	-------	------	------------	------

RESUMO

A renovação do Serviço Social no Brasil significou o adensamento do conhecimento que referencia o seu contrário e a mudança da cultura profissional. Para o desenvolvimento desta hipótese, foram revisadas obras da área que têm por objeto principal o conservadorismo, outras que apresentam, nas análises, argumentações sobre o conservadorismo, e aquelas que verificam as suas tendências atuais. Por meio da revisão bibliográfica, foram identificados o movimento realizado por essa produção, os posicionamentos dos autores e as suas análises sobre as implicações do conservadorismo no Serviço Social.

PALAVRAS-CHAVE

Conservadorismo. Crítica. Ideologia. Regressividade. Serviço Social.

ABSTRACT

The renewal of Social Work in Brazil meant the intensification of knowledge that refers to its opposite and the change of the professional culture. For the development of this hypothesis, there was a review of area works that have conservatism as their main object, others that present arguments about conservatism in their analyzes and those that verify its current tendencies. Through the literature review, the movement carried out by that production, the authors' positions, and their analyzes about the implications of conservatism in Social Work were identified.

KEYWORDS

Conservatism. Criticism. Ideology. Regressiveness. Social Work.

Recebido em 07.02.2019

Aprovado em 05.06.2019

INTRODUÇÃO

Os processos de ampliação do capital, de sua crise estrutural e o papel das ideologias, direta e/ou indiretamente incidem no Serviço Social. Pode-se observar a sintonia entre o aprofundamento do desenvolvimento do capitalismo financeiro ou monopolista¹ e o aperfeiçoamento de suas características de mundialização, da reificação com base na manipulação e expansão do consumo, que repõem as condições para reproduzir e ampliar os lugares determinados às classes sociais.

O conservadorismo, tomado aqui como movimento de natureza ideopolítica e pensamento social, reage às mudanças de ordem política, moral e cultural advindas do desenvolvimento das forças produtivas, adensando estrategicamente o processo de “decadência burguesa”. O Serviço Social, ao reconhecer que foi sujeito desse movimento e ter recebido as influências desde a sua origem, em virada, percorreu a trilha no caminho oposto, ao menos por parte significativa dos assistentes sociais, elevando o tema a objeto de pesquisa, contribuindo com a sistematização e o aprofundamento de seus fundamentos, tendo em vista o autofortalecimento contrário ao conservadorismo, ou como se difundiu mais objetivamente a partir dos anos 1990, em favor dos direitos sociais, da democracia, da liberdade como valor ético central e da emancipação humana.

O projeto profissional atual dos assistentes sociais no Brasil ou a postura dos pesquisadores sobre o conservadorismo tem tendência crítico-dialética e eles desejam à sociedade mudanças possíveis e revolucionárias. Portanto, ao afirmar que o projeto ético-político do Serviço Social no Brasil está hegemonicamente em oposição à

1 Observa-se a dificuldade de transmitir por meio da revisão bibliográfica a riqueza contida nas obras, bem como a complexidade no aprofundamento teórico-metodológico verificado nas mesmas. Nas expressões dos autores, o uso de aspas. Não adotamos a linguagem de gênero, mesmo reconhecendo a sua importância. Sobre o aprofundamento do desenvolvimento do capitalismo financeiro ou monopolista ver Iamamoto (2008).

ideologia conservadora, considera-se que, como força ideopolítica presente na sociedade, as forças políticas conservadoras são presentes na profissão/área de conhecimento². Ao ser parte integrante das relações sociais, o conservadorismo está presente na economia e no Estado, adquirindo condições para refratar nas dimensões do saber, da moral, da arte e, portanto, das instituições.

Nos anos 1980 e no contexto da superação da ditadura militar pela sociedade brasileira, o Serviço Social renovou o Código de Ética Profissional do Assistente Social, confirmando a “perspectiva de intenção de ruptura” (NETTO, 1998) com a herança conservadora e, a partir desse período, se fortalecem as aproximações dos referenciais da teoria social crítica. Nos anos de 1990, uma nova ética embasa o Código de Ética do/a Assistente Social, quando também foi revisada a lei de regulamentação profissional e formuladas as Diretrizes Curriculares, como continuidade das mudanças curriculares iniciadas nos anos 1980, que visavam à construção de um currículo pleno para a formação dos assistentes sociais no país. Com isto e com a direção das entidades, que atualmente se denominam Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e Entidade Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), foi posta em vigência a direção social do Projeto de Formação Profissional (PFP), formulado no contexto das revisões realizadas, de aproximação e apropriação do debate da teoria social crítica, o que não se fez sem problemas, configurando, também, a “invasão positivista no marxismo” (QUIROGA, 1991).

2 “Ao reconhecer o Serviço Social como profissão e área do conhecimento, poder-se-á objetar que estou advogando em favor de uma divisão técnica do trabalho profissional, entre os que investigam e os que têm um exercício profissional vinculado às mais diversas práticas sociais. Ao contrário, o que defendo é a existência de uma unidade entre essas dimensões, o que não significa uma identidade, visto que há uma distinção entre o âmbito da produção intelectual e o da ação prático-operativa.” (MOTA, 2013).

O objetivo deste texto é demonstrar que o mesmo processo que adensou as possibilidades de ruptura com o ‘Serviço Social tradicional’ (NETTO, 1998, nota rodapé nº 5, p. 117) presente na herança cultural recebida da sua institucionalização, possibilitou também, ao Serviço Social no Brasil, a construção de uma aproximação e apropriação do acervo cultural sobre o conservadorismo. Pretende-se identificar na produção teórica do Serviço Social brasileiro e do ponto de vista dos autores, os fundamentos do conservadorismo. Dessa forma, se entende ser possível se expressar um posicionamento sobre a cultura profissional, concebida como aquela que se faz pela unidade entre conhecimento e valores. Nessa perspectiva, a apreensão e fortalecimento da cultura profissional, segundo a crítica-dialética, pressupõe tanto ampliar horizontes que fortaleçam a superação do conservadorismo, como tomá-lo como reverso, pois, nele residem as forças contrárias ao posicionamento histórico-dialético, pressupostos estes da renovação crítica do Serviço Social.

A metodologia adotada considerou o movimento teórico-metodológico percorrido pelas produções de autores do Serviço Social no Brasil, sobre o conservadorismo e as suas implicações na profissão/área. Na revisão bibliográfica realizada em livros e artigos publicados, identificaram-se duas perspectivas nos estudos do conservadorismo: a primeira toma o conservadorismo como objeto principal e a segunda realiza a sua crítica no contexto de outros objetos de estudos. Exemplo da primeira perspectiva são os textos de Iamamoto (1997) e Escorsim (2011), Anunciação de Souza (2016), que analisaram o conservadorismo.

Na segunda perspectiva foram selecionados textos de Quiroga (1991), Netto (1998, 2001, 2010), Guerra (1999), Boschetti (2001) e Barroco (2010), cujas obras contêm elementos para se compreender o conservadorismo. As mesmas tendências têm continuidade nos estudos de Barroco (2015), Bonfim (2015): investigaram a presença do conservadorismo moral no Serviço Social; e em Maranhão (2016), Boschetti (2015) e Siqueira da Silva (2015), verificaram como o Serviço Social incorpora as influências do conservadorismo,

fortemente revigorado na conjuntura contemporânea. Nos estudos das obras, verificaram-se conteúdos temáticos sobre o revisionismo marxista, encontrados nas análises de Quiroga (1991), Barroco (2010) e Maranhão (2016); no que se refere ao utilitarismo e ao personalismo: Barroco (2010); sobre a pós-modernidade: Guerra (1999), Santos (2007), Netto (2010); e, em Guerra (2013): a análise do pragmatismo.

Os textos selecionados se situam na perspectiva de enfrentamento ao conservadorismo, visto que compõem o processo de renovação teórico-crítica percorrido, num contexto de apropriação da tradição intelectual crítico-dialética (COUTINHO, 2010) e na busca de construir alternativas à hegemonia passada que faz pressão à direção social do projeto profissional no presente. Inspirados em doutrinas religiosas, no funcionalismo positivista, no idealismo, no pragmatismo e no utilitarismo, tais referenciais acercam o saber desde a criação das ciências sociais e humanas e atualmente se expressam, inclusive, nas vertentes argumentativas da crise dos paradigmas e na defesa da pós-modernidade.

As buscas pela apropriação das perspectivas do método materialista-dialético, por parte dos autores dos textos revisados, levam à construção de um referencial analítico que evidencia uma cultura teórico-filosófica renovada no Serviço Social, com base na análise crítica ao lastro conservador. O que se observa, então, é que na negação de referenciais conservadores, gestam-se condições de afirmação de posturas críticas que fundamentam o contraponto ao conservadorismo.

É possível dizer que nos aspectos abordados nas obras, verifica-se uma sintonia metodológica ao realizar abstrações intelectuais, ao mesmo tempo buscando garantir aproximações sucessivas do concreto, visando à compreensão da totalidade. A apropriação de aspectos possibilitados pelas abstrações contidas nas obras indica as buscas pela construção de um conhecimento que almeja construir totalidades explicativas, visto que cada autor, em suas variações interpretativas e escolhas teórico-filosóficas marxistas, tem como pressuposto essa conjectura metodológica.

CONSERVADORISMO E SERVIÇO SOCIAL

O ponto de partida das argumentações presentes neste texto é o reconhecimento das análises sobre os fundamentos do Serviço Social e das dimensões de trabalho do assistente social, feitas sobre/nos processos que buscaram a construção de possibilidades de rompimento com o lastro cultural herdado na sua institucionalização.

Tais análises tiveram seu arranque histórico-espacial em âmbito latino-americano a partir de meados dos anos 1960, no contexto do Movimento de Reconceituação. Em posicionamento dos sujeitos participantes daquele movimento, genericamente caracterizado por anti-imperialista (ESCORSIM, 2011, p. 22), os seus desdobramentos possibilitaram, na situação brasileira, aproximações e abordagens sistemáticas sobre a produção e reprodução das relações sociais com base na tradição marxiana (IAMAMOTO, 2008). Esse processo, em que se encontram presentes as determinações da realidade do capitalismo, foi enfrentado com mediações construídas que possibilitaram o questionamento da ordem burguesa e a interlocução do Serviço Social com o pensamento social da modernidade, em especial de representantes clássicos e contemporâneos da tradição crítico-dialética, mas não só, pois a apropriação dialética pressupõe o seu oposto e, com isso, também a análise dos fundamentos do pensamento conservador, presente na sociedade e nas áreas de conhecimento como a Sociologia, a Psicologia e ele próprio, seja, o Serviço Social.

Vale lembrar, como parte dos debates realizados pela categoria dos assistentes sociais, esse movimento se fez em construção da unidade e diversidade, num exercício da pluralidade. Também é necessário o reconhecimento, de um lado, que esse processo socio-histórico, teórico e ideopolítico, feito pelos assistentes sociais em uma postura nada endógena à profissão/área, possibilitou a construção, no Serviço Social brasileiro, de um lastro cultural de renovação crítica, e por outro, também demonstrou a metamorfose da cultura conservadora³, que adquiriu novas roupagens (IAMAMOTO, 2008, p. 234).

3 Há na bibliografia de Serviço Social material suficiente para se reconhece-

Embora o material de pesquisa seja a produção teórica, destaca-se que esse movimento de renovação se faz pelo conjunto da categoria dos assistentes sociais, ou seja, constitui-se por uma construção teórico-prática, contrária ao conservadorismo, que renovou culturalmente a profissão/área em um posicionamento que defende um projeto societário de classe, que adensou o acervo teórico-filosófico da perspectiva crítico-dialética, e ao mesmo tempo, favoreceu o conhecimento sobre os fundamentos do conservadorismo. Apontam-se a seguir alguns aspectos significativos sobre o debate dos pesquisadores, relacionado ao conservadorismo e o Serviço Social.

Um *primeiro* aspecto, segundo Iamamoto (1997, p. 24): configura-se o pensamento ou a ideologia conservadora por uma tendência de requisitar elementos do passado, com base na tradição – a comunidade, a família, as corporações, o sagrado, as diferenças entre os homens, as tradições e os costumes que legitimam a autoridade, a subjetivação da liberdade que fica restrita à vida privada, a atribuição das relações “externas” aos princípios da ordem, da hierarquia e da disciplina. Essa definição, que é bastante comum para os autores que analisam o conservadorismo, apresenta elementos do reacionarismo, ou seja, a defesa do restabelecimento de instituições e valores morais que compuseram a base material e espiritual de culturas em tempos passados, muitas vezes calcado na defesa do tradicionalismo⁴.

Essa forma de apresentar noções sobre o conservadorismo é consensual entre pesquisadores de Serviço Social que tiveram seus textos revisados. Entretanto, a afirmação histórica do conservado-

rem as variadas vertentes que influenciaram a profissão/área e em seu universo se fazem presentes: manter “intenção de ruptura”, sob influência da tradição marxista; persistir a “reatualização do conservadorismo”; revigorar da “tendência tecnocrática” pela ofensiva neoliberal e reciclada por outras teorias sistêmico-organizacionais; florescer uma “vertente neoconservadora” inspirada na epistemologia pós-moderna; eclodir “vertentes aparentemente radicais”, que desqualificam a teorização sistemática e a pesquisa rigorosa (NETTO, 1996, p.126 apud IAMAMOTO, 2008, p. 279).

4 Sobre as tradições, ver Hobsbawm, 1984.

rismo se deu ao lado da metamorfose da filosofia (dialética) em teoria social que fez surgir a sociologia, gerando o pensamento conservador clássico⁵, como um posicionamento contrarrevolucionário à Revolução Francesa, que buscava afastar as preocupações com a realidade social das condições econômicas (ESCORSIM, 2011, p. 126), ou seja, da materialidade que a objetivou.

Relacionado ao mesmo período histórico, Anúnciação de Souza (2015, p. 1-4), que visou expor aspectos do desenvolvimento histórico do conservadorismo, reafirmou:

O conservadorismo clássico, em sua gênese pós-1789, constitui-se como sistema de ideias e posições políticas marcadamente antimodernas, antirrepublicanas e antiliberais. [...] É possível caracterizá-lo como uma reação ideológica e política aos avanços da modernidade.

Como um limitador do pensamento crítico sobre a realidade e nos pressupostos da economia política pela classe burguesa, o conservadorismo é visto pelos autores como uma expressão cultural, uma ideologia, um sistema de ideias, um pensamento social. O limite ao pensamento crítico significa que, naquele contexto histórico, a burguesia abriu mão da perspectiva revolucionária que a caracterizou inicialmente, passando a justificar a ordem do capital (COUTINHO, 2010), seus movimentos e valores que amparam as classes sociais e com elas, a apropriação privada dos meios de produção e da riqueza social, por tão somente uma determinada classe.

Um *segundo aspecto* a ser abordado refere-se às perspectivas do conservadorismo, do processo de seu desenvolvimento, o qual tenta-se aqui caracterizar, com base na obra de Escorsim (2011), que possibilita o seu aprofundamento, demonstrando questões relacionadas ao seu debate, quer seja do ponto de vista de autores conservadores quer não. Para ela, não há dúvidas que a obra de Karl Marx e Friedrich Engels se fez no amplo debate com autores conservadores

5 “Na Alemanha, esta reação inspirou-se em Schelling e no romantismo, incorporando nitidamente a teoria da contrarrevolução (Marcuse aponta, especificamente, Burke)”. Escorsim, 2011, p. 126.

e que, em algumas situações, se estabeleceram diálogos entre eles. Tais debates desempenharam papel político e serviram para esclarecer, aprofundar e desenvolver a reflexão de Marx e Engels. A autora (ESCORSIM, 2011) analisou autores da tradição marxiana como Herbert Marcuse e Georg Lukács, tendo observado que o “processo de decadência e apologia burguesa”, que combinaram as forças políticas em favor do capitalismo, tem continuidade histórica, e pode ser evidenciado no recurso ao irracionalismo, que se fez na negação da dialética de Hegel e na afirmação do romantismo.

Sobre a obra de Löwy e Sayre (2015), a autora analisa que eles incorporaram a rebeldia ao romantismo, ampliando e dando movimento à compreensão de tal fenômeno. Ela identifica, nessa postura dos autores, um problema para o debate do marxismo, uma vez que o comum para essa tradição teórico-filosófica foi compreender o romantismo como conservador. Portanto, para ela, na obra de Löwy e Saire, “[...] coexistem paradigmas analíticos em aberto conflito.” (ESCORSIM, 2011, p. 146).

Verifica-se que a obra de Escorsim (2011) extrapola a análise do conservadorismo clássico, como se vê na análise feita pela autora sobre Gouldner e Nisbet. Para ela as obras do sociólogo americano Alvin W. Gouldner apontaram o papel das ciências sociais e a capacidade que o funcionalismo desempenhou em articular e dar importância ao utilitarismo, no contexto do desenvolvimento industrial e no papel social e político da classe média, que renovou o papel da sociologia, visto que em sua emergência

[...] surgiu como uma resposta crítica à cultura utilitária [e] passa, agora, a ser algo complementar a ela; é com o funcionalismo que a sociologia ganha congruência e compatibilidade com a ordem burguesa: funcionalista, a sociologia se torna legitimada e se consolida ‘como ciência social do presente sincrônico’ (GOULDNER, 1973, p. 116 apud ESCORSIM, 2011, p. 94).

Isto leva a autora a considerar que “conservadorismo sociológico”, na análise de Gouldner, está mais evidenciado na reconciliação da sociologia com a cultura utilitária mediante o triunfo do funcionalismo,

do que nas suas origens, (ESCORSIM, 2011, p. 94), portanto, no período em que o conservadorismo se firma em sua perspectiva moderna.

Para a autora, a obra de Robert Nisbet, incorpora também elementos do ‘neoconservadorismo americano’, ou seja, do conservadorismo em sua perspectiva contemporânea, visto estar este autor entre aqueles reconhecidamente situados nos que reformulam a perspectiva conservadora no interior da sociologia, assumindo que o conservadorismo, ao converter-se em discurso científico, gestou a sociologia (ESCORSIM, 2011, p. 108).

Um *terceiro aspecto* refere-se à atualização das influências do conservadorismo no Serviço Social. Iamamoto (1997) demonstra que a herança conservadora se atualizou endogenamente, de maneira especial, após o golpe militar de 1964. Ela identificou que o Serviço Social, sem perder de vista os argumentos neotomistas que demarcaram a sua institucionalização, apegou-se ao desafio de apreender os “metodologismos” e as sofisticações das análises, aprofundando as aproximações com as ciências sociais funcionalistas.

No mesmo sentido, Barroco (2010) analisa os Códigos de Ética dos Assistentes Sociais, demonstrando os pressupostos filosóficos neles presentes. Ela realiza a crítica sinalizando a presença do conservadorismo na trajetória percorrida pelo Serviço Social, reafirmando a influência conservadora da origem do Serviço Social, apontando, entre outras análises, para os aspectos do personalismo, presentes no Código de Ética de 1975. O que há em comum em Iamamoto (1997) e Barroco (2010) são as análises sobre os embasamentos recebidos pelo Serviço Social de um caldo cultural conservador em seu processo de institucionalização e os processos que o atualizaram.

Entretanto, retornando a Iamamoto (1997), ela não realiza essa análise sem considerar o movimento feito por assistentes sociais no Projeto de Ruptura com tal herança⁶ e aponta que essa postura de “busca de ruptura com o conservadorismo” não é regra para

6 Processo evidenciado desde o final dos anos de 1950 e começo da década seguinte, vinculado ao Movimento de Reconceituação e da apropriação de um “posicionamento crítico”.

toda a categoria dos Assistentes Sociais (IAMAMOTO, 1997, p. 37). Resguardada essa ressalva, ela analisa que isso implicou em perspectivas de reafirmação da relação da categoria profissional com a classe trabalhadora e seu projeto de sociedade, isto é, um projeto voltado a somar forças ao trabalho, nas contradições expressas na relação social do capital, em contraposição ao projeto conservador, que visa ao oposto, ou seja, à reprodução e ampliação do capital e do modo capitalista de ser e pensar.

Em pesquisas mais recentes, identifica-se ocorrerem incorporações de categorias e análises, realizadas ao longo das décadas anteriores pelos assistentes sociais, evidenciando a construção de um lastro cultural, da “vertente de ruptura” com o conservadorismo e sobre ele mesmo. Como exemplo, a obra de Maranhão (2016). Num primeiro aspecto, a sua análise dá continuidade aos argumentos teóricos tecidos por Netto (2001), sobre a “estrutura sincrética” que demarca a trajetória do Serviço Social, o que, para Maranhão, acarreta duas implicações ao Serviço Social. A primeira evidencia que o assistente social recebe a exigência de se mostrar competente e eficaz para dar respostas às questões colocadas em âmbito profissional, o que leva à intervenção imediata sobre determinado fenômeno, o que, segundo ele, impossibilita o conhecimento das múltiplas determinações que compõem o fenômeno, e, conseqüentemente, leva à burocratização da vida social. A segunda implicação, inter-relacionada à primeira, é a validade atribuída ao sincretismo profissional, visto que

[...] o próprio estatuto profissional tem tendência a reconhecer como legítimas as análises empiristas e o pragmatismo teórico como sendo a forma mais adequada de conhecer a realidade [...] [o que torna] a lógica formal abstrata como válida para a intervenção profissional (MARANHÃO, 2016, p. 178-179).

Foram identificados por Maranhão (2016) equívocos na difusão e aproximação do Serviço Social ao marxismo, feitos pela “vertente de ruptura”, e que se caracterizaram, também segundo outros autores, como uma “invasão positivista”, revelando o utilitarismo que foi propagado, no contexto dos debates ocorridos na II e III Internacionais

Comunistas. Nesse sentido, o autor incorpora elementos de análises realizadas por autoras que o antecederam como Quiroga (1991), Barroco (2010), e Escorsim (2011), entre outros. É evidente que a expansão desse ideário significou possibilidades de fortalecimento das posturas críticas. Entretanto, não se fez sem problemas, no interior dos movimentos políticos da classe trabalhadora ou, ainda, no Serviço Social, como também analisa Iamamoto, em vários textos. Ela considera, disso decorrerem equívocos que confundem o exercício profissional com a militância política (IAMAMOTO, 2008, p. 216) e posturas como o fatalismo, o voluntarismo e o cientificismo, este como via de negação de vinculação da ciência à transformação social. A importância dessas análises, no que se refere ao conservadorismo, é demonstrar que a aproximação do Serviço Social do marxismo também se fez, mediante a presença do positivismo, do cientificismo, do materialismo vulgar e da sociologia conformista.

Quanto ao *quarto aspecto*, refere-se às repercussões do conservadorismo contemporâneo no Serviço Social, bem como à sua atualização. A análise feita por Guerra (2013, p. 42) nos parece elucidar questões que demarcam traços que se repõem historicamente na área/profissão:

[...] no Serviço Social, o pragmatismo converte-se em uma tendência, [...] incidindo tanto sobre os profissionais que se localizam na academia como nos que se inserem na execução/planejamento/avaliação das políticas sociais [...] [e] é responsável pelo profundo empirismo de que a profissão se nutre e por uma determinada maneira de conceber a relação teoria e prática. [...] é também responsável pelo profundo desprezo que, em geral, alguns profissionais sentem por uma teoria crítica [...].

Por sua vez, Barroco (2015, p. 624), abordou: “[...] a reprodução ideológica do ideário conservador [...]”, cuja difusão, na contemporaneidade, está sendo facilitada pela reificação que invade todas as esferas da vida social pelo irracionalismo. A autora destaca a continuidade do conservadorismo manifestado nos anos 1960, em reação à contracultura, o que, segundo ela, veio a se fortalecer no contexto

da implantação das políticas neoliberais e que na situação brasileira e da América Latina, consolidou-se nos anos de 1990.

Os estudos de Bonfim (2015, p. 200-201) concluíram, com referência em pesquisa documental de processos no Conselho Estadual de Serviço Social do Rio de Janeiro: a) o conservadorismo se faz presente no cotidiano do trabalho dos assistentes sociais, seja nos valores, seja nas práticas, o que favorece a manifestação do autoritarismo, nas relações entre profissionais ou destes com os usuários; b) elementos da moral cristã persistem, e assim a manutenção da imagem da profissão relacionada à ajuda, ao cuidado, ao sacrifício; c) há subalternidade técnica e social na relação com profissionais de outras áreas do conhecimento, o que leva à ausência de autonomia profissional; d) há frágil conhecimento sobre as atribuições e competências profissionais, levando os assistentes sociais a atribuições variadas, o que também reforça a subalternidade profissional; e e) além dessa falta de percepção sobre o fazer profissional, a autora identifica a falta de clareza e consciência sobre os pressupostos teóricos, éticos e políticos do Serviço Social.

Alguns traços contemporâneos do conservadorismo na formação de assistentes sociais foram apontados por Boschetti (2015, p. 647-649), o que, da mesma forma repõe traços demarcados em análises anteriores por autores da área, como o “metodologismo”, que visa recuperar as abordagens técnicas e o legado positivista, valorizando o empirismo; o “teoricismo acrítico”, com clara influência das ciências sociais; o pragmatismo, que valoriza que “na prática a teoria é outra”; o “voluntarismo”, como afirmação à “[...] ilusão da ‘competência técnica’ como suficiente para ‘resolução dos problemas’”; e o “contentamento com o possibilismo” e o reformismo, na política social. Na análise da autora, fazem-se presentes aspectos demonstrados por pesquisadores da área que também analisam a formação profissional e a educação superior, como o “aligeiramento” e a expansão superficial dos cursos, com a clara postura de formar para atender à demanda do mercado, o que repercute no perfil do assistente social.

Disso se conclui que no Serviço Social brasileiro, houve o fortalecimento das explicações sobre a realidade social com base nos

fundamentos da teoria social marxiana, desenvolvido no contexto da “vertente de ruptura”, entretanto, isso se faz em meio à presença dos traços que renovam as influências do conservadorismo, relacionados ao exercício e à formação profissional.

A presença dessas diversas posturas teórico-filosóficas no interior das áreas de conhecimento/profissões remete à compreensão das ciências sociais que passaram, no contexto das mudanças societárias ocorridas, a ter a hegemonia de teorias sociais que recebem influências e ao mesmo tempo subsidiam o neoliberalismo. Em Guerra (2013), encontra-se a análise do debate sobre a “crise dos paradigmas”⁷, como uma possibilidade de negação das abstrações universais científicas no entendimento do social, o que abre oportunidade para a consolidação de abordagens na perspectiva da pós-modernidade nas ciências sociais.

Essas questões fazem parte dos processos que configuram o trabalho e as formas de sociabilidade contemporâneas, regidas pelas alterações de concepção do Estado de Bem-Estar Social para o Neoliberal. Isto trouxe implicações nas variadas esferas da vida social e no Serviço Social, tendo repercutido na formação e no trabalho dos assistentes sociais. Na dimensão da pesquisa, o Serviço Social tende a realizar o mesmo movimento que as Ciências Sociais, incorporando, de alguma forma, as vertentes da pós-modernidade, o que pode gerar condições para uma atualização conservadora entre os assistentes sociais.

Sobre a pós-modernidade, Netto (2010, p. 268) analisa que o estruturalismo não gerou as condições para a pós-modernidade, entretanto, ele “[...] configurou uma importante preparação para a sua emergência.”. Há, segundo o autor, um processo de “entificação da razão moderna” pela pós-modernidade, ao qual se submetem os pós-

7 Sobre os paradigmas, considera-se a ponderação feita por Escorsim (2011, p. 108) que, após analisar autores da sociologia (K. Mannheim, A. W. Gouldiner e R. Nisbet), conclui sobre a impossibilidade de definição de paradigmas, visto que tais autores apresentam diferenciações teóricas, metodológicas e/ou ideológicas entre si, que tornam inviável se pensar a sociologia como uma ciência paradigmática, uma vez que os três autores sugerem três paradigmas.

modernos, uma vez que pactuam com as críticas formuladas como se a razão moderna fosse a responsável pelas falsas “promessas” da modernidade e da emancipação humana (NETTO, 2010, p. 262-263).

Segundo Netto (2010, p. 263, grifo do autor), os pesquisadores que assumem os argumentos pós-modernos formulam discursos “[...] contra a *ciência moderna, ocidental, capitalista e sexista*, [...] fomentando práticas políticas minimalistas ainda que midiaticamente mobilizadoras [...]”. As análises sobre as condições materiais se restringem aos argumentos da economia vulgar e das restritas especializações, visto que ocorre uma identidade entre as representações dos pesquisadores pós-modernos com a realidade, quando passam a buscar uma nova racionalidade, uma nova epistemologia, uma nova ciência e uma nova ética (NETTO, 2010).

Ao analisar a influência pós-moderna no Serviço Social, Santos (2007, p. 86) aponta que a simplificação característica dos autores da pós-modernidade rebate no Serviço Social, reafirmada pela tendência ao “sincretismo ideológico” constitutivo do tecido profissional e pela “[...] afeição pelas dimensões ‘microsociais’ da realidade social”. Portanto, para a autora, essa tendência “[...] particulariza o recurso à simplificação do marxismo submetido à crítica pós-moderna no Serviço Social [evidenciando que] são os caracteres próprios da nossa apropriação de ambos os referenciais no interior dos históricos conservadorismo e sincretismo profissionais.”. Para ela, essa simplificação se faz, inclusive, na apreensão da teoria social de Marx como epistemologia, do recurso à adoção de categorias típicas da racionalidade formal, bem como na ênfase nas abordagens temáticas de estudos por sua singularidade e positividade, isto é, recuperando elementos da “invasão” positivista no marxismo (SANTOS, 2007, p. 86-87).

A autora (2007, p. 87-90) identifica também as duas vias de aproximação pós-moderna na profissão: uma que rejeita o marxismo e outra que recomenda a superação de “lacunas” do marxismo. A primeira é de caráter conservador e investe contrariamente à direção ético-política do Serviço Social e a segunda disputa a hegemonia da direção social da profissão/área, atribuindo finalidades profissionais

e não mediações ao direito, à democracia e à cidadania, com tendência a reforçar o Serviço Social endógeno e o debate sobre “[...] a particularidade da profissão centrada na metodologia [...]” (SANTOS, p. 91). Nessa via, se faz presente, segundo a autora, a ênfase no epistemologismo e nos aspectos técnico-operativos, ou seja, na teoria e na metodologia, também no questionamento da totalidade como categoria explicativa da realidade social, e na ausência de posicionamento em relação à ética. Para Santos (2007, p. 93) há confluência entre ambas as vias, expresso nos posicionamentos que “[...] reatualizam o humanismo abstrato do Serviço Social tradicional.”

Para identificar as tendências do debate sobre o conservadorismo contemporâneo no Serviço Social, também se considera a contextualização feita por Siqueira da Silva (2015, p. 114-117), que analisa a complexidade que envolve as questões relacionadas aos projetos societários. Segundo ele, há aqueles que buscam perpetuar a sociedade de classes e seus rebatimentos e influências sobre o Serviço Social, identificando três tendências contemporâneas. A primeira gerencia o caos, fiel depositária do legado modernizador e que visa à integração sistêmica do indivíduo, ignorando a crítica à economia política. A segunda tem como pressuposto a afirmação e defesa dos direitos, visando ampliar, por meio de sua atuação, a participação dos usuários. A terceira sustenta a crítica ao capital e seus mecanismos de reprodução e ampliação.

Para Siqueira da Silva, adepto à terceira tendência, essas questões revelam, de maneira resumida: a dificuldade de apreensão das contradições e reedição de análises desprovidas da economia política, o que leva à permanência de explicações imediatas; ao desprezo pela pesquisa e reedição do pragmatismo e utilitarismo na produção do conhecimento; à valorização da ciência abstrata, que sustenta a divisão entre os que pensam e os que fazem; à valorização do pluralismo como “verdade relativa”, que recupera em algum aspecto a noção de pessoa humana e a segmentação entre o social e a profissão; e à dificuldade de apreensão da relação dialética como unidade diversa, o que leva ao imobilismo ou messianismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Serviço Social, como uma instituição regulamentada por um escopo legal que expressa as suas atribuições e competências, bem como os pressupostos éticos e as condições para o exercício do trabalho e da formação profissional, é, ao mesmo tempo, determinado pela lógica formal, podendo os assistentes sociais legitimar os valores impostos por essa determinação histórica. Ocorre que, na situação brasileira, a maioria dos profissionais se organizam em torno das entidades de representação da categoria de assistentes sociais e de estudantes de Serviço Social e construíram, historicamente, outra perspectiva para a direção social que conduz o projeto profissional, dando vigor à ruptura com o conservadorismo.

Vários estudos demonstram essa construção feita com base nas várias dimensões da profissão/área, em uma direção social ético-política que orienta os seus conteúdos e práticas para o oposto das determinações objetivadas historicamente, visto que se norteiam pela lógica dialética, capaz de demonstrar que o papel social dos assistentes sociais, dada sua condição de classe e escolhas políticas, é pelo projeto societário dos trabalhadores. Essa perspectiva distancia as atribuições do assistente social da condição técnico-neutra, de agente da burocracia que desempenha atuações para dar vigor à lógica formal. Isto é, ao adotar os pressupostos da teoria social crítica, o Serviço Social abandona a perspectiva que legitima a ordem do capital e dá ênfase à composição de forças políticas com outros segmentos da sociedade em torno de um projeto que tensiona tal ordenamento, em favor do trabalho criativo e da liberdade do ser social, ontologicamente compreendido.

O processo da “decadência burguesa”, analisado pela tradição marxiana como uma construção histórica (NETTO, 2010), iniciado por volta dos anos 1830, e que percorre os séculos até a contemporaneidade, configura o que se vem tentando analisar, equivalendo ao que se denomina conservadorismo, ou seja, a ideologia burguesa que sustenta e justifica a sociabilidade capitalista. Entretanto, esse pensamento, iniciado no marco da Revolução Francesa, metamorfo-

seia-se, de acordo com as circunstâncias histórico-políticas, objetivadas nas relações sociais.

Nos estudos e revisões bibliográficas realizados, em que se busca apreender as reflexões feitas por autores do Serviço Social sobre o conservadorismo, pode-se identificar, em seus posicionamentos, dois eixos complementares entre si, que direcionam as pesquisas, o que se considera bastante para situar os estudos sobre o conservadorismo:

- sobre a ação política e a ideologia conservadora, o que, muitas vezes, se expressa nos moralismos atingindo as formas de sociabilidade e o cotidiano da vida social;
- nas formulações postas pelas ciências e a filosofia. Nesse âmbito, observam-se esforços para entender os embasamentos do conservadorismo, que naturalizam o social e, ao mesmo tempo, a compreensão de suas metamorfoses, para formularem seus posicionamentos a partir dos pressupostos da dialética.

Diante de tal complexidade, considera-se que os estudos sobre o pensamento conservador exigem decifrar aspectos do processo da “decadência burguesa”, seja pelo debate sociológico, no debate marxista entre reformistas e revolucionários, ou pela ciência política, o que exige empenho em investigação teórico/prática por longo período, considerando-se que o esforço aqui objetivado se encontra inserido em um processo de aproximações sucessivas, que evidencia a necessária continuidade investigativa.

Verifica-se que as obras revisadas constituem o acervo bibliográfico da profissão/área e indicam os artifícios adotados no processo da “decadência burguesa”, identificando o papel do Serviço Social como pertencente à dinâmica da divisão sociotécnica do trabalho – objetivada no processo de (re)produção das relações sociais e pelas condições de assalariamento profissional. Esta dinâmica, por sua vez, faz parte da sua trajetória histórica e lhe repõe as refrações do conservadorismo.

Na institucionalização e continuidade histórica do Serviço Social, é identificado o arranjo teórico-doutrinário, o sincretismo e o ecletismo como constitutivos da profissão/área. Também, posteriormente, se vê a tendência à reposição do utilitarismo, do pragmatismo, do

empirismo, do positivismo, nas suas variadas dimensões, por meio da invasão positivista no marxismo e, mais recentemente, com a denominada crise dos paradigmas, se identificam as influências pós-modernas e o conservadorismo contemporâneo, presentes, de uma forma ou outra, na produção acadêmica e nas dimensões do trabalho realizado por assistentes sociais.

Quer dizer, o desafio a que se propõem os assistentes sociais e pesquisadores vem sendo dar continuidade ao processo que visa identificar como o Serviço Social apreende e analisa, do ponto de vista teórico-metodológico, o processo da “decadência burguesa”, considerado, ele mesmo – o Serviço Social – como uma das instituições que pode legitimar ou questionar tal processo.

Diante do recrudescimento reacionário/conservador que a sociedade mundial/brasileira vive, constatou-se o crescimento de autores que se dedicam aos estudos do conservadorismo, buscando entender as refrações nas variadas dimensões da profissão/área, o que muitas vezes leva esses pesquisadores, em sua sensibilidade e perspicácia que envolvem a práxis político-profissional, a se atentarem aos seus movimentos, no contexto da reprodução das relações sociais contemporâneas. As mudanças determinadas ao trabalho projetam alterações no lugar social da classe trabalhadora e dos assistentes sociais que vivem no cotidiano as alterações nas relações contratuais, nas formas de seu exercício, onde se fazem presentes as expressões da questão social, as políticas sociais e, inclusive, aspectos do uso da tecnologia.

O entendimento dos autores, sobre o conservadorismo, está expresso pelos termos: “Profetas do passado” (NISBET, 1969, apud IAMAMOTO, 1997, p. 22); “desejo de retorno ao passado”; “estilo de pensamento” (MANNHEIM, 1963, apud IAMAMOTO, 1997, p. 22); “expressão cultural (obviamente complexa e diferenciada) particular de um tempo e um espaço socio-histórico muito precisos: o tempo e o espaço da configuração da sociedade burguesa” (ESCORSIM, 2011, p. 41); e “constituiu-se como um sistema de ideias e posições políticas marcadamente antimodernas, antirrepublicanas e antiliberais.” (ANUNCIAÇÃO DE SOUZA, 2015, p. 4).

Compreender o conservadorismo implica considerar as condições históricas de sua manifestação, pois isto define a sua forma de expressão e vigor nas sociedades nacionais, visto nelas se encontrarem as bases materiais para sua objetivação. São as condições históricas das nações que o metamorfoseiam, renovando-o de acordo com as circunstâncias objetivadas.

Portanto, a apropriação metodológica do materialismo dialético e a busca pela totalidade histórica, a compreensão da dinâmica das relações sociais determinadas pelo modo de produção que constrói argumentos para a sua radical negação necessariamente passam pelo debate com o seu oposto, ou seja, o método que busca conhecer a realidade pela sua positividade. Assim, uma importante conclusão parece evidenciada na postura dos autores dos textos: na situação do Serviço Social no Brasil, compreender o conservadorismo significa se apropriar da fundamentação de seu oposto e não de sua afirmação como possibilidade histórica.

Em tempos de regressividade cultural (CUEVA, 1989), esse posicionamento teórico-crítico dos autores de Serviço Social tem significado valioso, visto que também se encontra nos textos uma postura exógena à profissão, isto é, construir-se internamente para compor um projeto de sociedade que encontra muitos interlocutores, seja no âmbito teórico/acadêmico, seja, em especial, nos movimentos sindicais, sociais, partidários, com claro posicionamento de classe.

Na incursão realizada nos textos, identificam-se categorias como visão de mundo, contrarrevolução e antirrevolução, cortes ideopolíticos e teórico-culturais, os quais buscam explicar a apreensão das formas de consciência dos homens e o posicionamento de classe. No processo de objetivação das consciências no mundo, a objetividade se move em meio à subjetividade, pelo modo de produção, e compreende em si, mecanismos de camuflar, mistificar e mesmo substituir o real pela ideologia e o fetichismo.

Como pensamento social, sistema e/ou ideologia, o conservadorismo busca se expandir como força política, aliando-se às demais, inclusive àquelas que em algum ponto lhe são contraditórias, como o liberalismo. Esses consensos se constituem em estratégias ne-

cessárias a ambos, visto que defendem o mesmo projeto societário: a continuidade histórica da reprodução e ampliação do capital e a sustentação da propriedade privada.

A crise cultural expressa pela rearticulação conservadora manifesta rebeliões contrárias ao conceito de razão, ao projeto de modernidade e ao legado da Ilustração. É necessário, entretanto, decifrar os discursos e seus conteúdos ideológicos, pois inicialmente tudo é nebuloso. O que está em questão é que a recuperação das teses empiristas, independentemente de em qual vertente filosófica se inserem, ecoa pelo irracionalismo e pela antidialética, movendo-se para o enfrentamento da consciência crítica.

Ainda pode-se citar, referindo-se à apropriação teórico-metodológica percorrida pela profissão/área de conhecimento: a herança conservadora do Serviço Social apresentou, muito rapidamente, após a institucionalização das primeiras escolas, o traço característico analisado, por Iamamoto (1997), como arranjo teórico-doutrinário e, por Netto (1998), como sincretismo, caracterizado pelo ecletismo teórico. Entretanto, a aproximação e apropriação da teoria social de Marx, como possibilidade de romper com seu traço inicial, renovaram de alguma forma essa característica, visto que isto se fez, também, pela “invasão positivista”, como analisaram autores, entre elas Quiroga (1991). Esse processo apresentou particularidades, em especial em âmbito latino-americano.

Análises recentes, que consideram a conjuntura regressiva do mundo/país, apontam que poderá ocorrer no Serviço Social a recuperação de aspectos conservadores. Todavia, observa-se nos textos analisados a coerência por uma busca no sentido de dar continuidade no aprofundamento da perspectiva que busca romper com o conservadorismo, o que significa a apropriação da lógica e racionalidade dialética, com valorização central de categorias como o humanismo e o historicismo.

Em relação a isso, o que os debates dos eventos promovidos pela categoria dos assistentes sociais, bem como textos que analisam o projeto ético-político apontam é que, hegemonicamente, o visível são produções que confirmam a intenção de ruptura com o conser-

vadorismo, embora mais recentemente, encontrem-se resultados de estudos e pesquisas com posturas questionadoras do projeto profissional. Ou seja, se é real que as posturas conservadoras, talvez por inibição, mantiveram-se em “silêncio estratégico”, como apontou Cantalice (2013), pode-se dizer que as suas manifestações começam a se tornar visíveis, embora ainda isoladas na postura de pesquisadores e de profissionais no cotidiano do exercício profissional.

Em Guerra (1999), identificam-se os esclarecimentos sobre os argumentos da crise de paradigmas e as questões decorrentes da pós-modernidade. Por sua vez, Netto (2010, posfácio) gera um escopo para as investigações sobre a pós-modernidade. Por outro lado, observa-se o crescimento das pesquisas relacionadas às repercussões da pós-modernidade no Serviço Social, como se verifica em Santos (2007). Esse tema pode ser apontado como possibilidade de continuidade na investigação, uma vez que seria prematuro tentar aqui realizar argumentações que exigem conhecer os fundamentos das mudanças epistemológicas baseadas em filosofias contemporâneas.

Entretanto, as leituras realizadas sobre a pós-modernidade, com referência nos textos de Anderson (1999), Coutinho (2010), Guerra (1999), Harvey (1992), Netto (2010), Rouanet (1987) e Santos (2007), confirmam aspectos da continuidade histórica e ideocultural conservadora das ciências sociais e da sociologia, como componente do mesmo fenômeno da “decadência burguesa”, configurado na contemporaneidade, como “miséria da filosofia” por Coutinho (2010).

A sociedade contemporânea, amparada por mecanismos inerentes às formas de sustentação e organização do trabalho, ampliados pelos meios eletrônicos de comunicação e virtualidades em tempo real, aprofunda-se em processos anteriormente existentes como os de inversão da realidade, que se apresentam reconfigurados. Segundo Coutinho (2010, p. 44), a ideologia conservadora contribui para sustentação de tal inversão: o pensamento fetichizado rompe com as categorias humanismo, historicismo e dialética, formuladas inicialmente por Hegel e seguidas, a princípio pela burguesia revolucionária, e que passaram a privilegiar o pensamento imediatista, justificando o capitalismo.

No Serviço Social, a perspectiva de romper com o conservadorismo, além de assegurar a apropriação teórico-metodológica da teoria social crítica, favoreceu o conhecimento do conservadorismo. Assim, a práxis política das entidades em processos de formulação e encaminhamentos do projeto profissional, apresenta o contrário ao referencial eclético herdado, que abstraiu uma capacidade sincrética para o Serviço Social. A expressão da ideologia conservadora, enfatizada pelo reacionarismo, se repõe favorecida pelos contextos históricos e conjunturais, adquirindo condições para um lastro teórico-metodológico renovado e crítico: a luta por projeto societário situada na profissão/área de conhecimento.

Após a análise aqui efetuada, consideram-se atingidos os objetivos propostos com a pesquisa realizada para formular este texto.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, P. *As origens da pós-modernidade*. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- ANUNCIACÃO DE SOUZA, J. M. O conservadorismo moderno: esboço para uma aproximação. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 122, p. 1-22, abr./jun. 2015.
- _____. *Tendências Ideológicas do Conservadorismo*. 2016. 304 p. Tese de Doutorado. PPG em Serviço Social/UFP.
- BARROCO, M. L. S. *Ética e Serviço Social: Fundamentos Ontológicos*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- _____. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 124, p. 623-636, out./dez. 2015.
- BONFIM, P. *Conservadorismo moral e Serviço Social*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.
- BOSCHETTI, I. *Assistência Social no Brasil: um direito entre originalidade e conservadorismo*. Brasília: GESST/SER/Unb, 2001.
- _____. Expressões do conservadorismo na formação profissional. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 124, p. 637-651, out./dez. 2015.
- CANTALICE, L. B. de O. 2013. *Incidências Pós-modernas na Produção do Conhecimento em Serviço Social*. 284 p. Tese de Doutorado. PPG em Serviço Social - UERJ.
- CUEVA, A. Introdução; A guinada conservadora. In: _____. (Org.). *Tempos conservadores*. Trad. Fátima Murad. São Paulo: HUCITEC, 1989. p. 11-38.
- COUTINHO, C. N. *O estruturalismo e a miséria da razão*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. [Debates e Perspectivas].
- ESCORSIM, L. [Leila Escorsim Netto]. *O conservadorismo clássico*. Elementos de caracterização crítica. São Paulo: Cortez, 2011.
- GUERRA, Y. *A instrumentalidade do Serviço Social*. 2. ed. revista. São Paulo: Cortez, 1999.
- _____. A força histórico-ontológica e crítico-analítica dos fundamentos. *Revista Praia Vermelha*, Rio de Janeiro. n. 10, primeiro semestre, p. 8-45, 2004.
- _____. Expressões do pragmatismo no Serviço Social: reflexões preliminares. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 39-49, 2013.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. Trad. Adail U. Sobral; Maria S. Gonçalves. 11. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- HOBBSBAWN, E. J. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- IAMAMOTO, M. V. Conservadorismo e Serviço Social. In: _____. *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social*. Ensaio Críticos. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1997, p. 17-53.
- _____. *Serviço Social em tempo de capital fetiche*. Capital financeiro, trabalho e questão social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- LÖWY, M.; SAYRE, R. *Revolta e melancolia*. Trad. Nair Fonseca. São Paulo: Boitempo, 2015.
- MANNHEIM, K. O pensamento conservador. In: MARTINS, J. DE S. *Introdução crítica à sociologia rural*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1986, p. 77-131.
- MARANHÃO, C. Uma peleja teórica e histórica: Serviço Social, sincretismo e conservadorismo. In: MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Angela. *Cenários, contradições e pelejas no Serviço Social brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2016, p. 165-204.
- MOTA, A. E. Serviço Social brasileiro: profissão e área do conheci-

- mento. *R. Katál.*, Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 17-27, 2013.
- NETTO, J. P. Ditadura e Serviço Social: *Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1998.
- _____. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. 3. ed. ampliada. São Paulo: Cortez, 2001.
- _____. Posfácio. In: COUTINHO, C. N. *O estruturalismo e a miséria da razão*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 233-286.
- NISBET, R. *O conservadorismo*. Lisboa: Editorial Estampa, 1987. [Ciências Sociais Temas].
- QUIROGA, C. *Invasão positivista no marxismo*. Manifestações no ensino da metodologia no Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1991.
- ROUANET, P. S. *As razões do iluminismo*. 4ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- SANTOS, J. S. *Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social Brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2007. [Questões da Nossa Época].
- SIQUEIRA DA SILVA, J. F. Crise do capital, neoconservadorismo e Serviço Social no Brasil. *Em Pauta*, Rio de Janeiro, n. 35, v. 13, p. 99-125, 1º semestre de 2015.

Rosana Mirales

Professora de Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social na UNIOESTE - Campus de Toledo, e possui Doutorado em Serviço Social pela PUC/SP
mirales_ro@hotmail.com

* Artigo resultante de pesquisa realizada em Estágio de Pós-doutoramento, entre 2016-18, vinculada ao Grupo de Pesquisa Fundamentos do Serviço Social: Trabalho e Questão Social – agradeço a UNIOESTE; também agradeço ao Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre os Fundamentos do Serviço Social na Contemporaneidade – UFRJ, especialmente à Profª Yolanda Guerra; ao Núcleo de Estudos sobre Políticas Sociais, Trabalho e Desigualdades - Centro de Estudos Sociais, UC/Portugal, especialmente ao Prof. Pedro Hespanha. Agradeço ainda Alcina Martins e Rosa Tomé.

Apontamentos críticos sobre “As 23 teses pela Reforma do Serviço Social Brasileiro”

Critical notes on “23 Theses for the sake
of the Brazilian Social Work Reform”

Alexandre José dos Santos
Dandara Oliveira de Albuquerque
Gessyca Andrea de Lima Baracho
Jady Stephanie Bispo dos Santos Pinho
Thais Carolina Pires de Oliveira

Revista Praia Vermelha	Rio de Janeiro	v. 29	n. 2	p. 739-762	2019
------------------------	----------------	-------	------	------------	------

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo revelar a presença do neoconservadorismo na produção teórica do Serviço Social intitulada “As 23 teses pela Reforma do Serviço Social Brasileiro” (OLIVEIRA, 2017), contrapondo-a com base na teoria social crítica hegemônica na profissão. Para tanto, adotou-se como metodologia a revisão de literatura no sentido de embasar as críticas ao conteúdo expresso no documento em questão. Concluiu-se que as teses propostas vão de encontro ao saber científico construído dialeticamente na categoria e corroboram para o retorno ao tradicionalismo alinhado à perspectiva pragmática da atuação profissional.

PALAVRAS-CHAVE

Conservadorismo; Prática Profissional; Serviço Social.

ABSTRACT

The present article aims to reveal the presence of neoconservatism in a theoretical production of Social Work, entitled “23 Theses for the sake of the Brazilian Social Work Reform” (OLIVEIRA, 2017), contradicting it based on the hegemonic critical social theory in the profession. For this purpose, the methodology adopted was a literature review to support the criticism to the content expressed in the document in question. In conclusion, the proposed theses go against scientific knowledge dialectically built in the category and also corroborate a return to the traditionalism aligned with a pragmatic perspective on the professional activity.

KEYWORDS

Conservatism; Professional Practice; Social Work.

Recebido em 29.01.2019

Aprovado em 21.05.2019

INTRODUÇÃO

O movimento de avanço do conservadorismo no Brasil e no mundo, que se configura como resposta à crise estrutural do sistema capitalista, vem se alavancando em escalas cada vez maiores na contemporaneidade. Para entender esse avanço, é necessário compreender como se dá o surgimento do pensamento conservador e suas reatualizações nos tempos correntes, mas também realizar as devidas mediações sobre os rebatimentos no Serviço Social.

Segundo Escorsim Netto (2011), o pensamento conservador clássico surge através do movimento iluminista e das consequências do caráter revolucionário da Revolução Francesa. Esse conservadorismo, caracterizado como contrarrevolucionário, expressava os interesses do regime absolutista, da nobreza fundiária e do alto clero na tentativa de restauração dos valores tradicionais, representando um tipo de anticapitalismo romântico que significava, obviamente, a defesa do capitalismo, mas que este não viesse acompanhado da modernidade.

No entanto, esse movimento conservador/restaurador era inviável frente às transformações do desenvolvimento do capitalismo e às necessidades da burguesia em ascensão que remodela o Estado, a economia e a política aos seus interesses. Nesse sentido a burguesia, ao se consolidar enquanto classe dominante, abandonou o seu caráter revolucionário, de representante do conjunto da sociedade, após vencer o regime absolutista e destruir as estruturas do sistema feudal. Iniciou, portanto, a “defesa de seus estritos interesses particulares” (NETTO, 2011, p. 46).

Dentro desse contexto, a burguesia dominante, sentindo-se pressionada com as revoluções democrático-populares protagonizadas pelo proletariado emergente, durante 1830 e 1848, “precisa abrir mão da cultura progressista e da preocupação em conhecer efetiva e verazmente a sociedade, substituindo-as por construções ideológicas racionalizadoras e legitimadores de seu domínio” (NETTO, 2011, p. 48). Ou seja, a burguesia, que tinha caráter revolucionário, cria mecanismos político-ideológicos contra qualquer tipo de revolução, passando a se definir claramente como contrarrevolucionária.

Após 1848, com a ameaça socialista, o pensamento conservador cria as condições ideológicas para o estabelecimento da “ordem social”, como as ciências sociais que estavam a serviço da manutenção do *status quo* e da naturalização das hierarquias da sociedade burguesa. Os conservadores, portanto, voltam-se “para a construção de conhecimentos que, favorecendo a gestão da burguesia, permitia controlar e regular suas crises e, assim, superar a ameaça revolucionária” (NETTO, 2011, p. 51).

Com o surgimento da “questão social” vinculada estruturalmente ao sistema capitalista como resultado da contradição entre capital e trabalho, o conservador Émile Durkheim defendeu a necessidade de enfrentá-la através de uma ação social pensada e planejada para impedir a desintegração da sociedade burguesa. A perspectiva era de integração social, em que a ação desenvolveria vínculos solidários entre os indivíduos com base numa reforma moral centrada na educação para sua internalização entre as pessoas; percebe-se aqui um viés ideológico no enfrentamento das expressões da questão social (NETTO, 2011).

Na contemporaneidade, há um movimento de reatualização desse discurso conservador no enfrentamento das expressões da questão social. Segundo Santos (2007), o acirramento das contradições internas do modo de produção capitalista provocou a crise mundial desde os anos 1970. O desemprego se instalou e os níveis de produção e consumo em massa, característicos do sistema fordista, caíram drasticamente, impactando diretamente as taxas de lucro e o processo de acumulação do capital. Em resposta à crise, as estratégias se assentaram no tripé: reestruturação produtiva, financeirização e ideologia neoliberal.

A ofensiva do capital, nos anos 1990, sob essas três dimensões, significou a alteração nas relações de trabalho com a flexibilização, a terceirização e o enfraquecimento das organizações sindicais, mas também através da constituição de capitais especulativos, com a desregulamentação de economias e estados nacionais, privatizações e destituição de direitos sociais. A partir dos anos 2000, houve uma certa inflexão e um crescimento de uma perspectiva mais democrática de governo, com a ampliação de espaços de participa-

ção e expansão de direitos sociais nos governos Lula e Dilma, apesar das inúmeras contradições. Entretanto, com o golpe midiático e político-institucional atrelado ao avanço conservador e puramente neoliberal, o que vem se estabelecendo no Brasil é um processo de destruição de direitos sociais em massa e uma intensa flexibilização das relações de trabalho através de contrarreformas, agudizando as expressões da pobreza.

Nesse processo também se intensificam as estratégias de individualização dos problemas sociais, colocando para os sujeitos a responsabilidade de assumir as consequências de expropriação, exploração e opressão a que são submetidos. Essas estratégias são respostas que têm sido fundamentadas sob o viés moralizador e pragmático, que compreende a realidade no campo da aparência, criando intervenções no sentido de “contemporizar as situações limites que ameaçam a reprodução social” (GUERRA, 2013, p. 40).

Diante desse cenário, o Serviço Social brasileiro, enquanto profissão que calcou ao longo da sua história um terreno de luta ao lado da classe trabalhadora, rompendo com suas bases positivistas a partir do Movimento de Reconceituação nos anos 1970, também se depara com avanços neoconservadores na esfera da produção acadêmica e do exercício profissional.

Nesse contexto, surge um movimento chamado “Serviço Social Libertário”, que se articula através das redes sociais desde 2016, afirmando a defesa de ideias liberais e a necessidade de uma reformulação da profissão que se desvincule de um projeto classista “de orientação comunista”, tendo por base o documento intitulado “As 23 teses pela reforma do Serviço Social Brasileiro” (OLIVEIRA, 2017). Esse documento tem como autor o professor Edson Marques de Oliveira, associado do curso de Serviço Social da UNIOESTE (Universidade Estadual do Oeste do Paraná), campus Toledo. Algumas das temáticas de sua atuação são: empreendedorismo social, serviço social, responsabilidade social empresarial e administração de recursos humanos, formação em Serviço Social EaD, *coaching* de vida, etc. Nesse sentido, o presente artigo objetiva traçar observações críticas acerca das propostas trazidas no referido documento.

O AVANÇO DO NEOCONSERVADORISMO NO SERVIÇO SOCIAL: REFLEXÕES CRÍTICAS SOBRE AS 23 TESES

Inicialmente, o autor coloca que o objetivo do documento é aprofundar a reflexão da profissão no que diz respeito à postura crítica e prática de intervenção, refutando-a. Com isso o autor acredita contribuir para a construção da justiça social, com uso de estratégias objetivas e não apenas ideológicas, agindo de acordo com a “praxipragmalógica”, ou seja, a partir da ação pensada na realidade, expandindo para além do “discurso utópico”. Ainda coloca que se deve articular teoria e prática no sentido de desenvolver projetos que apresentem soluções e tragam aos “clientes” serviços humanos e de qualidade, apartados da militância “político-partidário-ideológica” ilusória filiada aos movimentos sociais.

Entretanto, é necessário compreender que articular ações interventivas pensadas na realidade faz parte do processo de trabalho de assistentes sociais, contudo a realidade precisa ser entendida no âmbito da sociedade regida pelas relações de poder e pela luta de classes; assim, para pensar sobre o agir profissional na realidade cabe fazer análises conjunturais, econômicas e sociais. O trabalho do Serviço Social não pode se pautar apenas na dinamização dos direitos sociais, precisa estar articulado com a superação desse modelo societário a partir da totalidade social. Os movimentos sociais influenciam e influenciaram positivamente a categoria profissional no seu processo de Reconceituação, que no Congresso da Virada se alia aos movimentos na perspectiva da superação da ordem burguesa na luta por outra forma de sociabilidade.

A partir de sua leitura do atual agir profissional hegemônico do Serviço Social, o autor propõe, na sua 1ª Tese, que seja feita uma reforma nas bases ideológicas e práticas da profissão, sugerindo que o Serviço Social passe a atuar como em seu surgimento. Isso reverbera diretamente na volta do conservadorismo na profissão que, embriõariamente, atuava para a manutenção da ordem societária pelo viés moral da boa ordem. Barroco (2015) coloca o conservadorismo como a reprodução do modo de ser fundado nos valores históricos das eli-

tes dominantes, repercutindo no racismo, no preconceito de classe e crítica descabida ao comunismo. Assim, apoiar o conservadorismo na profissão aponta para o mantimento da ordem neoliberal, que lê as expressões da questão social a partir do viés moralizante, desligado da análise da realidade social que o autor recomenda ser feita.

Posteriormente, declara na sua 2ª Tese que “O atual estado teórico e prático do Serviço Social Brasileiro mostra um distanciamento cada vez maior da origem coerente e congruente que teve” (OLIVEIRA, 2017, p.4). Isso porque, para o autor, apenas o pensamento marxista hegemônico é aceito e a “ideologia comunista” é enaltecida, criando uma contradição política, uma vez que a categoria defende a democracia e a pluralidade de pensamento, mas na verdade somente a perspectiva marxista é relevante. No entanto, essa afirmação não tem coerência, sendo necessário ressaltar que a incorporação da teoria marxista no trabalho do Serviço Social fez com que a categoria começasse a se enxergar enquanto parte da classe trabalhadora inscrita na divisão sociotécnica do trabalho, reconhecendo sua inserção na dinâmica da acumulação capitalista. Dessa forma, o projeto profissional hegemônico atualmente é fruto de um movimento de transformação que mudou as bases teóricas e políticas para o exercício da profissão, que se materializam legalmente no Código de Ética Profissional e na lei que regulamenta a profissão (ZACARIAS, 2013). Em análise sobre a influência da corrente marxista no trabalho do assistente social, Zacarias (2013) assinala:

É inegável a importância do marxismo na construção do projeto profissional atual, na designação dos valores éticos, das diretrizes e da centralidade da categoria trabalho à profissão, assim como no reconhecimento da questão social enquanto objeto de trabalho do Assistente Social. Sem a leitura crítica de Marx sobre a sociedade capitalista, provavelmente ainda se estaria dirigindo esforços, de forma subalterna e apática, para reprodução do sistema capitalista através do tratamento moral à questão social. Sob a apreensão e mediação do real, com a obra de Marx foi possível a constatação de que o Assistente Social é um trabalhador que realiza as suas atividades estando inserido em processos de trabalho na sociedade capitalista (ZACARIAS, 2013, p. 64).

Em sua 3ª Tese, o autor discorre sobre as novas demandas sociais marcadas por novos arranjos políticos, o que implica em saber ler a realidade, saber intervir e saber lidar com as demandas cotidianas, dentro dos limites institucionais. Assume ainda que os profissionais deveriam se preocupar mais com a prática interventiva da profissão do que estar se filiando a movimentos sociais e militando por causas específicas.

O que Oliveira (2017) chama de demandas sociais é fruto da sociabilidade capitalista, decorre da produção que é fundada no capital, e é radicalizada com desmontes de políticas públicas e dos serviços oferecidos, destituindo do Estado a responsabilidade de oferecer os mínimos sociais para a sobrevivência de amplos segmentos da sociedade. Essas demandas são históricas e sofrem influências no decorrer da história. Elas são a renovação da “velha questão social”, que nasce das relações capitalistas, e adquire outras roupagens a partir de novas condições sócio-históricas da sociedade, sofrendo o aprofundamento das contradições e assumindo novas experiências (IAMAMOTO, 2015). É fundamental ressaltar que a defesa intransigente dos direitos humanos, o interesse pelo fim de todas as formas de preconceito e o incentivo do respeito pela diversidade humana está ligado ao processo de uma construção de outra ordem societária e faz parte das competências da categoria profissional do Serviço Social, estando inscrita nos princípios do Código de Ética Profissional.

Na 4ª Tese, o autor faz uma crítica à postura do/a assistente social de estar na luta em defesa da classe trabalhadora, pois isso gera perda da identidade profissional, com o argumento de que o Serviço Social não seria mais uma profissão e sim sindicatos, ONGS, e movimentos sociais. Além disso, coloca que a realidade pede uma postura profissional, técnica, interventiva e propositiva, tendo que resgatar a natureza da profissão centrada no ser humano e na viabilização do seu bem-estar. Diferente do que Oliveira (2017) defende é preciso, antes de tudo, entender que a prática profissional interventiva deve estar ligada à leitura da realidade numa perspectiva de totalidade social na qual incorpora a divisão da sociedade em classes, pois negar a existência de classes naturaliza a desigualdade social e deslegitima as lutas da classe trabalhadora.

Na 5ª Tese o autor foca na questão da identidade da profissão e faz uma alusão ao Congresso da Virada como um momento em que ocorreram “ações grotescas e violentas”, quando na verdade foi um espaço muito importante para os novos rumos do Serviço Social, em que este se desvinculou do berço conservador. Nessa lógica, Oliveira (2017) aponta que a identidade profissional é formada através da interação com a dinâmica social, afirmando que o Serviço Social atualmente impõe uma única vertente “teórica, filosófica, ideológica, política e partidária”, quando na verdade os/as assistentes sociais são diversos/as e plurais, principalmente política e partidariamente falando. Sobre isso cabe destacar que:

O pluralismo, como reconhecimento do diverso e da diversidade, contudo, não pode desconsiderar as construções coletivas da profissão, que soube rever os princípios, diretrizes e valores conservadores e instituiu seus novos fundamentos teóricos e ético políticos em normas legais e regulamentadoras que passaram a orientar seu processo formativo e exercício profissional (CFESS, 2010, p.5).

O autor ainda coloca que a identidade profissional do Serviço Social atrelada a uma identidade de classe é um problema para a profissão, pois é sectária e opressora e isso precisa mudar, voltando o Serviço Social a ser simplesmente uma profissão como as demais. Entretanto, é interessante apontar que mesmo quando os projetos profissionais aparentemente não possuem nenhuma dimensão política, há algo por traz que direciona e embasa o projeto, assim como Netto (2009) considera:

É importante ressaltar que os projetos profissionais também têm inelimináveis dimensões políticas, seja no sentido amplo (referido às suas relações com os projetos societários), seja em sentido estrito (referido às perspectivas particulares da profissão). Porém, nem sempre tais dimensões são explicitadas, especialmente quando apontam para direções conservadoras ou reacionárias. Um dos traços mais característicos do conservadorismo consiste na negação das dimensões políticas e ideológicas (NETTO, 2009, p.145).

A 6ª Tese é uma continuidade da anterior e o autor segue afirmando a necessidade de o Serviço Social possuir uma identidade profissional adequada que oriente o pensar e o agir do/a assistente social apenas como profissional. Ele ainda ressalta que os/as profissionais não são militantes, sendo necessário que o arcabouço legal que orienta a profissão seja revisto e adeque-se à lógica da profissão e não da militância. É possível observar nessas afirmações uma rasa aproximação e leitura da realidade do Serviço Social, pois a profissão não caminha mais numa perspectiva messiânica. Nesse sentido, cabe ressaltar que Netto (2009, p.146) aponta: “[...] Exceto se se quiser esterilizar no messianismo (cuja antítese é o fatalismo), até mesmo um projeto profissional crítico e avançado deve ter em conta tais limites, cujas linhas mais evidentes se expressam nas condições institucionais do mercado de trabalho”.

Na 7ª Tese o tema tratado é a realidade “carne e osso” com a qual, segundo o autor, os/as assistentes sociais se deparam no cotidiano profissional e na qual não estão preparados/as para intervir. Nessa perspectiva, Oliveira (2017, p.10) indica que “[...] A centralidade de nosso fazer é o ser humano e não as expressões da questão social, pois são os seres humanos os mais afetados pelas expressões da questão social [...]”. Entretanto, as demandas apresentadas pelos/as usuários/as são as próprias expressões da questão social e, como Iamamoto (2015) afirma:

Ela é indissociável da investigação permanente, condição para se imprimir agilidade e competência crítica ao desvendamento dos processos sociais, assim como para elucidar as situações concretas vivenciadas pelos indivíduos sociais, na sua objetividade e subjetividade, que se apresentam como desafios aos profissionais de Serviço Social (IAMAMOTO, 2015, p.184).

O autor ainda salienta que nessa realidade “carne e osso” os indivíduos estão sem respostas para as suas demandas, e coloca essa responsabilidade sob os profissionais que não estão preparados para intervir. A perspectiva que Oliveira (2017) defende pode ser facilmente levada a uma intervenção profissional pragmática, sem

maiores reflexões sobre a realidade, e sobre isso é interessante ressaltar o que Guerra (2013) expõe:

O cotidiano, como espaço que sintetiza os fundamentos ontológicos da vida social, exige a atitude pragmática para a reprodução individual e social, mas também permite que se reflita sobre que determinações e necessidades exigem a atitude pragmática para a sua reprodução. No que toca à profissão, são os princípios que a orientam, expostos no seu marco regulatório (código de ética, lei de regulamentação e diretrizes curriculares) que formulam as bases para uma clara e contundente recusa da atitude pragmática e do senso comum que a acompanha (GUERRA, 2012, p.47).

Na 8ª Tese o autor retoma a discussão anterior sobre resgatar o ser humano e sua realização como objeto central da profissão. Aponta novamente que no cotidiano da profissão os/as assistentes sociais não se deparam com as expressões da questão social, mas sim com os dramas, angústias e aflições dos seres humanos. O autor limita a busca por justiça e dignidade à mera realização pessoal em sociedade e ao enfrentamento dos desafios individuais cotidianos; entretanto, os “dramas, angústias e aflições” individuais são reflexos da sociabilidade capitalista e da ideologia neoliberal. Dentro disso, ainda pontua que os/as assistentes sociais estão perdendo espaços de trabalho por não estarem preparados/as para intervir de fato na realidade humano-social, deixando clara a sua defesa pelo Serviço Social Clínico. É importante ressaltar, dentro disso, o que o CFESS (2010) coloca sobre a não coerência desses argumentos em defesa das práticas terapêuticas como “técnicas ou instrumentos” que sempre fizeram parte da história da profissão devendo, por isso, serem reconhecidas como competências profissionais. Sabe-se que as ações de teor psicologizante marcaram os primórdios da profissão; entretanto, o Serviço Social se afastou dessa vertente e a realização de terapias não integra nem teórica e nem legalmente a profissão (CFESS, 2010).

A 9ª Tese, dando continuidade à 8ª, tem como discussão a história do Serviço Social e o ser humano como seu objeto. A tese defen-

de que a centralidade da atuação profissional deve ser o indivíduo e que essa perspectiva não destoa da compreensão de totalidade, que não incorre na individualização das questões que perpassam a realidade dos sujeitos. Conclui, portanto, que “dar centralidade ao ser humano” é “sanar suas necessidades” dentro da realização de uma “cidadania global” e que, para isso, é necessária uma redefinição do fazer profissional, a qual busque na sua gênese as respostas “concretas”. No entanto, tais afirmações são contraditórias, porque não há como compreender de maneira totalizante e crítica as manifestações da questão social centrada no indivíduo, uma vez que é caracterizada uma intervenção no campo da aparência e isso, por sua vez, não contribui para a realização da cidadania.

Logo, questiona-se essa perspectiva, pois ela exprime a incorporação histórica, dentro da categoria, do pragmatismo. Segundo Guerra (2013), no plano prático e profissional o cotidiano é solo fértil para a individualização das questões sociais, convertendo contradições estruturais em conflitos individuais e condicionando as ações em respostas instrumentais. Inclusive, as primeiras experiências interventivas do Serviço Social tradicional - de caso, grupo e comunidade - às quais o autor tanto faz referência, foram exatamente experiências de atuação voltada para a individualização e culpabilização dos sujeitos frente à sua condição de expropriação, pobreza, dentro de uma prática de ajustamento e adequação à ordem vigente.

Na 10ª Tese o autor defende a ideia de que o Serviço Social é uma profissão que tem como peculiaridade histórica “auxiliar e mediar o acesso a informações, conhecimentos serviços, e estratégias aos seus clientes com a finalidade de alcançar o bem-estar” (OLIVEIRA, 2017, p.13). Ele ainda coloca que a particularidade profissional é

[...] construir conhecimento a partir da realidade [...] e intervir para mudar a realidade estudada [...], e não ficar com elaborações fictícias e ilusórias de uma nova ordem societária sem dizer como, quando que na prática não se faz nada de concreto para alterar a realidade de seus clientes (OLIVEIRA, 2017, p.14).

Dentro disso, é necessário destacar, mais uma vez e sempre, que a incorporação do pragmatismo burguês, utilitarista, imediatista, per-

mite a compreensão da profissão “como técnica social” (GUERRA, 2013, p. 46) que reproduz a lógica do auxílio e da mediação de conflitos, mas também considerar os sujeitos como clientes é entender a atuação profissional dentro de uma relação comercial. Como também, dentro desse contexto, a defesa da perspectiva de “construir o conhecimento a partir da realidade” para poder intervir e a afirmação da construção de um conhecimento “ideário” do Serviço Social, que não traz “respostas concretas” aos sujeitos, tem como responsável o pragmatismo que se fundamenta no empirismo, o qual supervaloriza a prática em detrimento da teoria por compreender que a teoria “não se aplica à prática”. Essa discussão expressa o grande desafio da atualidade à profissão: que é a relação teoria/prática, ou a famigerada frase de que na prática a teoria é outra (SANTOS 2017).

A 11ª Tese reforça a ideia de que o conhecimento, a identidade e a peculiaridade do Serviço Social se materializam a partir de uma prática pensada diante de uma realidade empírica, numa relação de causa e efeito, quando conceitua a ação como “praxipragmática”, que significa ação pensada, ação feita, a qual, para o autor, contribui para a realização de “respostas concretas” e sugere uma redefinição dos currículos profissionais. Nesse sentido, esclarece Santos (2017):

[...] uma teoria não se aplica à prática nem se extrai da prática uma teoria diretamente, uma vez que a prática oferece insumos para a teoria, mas não de forma direta. Contudo, há uma relação intrínseca entre ambas que é ‘a unidade na diversidade’[...] (SANTOS, 2017, p. 268).

Assim, fica evidente que a tese expressa ideologicamente uma compreensão deturpada do “fazer profissional”, sem as devidas mediações entre teoria e prática, mas que se coloca aqui uma determinada concepção que privilegia apenas a dimensão técnico-operativa e que esta se apreende no cotidiano, na prática, num claro esforço ao retorno do Serviço Social tradicional.

Dentro disso, a 12ª Tese reforça mais uma vez que “É preciso exercer o papel e a função de facilitador e mediador de conhecimentos que permitem apoiar, orientar e motivar os sujeitos a serem autores do design de seu projeto de vida” (OLIVEIRA, 2017, p. 15) e que, para isso, é necessário desenvolver a pluralidade de concepções “e não

uma pluralidade fingida”. Para fundamentar essa ideia, o autor referencia Cristo, descrevendo uma passagem bíblica. Fica evidente o caráter pragmático, infundado e moralizador das afirmações. Primeiro porque, novamente, compreende o Serviço Social como uma profissão meramente técnica, e como se os profissionais fossem “organizadores” da vida dos sujeitos. Segundo porque afirma não haver uma pluralidade “efetiva”, quando na verdade se configura uma falácia, uma vez que o próprio Código de Ética vigente prevê o respeito às diversas concepções teóricas. E por fim, fundamenta essa ideia sob o prisma religioso, evidenciando uma perspectiva conservadora e moralizante.

A 13ª Tese trata da pluralidade, e diz que esta deve ser empática e não simpática como é disseminado atualmente, pois a pluralidade simpática confunde pluralismo (mais de uma teoria) com ecletismo (mistura de teorias sem fundamento). O autor afirma que quando alguém tenta dialogar com outras matrizes é acusado de praticar o ecletismo, e esse fato acaba “separando as pessoas e impedindo o crescimento intelectual e um policiamento epistemológico pela desqualificação sem argumentação lógica e factual” (OLIVEIRA, 2017, p.16). Para ele esse tipo de pluralidade que condena o diálogo entre diferentes vertentes teóricas coloca alguns no lugar dos “politicamente corretos” e outros como vilões, restringindo os argumentos às frases prontas como “isso está superado” ou “pela defesa do projeto ético-político”. Por isso Oliveira (2017) estimula a pluralidade empática, que prega que o diálogo deve acontecer com quem é diferente e preza pela liberdade de fazer suas escolhas teóricas. Na verdade, o autor faz essas afirmações com um tom de liberdade e democracia, mas esconde um tom irônico com o objetivo de mostrar que quem está vinculado à teoria marxista são, nas palavras do autor, as “pessoas do bem” que acabam pressionando os outros, “pessoas do mal”, a fingirem que compactuam com a ideologia marxista para serem aceitos pela hegemonia da profissão. Entretanto, sua afirmação é bastante generalista, pois no seio da profissão existe sim o pensamento hegemônico da teoria social crítica, mas existe também o reconhecimento da diversidade das matrizes teóricas; e à luz do VII fundamento do Código de Ética Profissional, ressalta-se

que deve haver a “garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual” (CFESS, 1993, p. 24).

A 14ª Tese afirma que “devemos mudar o rumo e a atual trajetória profissional de uma ação que se diz ser profissional, mas se confunde com uma militância que não representa a maioria, e sim uma hegemonia, que não combina com democracia e muito menos com pluralidade” (OLIVEIRA, 2017, p.18). Esse fato, segundo o autor, acaba gerando crises de identidade pessoais e profissionais, resultando na perda de espaços sócio-ocupacionais, dificuldades de relacionamento com os demais profissionais das equipes multidisciplinares, falta de objetividade e clareza nas intervenções. Ele aponta isso como consequência de uma dicotomia entre uma teoria que busca uma nova ordem societária e as ações que se resumem a atender, orientar, encaminhar e mediar serviços sem alterar a vida dos indivíduos. Nessa tese, Oliveira (2017) faz uma crítica à matriz hegemônica marxista argumentando que esta tem um caráter político-partidário, e foi criada com a intenção de subsidiar movimentos da classe trabalhadora para a superação do modo de produção capitalista, e não de ser aplicada por uma profissão.

Reforça-se, nessa Tese, novamente o jargão “na prática a teoria é outra”, tão utilizado pelos/as profissionais que trabalham diretamente com os/as usuários/as e lidam com todas as dificuldades do cotidiano precário das instituições e das políticas, que tornam penoso o cumprimento do Projeto Ético-Político que busca uma prática atrelada à teoria para fundamentar as ações e garantir mais efetividade na intervenção da realidade. A profissão, apesar de ter uma origem investigativa e interventiva, ao longo do tempo, com as experiências e apropriação do arcabouço teórico crítico, percebeu que vai além de ações pontuais e carrega consigo um teor político que direciona o fazer profissional em prol de uma classe, a trabalhadora. E diferente do que Oliveira (2017) afirma a intenção não é de excluir quem pensa de acordo com teorias diferentes, e sim de utilizar a teoria que mais contribui para o desvelamento das contradições inerentes ao capitalismo,

que se revelam nas múltiplas expressões da questão social, objeto de intervenção do Serviço Social. O Código de Ética Profissional deixa claro, no fundamento VII, a “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero” (CFESS, 1993, p. 24).

Diante disso, a 15ª tese afirma que “não cabe mais defender um projeto ético político profissional organicamente e mecanicamente alinhado a uma única matriz e a uma hegemonia ideológica e só dizer que existem outros tantos projetos em disputa” (OLIVEIRA, 2017, p.21), pois essa defesa implica em uma adesão mecânica da matriz ideológica hegemônica e não deixa que os outros projetos que permeiam a profissão sejam conhecidos e possam influir profissionalmente. O autor também critica o Código de Ética Profissional do Serviço Social por ele ser diferente das demais profissões, já que não se limita a tratar das relações de direitos e deveres dos profissionais baseando-se em valores éticos, e também suscita uma direção política para o fazer profissional dos/as assistentes sociais. O autor novamente condena a militância presente entre os profissionais, alegando que se defende qualquer tipo de causa social e se acaba esquecendo os interesses da categoria. Diante do exposto, cabe esclarecer que a militância e a vinculação com movimentos sociais da classe trabalhadora aproximam os/as assistentes sociais das expressões da questão social e das demandas que permeiam a sociedade. Assim, fortalecendo esses espaços de luta será possível almejar o objetivo de construir uma sociedade mais justa e humanamente emancipada, pautada em um dos princípios defendido pelo Código de Ética: “ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras” (CFESS, 1993, p.3).

A 16ª Tese relata sobre a “retomada e restauração de uma postura e cultura profissional, que tenha sua dimensão política, mas não política ideológica-partidária” (OLIVEIRA, 2017, p.22), a fim de que se possa contribuir para uma democracia respeitosa e consolidá-la. Por isso, para o autor, é necessário que se retome a patamares “lógicos de uma profissão” para assim recuperar a legitimidade profes-

sional do trabalho com pessoas, não misturando ações de militância, ações as quais não são efetivadas, que só permanecem no campo das ideias. No entanto, a Lei de Regulamentação da Profissão do Serviço Social, o Código de Ética Profissional (1993) e as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) (1996) determinam a necessidade de um permanente compromisso da categoria profissional com a defesa dos interesses da classe trabalhadora e movimentos sociais, para assim ampliar e consolidar direitos, cidadania e a democracia.

Dessa forma, segundo Barroco (2011), o avanço político do projeto do Serviço Social precisa relacionar-se com o avanço das forças sociais mais amplas, pois:

[...] só conseguiremos consolidar politicamente o nosso projeto, na direção social pretendida, se tivermos uma base social de sustentação; logo, é fundamental a articulação com os partidos, sindicatos e entidades de classe dos trabalhadores, com os movimentos populares e democráticos, com as associações profissionais e entidades de defesa de direitos (BARROCO, 2011, p.212).

A 17ª Tese levantada pelo autor enfatiza que a pluralidade empática, já tratada anteriormente, deve ampliar a comunicação com outras correntes de pensamento. Dentro disso, ressalta que é fundamental romper com a visão maniqueísta, pois se construiu dentro da profissão que a teoria crítica marxista é a verdade para ser um bom profissional. O que se observa na realidade é que a partir do processo intelectual do Serviço Social, fez-se necessário conhecer as contradições da sociedade capitalista, da questão social e suas expressões que desafiam cotidianamente os/as assistentes sociais. A orientação da teoria crítica marxista, portanto, ampliou a capacidade de intervir de forma qualitativa na garantia do Projeto Ético-Político profissional, sendo possível realizar o compromisso com os valores éticos e políticos emancipadores, para conquista da liberdade em defesa da classe trabalhadora. Contudo, como já foi apontado, no Código de Ética Profissional, encontra-se entre seus fundamentos a garantia do pluralismo. Dentro disso, cabe apontar que:

[...] captar os fundamentos, a direção social e a finalidade do referido projeto profissional crítico e do Código de Ética Profissional vigente, haja vista se tratar de uma profissão interventiva como o Serviço Social, significa captar a imprescindibilidade de contínua busca de aprimoramento intelectual/profissional (FORTI, 2017, p. 380).

Na 18ª Tese, Oliveira (2017) afirma que os espaços de atuação profissional devem ser ampliados. Levanta ainda que as pessoas que só vivem da teoria da academia e que não exercem a prática profissional se acham capazes de opinar sobre tudo, inclusive sobre sustentar a ideia de que toda atividade profissional, que não seja a militante, só reafirma o idealismo e a lógica capitalista, e concomitantemente “fere o projeto ético-político”, a exemplo de quem trabalha em organizações empresariais. Entretanto, o que a visão do autor não abarca é que:

O assistente social sendo também um trabalhador inserido na divisão sócio-técnica do trabalho, que vende sua força de trabalho por um salário, é requisitado para atender tanto às necessidades do capital como as do trabalho, visando ao aumento do lucro e da produtividade das organizações. No entanto acreditamos que ainda assim existem brechas para desenvolver um trabalho que procure respeitar os direitos dos trabalhadores, procurando não perder de vista o seu compromisso profissional com a classe trabalhadora, explicitado no Código de Ética da Profissão e defendido no Projeto Ético-Político (ABREO; FÁVARO, 2001, p.56).

Na 19ª Tese, o autor defende que precisam ser tratadas questões como a educação à distância (EaD), reconhecendo-a como forma legítima de formação profissional, exigindo qualidade plural, empática e interdisciplinar, como aulas de estágio e TCC presentes nos cursos presenciais. Entretanto, cabe ressaltar o que Silva (2008) pontua sobre a importância de se reivindicar, majoritariamente, a formação de um profissional-intelectual, uma formação teórica essencial para uma apreensão totalizante do movimento do real e fundamental para qualificar seu trabalho profissional denso, crítico e propositivo. É preciso então, qualificar o profissional para que ele se debruce sobre a

realidade, reconhecendo ao mesmo tempo, os imensos desafios contemporâneos e suas armadilhas, sendo elas: as possíveis formas de precarização na formação profissional estimulada pela proliferação de cursos à distância, fragmentando o ensino; a “flexibilização” e as inúmeras dificuldades enfrentadas pelos cursos presenciais, entre outros (SILVA, 2008).

Na 20ª Tese o autor pontua sua perspectiva em relação à atuação profissional e acadêmica dos/as Assistentes Sociais, que são levados/as desde a entrada na academia para uma única corrente teórica, a qual, o mesmo grifa como maniqueísta, sendo esta nomenclatura repetida inúmeras vezes entre as 23 teses. Oliveira (2017) afirma que os professores apresentam apenas leituras marxistas, não lhes sendo apresentadas outras leituras que possam auxiliar na compreensão dialética da realidade; com isto, afirma novamente que os profissionais tornam-se militantes. No entanto, reforça-se aqui mais uma vez que o Código de Ética prevê a liberdade e garante que os profissionais possam escolher as correntes teóricas com as quais concordam. Dentro dessa discussão, cabe ressaltar o que Iamamoto (2000) coloca sobre os limites a serem ultrapassados pela categoria:

[...] cada elemento original contido naquelas afirmativas – o teórico metodológico, o ético-político e o técnico-operativo – são fundamentais e complementares entre si. Porém, aprisionados em si mesmo, transformam-se em limites que vêm tecendo o cenário de algumas das dificuldades, identificadas pela categoria profissional que necessitam ser ultrapassadas: o teorismo, o militatismo e o tecnicismo (IAMAMOTO, 2000, p.52).

Logo, é possível observar a falta de embasamento teórico articulado com a realidade da categoria e seus debates, pois, o autor conclui que “[...] temas controversos e complexos como é o caso do aborto, luta de classes, orientação sexual, etc.” (OLIVEIRA, 2017, p.31) não devem ser defendidos pela categoria, estando fora da atuação profissional. Entretanto, o referido autor não atenta-se ao fato de que esses temas são os mais fomentados no âmbito da classe trabalhadora e refletem as contradições do sistema capitalista.

Na 21ª Tese o autor discorre sobre uma teoria ultrapassada para compreensão do século XXI ao ressaltar a importância de retomar as leituras da autora Mary Ellen Richmond. Destaca que é necessário investigar e intervir na realidade que é apresentada cotidianamente pelos “clientes” e que as leituras são de extrema importância para permitir ocorrer a elaboração de intervenções baseadas nas diretrizes da categoria profissional; no entanto, estas precisam estar atualizadas com a dinamicidade da realidade. Nesse sentido, as indagações que o autor pontua como importantes baseadas na autora Richmond não conseguem dar conta das necessidades postas pelos/as usuários/as na atualidade. Ressalta-se também que a 21ª Tese defende práticas emergenciais tomando-as como principais, sendo este aspecto imediatista um que não logra superar as reais expressões da questão social, traçando um perfil profissional limitado e tecnicista, dentro do qual o indivíduo pesquisador não consegue se colocar como um que formula projetos interventivos embasados no todo, e não apenas nas demandas cotidianas: o que não possibilita fomentar a reflexão na busca pela emancipação dos indivíduos.

Na 22ª Tese as pontuações feitas pelo autor percorrem ideários de cunho cristão e moralista, sendo salientada a importância do/a assistente social se posicionar diante da profissão com sua religião, abordando valores colocados dentro de doutrinas religiosas para as atividades exercidas no campo de trabalho do profissional, como aborda abaixo:

[...] Tais crenças não devem ser vividas só nos templos, mas na vida cotidiana, o que é diferente de proselitismo e doutrinação, pois a sociedade e o fazer profissional são laicos, mas isso não quer dizer que tenhamos que abandonar os princípios, valores e crenças que nos orientam. A religião e a espiritualidade são partes integrantes da vida do ser humano e, por isso, devem ser expressadas e vividas em todos os espaços do viver humano (OLIVEIRA, 2017, p.33).

As argumentações extrapolam todas as diretrizes postas no Código de Ética (1993), sobre a importância e dever do/a assistente social em respeitar o/a usuário/a enquanto indivíduo autônomo e

pertencente às suas próprias escolhas, como cita: “Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais” (CFESS, 1993, p.23).

A última tese tem como título: “Serviço Social no século XXI pode e deve ser uma ciência aplicada na gestão do design de serviços sociais”. O mesmo tema foi abordado na 21ª Tese. É notório que ao discorrer acerca das 23 teses o autor aborda questões ultrapassadas para compreensão da atual realidade brasileira. Seus embasamentos teórico-metodológicos são conservadores e pragmáticos, sendo a 23ª tese a conclusão que aponta pela busca do retorno ao Serviço Social conservador e que visualiza os/as usuários/as enquanto “clientes”, culpabilizando-os/as por sua situação de vulnerabilidade. Oliveira (2017) discute ideários de autores que se remetem a teorias de 1950. Suas articulações de um suposto “novo” Serviço Social são explanadas com passagens da Bíblia.

Logo, por vezes o discurso cheio de desrespeito ao atual Código de Ética torna-se repetitivo e sem muitas colocações construtivas para os/as profissionais de Serviço Social. Boa parte das pontuações são falaciosas e permeiam colocações sem argumentação, como por exemplo, quando cita que os conteúdos elaborados dentro da academia são desassociados da realidade. Entretanto, a dialética da qual o Serviço Social se nutre possibilita que os conteúdos e pesquisas elaborados dentro e fora das universidades sejam responsáveis por fomentar uma atuação profissional embasada em diretrizes, leis e políticas que legitimam a intervenção da profissão nos projetos, programas e serviços.

CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, é possível concluir que o texto das 23 teses aqui discutido é bastante superficial em suas argumentações e leituras sobre a realidade da profissão. Além de não fazer muitas reflexões bem fundamentadas, muitos dos argumentos são baseados em ironia e compreensão rasa de caráter moralizante sobre o real.

A proposta de mudança, feita por Oliveira (2017), das bases do Serviço Social hegemônico aponta para um movimento cada vez mais presente na atualidade da profissão, o que se coloca como um desafio para o fortalecimento do Projeto Ético-Político construído ao longo de um processo histórico repleto de lutas e conquistas. Diante disso, é importante afirmar que:

Os pilares que sustentam o nosso projeto ético-político em sua dimensão de ruptura — o marxismo, o ideário socialista da emancipação humana, o compromisso com as classes trabalhadoras e com a realização de um Serviço Social que atenda os seus reais interesses e necessidades, a busca de ruptura com o conservadorismo, em todas as suas formas — constituem o nosso mais valioso patrimônio que, espero, possamos cuidar dele com muito amor e coragem (BARROCO, 2011, p.215).

É preciso ainda se contrapor aos argumentos colocados nas teses, mostrando o quanto o que está sendo proposto se configura como um retrocesso para a categoria profissional, desde estudantes e professores a assistentes sociais que exercem a profissão nos mais diversos espaços sócio-ocupacionais. Há que se entender que para além de um projeto profissional, a categoria possui um projeto societário, com caráter político, sendo possível compreender que as teses propostas possuem finalidade política de continuidade da ordem atual de regressão de direitos e de manutenção da ordem social capitalista.

Nesse sentido, como alternativas ao enfrentamento desse avanço do pensamento conservador no seio da categoria profissional e de estudantes de Serviço Social, são necessárias discussões sobre conservadorismo e Serviço Social, fazendo as mediações com a conjuntura brasileira e mundial, despertando para compreender o conservadorismo como um elemento importante da ideologia burguesa, desnaturalizando suas contrarreformas e afirmando, cada vez mais, a vinculação da categoria a um projeto de sociedade transformador.

REFERÊNCIAS

ABREO, Ana Carolina S. B. de; FÁVARO, Cláudia Renata. Demandas de Serviço Social no setor empresarial. *Serviço Social em Revista*.

- Londrina, v. 4, n. 1, p. 45-57, jul./dez. 2001. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/ssrevista/n1v4.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2018.
- BARROCO, Maria Lúcia S.. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, n. 106, p. 205-218, abr./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n106/n106a02.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2018.
- _____. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, n. 124, p.623-636, out./dez. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n124/0101-6628-sssoc-124-0623.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2018.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL-CFESS. Código de Ética Profissional do Assistente Social e Lei 8662/93 que regulamenta a profissão do Assistente Social. Brasília: CFESS, 1993. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1993.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2018.
- _____. Serviço Social e Reflexões Críticas sobre Práticas Terapêuticas. 2010. Disponível em <http://www.cfess.org.br/arquivos/doc_CFESS_Terapias_e_SS_2010.pdf>. Acesso em: 20 de junho de 2018.
- FORTI, Valeria Lucília. Pluralismo, Serviço Social e projeto ético-político: um tema, muitos desafios. *Revista Katálysis*. Florianópolis, v. 20, n. 3, p.373-381, set./dez. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802017000300382&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 24 jun. 2018.
- GUERRA, Yolanda Aparecida Demetrio. Expressões do pragmatismo no Serviço Social: reflexões preliminares. *Revista Katálysis*. Florianópolis: v. 16, n. esp., p. 39-49, 2013.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional! 3ª. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- _____. Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- NETTO, José Paulo. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete et al. (Org.). *Serviço Social e saúde: Formação e trabalho profissional*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2009. Cap. 1. p. 141-160.
- NETTO, Leila Escorsim. O conservadorismo clássico: elementos de

- caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2011. p. 9-57.
- OLIVEIRA, Edson Marques. 23 Teses pela reforma do Serviço Social brasileiro: Pelo resgate de sua identidade e de uma cultura profissionalizante. 2017. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B159LRiZwoG5TFFzMW9VSUs2THM/view>>. Acesso em: 10 mai. 2019.
- SANTOS, Cláudia Mônica dos. Do conhecimento teórico sobre a realidade social ao exercício profissional do assistente social: desafios da atualidade. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (org.). Serviço Social no Brasil: História de resistências e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez Editora, 2017.
- SANTOS, Josiane Soares. Neoconservadorismo pós-moderno e serviço social brasileiro. São Paulo: Cortez, 2007.
- SILVA, José Fernando Siqueira da. Serviço Social e Contemporaneidade: afirmação de direitos e emancipação política? *Revista Ciências Humanas*. UNITAU. BRASIL, v. 1, n. 2, 2008.
- ZACARIAS, Inez Rocha. A Influência da Teoria Marxiana no Trabalho do Assistente Social. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2013.

Alexandre José dos Santos é Assistente Social pela UFPE.
alexandredpardier@gmail.com

Dandara Oliveira de Albuquerque é graduanda em Serviço Social pela UFPE. *dandaralbuquerque@gmail.com*

Gessyca Andrea de Lima Baracho é graduanda em Serviço Social pela UFPE. *gessycabaracho@gmail.com*

Jady Stephanie Bispo dos Santos Pinho é graduanda em Serviço Social pela UFPE. *jady.pinho@gmail.com*

Thais Carolina Pires de Oliveira é graduanda em Serviço Social pela UFPE. *thaispiresoliveiras@gmail.com*

AÇÕES REGRESSIVAS ACIDENTÁRIAS: um novo olhar para uma leitura crítica

**ACCIDENTARY REGRESSIVE ACTIONS:
a new look at a critical reading**

Iolani Soares Silva

Revista Praia Vermelha	Rio de Janeiro	v. 29	n. 2	p. 763-778	2019
------------------------	----------------	-------	------	------------	------

RESUMO

O presente ensaio teórico tem como objetivo trazer à discussão as ações regressivas acidentárias promovidas pelo Instituto Nacional do Seguro Social. O percurso metodológico desenvolvido consiste em revisão de literatura e pesquisa documental. Inicialmente, fazemos um histórico breve sobre as ações regressivas acidentárias. Questionamos a perspectiva de análise hegemônica de apreensão do significado dessas ações, que enfatizam o seu caráter punitivo-pedagógico, limitando-se a descrever os fundamentos jurídicos sobre o tema. E, por fim, ressaltamos a importância da perspectiva da crítica da economia política, elaborada por Marx, para a compreensão das ações do Estado nas políticas de seguridade social e de ajuste fiscal.

PALAVRAS-CHAVE

Ações regressivas acidentárias. Seguridade social. Ação do Estado. Ideologia.

ABSTRACT

The present theoretical essay aims to bring to the discussion the accidental regressive actions promoted by the National Institute of Social Security. The developed methodological course consists of literature review and documentary research. Initially, we take a brief history of accidental regressive actions. We question the perspective of a hegemonic analysis of the apprehension of the meaning of these actions, which emphasize their punitive-pedagogical character, being limited to describing the juridical foundations on the subject. And, finally, we emphasize the importance of the perspective of the critique of the political economy, elaborated by Marx, for the understanding of the actions of the State in the policies of social security and fiscal adjustment.

KEYWORDS

Accidental regressive actions. Social security. State action. Ideology.

Recebido em 16.11.2018

Aprovado em 08.05.2019

INTRODUÇÃO

O estudo pretende trazer ao debate as ações regressivas acidentárias movidas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), à luz da crítica à economia política, no intuito de contribuir com o conhecimento para além da esfera jurídica. As ações regressivas acidentárias fazem parte da política de previdência social e correspondem à ação do Estado contra as empresas que descumpriram as normas legalmente estabelecidas de proteção e de prevenção de acidentes de trabalho. O seu entendimento requer uma análise totalizante, que implica inseri-las no processo de produção e reprodução do capital e das relações sociais.

Para isso, neste artigo, utilizamos revisão de literatura, a partir do aporte teórico sobre as políticas sociais no capitalismo monopolista financeiro. Também foi realizada pesquisa documental no site eletrônico da Previdência Social, do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e da Advocacia Geral da União (AGU).

As discussões, os ensaios e teses sobre as ações regressivas acidentárias são, predominantemente, jurídicas, enfatizando o caráter legal da medida, de seus fundamentos legais, e o seu caráter pedagógico, na forma de incentivo às empresas, consideradas transgressoras, ao cumprimento das normas legislativas de saúde e segurança do trabalho. Nesta perspectiva, não se questiona seus determinantes sociopolíticos e, menos ainda, sua direção ideológica. Desconsidera-se o caráter contraditório da política social e reduz-se sua importância aos aditivos legais, como se os mesmos fossem suficientes para explicar a temática e promover mudanças nas relações entre capital e trabalho.

A partir da crítica da economia política, entretanto, não se trata de negar o papel dos fundamentos jurídicos e legislativos, mas de situá-los no contexto da ordem social capitalista, na qual existem classes sociais com interesses contraditórios em luta.

AS AÇÕES REGRESSIVAS ACIDENTÁRIAS

A década de 1990 foi palco da instituição dos instrumentos legais da Seguridade Social no Brasil, expressão de um amplo e extenso processo de luta pela cidadania, iniciado ainda no período da ditadura através das ações coletivas pela democratização do país. Nos anos 1990, a sociedade brasileira pôde dispor de um arsenal jurídico que, a priori, garantiu os direitos de seguridade social e de proteção ao trabalho. Foram instituídas as leis orgânicas da saúde, da assistência e da previdência social e, com elas, as diretrizes de resistência à exploração do capital e de controle do poder do Estado.

Do ponto de vista jurídico, passou o trabalhador a contar com diversos instrumentos de proteção, seja na condição de carência e desemprego, com as políticas assistenciais e trabalhistas, seja na condição de doença, com as políticas de saúde e previdência, seja enquanto trabalhador empregado, com as normas e regras de proteção e de segurança do trabalho, bem como outros tantos direitos que limitavam o poder de exploração capitalista.

Nessa perspectiva, a Constituição Federal de 1988, na seção dos direitos fundamentais, artigo 7, estabelece o trabalho seguro e protegido, e, no seu item XXVIII, a possibilidade de punição das empresas responsáveis pela ocorrência de acidentes de trabalho, ficando elas obrigadas a indenizar o Estado em caso de dolo ou culpa comprovada. Ratificando tal princípio, a lei de nº 8213 de 1991 confere à previdência social o papel de propor ações judiciais, chamadas ações regressivas, contra os responsáveis por acidentes de trabalho, no intuito de reaver aos cofres públicos os gastos com as medidas de proteção ao trabalhador, mais especificamente, os gastos previdenciários e de saúde.

Para os estudiosos juristas das ações regressivas acidentárias,

Caso haja prestação social concedida pelo INSS ao segurado vítima de acidente de trabalho, ou a seus dependentes, tais como pensão por morte, aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, auxílio-acidente e, inclusive, reabilitação profissional de que trata o artigo 89 da lei nº 8213/1991, o Instituto, por meio da Procuradoria-Geral Federal, assim

que ciente, instaura procedimento interno preparatório (PIP) para investigar o acidente de trabalho e preparar a ação regressiva (TST, 2016).

As ações regressivas acidentárias movidas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) foram consideradas prioridade pela Procuradoria-Geral Federal através das portarias nº 03/2008 da CGCOB e nº 14/2010 da PGF. Do ano de 2008 até então, o número de ações ajuizadas, visando o ressarcimento por gastos com o pagamento de benefícios a trabalhadores vítimas de acidentes de trabalho, tem crescido consideravelmente. De acordo com os dados divulgados pela Advocacia Geral da União (AGU), do ano da promulgação da lei de benefícios nº 8213/1991, ao ano de 2007, foram ajuizadas 223 ações regressivas acidentárias, e no período de 2010 a 2015, foram, aproximadamente, 2000 ações.

Nas ações de ressarcimento, vale salientar, os valores correspondentes ultrapassam centenas de milhões de reais, que, a priori, retornariam aos cofres do orçamento da seguridade social. Segundo a AGU, já foram requeridos à justiça mais de R\$730 milhões à guisa de ressarcimentos por benefícios pagos por invalidez e pensões por morte. Somente no ano de 2015, no dia nacional de combate ao acidente de trabalho, dia 28/04, foram cobrados R\$66,6 milhões nas 229 ações regressivas acidentárias ajuizadas. Ainda de acordo com os dados, a Procuradoria-Geral Federal (PGF) chega a ter mais de 80% das ações consideradas procedentes.

No pensamento jurídico (MACIEL, 2010; CORREIA, 2016), trata-se de medida punitivo-pedagógica da política de prevenção contra acidentes de trabalho. Para ele, as ações regressivas acidentárias ensinam às empresas que o recolhimento do Seguro de Acidente de Trabalho (SAT) não as exime da obrigação de cumprir as normas de segurança e de saúde do trabalho.

Certamente, as ações judiciais contra as empresas responsáveis pelos acidentes de trabalho saem a favor dos trabalhadores. Porém, nada é aquilo que observamos simplesmente e a descoberta de sua essência exige a investigação de suas determinações. Como já afirmava Marx na Crítica da Filosofia do Direito de Hegel, de 1843:

Mas uma explicação que não dá a *differentia specifica* não é uma explicação. O único interesse é, pura e simplesmente, reencontrar ‘a Idéia’, a ‘Idéia lógica’ em cada elemento, seja o do Estado, seja o da natureza, e os sujeitos reais, como aqui a ‘constituição política’, convertem-se em seus simples nomes, de modo que há apenas a aparência de um conhecimento real, pois esses sujeitos reais permanecem incompreendidos, visto que não são determinações apreendidas em sua essência específica (MARX, 2013, p. 40).

O estudo científico crítico das ações regressivas acidentárias requer, portanto, sua apreensão no âmbito das relações capital-trabalho, identificando suas contradições, bem como a sua função na política social e fiscal do Estado.

Como sabemos, para a seguridade social nunca foi instituído um orçamento conforme predispõe a Constituição Federal de 1988, pela qual as bases de financiamento das políticas de previdência, assistência e de saúde foram ampliadas para além das contribuições sobre a folha de pagamentos, incluindo ainda a tributação específica sobre a receita e o faturamento sobre o lucro das empresas – artigo 195 da Constituição Federal de 1988. Pelo contrário, as duas últimas décadas do século XXI foram marcadas pelo desmonte da seguridade social e fracionamento das políticas sociais, dando lugar às políticas assistencialistas e compensatórias. A ideologia neoliberal tornou-se hegemônica e o Estado brasileiro privilegiou os interesses do capital financeiro, reduzindo os gastos com a seguridade social e restringindo sua principal fonte de financiamento às contribuições sociais (SALVADOR, 2008).

Uma das estratégias da política econômica atual foi desvincular o orçamento da política previdenciária das demais políticas de seguridade social. Assim, não só solapou a ideia de um orçamento para a seguridade social, de acordo com a Constituição Federal de 1988, como também minimizou as fontes de custeio da previdência às contribuições dos empregados e dos empregadores, tendo que se submeter a critérios de equilíbrio financeiro e atuarial, estabelecidos por uma emenda constitucional.

De acordo com o regulamento da previdência social (RPS), as ações regressivas têm a finalidade de reaver aos cofres públicos os gastos com as medidas de proteção ao trabalhador, de forma a manter o equilíbrio atuarial do orçamento e dos gastos previdenciários.

Entretanto, para compreendermos a função social das ações regressivas acidentárias, devemos considerar que se constituem como política social de proteção ao trabalho e previdenciária e, como tal, trazem em sua essência um caráter contraditório. Como política social estão intrinsecamente relacionadas às políticas econômicas da atualidade, e, neste aspecto, à relação contraditória entre capital e trabalho.

Assim, com os recursos fiscais (as indenizações) resultantes das ações regressivas, garante-se a restituição ao erário para fins de custeio dos benefícios previdenciários e da seguridade social, assim como se abre a possibilidade de redirecionamento dessas receitas públicas aos interesses do capital estrangeiro e rentistas capitalistas.

Parcelas consideráveis dos recursos que servem de financiamento para as políticas que compõem a Seguridade Social, no Brasil, acabam sendo desviadas de suas finalidades. Nesse sentido, o orçamento da Seguridade Social é uma fonte importante na composição do superavit fiscal das finanças públicas brasileiras (SALVADOR, 2008, p. 32).

O Estado brasileiro vem em sintonia com as recomendações dos organismos internacionais (Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento e Fundo Monetário Internacional), preocupando-se em garantir elevado superavit primário através da redução drástica dos recursos destinados às políticas sociais universais, da privatização dos serviços públicos, do assistencialismo, com enfoque nas políticas sociais emergenciais de combate à pobreza, e de outras contrarreformas de pulverização e destruição dos direitos sociais de cidadania.

Nesse contexto de ofensivas contra o trabalho, de precarização da vida cotidiana e indisponibilidade de acesso às necessidades básicas, como moradia e transportes, surgem as resistências e militâncias comprometidas com a classe trabalhadora. Grupos políticos e movimentos sociais, de diferentes naturezas, saem às ruas, ocu-

pam os espaços coletivos e tensionam a esfera pública. Em 2012, ocorre a primeira conferência nacional do trabalho seguro decente, pleiteando a saúde e a segurança do trabalhador e uma política de combate aos acidentes de trabalho.

Lutar por melhores condições de trabalho e de vida pressupõe a resistência do trabalho contra a exploração do capital. E as políticas previdenciárias (aqui estão as ações regressivas acidentárias), de saúde, habitação, educação, transporte etc. são constituídas nesse conflito.

As ações regressivas podem até se configurar como medida punitivo-pedagógica, como afirmam os estudiosos do âmbito jurídico. Na verdade, a luz do pensamento dialético, trata-se de seu aspecto superficial e avançar na sua essência requer a interpretação do papel do estado e dos mecanismos de produção e reprodução da sociedade capitalista.

Outro aspecto relevante na compreensão das ações regressivas são as ideologias que as movem.

Nas sociedades capitalistas liberal-conservadoras do ocidente, o discurso ideológico domina a tal ponto a determinação de todos os valores que muito frequentemente não temos a mais leve suspeita de que fomos levados a aceitar, sem questionamentos, um determinado conjunto de valores ao qual se poderia opor uma posição bem fundamentada, juntamente com seus comprometimentos mais ou menos implícitos (MÉSZÁROS, 2014, p. 58).

O caráter classista e contraditório das ações do Estado precisa ser encoberto e a ideia do poder regulador do bem público difundida, a fim de garantir a adesão da população à reforma política de corte neoliberal. Concepções mistificadoras da realidade são fundamentais para a legitimação do ajuste fiscal e dos cortes orçamentários das políticas sociais. Nada mais emblemático do que o discurso do déficit previdenciário para justificar (e conquistar adeptos para) a reforma da previdência social. Os recursos milionários das ações regressivas nem mesmo são citados no cálculo do orçamento previdenciário. Enfatizam-se um déficit fiscal (inexistente) e as dívidas públicas de modo a confundir e dissipar o entendimento das verdadeiras causas da crise, mascarando o seu caráter estrutural, inerente ao modo de

produção capitalista.

Sob o argumento da crise fiscal do Estado, são adotadas medidas de retração dos direitos sociais, cortes progressivos no orçamento das políticas sociais e primazia das políticas emergenciais de combate à pobreza. Tais medidas são tomadas como inadiáveis e única saída para a crise.

A retomada do crescimento econômico é apresentada como prioritária e uma necessidade de toda a sociedade. Ideologias são difundidas de modo a favorecer a reestruturação econômica e o consentimento das classes trabalhadoras às contrarreformas sociais (que implicam em manutenção do poder da classe dominante).

Como observa Mota e Amaral,

Na esfera sócio-política e institucional ocorrem novas modalidades de controle do capital sobre o trabalho que exigem um conjunto de reformas institucionais e a implementação de mecanismos capazes de promover a adesão e o consentimento dos trabalhadores às mudanças requeridas (MOTA e AMARAL, 2010, p 28).

Assim, veiculam-se ideias e concepções que mistificam o caráter classista das políticas econômicas e sociais adotadas. Tais ideias têm a função precípua de conquistar a adesão dos trabalhadores às medidas necessárias à recomposição do capital – retomada da taxa de lucro. E certamente, a interpretação totalizante das ações regressivas acidentárias requer inseri-las nesse contexto de dominação, exploração e classe.

Na conjuntura atual, a reestruturação produtiva tem promovido a superexploração do trabalho pelo capital. Suas consequências são devastadoras para o trabalhador: subemprego, desproteção previdenciária, adoecimento precoce, acidentes de trabalho e incapacidades relacionadas ao trabalho, entre outras. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho – OIT – o Brasil é o quarto no ranking mundial na falta de segurança no trabalho, com mais de 700 mil acidentes e doenças relacionadas ao trabalho por ano.

No contexto brasileiro, uma das principais marcas da nova morfologia do trabalho é a precarização. Com base nos estudos de Alves (2011), Antunes (2013) e Druck (2013), a precarização se apresenta nos espa-

ços produtivos do emprego, da informalidade e do desemprego, e não escolhe o tipo de trabalhador ou sua posição de acordo com o nível de capacitação e potencialidade. Produz a violência moral, ética, política, física e psíquica do trabalhador, sendo uma das marcas do modelo de acumulação flexível. A condição para a sua materialização é dada pela instabilidade, insegurança, intensificação dos ritmos, extensão da jornada de trabalho, fragmentação de classe e a concorrência entre os próprios trabalhadores (AMARAL e CARCANHOLO, 2009, p. 179).

Na perspectiva jurídica, as ações regressivas acidentárias tem a finalidade de disciplinar as empresas quanto às normas de segurança e de saúde do trabalhador. Se assim a considerarmos, no seu aspecto aparente, desvinculado das relações sociais, adotamos a perspectiva positivista de Estado neutro e regulador da ordem social. Como medidas de proteção ao trabalho, assim como as leis trabalhistas e sociais, as ações regressivas acidentárias são fruto de um movimento sociopolítico, de tensões e conflitos entre classes e frações de classes, constituindo-se em

respostas do Estado burguês do período do capitalismo monopolista a demandas postas no movimento social por classes (ou estratos de classes) vulnerabilizadas pela questão social, o que indica, portanto, que as políticas sociais constituem-se em 'campos de tensões' entre os interesses do proletariado e da burguesia (NETTO, 2003, p. 15,16).

Não se trata, portanto, de concessões de um Estado legalista, comprometido com a ordem. Antes, respostas ao movimento organizativo das classes trabalhadoras. Têm a função de impor limites à exploração capitalista, mas não a supera. Como política social, têm caráter contraditório: atendem às demandas dos trabalhadores pela proteção das relações trabalhistas e atendem aos interesses do capital, que têm no apaziguamento de conflitos uma possibilidade de expansão e de reestruturação do modo de produção capitalista e de suas relações.

Em poucas palavras, as políticas sociais surgem como uma necessidade do capital e do trabalho e, como estratégia governamental de intervenção nas relações sociais, são respostas ao salto organizativo das lutas do conjunto dos trabalhadores.

A proteção social edificada para o enfrentamento do desgaste da força de trabalho, nesse contexto, foi construída mediante as legislações do trabalho e respondiam, em larga medida, pela necessidade do Estado de organizar a economia, mediando os conflitos entre o capital e o trabalho no espaço da produção industrial (AMARAL; FERREIRA, 2014, p. 178).

A precarização e a exploração dos trabalhadores assalariados são traços marcantes na sociedade brasileira. Combinando traços do modelo fordista de produção com os da acumulação flexível, há novas manifestações de doenças e acidentes relacionados ao trabalho, em face das novas exigências para os trabalhadores. Nos anos em que se intensificam, juridicamente, as ações regressivas acidentárias, de acordo com o anuário da previdência social, observa-se uma estabilização no número de benefícios concedidos em razão de acidentes e de doenças ocupacionais (tabela 1). Contrariamente ao que uma leitura imediata pode induzir, que a penalidade às empresas responsáveis por acidentes de trabalho permitiu o recrudescimento do índice de acidentes, garantindo as condições mínimas de segurança no trabalho, a estabilização na concessão de auxílio-doença acidentário expressa o aumento da precarização nas relações de trabalho: pelo subemprego, trabalho informal, desprotegido dos direitos trabalhistas e previdenciários. Cada vez mais, mais trabalhadores deixam de ter acesso à previdência social.

A luta dos trabalhadores pelos direitos sociais está ligada a necessidade de consolidação do orçamento da seguridade social, da forma como preceitua a Constituição Federal. Os recursos recuperados das ações regressivas devem compor tal orçamento. Esse é mais um desafio para a classe trabalhadora na perspectiva de construção de uma cultura cidadã, na qual o fundo público é efetivamente voltado para os interesses coletivos.

Diferentemente do pensamento teórico jurídico, as ações regressivas acidentárias não podem ser tomadas como um fim em si mesmas. Fazem parte de um processo ampliado, de luta social por melhores condições de trabalho e de disputa pelo fundo público na configuração de políticas sociais universais.

TABELA 1 Quantidade de benefícios urbanos acidentários concedidos segundo regiões da federação - 2014/2016

BRASIL E GRANDES REGIÕES	ANOS	TOTAL
Brasil	2014	294.449
	2015	210.652
	2016	239.293
Norte	2014	12.240
	2015	10.378
	2016	11.095
Nordeste	2014	42.761
	2015	30.063
	2016	35.307
Sudeste	2014	147.064
	2015	103.323
	2016	116.344
Sul	2014	69.498
	2015	51.261
	2016	56.172
Centro-oeste	2014	22.886
	2015	15.627
	2016	20.375

Fonte: Anuário Estatístico da Previdência Social 2016

...reiteramos a possibilidade de que a expansão das políticas sociais efetivadas pelo Estado, através do fundo público, pode contribuir para o movimento de tensionamento na acumulação do capital. Assim, a luta no campo das políticas sociais, longe de ser meramente reformista ou politicista, pode representar, em sua radicalidade, aquilo que Oliveira considerou como uma “vigorosa crítica ao valor feita no plano da política” (FILHO, 2016, p. 323).

Dessa forma, é essencial que a visão (ideologia) das políticas sociais (e, nelas, das ações regressivas acidentárias) como bem-estar do Estado seja veementemente combatida e superada. O fundo público que lhes confere existência e as operacionaliza constitui-se da riqueza socialmente produzida, fruto do trabalho realizado sob as mais aviltantes condições de exploração e, nas economias dependentes, superexploração.

A chave de análise para as economias dependentes é o processo de superexploração da força de trabalho que Marini (2011) define a partir de três elementos: intensificação do trabalho; prolongação da jornada de trabalho; expropriação de parte do trabalho necessário do/a trabalhador/a para repor sua força de trabalho. Ao/a trabalhador/a são negadas as condições necessárias para que se reponha o desgaste de sua força de trabalho, os dois primeiros elementos os obrigam a um dispêndio de força de trabalho superior ao que despenderia normalmente, ocasionando seu esgotamento prematuro. No terceiro elemento temos uma diminuição da vida útil dos/as trabalhadores/as nos países periféricos ao impor um desgaste maior da força de trabalho e sua reprodução incompleta. Retiram dos/as trabalhadores/as sua possibilidade de consumo para conservar sua força de trabalho, esta é remunerada bem abaixo do seu valor. A acumulação de capital na periferia dar-se-á pelo aumento da produção de excedentes por meio da superexploração da força de trabalho (COSTA, 2017, p. 82).

As políticas sociais de proteção ao trabalho, entre elas as ações regressivas acidentárias, são, portanto, um direito dos trabalhadores para garantia de sua própria existência e reprodução.

Lutar por políticas econômicas e sociais que fortaleçam os interesses da classe trabalhadora tem uma dimensão estratégica na construção de uma sociedade fundada em direitos de cidadania e dever do Estado.

Nas ações regressivas acidentárias há um espaço de disputa pelo fundo público entre as classes fundamentais. Para o capital, significa se apropriar de recursos necessários à acumulação e garantir as condições objetivas de sua expansão. Para os trabalhadores, assegurar os direitos sociais, sobretudo, previdenciários.

De acordo com Rodrigo de Souza Filho (2016, p. 327):

com a expansão da intervenção do Estado na sociedade, esse processo de disputa da riqueza socialmente produzida ganha um contorno qualitativamente diferenciado devido à consequente expansão do fundo público. Tal disputa travada na sociedade entre as classes e frações de classes pela riqueza produzida passa agora a ocorrer também na esfera estatal em torno do fundo público, principalmente em dois momentos fundamentais: na definição da tributação e na definição do gasto público. Qualitativamente falando, essa disputa busca, de alguma forma, compensar as perdas ou ampliar os ganhos conquistados no âmbito da luta social entre as diferentes classes e frações de classes, realizada em torno da riqueza produzida.

Nesse sentido, a análise das ações regressivas acidentárias, para o entendimento de seu papel e significado, deve inseri-las no contexto de suas determinações enquanto políticas sociais, isto é, na dinâmica da acumulação capitalista, considerando o seu processo de produção e reprodução, sua relação com a classe trabalhadora e o Estado. Uma leitura restrita ao campo do legislativo, de suas constituições legais, é incompleta e superficial, sujeita a uma produção teórica incapaz de contribuir com a emancipação política necessária ao fortalecimento da cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações regressivas acidentárias no Brasil foram legalmente instituídas no início dos anos 1990, mas, somente a partir de 2008, são instrumentalizadas como estratégias do Estado, na perspectiva de recuperar os gastos com a concessão de benefícios previdenciários acidentários, favorecendo um crescimento vertiginoso dessas ações no âmbito judicial. Os recursos advindos dessas ações passaram a fazer parte do fundo público e, conseqüentemente, se constituíram alvo de disputas entre as classes fundamentais (capital e trabalho) e frações de classes. Numa conjuntura de crise, reestruturação da economia e redefinição das políticas públicas, tornou-se um desafio para os trabalhadores garantir o seu lugar nessa disputa enquanto ser de direitos.

No contexto das economias dependentes, como o Brasil, os trabalhadores sofrem ainda mais exploração, sendo duplamente expropriados da riqueza socialmente produzida: pelo trabalho não pago e pelo desvio de recursos do fundo público para atender aos interesses do capital, retraindo os direitos sociais e favorecendo a precarização da vida social.

As políticas sociais (e, entre elas, as ações regressivas acidentárias) devem, então, ser convertidas em estratégias fundamentais no campo de defesa e ampliação dos direitos dos trabalhadores. Têm caráter contraditório e são espaços de conflitos de interesses antagônicos, porém, correspondem à mediação necessária para a construção de um ordenamento societário democrático, justo e igualitário.

REFERÊNCIAS

- AGU. Advocacia Geral da União. AGU já ajuizou quase 4 mil ações contra empresas que descumpriram normas de segurança. Texto disponível em www.agu.gov.br/page/content/detail/id_conteudo/326591. Acessado em 09/08/2016.
- AMARAL, M. S.; CARCANHOLO, M. D. *A superexploração do trabalho em economias periféricas dependentes*. In: Revista *katálisis*, v.12, n. 2, p. 216-225, Florianópolis, 2009.
- AMARAL, A. S.; FERREIRA, A. M. A. *A saúde do trabalhador e a (des) proteção social no capitalismo contemporâneo*. In: Revista *Katálisis*, v. 17, n. 2, p. 176-184, Florianópolis, 2014.
- BRASIL. AGU evolui no ajuizamento de ações regressivas. Texto disponível em www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2014/agu-evolui-no-ajuizamento-de-aco-es-regressivas-acidentarias. Acessado em 09/08/16.
- BRASIL. *Anuário Estatístico da Previdência Social*. Brasília: Ministério da Fazenda/Dataprev, 2016.
- CORREIA, Larissa Soldete. *Ação regressiva acidentária: da proteção à saúde do trabalhador à responsabilidade social e civil do empregador*. Paraná: editora Juruá, 2016.
- COSTA, R. G. *O fundo público e a superexploração do trabalho no Brasil*. In: Revista *Temporalis*, ano 17, n. 34, p. 77-99, Brasília: ABEPPS, 2017.
- FILHO, R. S. *Fundo público e políticas sociais no capitalismo: conside-*

- rações teóricas. In: Serviço Social e Sociedade, n. 126, p. 318-339, São Paulo: Cortez, 2016.
- MACIEL, Fernando. Ações regressivas acidentárias. 2ª edição, São Paulo: editora LTr, 2013.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro I: o processo de produção do capital, São Paulo: Boitempo, 2013.
- _____. *Crítica da Filosofia do direito de Hegel*, 1843. 3ª edição, São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*, São Paulo: Martins Fontes, 1982.
- MÉSZÁROS, István. *O poder da ideologia*, São Paulo: Boitempo, 2014.
- MOTA, Ana Elizabeth. *Cultura da crise e Seguridade Social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90*, São Paulo: Cortez, 1995.
- MOTA, A. E.; AMARAL, A. S. *Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social*. In: MOTA, A. E. (Org.). *A nova fábrica de consensos*, São Paulo: Cortez, 2010, p. 23-44.
- NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. *Economia política: uma introdução crítica*, São Paulo: Cortez, 2006.
- NETTO, José Paulo. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*, São Paulo: Cortez, 2011.
- _____. *O materialismo histórico como instrumento de análise das políticas sociais*. In: NOGUEIRA, F.M.G. e RIZZOTTO, M.L.F. (orgs). *Estado e Políticas Sociais: Brasil – Paraná, Cascavel: Edunioeste*, 2003.
- SALVADOR, Evilásio da Silva. (2008). *Fundo público no Brasil: financiamento e destino dos recursos da seguridade social*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Política Social/UnB. Brasília-DF.
- TST. Tribunal Superior do Trabalho. *Ações Regressivas*. Texto disponível em www.tst.jus.br/web/trabalhoseguro/regressivas. Acessado em 09/08/2016.

Iolani Soares Silva

Assistente Social no INSS/Recife, e Mestre em Serviço Social pela UFPE.
iolanisoares@gmail.com

Extensão universitária e movimentos sociais: resistência em defesa do Projeto Ético-Político do Serviço Social

University extension and social movements: resistance in defense of the Social Work Ethical-Political Project

Maria Helena Cariaga
Vanda Micheli Burginski

Revista Praia Vermelha	Rio de Janeiro	v. 29	n. 2	p. 779-807	2019
------------------------	----------------	-------	------	------------	------

RESUMO

O artigo objetiva pensar na extensão universitária com os movimentos sociais e processos de lutas, enquanto estratégia de resistência em defesa do projeto ético-político do Serviço Social, fortemente ameaçado pela conjuntura atual. Em tempos de acirramento das desigualdades e de avanço do conservadorismo como consequências do aprofundamento da questão social é necessário pensar no Serviço Social a partir da ação pedagógica com os movimentos e processos de organização da cultura, como desafio para a formação e a ação profissional, mantendo os vínculos político-profissionais de seu projeto ético-político com a classe trabalhadora.

PALAVRAS-CHAVE

Serviço Social. Projeto ético-político. Movimentos Sociais.

ABSTRACT

The article aims to reflect upon university extension with the social movements and processes of struggles, as a resistance strategy in defense of the Social Work ethical-political project threatened by the current situation. In times of worsening inequalities, of advancement of conservatism as consequences of the deepening of the social question, it is necessary to reflect upon Social Work from the pedagogical action with the movements and processes of organization of culture, as a challenge for training and professional action, maintaining the political-professional ties of the ethical-political project with the working class.

KEYWORDS

Social Work. Ethical-political project. Social Movements.

Recebido em 14.01.2019

Aprovado em 18.06.2019

INTRODUÇÃO

A conjuntura política atual tem se mostrado extremamente ameaçadora ao projeto ético-político do Serviço Social, tanto na dimensão da formação quanto da atuação profissional. O processo político em que se desenrolou o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff (PT) em 2016, um golpe da direita e de setores da burguesia brasileira, deu lugar a uma avassaladora onda conservadora. O conservadorismo reemergiu como força política, ocupou as ruas com suas pautas extremistas, regressivas e circulou suas ideias nas mídias sociais com destreza e adesão das massas. Dotadas de uma perspectiva anticomunista irascível, essas mobilizações expandiram um senso comum extremamente conservador.

A “nova” direita tem por funcionalidade manter a ordem e renovar/reatualizar os velhos discursos dos donos do poder. Discursa sobre acabar com os privilégios, mas está profundamente atrelada aos setores tradicionais da burguesia agrária, do empresariado e da sua fração financeira, como também aos setores militares legatários da ditadura civil-militar, apoiando pautas e contrarreformas que terão impactos negativos na vida da classe trabalhadora.

Seu fermento ideológico-cultural é o avanço do fundamentalismo, com forte adesão à “teologia da prosperidade em que a fé é um investimento a ser retribuído por Deus na forma de vantagens materiais” (MIGUEL, 2018, p. 23). O declínio da atividade sindical também veio acompanhado pelo discurso do empreendedorismo em detrimento da solidariedade de classe. Estimulado a empreender, o trabalhador precarizado viu na prática empreendedora uma alternativa ao desemprego diante do fortalecimento de políticas de inclusão pela via do consumo, adotada preferencialmente durante os governos petistas (MIGUEL, 2018, p. 23).

Também não se pode deixar de abordar que ao estabelecer alianças com partidos da direita brasileira, o Partido dos Trabalhadores (PT) optou pela conciliação de classes, não estabelecendo reformas substanciais durante seus governos, que mais tarde poderiam oferecer um patamar mais elevado de resistência da classe trabalhadora.

E cabe ressaltar que o preço foi muito alto a se pagar. No campo da organização das lutas sociais, a cooptação de sindicatos e movimentos sociais sob seu raio de influência repercute nos tempos adversos, na difícil tarefa de renovação e mobilização de amplos setores da classe trabalhadora.

Com a eleição de Bolsonaro para a presidência em 2018, os tempos que se avizinham são de retrocessos no campo da democracia, do Estado e das políticas sociais. Os projetos societários antagônicos à ordem burguesa podem sofrer cerceamentos, colocando em risco possibilidades de processos organizativos da classe trabalhadora. Reconhecer os tempos duros sem aderir a fatalismos paralisantes é tarefa necessária às forças vivas da sociedade. Nesse sentido, faz-se indispensável refletir sobre o Serviço Social a partir da ação pedagógica com os movimentos e processos de organização da cultura, como desafio para a formação e a ação profissional, mantendo os vínculos político-profissionais de seu projeto ético-político com a classe trabalhadora.

Diante desse quadro, o texto que se apresenta intenciona pensar na relação do Serviço Social com os movimentos sociais, trazendo a extensão universitária enquanto espaço de resistência em defesa do projeto ético-político. A partir dos anos 1990 há poucas experiências de atuação do Serviço Social com os movimentos sociais, representando um refluxo em relação às décadas anteriores, quando se conformou o projeto ético-político. A extensão vem se configurando como espaço, embora não deva ser o único, de articulação entre o Serviço Social e os movimentos sociais, em um momento em que a profissão é provocada a ponderar sua intervenção para além dos limites institucionais.

Com o objetivo de contribuir para o debate sobre a temática, o artigo é desenvolvido a partir de três eixos. O primeiro oferece elementos sócio-históricos para contemplar a conformação do projeto ético-político em sintonia com os movimentos e lutas sociais. O segundo oferece elementos de análise sobre o refluxo dos movimentos e lutas sociais, suas tendências no Serviço Social e os desafios colocados à profissão. No terceiro eixo se trazem elementos para

considerar a ligação do Serviço Social e os movimentos sociais por meio da extensão universitária, que tem se configurado como espaço privilegiado para realização de tal tarefa. Não se trata aqui de atribuir somente à extensão universitária essa tarefa, mas de fornecer alguns elementos para pensar no conjunto de estratégias que vem sendo traçado pela categoria profissional, no sentido de vincular-se às lutas das classes subalternas. É certo que o otimismo se reduz no momento atual, o que exige mais vontade política organizada.

O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL AMEAÇADO

Não há dúvida que a conjuntura atual é diferente daquela em que se processou o projeto ético-político do Serviço Social. As ameaças adquiriram profunda intensidade, pois “as incidências dessa nova conjuntura sobre o ‘projeto ético-político’ são extremamente negativas e não podem ser menosprezadas: elas contribuem decisivamente para a sua inviabilização” (Netto, 2017, p. 313). Contudo, essas sinalizações não implicam em lamentações fatalistas paralisantes, mas em apontar como necessária a resistência em defesa do projeto ético-político profissional que, nesse momento de avanço do ultraconservadorismo (em todo o mundo e na particularidade brasileira), requerem enfrentamentos amplos e coletivos.

Por certo que os tempos nunca foram fáceis e que a ameaça à hegemonia do projeto profissional não remonta aos tempos atuais. As ameaças constituem essencialmente o próprio processo de desenvolvimento capitalista, das contradições destrutivas da produção, da crise estrutural, das tendências regressivas da ofensiva neoliberal, de restrições democráticas e de suas expressões conservadoras. Refere-se aqui ao fato de que o conservadorismo nunca saiu de cena, sempre foi terreno fértil de reprodução social capitalista; portanto, sempre estará a serviço de sua manutenção.

Sabe-se que a conjuntura desde o início dos anos 1990 foi desfavorável para a efetivação do projeto ético-político. Contudo, é nesse contexto em que se processa, de forma contraditória, a consolidação dos seus aportes constitutivos vinculados às lutas das classes su-

balternas. Mesmo considerando o risco de não se abarcarem todos os elementos sócio-históricos relevantes para pensar na gênese e desenvolvimento do projeto profissional, é importante retomar alguns aspectos que viabilizaram sua construção. Ou seja, a extensão universitária requisita estratégias vinculadas ao movimento de rearticulação de forças sociais na perspectiva da emancipação humana, que perpassam e reorientam a formação, a produção do conhecimento e a organização política da categoria.

A “intenção de ruptura” com o Serviço Social conservador se dá na transição dos anos 1970 a 1980, período importante para o surgimento de um amplo movimento de renovação crítica, marcado pelo enfrentamento e pela denúncia ao conservadorismo profissional (Netto, 2009). As bases sociais e políticas que viabilizaram a conformação do projeto ético-político se encontram no amplo processo de luta pela redemocratização, que se expressou por meio de confrontos dos movimentos sociais com o Estado autocrático, em face aos interesses da burguesia. A forte presença das lutas operárias impulsionou a crise da ditadura do grande capital e a sua derrota, instaurando o processo constituinte que culminou na Constituição Federal (CF) de 1988, com um expressivo protagonismo social e político dos profissionais.

A conformação do projeto ético-político se processou na relação com as forças sociais e políticas, expressando o compromisso com a classe trabalhadora, sobretudo diante dos questionamentos postos à prática política da categoria dos assistentes sociais, realizados pelos diversos segmentos da sociedade civil. Foi nesse quadro que o horizonte de preocupações emergentes no âmbito do Serviço Social brasileiro exigiu novas respostas profissionais (IAMAMOTO, 2011, p. 223).

Naquela conjuntura, os princípios contidos no projeto ético-político foram resultados de um duplo movimento: remeteram, tanto à luta por direitos situada no campo democrático-popular, que necessitou de uma base organizativa que articulou conquistas materiais e sociais capazes de acumular forças contra-hegemônicas no horizonte de uma nova ordem societária; quanto a um amplo esforço teórico

do conjunto profissional, *uma luta para alcançar novas bases de legitimidade da profissão* perante as contradições postas ao exercício profissional, que se constituiu em uma busca para se colocar objetivamente a serviço dos interesses dos usuários e dos setores dominados da sociedade (Iamamoto, 2011, p. 226; 2004, p. 37).

Esse aspecto é importante, pois a condição política para a construção do projeto profissional não seria suficiente sem que houvesse outros componentes que deveriam comparecer para que ele tomasse forma (Netto, 2009). O surgimento de um corpo profissional empenhado na produção do conhecimento e na acumulação teórica, alavancados, sobretudo, nos anos 1980 com o desenvolvimento e a expansão da graduação e pós-graduação em Serviço Social, permitiu uma interlocução profunda com as Ciências Sociais, que revelou um quadro de intelectuais destacados no interior da profissão e em outras áreas do conhecimento.

Conforme Netto (2009, p. 152), essa acumulação teórica foi notável no sentido de incorporar matrizes teóricas compatíveis com a ruptura em relação ao conservadorismo profissional, algumas abertamente críticas, com destaque para a tradição marxista. A quebra do monopólio do conservadorismo político seguiu de mãos dadas com o avanço de perspectivas teóricas e metodológicas críticas. Os anos 1990 irão marcar o processo de maturidade intelectual e sociopolítica do Serviço Social e a incorporação da teoria crítica marxiana nas diretrizes curriculares.

Concomitantemente se deu a mobilização e organização da categoria profissional em torno de suas instituições representativas: ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social), CFESS/CRESS (Conselho Federal de Serviço Social/Conselhos Regionais de Serviço Social) e ENESSO (Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social), que se constituíram em espaços fundamentais para a afirmação dos princípios estabelecidos no projeto profissional. Dessa forma, esse projeto se materializa no Código de Ética do Assistente Social (1993), na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei n. 8.662/93) e nas Diretrizes Curriculares para a Formação Profissional em Serviço Social da

ABEPSS (1997), que aglutinam os princípios e valores éticos, as competências e atribuições profissionais que possuem força de lei.

A questão social e a ética assumem centralidade no projeto, ao mesmo tempo em que requisitaram a resignificação de práticas interventivas diante das novas áreas e campos de intervenção que se abriam, em uma dinâmica de alargamento de espaços de inserção profissional, que também se configurou a partir da legitimidade por meio da produção do conhecimento e do reconhecimento do exercício profissional por parte dos usuários. O Serviço Social vai se afirmar enquanto especialização do trabalho coletivo, profissão inscrita na divisão social do trabalho, o que pressupõe o primado do trabalho na constituição dos indivíduos sociais, que permite inscrever o significado social da profissão no processo de produção e reprodução social, em uma perspectiva de totalidade social (Iamamoto e Carvalho, 1982).

A questão social em suas múltiplas expressões se constitui a “matéria” sobre a qual incide o trabalho profissional, pressupõe a análise dos processos sociais e a posição que o trabalho assume no desenvolvimento das forças produtivas. Assim, a questão social é indissociável das configurações assumidas pelo trabalho e encontra-se necessariamente situada em uma arena de disputas entre projetos societários, informados por distintos interesses de classe, acerca de concepções e propostas para a condução da política econômica e social, caracterizando o caráter contraditório das demandas e requisições sócio-históricas que se apresentam à profissão (Iamamoto, 2001; Iamamoto, 2014).

Nessas condições, o trabalho do assistente social está circunscrito à dinâmica das relações sociais presentes na sociedade, de tal forma que seu trabalho é tensionado por interesses de classes distintos, envolvendo-o na trama das contradições, pois participa tanto dos processos e mecanismos de exploração e dominação de classe, quanto da mesma atividade de respostas institucionais e políticas às demandas e necessidades das classes trabalhadoras, na totalidade da reprodução ampliada do capital (Iamamoto e Carvalho, 1982; Iamamoto, 2014). Essas contradições envolvem as estratégias e organizações de classe em seus confrontos com a ordem so-

cial burguesa. Nessa direção, esses espaços também se configuram enquanto possibilidade de intervenção da profissão.

É importante frisar que a ética ganhou um espaço significativo após a revisão do código de 1986, realizada em 1993, com destaque para as reflexões desenvolvidas por Barroco (2001). Houve uma alteração qualitativa na sua compreensão, enquanto disciplina de natureza ontológica, compreendida a partir da perspectiva teórico-metodológica marxista. A reflexão se amplia para além dos códigos profissionais e passa a compor a dimensão ético-política da profissão, com ênfase nos valores comprometidos com um projeto que tem por horizonte societário a emancipação humana. Essa dimensão torna-se pressuposto essencial para o desvelamento crítico das escolhas individuais em face dos projetos coletivos, como também para orientar as respostas profissionais cotidianas que “tenham a capacidade objetiva de romper, em algumas situações, ou de resistir aos limites da ordem burguesa” (Barroco e Brites, 2000, p. 26).

Outro aspecto essencial diz respeito à dimensão técnico-operativa, que ocupou e ocupa, não sem polêmicas¹, o debate sobre a legitimidade e o significado social da profissão, com destaque para as elaborações de Guerra (1999). O processo de ruptura com as tendências teórico-metodológicas conservadoras não abarcou, de forma automática, a dimensão técnico-operativa da profissão, o “fazer profissional”. Contudo, segundo a autora (1999, p. 27) a direção social dada a esse debate “consistiu em um consenso que foi resultante do amadurecimento teórico da categoria profissional que buscou atribuir uma nova qualidade da intervenção” sintonizada com as demandas dos usuários, suas estratégias de sobrevivência, o compromisso com a competência técnica e com a classe trabalhadora.

Porém, “a tematização da dimensão técnico-operativa da profissão tem sido negligenciada pela atual produção acadêmica, pela formação profissional e pelo debate da categoria” (Guerra, 2017, p. 52). Ainda de acordo com a autora (2017, p. 50), a dimensão téc-

1 Aqui se faz referência à recorrência, no campo do Serviço Social, ao tema reiterativamente posto de que existiria um fosso entre as elaborações teórico-metodológicas de tradição marxista e a prática profissional.

nico-operativa é a forma de aparecer da profissão e nela reside seu reconhecimento social. Requer-se, portanto, o compromisso com o aperfeiçoamento intelectual permanente de articulação entre as diversas dimensões (teórico-metodológica, ético-política, investigativa e formativa) para dar respostas qualificadas às demandas postas pelo conjunto da população que acessam os serviços sociais.

O exercício profissional se dá no cotidiano das instituições e dos diversos espaços sócio-ocupacionais. Com base nos princípios do projeto ético-político, as posturas profissionais devem se nortear pelo combate ao preconceito e à discriminação, pela defesa intransigente dos direitos humanos e, sobretudo, pelo valor ético central que é o reconhecimento da liberdade, da autonomia e da emancipação dos indivíduos sociais. Dessa forma, é necessário ressaltar que os princípios do código de ética possuem estreita relação entre si e devem ser considerados em seu conjunto, enquanto aspectos norteadores do fazer profissional.

Expressam valores incompatíveis com a ordem burguesa, o que reflete em contradições cotidianas vivenciadas pelos profissionais, pois não há uma muralha entre o espaço do exercício profissional e o da vida privada. Conforme Matos (2017, p. 99), “valores são incorporados e expressos, muitas vezes quando não se quer, mesmo que não pela fala, mas pelos olhares e pela omissão”; portanto, é uma ilusão acreditar que possam existir valores para a vida privada e outros valores para a vida profissional, já que é ontologicamente impossível. Nessa direção, é necessário ressaltar que o conservadorismo nunca foi extirpado do horizonte profissional: ele permeia a profissão, por vezes de forma velada, por outras de forma aberta, em virtude do lastro que adquire na sociedade e nas instituições políticas.

Assim, concebe-se o projeto ético-político como um precioso patrimônio construído pelo conjunto da categoria profissional. Manter vivos esses princípios, avançar e fortalecer reflexões aprofundadas frente às configurações assumidas pela sociabilidade contemporânea é uma tarefa cotidiana que requer aproximações, vivências e experiências junto às forças sociais em confronto com a ordem social capitalista.

DESAFIOS À RELAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS

Como visto, a conformação do projeto ético-político se deu por meio de um estreito vínculo do Serviço Social com os movimentos e organizações populares. Teve como elemento central a organização de forças políticas que compuseram um conjunto variado de lutas sociais no campo da sociedade civil em defesa da democracia, dos direitos sociais e da emancipação humana, desenvolvendo experiências profissionais e acadêmicas junto a esses segmentos no processo de redimensionamento crítico de perfis profissionais.

Embora pareça tentador, não é o objetivo se dedicar aqui a conceituar o que seriam os movimentos sociais, bem como não se recorrerá à distinção entre “velhos” e “novos” movimentos sociais. Interessa dar ênfase à atuação e às experiências de formação profissional nos processos de mobilização e organização popular, que se configuram como possibilidades de contribuição necessária para a organização das lutas sociais e, conseqüentemente, para o fortalecimento do projeto profissional crítico. Sob a perspectiva da ação pedagógica, a profissão também “inscreve-se no campo das atividades formadoras da cultura, constituindo-se elemento integrante da dimensão político-pedagógica das relações de hegemonia, base em que gesta e desenvolve a própria cultura profissional” (Abreu; Cardoso; Lopes, 2014, p. 199).

Contudo, após os anos 1990, há a constatação de que essa tematização e as experiências de atuação profissional nas organizações da classe trabalhadora sofrem uma retração em relação ao que significaram nas décadas precedentes (Duriguetto, 2014; Marro, 2011), ainda que se processem de forma contraditória, pois nesse período também há a consolidação do projeto ético-político, cujos componentes expressam o vínculo político e profissional com as lutas da classe trabalhadora, conforme assinalado anteriormente. Porém, a tendência de retração no interior da profissão vai perdurar nos anos 1990 e segue nos anos 2000 com alguns traços fundamentais que merecem destaque:

- A retração da conexão entre o Serviço Social, os movimentos e organizações da classe trabalhadora acompanha a tendência do próprio refluxo das lutas sociais diante das profundas transformações societárias na dinâmica do capitalismo contemporâneo;
- No campo da atuação profissional constata-se uma ausência de intervenções profissionais junto às organizações e associações próprias da classe trabalhadora, assim como a falta de vínculos sólidos com seus movimentos sociais autônomos;
- No campo da produção teórica e acadêmica há pouco material sobre a atuação profissional em movimentos, organizações e lutas sociais e sobre o elo da profissão com essas atividades;
- Há uma tendência de subestimação dos movimentos sociais enquanto espaço de atuação e formação profissional, no sentido de qualificar o significado sócio-histórico, o político e o ético-profissional dessa relação.

Essas tendências no interior da profissão não estão descoladas do contexto societário. A adoção de medidas regressivas por parte do Estado colocam obstáculos à associação da profissão com os movimentos sociais e alguns processos merecem destaque. No campo econômico, a crise estrutural do capital significou uma reação burguesa aos direitos sociais, reconfigurando o Estado na perspectiva da privatização, da desregulamentação dos direitos sociais, em uma ofensiva generalizada do capital contra a classe trabalhadora por meio das contrarreformas.

Em termos macrosociedadeiros essa crise estrutural integra um quadro crítico mais complexo, em que se destacou a tendência decrescente da taxa de lucros, cujos traços mais evidentes podem ser caracterizados segundo Antunes (2009, p. 31) como: a) esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção diante da incapacidade de responder à retração do consumo e do desemprego estrutural que então se acentuava; b) hipertrofia da esfera financeira que ganhou uma relativa autonomia frente aos capitais produtivos; c) crise fiscal do Estado capitalista e a necessidade de retração dos gastos públicos e a utilização dos fundos públicos para financiar o

capital privado; d) incremento acentuado das privatizações, desregulamentações e flexibilização do processo produtivo.

Outro aspecto importante da crise foi a reconfiguração da função do Estado com retrocessos no campo social. O crescimento significativo de mão de obra excedente atuou como elemento de rebaixamento dos salários, da crescente perda dos direitos tradicionalmente adquiridos (sindicais, legislação trabalhista, etc.), levando a um processo de precarização das relações de trabalho, pelo qual se pretende reduzir ou eliminar os direitos sociais. A derruição do Estado Social capitalista constituído na Europa do pós-Segunda Guerra restringiu as possibilidades de avançar em torno de políticas sociais universais, intensificando o processo de perdas históricas nas áreas da educação, da saúde, da previdência, da moradia e do transporte, o que agudiza as desigualdades sociais e intensifica a pobreza.

O movimento sindical foi duramente atingido pela dificuldade de aglutinar trabalhadores diante da fragmentação e heterogeneização da classe, originando também a crise mais intensa do sindicalismo em toda a história (Antunes, 2009). Esses processos fortalecem os valores conservadores e impactam diretamente nas organizações e movimentos da classe trabalhadora, bem como nos projetos de superação da ordem burguesa e reforçam, no campo político e cultural, o avanço da intolerância, da discriminação e de todas as formas de opressão. Além disso, o crescimento do fundamentalismo religioso dá o tom da radicalidade da prosperidade do capital em detrimento da fraternidade.

Defender valores em torno da liberdade, da igualdade e dos direitos humanos choca-se com as necessidades econômicas de reprodução do capital, em que os limites da cidadania burguesa se mostram bastante evidentes perante o esgotamento das possibilidades “civilizatórias” desse modo de produção (Netto, 2012). Os reatamentos na formação profissional têm-se caracterizado bastante nefastos, pois a universidade pública, gratuita, laica e de qualidade é o núcleo central de construção dos valores ético-políticos dos futuros profissionais, bem como da formação permanente dos que estão inseridos no mercado de trabalho. Nos tempos atuais essa configu-

ração está seriamente ameaçada diante das tendências mundiais de contrarreformas para atender à necessidade de adequação dos currículos, da estrutura e da escolha dos estudantes às demandas de aceleração e inovação tecnológica a serviço da acumulação do capital (Cislaghi, 2010).

No Brasil essas tendências se fazem presentes desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996 a partir da proposta de contrarreforma universitária do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) e são continuadas nos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff. Todas as regulamentações posteriores irão expressar uma estreita sintonia com as diretrizes e recomendações das organizações multilaterais, particularmente, do Banco Mundial. Entretanto, segundo Sguissardi (2015) é em 2007, com a abertura aos capitais externos e aos investimentos na bolsa de valores, que irá ocorrer um processo de oligopolização do mercado educacional no Brasil, com a transferência de fundo público para universidades privadas sob o viés ideológico da democratização do acesso ao ensino superior que, na verdade, trata-se de um processo de massificação.

O crescimento do ensino superior privado tem sido impulsionado pelo Estado por meio de isenções tributárias que ultrapassam os limites impostos na CF de 1988. Com as isenções tributárias e os subsídios estatais concedidos por meio de financiamentos estudantis, ocorre a transferência de recursos públicos para financiar essas instituições em uma clara intenção de estimular a privatização e a mercantilização da educação, que também repercute negativamente na qualidade da formação. A massificação do ensino superior expressa dois objetivos fundamentais contidos nas diretrizes do Banco Mundial: formar força de trabalho qualificada em acordo com as necessidades do modelo de acumulação e, ao mesmo tempo, promover a coesão social, por meio da ampliação das possibilidades de acesso ao ensino superior com baixo custo para o Estado, transformando o ensino superior em fontes lucrativas para o capital (Sguissardi, 2015).

O ensino à distância (EaD) é a maior expressão dessa tendência geral, que traz implicações na formação acadêmica no que tange à ênfase no treinamento, na técnica, em detrimento do desenvolvimen-

to da pesquisa, da extensão e do aprofundamento teórico conceitual. A ênfase recai na formação para o mercado, baseado na noção de competências com foco exclusivo nas capacidades instrumentais. Trata-se, portanto, de um quadro geral mundial de enfraquecimento da área de humanidades, que obviamente repercute na formação profissional em Serviço Social, constituindo-se um dos maiores desafios à profissão.

No âmbito do Serviço Social, a oferta de vagas em cursos de graduação na modalidade EaD superou a oferta de vagas e números de matrículas em relação à modalidade presencial, culminando no fato de que é o terceiro curso com maior número de matrículas nessa modalidade². Entretanto, se o EaD se consolidou como uma realidade perversa e tem-se alastrado na última década, também trouxe desafios a serem enfrentados pela categoria profissional, tornando-se necessário pensar/repensar sobre estratégias de enfrentamento a partir da organização dos profissionais em articulação com as universidades públicas, no sentido de criar espaços que promovam a continuidade da formação acadêmica e política, já que a inserção de profissionais egressos do EaD em espaços sócio-ocupacionais é uma realidade.

Essas tendências são extremamente funcionais, ao tempo em que conservam a ordem social vigente e aprofundam a perspectiva de formação subordinada às demandas do mercado. A par dessa

2 O Serviço Social em 2017 “contava com 561 cursos de graduação em atividade, estes que em conjunto, ofertam 210.864 vagas. Deste universo, 521 são presenciais, ofertando o total de 76.830 vagas; 40 são na modalidade de EaD e ofertam 134.034 vagas. As IES que mais ofertam vagas para graduação em Serviço Social na modalidade de EaD são a da Universidade Paulista (UNIP) (47.880 vagas), seguido da UNOPAR (21.150 vagas) e depois a Universidade Anhanguera-UNIDERP (16.880 vagas). Ressalta-se que todos os cursos de graduação em Serviço Social ofertados no Brasil na modalidade de EaD são de natureza privada. Em relação aos cursos de graduação em Serviço Social ofertados em IES de natureza pública e modalidade presencial, em âmbito nacional, estes integram um contingente de 67, disponibilizando 5.109 vagas. Os cursos ofertados em IES de natureza privada e modalidade presencial totalizam 454 cursos e dispõem de 71.721 vagas.” (ANTUNES; LEMOS, 2018, p. 13-14).

caracterização, a tendência à assistencialização se constitui em outro nível de desafios ao Serviço Social. O revigoramento da ideologia da assistência, em seus traços assistencialistas, tem assumido extraordinária funcionalidade à lógica do capital ao se concentrar nessa política a estratégia de combate à pobreza.

O superdimensionamento da assistência social enquanto principal estratégia de proteção social, por vezes, tem levado a confusões recorrentes em relação ao significado da intervenção profissional nesta política. Não raro, a profissão vem se confundindo com a própria política. Diante da mercantilização assombrosa do ensino superior há o esvaziamento da crítica na formação profissional, configurando um perfil profissional condizente com uma política que vem assumindo um viés cada vez mais restrito.

Segundo Netto (2017) essa perspectiva contribui para dissolver a cultura política construída em torno do caráter universalista das políticas sociais, ao mesmo tempo em que se difunde um valor ético de solidariedade reavivado por um humanismo abstrato que se compatibiliza com o ideário competitivo do empreendedorismo. Assim, “a organização societária que se quer (e é de fato) regulada centralmente pelo mercado oferece aos “excluídos” não um elenco codificado e ampliável de direitos sociais, mas o socorro solidário.” (Netto, 2017, p. 327).

A ideologia do empreendedorismo mostra-se poderosa ao reatualizar as forças da sociedade a serviço da expansão do capital. Encrusta o “espírito” empreendedor nos trabalhadores, incentivando o desenvolvimento de economias subordinadas que se encontram à margem do grande capital, integrando tais economias ao mercado financeiro global. Esse movimento constitui-se em uma onda de renovação conservadora para o desenvolvimento do capitalismo. Os lucros dos juros financeiros também se voltam para custear a pequena produção, baseados no sistema de crédito, tornando uma imensa massa de desempregados em microempresários, transformando-os, por um lado, em devedores do sistema financeiro e, por outro, integrando-os a “nova” ordem do capital.

O possibilismo encontra ressonância no interior da profissão e também entre os movimentos sociais, pois tem suas origens na conciliação de classes que leva ao apassivamento das lutas sociais

em prol de idealizações de um pacto em que todos sairiam ganhando. Conforme Boschetti (2015, p. 649) a perspectiva possibilista tem-se restringido ao avanço dos direitos no capitalismo, localizado nos marcos do reformismo social-democrata. No contexto neoliberal, essa perspectiva tem se rendido às contrarreformas ao incorporar orientações e posições que incorrem em práticas conservadoras.

Compõem esse rol as perspectivas amparadas na ajuda e na participação, que cada vez menos reivindicam direitos e mais se nutrem de seu papel de colaboração com o Estado, retirando desse, em última instância, sua função no estabelecimento de políticas e direitos sociais. Em outras palavras, essa participação vai confluir para a legitimidade dos processos de ajuste fiscal a fim de aumentar a “eficiência” do Estado em otimizar os recursos destinados às políticas sociais.

Também são acionadas “ideologias da solidariedade indiferenciada entre classes antagônicas, no bojo da chamada “cultura da qualidade” que respondem às necessidades de dissimulação das contradições entre classes e do controle persuasivo dos trabalhadores”. Em conformação com a ideologia burguesa, essas posturas são incorporadas e “acionadas para o enquadramento dos sujeitos nas exigências legais e normas institucionais de acesso aos serviços prestados, nos estreitos limites impostos pelo padrão de acumulação, que negam direitos e alimentam uma visão acrítica e legitimadora desse sistema.” (Abreu; Cardoso; Lopes, 2014, p. 202).

Os movimentos sociais não estão isentos a essas tendências. A década de 1990 representou um recuo das lutas sociais e nos anos que se sucederam adensou-se o processo de cooptação de organizações da classe trabalhadora. Questões emblemáticas envolvem a temática dos movimentos sociais, sobretudo a partir de 2002, com a vitória eleitoral de Lula da Silva. Um dos exemplos mais emblemáticos é o caso da Central Única dos Trabalhadores (CUT), pelo fato de ser a Central que hoje aglutina maior número de sindicatos e é inegável que esteve mais comprometida em apoiar o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) que propriamente em servir de instrumento de defesa da classe trabalhadora, impedindo até a possibilidade de se reorganizar enquanto polo combativo do movimento sindical (MATTOS, 2014, p. 95).

Não é à toa que os sindicatos estão aquém de mobilizar a classe e reativar instrumentos efetivos para promover amplos enfrentamentos na atual conjuntura. Aliás, esse tem sido o maior dilema entre a esquerda brasileira nos últimos anos e não há dúvida que o fortalecimento dos sindicatos e dos movimentos sociais requer um amplo processo de reorganização em direção, que implicaria na recusa da conciliação de classes e do apassivamento das lutas sociais. Concomitante a esse processo e intrinsecamente vinculado a ele, o “fortalecimento das diretivas do projeto profissional, especialmente nas condições atuais que lhe parecem tão adversas, depende tanto do avanço das organizações e lutas das classes subalternas, quanto da vontade majoritária do campo profissional.” (Duriguetto, 2014, p. 183-84).

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA RESISTÊNCIA PARA SUSTENTAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL

Precede o debate, sobre a extensão universitária enquanto espaço de resistência em defesa do projeto ético-político do Serviço Social, a reflexão sobre o significado dessa dimensão acadêmica no processo de desenvolvimento das universidades brasileiras. Sem pretender aprofundar a temática, em poucas palavras, a extensão se configurou sob três tendências teóricas: a funcionalista, a crítica e a processual (Tavares, 1997). Essas tendências influenciaram e continuam a orientar o significado, a função e a direção social das universidades até os dias de hoje.

A perspectiva funcionalista, segundo Tavares (1997), compreende a extensão desvinculada das outras dimensões (ensino e pesquisa) e sua função esteve ligada à prestação de serviços assistenciais e à realização de cursos, caudatária das políticas formuladas pelos governos.

A perspectiva crítica defende o vínculo orgânico entre ensino-pesquisa-extensão, em que a extensão se constitui em uma etapa implícita ao processo de construção e divulgação do conhecimento, o que leva a pensar que ela não necessitaria de uma instância específica

no interior da universidade. Embora inaugure o amadurecimento do debate, essa perspectiva não avançou para além do plano das ideias.

Já a abordagem processual, conforme a autora, incorpora os princípios de indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão; entretanto, preza pela existência de um espaço específico no interior das universidades dedicado a essa tarefa. Assim, a extensão é vista como uma estratégia importante para desempenhar a função social da universidade (Tavares, 1997).

Do ponto de vista histórico, é possível detectar que essas visões, por muitas vezes equivocadas, estiveram presentes na sociedade brasileira desde os anos 1930. Na ditadura civil-militar (1964-85), por exemplo, a extensão se limitou a atribuir o sentido de “utilidade social” ao ensino e pesquisa e deveria estar a serviço do governo, reforçando os interesses do mesmo (Botomé, 1996). Ao que parece, essa perspectiva de extensão tende sempre a se reatualizar, principalmente em momentos de avanço do conservadorismo.

Contudo, o processo de redemocratização não despertou muito interesse em torno da extensão universitária. A efervescência desse debate irá reaparecer somente nos anos 1990, na ocasião das primeiras indicações de uma reforma universitária aventada por FHC (Freire *et al.*, 2003, p. 19). Como já destacado, as transformações ocorridas na educação superior, sobretudo a partir dos direcionamentos produzidos pelos organismos multilaterais (Banco Mundial, FMI), têm profundos impactos na função social das universidades. Assim, as experiências de extensão enfrentaram inúmeros desafios diante das configurações assumidas no ensino superior; especialmente nas últimas décadas.

A extensão universitária compõe a política de educação, particularmente do ensino superior e, como tal, é alvo de mudanças em momentos de crise, sofrendo significativas alterações com o processo ostensivo de mercantilização. Entretanto, essa política está sujeita às forças contraditórias que a demandam, pois representa: tanto os processos de valorização e reprodução do capital em busca de consensos, quanto os interesses dos trabalhadores e do conjunto das classes subalternas na busca pelo direito à educação. Assim,

a extensão universitária pode se configurar, tanto como espaço de resistência, de afirmação de princípios e valores éticos e políticos identificados com as classes subalternas, quanto de cooptação e divulgação de “diálogos” conciliadores.

O Plano Nacional de Extensão Universitária, vinculado ao Ministério da Educação (MEC) e aprovado em 2001, reafirmou aspectos importantes relacionados à função social da universidade como a transformação da sociedade, seu necessário vínculo com os movimentos sociais e o compromisso com os setores das classes populares. Foi instituído o Programa de Fomento à Extensão Universitária (PROEXTE), que formalizou esses conceitos e inaugurou o financiamento das ações extensionistas em 1993, o qual foi interrompido em 1995. Em 2003 esse programa é retomado com a denominação de Programa de Extensão Universitária (PROEXT). (BRASIL, Política Nacional de Extensão, 2012, p. 26).

A estruturação do financiamento foi importante para a extensão, principalmente nos últimos quinze anos; porém, é necessário problematizar essa configuração. Segundo pesquisas realizadas por Incrocci e Andrade (2018, p. 198) junto aos editais do Programa de Extensão Universitária (apenas legalizado em 2008), entre os anos de 2009 a 2016 observou-se um aumento significativo de recursos, de quase 19 vezes, em relação aos disponibilizados pelo governo federal para as práticas da extensão. Entretanto, observou-se que nos anos de 2015 a 2016 os investimentos caíram pela metade.

O Brasil possui 2.364 instituições de ensino superior, sendo somente 63 federais, portanto 77% dos recursos de editais voltados para financiamento da extensão estão concentrados em menos de 3% das instituições de ensino superior brasileiras. Esses recursos foram concentrados na região Sudeste (28%), proporção esperada, pois essa região possui 30% das universidades federais do país. Seguida pelas regiões Sul (25%) e Nordeste (24%) que permanecem consideravelmente à frente das regiões Centro-Oeste (12%) e Norte (10%). (INCROCCI; ANDRADE, 2018, p. 200).

Os dados apresentados sobre o aumento do financiamento e a quantidade de projetos de extensão aprovados entre os anos de 2009

a 2016 denotam não somente que esse pilar da universidade tem se fortalecido, mas que os docentes das instituições de ensino superior estão cada vez mais empenhados em desenvolver projetos de extensão, ainda que os que se dedicam à extensão universitária recebam menor incentivo em relação ao aspecto da produtividade acadêmica.

Mesmo que a extensão universitária tenha apresentado um crescimento considerável, é importante refletir sobre como tem se estruturado e quais rumos vem tomando tal crescimento. Nesse sentido, há necessidade de estruturação de uma base de dados, organizada em nível nacional, que possa fornecer elementos para analisar como a extensão vem se desenvolvendo nas universidades (INCROCCI; ANDRADE, 2018).

Ao expor esses elementos, tem-se como objetivo também explicitar que a extensão universitária vem se configurando em espaço estratégico (não o único) de resistência para a sustentação do projeto ético-político, ao estabelecer a necessária articulação entre o Serviço Social, os movimentos sociais, organizações e lutas populares. A razão para elevar a extensão universitária a esse patamar se dá pelo fato de que grande parte das experiências dessa articulação se referem às práticas de extensão inseridas nas universidades públicas federais e estaduais (Durigueto, 2014; Farage, 2014; Marro, 2011, 2014).

Com relação aos dados da extensão universitária destaca-se a dificuldade em encontrar informações a respeito dessas práticas desenvolvidas nos cursos de graduação em Serviço Social. Recorreu-se aos Relatórios dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs)³ vinculados à ABEPSS, que estão disponíveis no *site* da instituição. Destacou-se a importância de constar informações sobre a extensão nos relatórios dos grupos temáticos, pois são extremamente necessárias para estimular debates de temas de interesses social e profissio-

3 Atualmente existem oito (08) Grupos Temáticos vinculados à ABEPSS, a saber: Trabalho, Questão Social e Serviço Social; Política Social e Serviço Social; Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional; Movimentos Sociais e Serviço Social; Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social; Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades; Ética, Direitos Humanos e Serviço Social; Serviço Social, Geração e Classes Sociais.

nal, de elaboração, produção e divulgação do conhecimento, como também promover a integração entre as pesquisas desenvolvidas nas unidades acadêmicas e as linhas de pesquisa consideradas relevantes para a área. Dos relatórios analisados, somente o GTP de Movimentos Sociais e Serviço Social traz informações substanciais sobre a extensão. Talvez por considerar a importância dessa dimensão para a formação e a produção do conhecimento, ou ainda porque grande parte das experiências de extensão que estão mais consolidadas – entre os cursos de Serviço Social – são desenvolvidas junto aos movimentos sociais.

De acordo com o relatório do Grupo Temático de Pesquisa (GTP) Movimentos Sociais e Serviço Social (biênio 2013-2014), é possível identificar que entre o período de 1994 e 2012 foram desenvolvidos 23 projetos de extensão nas universidades, que estão vinculados aos movimentos e às lutas sociais, entre os quais se podem destacar: movimentos sociais urbanos; do campo (em especial o MST; quilombola; indígena; de mulheres e LGBT). O relatório do biênio de 2015-2016 nos apresenta que dos 23 núcleos identificados e que realizam pesquisas junto aos movimentos sociais, 43% realizam ações efetivas que articulam a pesquisa e a extensão e 83% estabelecem vínculos efetivos entre Universidade e Movimentos Sociais. Entre as ações desenvolvidas se destacam: assessoria na formação política (palestras, oficinas, dinâmicas de educação popular, assembleias comunitárias, fóruns) e informações técnicas (por exemplo, estudos sócio-econômicos, com o objetivo de potencializar os processos de auto-organização em torno das condições de vida e de trabalho). Destaca-se, ainda, a criação de convênios ou parcerias entre Universidades e a Escola Nacional Florestan Fernandes – ENFF.

É por meio da extensão que o Serviço Social vem consolidando maior relação com os movimentos sociais e aglutinando experiências de ensino e de pesquisa. Esses profissionais, professores e alunos estão preocupados com as lutas e organização das classes subalternas, participando de experiências de trabalho e formação profissional, conforme identifica Marro (2011, p. 323).

A assessoria em Serviço Social aos movimentos sociais abre perspectivas para refletir sobre o significado da ação pedagógica do

fazer profissional, à medida que se trata de um vínculo que envolve negociações, diálogos e parcerias. Quando se vai a campo não se objetiva apenas assessorar um movimento social, por exemplo, mas também buscar elementos na realidade para a pesquisa e contribuir para a formação profissional. Por trás da proposta e da escolha dos temas (conselhos de saúde e o potencial dos movimentos sociais) há um sentido ético-político, que se articula a uma estratégia não aleatória (Bravo; Matos, 2005).

Segundo Farage (2014, p. 256) é possível identificar junto aos movimentos sociais urbanos a inserção de assistentes sociais, sobretudo em movimentos e organizações com vínculos institucionais junto aos governos federal e municipal. Essa inserção se deve em parte à aproximação da luta pela criação e efetivação de políticas públicas e ao fato de que elas são um forte horizonte na formação e na atuação profissional. Porém, em movimentos sociais autônomos ou de atuação mais direta, que possuem posicionamentos mais críticos e combativos vinculados especialmente às ocupações, há uma tímida inserção de assistentes sociais devido à impossibilidade de manter vínculo empregatício com trabalhadores assalariados; portanto, a inserção nesses espaços requer envolvimento militante.

Cabe ressaltar que a extensão universitária se encontra profundamente subalternizada em relação à pesquisa, contudo, as ações têm-se desenvolvido mesmo diante dos obstáculos, pois envolvem apostas políticas, éticas e profissionais dos sujeitos envolvidos. Apesar de se materializar mediante sobrecarga de trabalho e de responsabilidades por parte da equipe, as experiências de extensão junto aos movimentos sociais visam fortalecer a formação e atuação profissional junto às mobilizações e organizações populares, no sentido de superar a adesão superficial dos profissionais aos princípios do projeto ético-político, de forma que estes possam ser internalizados.

Não há dúvida que o Serviço Social é uma profissão inserida na divisão social do trabalho e está vinculado à condição de assalariamento; portanto, os desafios postos pelo projeto ético-político envolvem a classe trabalhadora, a organização da categoria profissional e o conjunto das forças sociais, já que o fortalecimento do protagonismo político e das demandas e interesses das classes subalternas,

consequentemente, refletem nos espaços institucionais em que o Serviço Social está inserido. O que a profissão e os profissionais podem aprender com as experiências de atuação junto aos movimentos sociais?

A importância dessa relação se demonstra bastante evidente, tanto no sentido de criar possibilidades de novos espaços de atuação profissional, alcançando novas bases de legitimidade junto às classes subalternas, quanto de direcionar a intervenção em espaços institucionais, pois a atuação do assistente social nas políticas públicas, necessariamente, envolve, ainda que de forma indireta e contraditória, uma ligação com movimentos, grupos e organizações sociais.

Essas possibilidades contribuem para fortalecer as perspectivas teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas para além dos espaços sócio-ocupacionais e das políticas sociais; podem conduzir ao enfrentamento de uma cultura profissional que tem supervalorizado a ação prática e o “atendimento” do imediato, que podem levar a uma atuação que restringe a profissão às demandas institucionais.

Servem também para identificar as estratégias de sobrevivência da classe trabalhadora (modos de vida, manifestação da cultura, subjetividades), potencializar a qualificação das organizações representativas da classe trabalhadora, reconhecer as demandas, os enfrentamentos e resistências de classe, as pautas de luta, os significados sócio-históricos para os sujeitos sociais neste processo e, sobretudo, formar profissionais comprometidos com as lutas dos subalternos, reafirmando valores que se contrapõem aos valores universais capitalistas, pois não basta aderir aos princípios do projeto ético-político, é necessário internalizá-los.

Fortalecer o caráter da ação pedagógica do fazer profissional do Serviço Social (Abreu, 2002) é um dos desafios colocados ao conjunto da categoria, pois as experiências concretas nos movimentos sociais, enquanto processo de organização da cultura, permitem ao profissional problematizar a questão social a partir do enfrentamento e das formas de lutas forjadas pelos sujeitos, pelas tensões, pelos conflitos e pelos processos de negociação em seu interior. Também contribuem para desmistificar procedimentos clássicos de intervenção acionados pelos mecanismos estatais (repressivos, estigmatizadores,

fiscalizatórios) e as contradições existentes entre o funcionamento das políticas sociais e os conflitos estabelecidos pelas classes sociais que são objetivo da ação pública e estatal (Marro, 2014). Além disso, para além de defender os marcos legais e os espaços institucionais, é necessário fortalecer e ampliar os processos de lutas e organizações coletivas, pois os marcos legais e institucionais, embora de extrema importância, se dão nos limites do capitalismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No momento atual se mostra como tarefa histórica resistir ao definitivo aniquilamento das políticas sociais, destacando-se a defesa das universidades públicas, diante das recentes medidas e decretos governamentais que atacam a autonomia universitária em todas as suas dimensões acadêmicas. As ameaças às liberdades individuais dos docentes e discentes vêm se adensando, em função dos temas e posicionamentos políticos, com sérias ameaças à extensão universitária, enquanto dimensão privilegiada de articulação com movimentos sociais e populares.

A reflexão da articulação entre o Serviço Social e os movimentos sociais não implica em recorrer aos erros do passado, no abandono da intervenção profissional nas instituições. O debate que se fomenta é de outra natureza, pois implica em considerar o patrimônio de rupturas com o conservadorismo profissional, ao mesmo tempo em que problematiza o afastamento do fazer profissional dos movimentos sociais, nos processos de organização da cultura.

O projeto ético-político convoca os assistentes sociais para a luta cotidiana em sintonia com as organizações políticas da classe trabalhadora e seus conteúdos de emancipação humana. Destaca-se a extensão universitária como parte desse processo, o que exige maior valorização dessa dimensão acadêmica, tanto nas universidades quanto no âmbito da categoria profissional, estabelecendo-se parcerias entre as universidades, e assim recorrendo-se à socialização de produções e experiências; ou seja, é primordial construir espaços para o fortalecimento da extensão com os movimentos sociais e as organizações políticas da classe trabalhadora no âmbito da

organização da categoria profissional. Apesar de todos os esforços realizados pelas organizações da categoria, CFESS/CRESS, ABPESS e ENESSO, no que tange à valorização da extensão universitária, a conjuntura atual impõe à categoria maiores desafios para a manutenção e expansão das experiências de articulação do Serviço Social com os movimentos sociais, o que também perpassa o fortalecimento da extensão universitária.

Finaliza-se com uma poesia de Bertold Brecht (*apud* COSTA, 2006, p. 22):

“É verdade, que eu vivo em tempos negros,
Palavra inocente é tolice. Uma testa sem rugas
Indica insensibilidade. Aquele que ri
Apenas não recebeu ainda
A terrível notícia.”

REFERÊNCIAS

- ABESS. CEDEPSS. Diretrizes para o curso de Serviço Social (com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996). *Cadernos ABESS*, São Paulo, p. 58-76, 1997.
- ABREU, M. M. *Serviço Social e organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional*. São Paulo: Cortez, 2002.
- _____; CARDOSO, F. G.; LOPES, J. B. O caráter pedagógico da intervenção profissional e sua relação com as lutas sociais. In: ABRAMIDES, M. B.; DURIGUETTO, M. L. (orgs). *Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária*. São Paulo: Cortez, 2014.
- ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho*. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Editora Boitempo, 2ª edição, 2009.
- ANTUNES, A. E. M; LEMOS, E, L. A contrarreforma no ensino superior brasileiro: determinantes históricos. *Revista Temporalis*. Brasília (DF), ano 18, n. 35, p.13-28, jan./jun. 2018.
- BARROCO, M. L. S. *Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos*. São Paulo: Cortez, 2001.
- _____. BRITES, C. M. A centralidade da Ética na Formação Profissional. *Revista Temporalis/Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social*. Brasília: ABEPSS, n. 2, 2000.
- BOSCHETTI, I. Expressões do conservadorismo na formação profissional. *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 124, p. 637-751, out/dez. 2015.
- BOTOMÉ, S. P. *Pesquisa alienada e ensino alienante: o equívoco da extensão universitária*. Petrópolis/São Carlos/Caxias do Sul: Vozes/EDUFSCar/EDUCS, 1996.
- BRASIL. *Política Nacional de Extensão Universitária*. Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras, 2012.
- _____. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei n. 9394, 20 de dezembro de 1996.
- _____. Presidência da República. *Lei n. 8.662 de 1993*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.html>. Acesso em: 04 ago. 2019.
- BRAVO, M. I.; MATOS, M. C. *O potencial de contribuição do Serviço Social na assessoria aos movimentos na luta pela saúde*. Trabalho apresentado no 2º Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais no Brasil. Unioeste, Campus de Cascavel, de 13 a 15 de outubro de 2005.
- CFESS. *Código de Ética do Assistente Social*. 1993. Disponível em: <http://www.cfess.org/arquivo/CEP_1993.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2019.
- CISLAGHI, J. F. (2010). *Análise do Reuni: uma nova expressão da contra-reforma universitária brasileira*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação da Faculdade de Serviço Social/ Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).
- COSTA, R. de F. (2006). *Tempos de Resistência Democrática: Os Tambores de Bertold Brecht ecoando na cena teatral brasileira sob o olhar de Fernando Peixoto*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).
- DURIGUETTO, M. L. Movimentos sociais e Serviço Social no Brasil pós-anos 1990: desafios e perspectivas. In: ABRAMIDES, M. B.; DURIGUETTO, M. L. (orgs). *Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária*. São Paulo: Cortez, 2014.
- FARAGE, E. Experiências profissionais do Serviço Social nos movimentos sociais urbanos. In: ABRAMIDES, M. B.; DURIGUETTO,

- M. L. (orgs). *Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária*. São Paulo: Cortez, 2014.
- FREIRE, S. M. (et al.). O significado da Extensão Universitária no Atual Contexto Brasileiro: aportes para o debate. *Revista Interagir: Pensando a Extensão*. Rio de Janeiro, n. 04, p. 15-23, ago/dez. 2003.
- GUERRA, Y. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. In: SANTOS, C. M.; BACKX, S.; GUERRA, Y. (orgs). *A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos*. São Paulo: Cortez, 2017.
- _____. *A instrumentalidade do Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1999.
- IAMAMOTO, M. V. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 120, p. 609-639, out/dez. 2014.
- _____. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2011.
- _____. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos*. São Paulo: Cortez, 2004.
- _____. A Questão Social na Contemporaneidade: questões para o debate. *Revista Temporalis*. Brasília: ABEPSS, Grafile, n. 3, 2001.
- _____; CARVALHO, R. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo: Cortez, 1982.
- INCROCCI, L. M. de M.; ANDRADE, T. H. N. O fortalecimento da extensão no campo científico: uma análise dos editais ProExt/MEC. *Revista Sociedade e Estado*. v. 33, n. 1, jan./abr. 2018.
- MARRO, K. I. O que a universidade pode aprender quando coloca seus pés em um acampamento sem-terra? In: ABRAMIDES, M. B.; DURIGUETTO, M. L. (orgs). *Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária*. São Paulo: Cortez, 2014.
- _____. Serviço Social e Movimentos Sociais: reflexões sobre experiências de extensão universitária. *Revista Temporalis*. Brasília (DF), ano 11, n. 22, p.317-340, jul./dez. 2011.
- MATOS, M. C. *Serviço Social, ética e saúde: reflexões para o exercício profissional*. São Paulo: Cortez, 2017.
- MATTOS, M. B. Movimento sindical brasileiro: o desafio da reorganização. In: ABRAMIDES, M. B.; DURIGUETTO, M. L. (orgs.). *Movimentos Sociais e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2014.
- MIGUEL, L. F. A reemergência da direita brasileira. In: GALLEGO, E. S. (org.). *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- NETTO, J. P. O projeto ético-político do Serviço Social: das ameaças à crise. In: BRAZ, M. (org.). *Ensaio de um marxista sem repouso*. São Paulo: Cortez, 2017.
- _____. Crise do capital e consequências societárias. *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 111, p. 413-429, jul./set. 2012.
- _____. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: MOTA, A. E. [et al.]. *Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional*. São Paulo: Cortez, OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2009.
- SGUISSARDI, V. Educação Superior no Brasil. Democratização ou massificação mercantil? *Revista Educação e Sociedade*. Campinas, v. 36, n. 133, p. 867-889, out./dez. 2015.
- TAVARES, M. G. M. Os múltiplos conceitos da Extensão. *Participação* – Revista do Decanato de Extensão da UnB. Brasília: UnB, n. 03, p. 9-16, dez. 1997.

Maria Helena Cariaga

Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins (UFT)/Campus Miracema e Doutora em Serviço Social pela PUC/SP

mhcariaga@uft.edu.br

Vanda Micheli Burginski

Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins (UFT)/Campus Miracema e Doutora em Política Social pela Universidade de Brasília (UnB).

burginski@uft.edu.br

Esta publicação foi impressa em 2019 pela gráfica Imos
em papel offset 75g/m², fonte ITC Franklin Gothic,
tiragem de 330 exemplares.